



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB**  
**INSTITUTO DE LETRAS - IL**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS**  
**- TEL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA -**  
**PÓSLIT**

LUIZ EUDÁSIO CAPELO BARROSO SILVA

**O ROCHEDO É A TRIBUNA, A LIBERDADE O BRADO:**  
**OS DISCURSOS POLÍTICOS DO EXÍLIO DE VICTOR HUGO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM LITERATURA

BRASÍLIA - DF  
JUNHO DE 2016



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB**  
**INSTITUTO DE LETRAS - IL**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS**  
**- TEL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA -**  
**PÓSLIT**

**LUIZ EUDÁSIO CAPELO BARROSO SILVA**

**O rochedo é a tribuna, a liberdade o brado:  
os discursos políticos do exílio de Victor Hugo**

**Dissertação de Mestrado submetida ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Literatura, do Instituto de Letras, como  
parte dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em  
Literatura.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Junia R. de  
Faria Barreto**

## **BANCA AVALIADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Júnia Regina de Faria Barreto (TEL/UnB)  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ofir Bergemann de Aguiar (FL/UFG)  
(Examinadora externa)

---

Prof. Dr. Hermenegildo José de Menezes Bastos (TEL/UnB)  
(Examinador interno)

---

Prof. Dr. Augusto Rodrigues da Silva Junior (TEL/UnB)  
(Suplente)

---

Brasília, 2016

Leonarda, estar longe de você é a minha proscricão

## **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que me foi concedida, possibilitando que eu realizasse essa pesquisa;

Ao Programa de Pós-Graduação em Literatura (PósLit/UnB) por me ter aceito entre os seus e, assim, me permitido alçar voo;

À professora Dr<sup>a</sup>. Júnia Regina de Faria Barreto, minha orientadora, por ter sido paciente quando necessário, porém sem jamais me deixar perder o rumo

Aos professores presentes na Banca Examinadora por disporem de seu tempo para ler meu trabalho e me examinar;

À professora Sandra Lúcia Rodrigues da Rocha por ter me iniciado nas veredas da academia;

Ao grupo de pesquisa *Victor Hugo e o Século XIX* por estarem presentes no dia-a-dia dessa pesquisa e por não se furtarem a me ajudar sempre que foi preciso;

A todos os amigos e amigas por terem estado ao meu lado em todos os momentos, mesmo naqueles em que tudo parecia estar acabado. Não posso deixar de agradecer a vocês: Anne, Pedro, Lucas, Guilherme, Alice, Theo, Gustavo, Marcus, Priscila e Rosângela, que foram o suporte necessário para que eu pudesse trabalhar;

À minha família, pois sem vocês nada seria possível;

À Lê, o Norte de minha vida.

## **RESUMO**

Essa pesquisa objetiva pensar a Retórica presente nos discursos de Victor Hugo durante seu exílio e, também, como a liberdade, em suas diferentes formas, é o principal tema desses discursos. A fim de contextualizar e de melhor refletir sobre algumas dessas alocações, foi inicialmente montado um arcabouço teórico retórico necessário para pensar e analisar o discurso político hugoano. Objetivando desvelar a passagem de jovem monarquista para homem republicano, é feita uma discussão acerca da correlação entre o desenrolar dos acontecimentos históricos e a própria biografia de Hugo. Em seguida, divide-se o *corpus* dos discursos hugoanos, buscando agrupar os discursos segundo a tríade da Revolução Francesa: fraternidade igualdade e liberdade. A Revolução é o paradigma, pois estabeleceu uma República e tornou a todos cidadãos, não mais súditos, encerrando uma era de privilégios e distinções sociais baseadas no nascimento. Os ideais da revolução não tendo sido plenamente alcançados levam Hugo a retomar os combates almejando, então, uma real revolução. Exilado, o II Império, de Napoléon le Petit, tornou-se a Bastilha a ser conquistada.

**Palavras chaves:** Victor Hugo, Exílio, Retórica, Século XIX, Liberdade, Direitos Humanos.

## **Résumé**

Cette recherche vise à penser la rhétorique dans les discours de Victor Hugo pendant son exil et, aussi, comme la liberté, sous ses différentes formes, est le thème principal de ces textes. Afin de contextualiser et de mieux réfléchir sur certains de ces discours, il a été élaboré d'abord un cadre théorique rhétorique nécessaire pour réfléchir et pour analyser le discours politique hugolien. Visant révéler le passage du jeune monarchiste à l'homme républicain, une discussion sur la corrélation entre le déroulement des événements historiques et la biographie de Hugo elle-même est effectuée. Ensuite, on divise le corpus des discours hugoliens, en essayant de les regrouper, selon la triade de la Révolution française: l'égalité, la fraternité et la liberté. La Révolution est le paradigme, parce qu'elle a établi une République qui a transformé tous en citoyens et non plus en individus assujetti, mettant fin à une ère de distinctions sociales et de privilèges fondés sur la naissance. Les idéaux de la révolution n'ont pas été pleinement atteints menant Hugo à reprendre sa soif de combat pendant son exil. Donc, le Second Empire, de Napoléon le Petit, est devenu sa Bastille à gagner.

**Mots clés:** Victor Hugo, Exil, Rhétorique, XIX<sup>e</sup> siècle, Liberté, Droits de l'homme

*Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.*

Fernando Pessoa,  
*Mar Português*

## **Sumário**

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I - A Retórica.....</b>	<b>15</b>
1.1 - A Oratória.....	17
1.2 Crítica à Retórica e Gêneros Textuais.....	28
1.3 - Hugo orador .....	39
<b>Capítulo II - A História .....</b>	<b>53</b>
2.1 - Sobre a Democracia .....	56
2.2 - Revolução Francesa e Democracia.....	60
2.3 - Hugo e a Democracia.....	73
2.3.1 - Império .....	73
2.3.2 - Monarquia.....	77
2.3.3 - República .....	91
2.4 - Hugo e o exílio .....	102
<b>Capítulo III - A Luta.....</b>	<b>115</b>
3.1 - Fraternidade.....	117
3.2 - Igualdade.....	128
3.2.1 A condição feminina.....	130
3.2.2 - A condição negra.....	140
3.3 - Liberdade .....	153
3.3.1 - Contra a autocracia napoleônica.....	154
3.3.2 - Contra a pena de morte.....	160
3.3.2.1 L`affaire Tapner.....	161
3.3.3.2 - O combate à pena de morte no mundo.....	170
3.3.3 - Contra o exílio de corpos .....	179
3.3.3.1 - Sobre a oração fúnebre .....	180
3.3.3.2 Discursos fúnebres de Hugo.....	186
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>193</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>199</b>

## Introdução

*Quelquefois, la nuit, ne dormant pas, le  
sommeil de la patrie est l`insomnie du  
proscrit, je regarde à l`horizon la France  
noire, je regarde l`éternel firmament,  
visage de la justice éternelle, je fais des  
questions à l`ombre sur vous, je demande  
aux ténèbres de Dieu ce qu`elles pensent  
des vôtres.*

Victor Hugo, *Lettre a Louis Bonaparte*<sup>1</sup>

Victor Hugo produziu em diferentes formatos. Ele escreveu romances, como *Notre-Dame de Paris*, *Les Misérables* e *L`Homme qui Rit*; peças dramáticas, tais como *Hernani*, *Cromwell* e *Lucrèce Borgia*; e, também, poesias, como *Les Orientales* e *Les Châtiments*. Além disso, o poeta demonstrava habilidade para as artes plásticas, como as suas inúmeras pinturas e desenhos comprovam. Hugo nasceu em 1802 e faleceu em 1885; o século XIX, conseqüentemente, foi, quase que integralmente, vivenciado por ele. O século XIX, na França, foi um período de constantes transformações e mudanças políticas. Ele inicia-se com o I Império, de Napoléon I; passa pela Restauração Monárquica, que engloba os governos de Louis XVIII e de Charles X; vê a ascensão da Monarquia de Julho, liderada por Louis-Philippe; é testemunha da proclamação da II República e de seu posterior ocaso ao ser substituída pelo III Império de Louis-Napoléon, que, por sua vez, no momento de sua queda, possibilita a ascensão da III República. Victor Hugo envolveu-se com todas essas transformações por que passou seu país. Filho de um general do I Império, durante a Restauração Monárquica ele receberá uma dotação real como prêmio em um concurso de poesias que havia

---

<sup>1</sup> “Às vezes, à noite, não dormindo, o sono da pátria é a insônia do proscrito. Eu olho para o horizonte negro da França, eu olho para o eterno firmamento, face da justiça eterna. Eu faço perguntas para a sombra sobre vocês, eu peço à escuridão de Deus aquilo que pensam de vocês.”

Todas as traduções do francês para o português foram feitas por Lucas Kadimani.

ganho; durante a Monarquia de Julho, foi nomeado *Pair de France* e eleito para a Academia Francesa; foi constituinte, ajudando a elaborar a Carta Magna da II República, e, também, foi deputado; com a ascensão de Napoléon III, tornou-se um notório opositor ao regime e um exilado; e, no momento em que a França torna a ser uma república, Hugo volta a seu país e é eleito senador pela III República.

Victor Hugo é um reconhecido poeta, romancista e dramaturgo, além de crítico, teórico e artista. Apesar de sua intensa atuação política, discursando em diferentes tribunas, a produção discursiva de Victor Hugo não é, usualmente, citada, tampouco largamente estudada, especialmente nos países de língua portuguesa. A magnitude e quantidade de seus romances, peças, poesias e ensaios, talvez, tenham ofuscado os discursos políticos, porém esses são tão importantes para a compreensão do pensamento hugoano quanto aqueles. A obra literária do poeta está permeada por suas concepções políticas, assim como seus textos políticos são entranhados com a forma de sua composição literária. A literatura e a política são, para Hugo, duas faces de uma mesma moeda, uma vez que lhe são indissociáveis. Nesse contexto, causa estranhamento o lugar relegado aos discursos políticos de Hugo, e essa pesquisa pretende trabalhar exatamente nessa lacuna tão vagamente observada. Como marco temporal para a seleção dos discursos a serem aqui estudados, foi escolhido o período do exílio. Victor Hugo passou de deputado da II República para proscrito e essa mudança em sua relação com o Estado francês, certamente, foi significativa em sua trajetória tanto política quanto pessoal. Hugo é forçado a deixar Paris, a Cidade-Luz e capital cultural da Europa do século XIX, para as rochosas ilhas anglo-normandas; ele ali passa do convívio regular com deputados, nobres e os mais diversificados agrupamentos populares para a companhia solitária do oceano e do rochedo que o cercam em Jersey e Guernesey. O exílio, além disso, se conjuga como o momento em que Hugo terá tempo bastante para refletir sobre suas convicções políticas e, também, aprofundá-las. Estando afastado do convívio e das demandas sociais que lhe eram cotidianas em

Paris, Hugo terá que reconstruir suas relações com aqueles de que dispunha: sua família, os demais exilados franceses e a população autóctone das ilhas. Impossibilitado de frequentar as festas em Versalhes, como fizera no reinado de Louis-Philippe, Hugo transforma Guernesey em sua república e Hauteville-House em seu castelo. Encastelado nessa ilha que lhe afasta de sua pátria e que lhe impossibilita o acesso à tribuna francesa, o poeta irá subir em um novo púlpito que lhe permite ser escutado universalmente : o rochedo. O oceano, que todos os continentes banha, carrega suas palavras. Munido dessas duas potências, Hugo irá travar sua luta libertária.

O combate hugoano, manifestado em seus discursos, é pela liberdade em suas mais diferentes formas. Hugo irá clamar pela liberdade do cidadão frente ao Estado, irá defender a liberdade feminina de poder participar, se assim desejar, da vida política de seu país, do mesmo modo que argumentará que, para ser realmente livre, o homem precisa, no mínimo, estar vivo e, para tanto, precisa de condições básicas de subsistência. Combates iniciados ainda na França e sob outros formatos, que não o discurso, serão aprofundados nos textos do período do exílio. Assim, a pena de morte, que já havia sido tema dos romances *Claude-Gueux* e *Le Dernier Jour d`un Condamné*, aparecerá em diferentes discursos do exílio; o empoderamento feminino, que apareceu em *Lucrece Borgia*, de 1833, voltará a ser discutido por Hugo, vinte anos depois, por exemplo, no texto *Sur la tombe de Louise Julien*, de 1853. Se nas décadas de 1830 e 1840 o posicionamento político de Hugo já era progressista, clamando pela consolidação e verticalização dos ideais que a Revolução Francesa trouxe para a discussão, após 1851, ano em que foi obrigado a sentir, em sua própria pele, a mão pesada de um governo autocrático, a defesa da liberdade torna-se-á imprescindível. Assim, o problema principal de que trata essa pesquisa é tentar desvelar aquilo que Hugo, em seu exílio, entende ser a liberdade, e como ela se manifesta.

Nossa discussão foi empreendida a partir de três capítulos: a Retórica, a História e a Luta. No primeiro capítulo é discutida a relação

entre Victor Hugo e a arte do discurso, a Retórica. Inicialmente, é elaborada uma definição de Retórica, embasando-se no texto de Aristóteles; em seguida, é discutida a recepção crítica do texto aristotélico, perguntando-se como autores contemporâneos – no caso, José Luiz Fiorin, Oliver Reboul e Dante Tringali foram os selecionados para montar essa comparação – receberam o texto aristotélico, buscando observar se, para eles, a Retórica de Aristóteles é um conjunto de regras imutável ou um modelo de análise linguística prescritiva. Após definida a Retórica, passa-se à análise da relação entre Victor Hugo e a Retórica, investigando os pontos de tangência e os de divergência entre a teoria aristotélica e o poeta francês. Para realizar tal investigação, os textos de Marieke Stein e Camille Pelletan são essenciais, pois são as obras fundamentais acerca da Retórica hugoana. O segundo capítulo da dissertação, a História, como o nome já indica, tratará da correlação entre a história da França no século XIX e a história pessoal de Victor Hugo. A principal pergunta a ser respondida no capítulo é: como Victor Hugo se posiciona nos diferentes acontecimentos históricos do século XIX francês, e como esses acontecimentos influenciam sua trajetória política. No terceiro capítulo, a Luta, é apresentado o *corpus* de discursos do exílio de Hugo selecionados para a composição deste trabalho. Hugo, como ele mesmo afirma, é um revolucionário para quem a revolução continua<sup>2</sup>. Dividiu-se os discursos em três grupos: aqueles relacionados à Fraternidade, aqueles à Liberdade, e os discursos relacionados à ideia de Igualdade. No âmbito da Fraternidade, estão os discursos que tratam das crianças pobres e das condições de trabalho. Hugo, em Guernesey, estabelece uma série de jantares para as crianças mais necessitadas das ilhas e conclama as demais pessoas e grupos a empreenderem atitudes similares. No âmbito da igualdade, Hugo defende John Brown, um conhecido abolicionista norte-americano, e ataca a instituição da escravidão, além de argumentar pela igualdade política entre homens e mulheres. Os discursos relacionados à liberdade estão divididos em três

---

<sup>2</sup> « Je suis un révolutionnaire. Pour moi la révolution continue. » *La Liberté* (HUGO, 2008, p. 573) - “Eu sou um revolucionário. Para mim, a revolução continua”.

eixos: a luta contra o regime autocrático de Napoléon III; o combate à pena de morte; e as orações fúnebres, oportunidade em que Hugo rememora sua própria liberdade para escolher seu posicionamento político. O regime de Napoléon exila seus opositores, não permitindo que o cidadão francês escolhesse naquilo em que, politicamente, acreditava. O momento de falecimento de um combatente pela liberdade é a ocasião ideal para Hugo discursar e defender a liberdade de escolhas de todo cidadão.

A presente pesquisa justifica-se, inicialmente, pela lacuna existente nos estudos lusófonos sobre Victor Hugo. Em língua portuguesa, poucos, se não forem inexistentes, são os textos que tratam especificamente dos discursos políticos de Victor Hugo. Em francês, os textos canônicos sobre o tema são de Camille Pelletan – *Victor Hugo homme politique* – publicado, primeiramente, em 1907, e o texto de Marieke Stein – *Un homme parlait au monde: Victor Hugo orateur politique* – do ano de 2007. Nesse contexto de poucas publicações sobre o tema, parece-nos necessário, devido à relevância que os discursos políticos têm no conjunto da obra de Victor Hugo, empreender essa discussão. Hugo foi um homem das letras, artes e humanidades, porém, e isso não se pode esquecer, foi um grande orador e homem político. Considerando a intensa atuação política de Hugo e seu posicionamento acerca das questões da agenda política de seu tempo, discutir os discursos de Hugo é, concomitantemente, desvelar a contemporaneidade. Posicionar-se contra um governo que chegue ao poder de forma ilegítima é uma questão hugoana e, também, a nossa; o combate em defesa dos direitos das minorias não se encerrou no século XIX, muito pelo contrário, ele é uma luta que perpassou o século XIX, o XX e continua necessária e atual no século XXI. Assim, as palavras pronunciadas por Hugo de seu rochedo-tribuna cercado pelo oceano continuam ecoando ainda nos dias de hoje.

## Capítulo I - A Retórica

*Mes poèmes ! soyez des fleuves !  
Allez en vous élargissant !  
Désaltérez dans les épreuves  
Les cœurs saignants, les âmes  
veuves  
Celui qui monte ou qui descend.*<sup>3</sup>

Victor Hugo, *Mes poèmes !*

Victor Hugo foi um autor multifacetado, que produziu romances, peças de teatro, poesia, e, também, discursos políticos. Sendo um dos mais importantes autores franceses do século XIX, a monumentalidade da obra hugoana, eventualmente, pode ofuscar parte da produção de Hugo. Estuda-se, por exemplo, *Notre-Dame de Paris*, *Les Misérables*, *Hernani*, *Lucrece Borgia*, porém a produção discursiva de Hugo é deixada de lado, como se fosse intrinsecamente distinta do resto das obras de Hugo. Stein indaga-se

Quels sont la place, le rôle, la spécificité de l'éloquence politique dans l'œuvre hugolienne ? Sans s'assimiler aux autres domaines de l'écriture, l'éloquence politique est l'un d'eux, et Hugo ne formule aucune hiérarchie entre elle et le théâtre, la poésie, le roman. Les différents domaines se côtoient et se complètent, étant tous des émanations de l'art en général. (STEIN, 2007, p. 133)<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> “Meus poemas ! Sejam rios !  
Vão crescendo !  
Matem sua sede nas provas  
Os corações sangrentos, as almas viúvas  
Daquele que sobe ou que desce”

<sup>4</sup> “Quais são o lugar, o papel e a especificidade da eloquência política na obra hugoana ? Sem assimilar outros domínios da escritura, a eloquência política é um deles, et Hugo não formula nenhuma hierarquia entre ela e o teatro, a poesia e o romance. Os diferentes domínios coexistem e se completam, sendo todos emanção da arte em geral.”

A eloquência política de Hugo, materializada em seus discursos, não está situada em um patamar acima ou abaixo do resto da produção hugoana. Escrever um discurso não é escrever um romance, porém as duas escrituras dialogam entre si, pois há

plusieurs points de rencontre entre l'œuvre oratoire hugolienne et le reste de son œuvre. L'une comme l'autre ont en commun une mission sociale, l'une comme l'autre sont tournées vers le peuple, l'une comme l'autre répondent à une exigence et perfection linguistique et stylistique. (STEIN, 2007, p. 132)<sup>5</sup>

Os variados pontos de tangência entre as diferentes escrituras de Hugo possibilitam a utilização de um instrumento de análise polivalente: a Retórica. A Retórica, como ferramenta para o estudo do discurso, pode ser empregada tanto, por exemplo, nas obras especificamente literárias, quanto nos discursos de Hugo. Assim, nesse capítulo, inicialmente é proposta uma definição de Retórica. Em seguida, é aventada uma discussão acerca da recepção da Retórica e seus pontos de tangência com a teoria dos gêneros textuais. Em um terceiro momento, é discutido como Hugo constrói a figura do orador, tanto em seus discursos políticos quanto em seus romances.

---

<sup>5</sup> “[há] vários pontos de encontro entre a obra oratória hugoana e o resto de sua obra. Tanto uma quanto a outra tem em comum uma missão social, uma como a outra são voltadas para o povo, uma como a outra respondem à exigência de perfeição linguística e estilística.”

## 1.1 - A Oratória

A linguagem humana é objeto de estudos desde os primórdios dos tempos. Na Antiguidade, Aristóteles, autor macedônico radicado na Atenas do século IV a.C., propôs-se a estudar, entre outros temas, o funcionamento do discurso literário, a *Poética*, e do discurso político, a *Retórica*. As noções linguísticas aristotélicas são o fundamento de nossa hodierna análise da linguagem. Nesse sentido, Marcuschi afirma que “é com Aristóteles que surge uma teoria mais sistemática sobre o gênero e a natureza do discurso” (MARCUSCHI, 2008, p. 147). Desse modo, o macedônico anuncia o paradigma que fundamentará a análise sintática nas mais diversas línguas. Consequentemente, a teoria aristotélica terá relações com distintos paradigmas teóricos. Segundo Antoine Compagnon, “na crítica, os paradigmas não morrem nunca, juntam-se uns aos outros, coexistem mais ou menos pacificamente e jogam indefinidamente com as mesmas noções” (COMPAGNON, 2012, p. 241). Considerando a perenidade dos paradigmas teóricos, foram selecionados como embasamento teórico para a análise dos discursos de Victor Hugo a *Retórica*, a teoria de Gênero Textual e o aparato abarcado pela Análise do Discurso Crítica (ADC).

A Análise do Discurso é o campo da ciência que tem como objeto de estudos o discurso, seja oral, escrito, imagético ou uma amálgama deles. A produção discursiva hugoana é um objeto de estudos paradigmático, pois irá amalgamar modelos e iluminar suas regiões limítrofes. O discurso contribui para a edificação das estruturas sociais. O discurso é uma *práxis*, não apenas uma representação do real (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Ressalta-se que a ciência, nesse contexto, não é a *epistème* aristotélica. Aqui, não se trata de separar o conhecimento falso do verdadeiro, pois a ciência não traz mais a verdade. Assim, despida de objetividade e neutralidade, ela torna-se um modelo de interpretação do real. O modelo de uma filosofia empírica que busca a verdade universal não é o paradigma adotado. A corrente filosófica que “répudie la dialectique, parce qu’elle ne procure jamais

que des opinions vraisemblables et sujettes à dispute, alors que la vérité ne peut être qu'évidente" (REBOUL, 2014, p. 89)<sup>6</sup> se demonstra incompatível com a Retórica, pois ela é, essencialmente, dialética.

O discurso científico, uma vez que não mais traz a verdade presa em seu bojo, deve ser verossímil. Ele deve convencer de que se parece verdadeiro, que faz sentido e que pode explicar o real. Logo, ser o sol uma estrela incandescente vagando no espaço está dentro dos hodiernos paradigmas de percepção do real. É verossímil que o sol seja uma estrela incandescente, afinal a Terra, como um planeta, deve girar em torno de uma estrela, assim como a mistura de gases que compõem o sol o deixam eternamente em chamas. Porém, esse mesmo sol já foi a carruagem dourada de Apolo. Não nos cabe julgar qual paradigma está correto ou equivocado, mas sim perceber que, como discursos que se propõem a interpretar o real, eles são passíveis de serem estudados. Cabe à ADC fornecer o arcabouço para perceber como o real é tornado discurso, e como um discurso pode tornar-se uma realidade, pois, como afirma Fairclough, o discurso é essencial no processo de "significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

A perspectiva hugoana acerca da Retórica é crítica em relação a um ponto específico, o mesmo que Platão questionará, da abordagem teórica acima apresentada: a relação entre Retórica e Verdade. Como técnica do discurso persuasivo, a Retórica pode fornecer discursos contrários para um mesmo fato. Essa dicotomia intrínseca à Retórica a impossibilitaria de estar associada à Verdade, e esse é o problema levantado por Hugo: como uma aceitar um discurso que não seja inequivocamente verdadeiro? Para responder a tal questionamento é necessário, inicialmente, recorrer ao texto *Le Droit et la Loi*, de junho de 1875, em que Victor Hugo irá discorrer, também, sobre aquilo que ele entende serem as forças impulsionadoras da sociedade.

---

<sup>6</sup> "Repudia a dialética, porque ela não procura jamais nada além de opiniões verossímeis e temas passíveis de disputa, a verdade então deve ser apenas evidente".

Le droit et la loi, telles sont les deux forces; de leur accord naît l'ordre, de leur antagonisme naissent les catastrophes. Le droit parle et commande du sommet des vérités; la loi réplique du fond des réalités; le droit se meut dans le juste, la loi se meut dans le possible; le droit est divin, la loi est terrestre. Ainsi, la liberté, c'est le droit; la société, c'est la loi. (HUGO, 2008, p. 67)<sup>7</sup>

Dessas duas forças surgem dois tipos discursivos distintos, o do direito e o da lei. Ao direito está associada a verdade, aquilo que é imutável, enquanto a lei concerne aquilo que não é fixo. O homem, ser em constante transformação, está inserido no âmbito da lei, entretanto a vida humana, a liberdade e a paz são da esfera do direito. Assim, uma mesma tribuna pode alçar um orador que discursar no âmbito da lei e outro no do direito, pois a distinção entre essas duas forças é, essencialmente, temática.

O deputado Victor Hugo sobe à tribuna da Assembleia Constituinte em 15 de setembro de 1848 para discursar pelo fim da pena de morte. Esse discurso insere-se no âmbito do direito, pois trata da inviolabilidade da vida humana, que, para Hugo, é uma verdade universal. Quando o então Ministro das Finanças, Georges Humann, em 14 de janeiro de 1836, decide propor um projeto de lei que taxava em 5% os rendimentos da burguesia, ele está inserido no âmbito da lei, pois legislações fiscais são transitórias, podendo-se argumentar favorável ou contrariamente a elas. Assim, o cerne da questão hugoana acerca da Retórica é “l'immoralisme d'une rhétorique fondée sur la controverse, cette nécessité pour l'orateur d'être capable d'argumenter deux idées contraires” (STEIN, 2008, p. 67)<sup>8</sup>. Hugo não negará a Retórica clássica, que, afinal, serve-lhe como um fulcro para a reflexão sobre a eloquência e o papel do orador. O ponto suscitado por Hugo é que a Retórica pode ser utilizada tanto em discursos erísticos, quanto em textos

---

<sup>7</sup> “O direito e a lei, essas são duas forças, de seu acordo nasce a ordem, de seu antagonismo nascem as catástrofes. O direito fala e comanda do cume das verdades; a lei responde do fundo das realidades; o direito está no justo, a lei está no possível; o direito é divino, a lei é terrestre. Desse modo, a liberdade é o direito; a sociedade, a lei.”

<sup>8</sup> “o imoralismo de uma Retórica fundada sobre a controvérsia, essa necessidade do orador ser capaz de argumentar duas ideias contrárias.”

comprometidos com o direito. Visando distinguir os dois campos distintos, Hugo não utilizará o termo Retórica, mas sim Eloquência.

A perspectiva hugoana da Retórica não é antagônica à análise de discursos aqui trabalhada. A diferença é que Hugo acreditava haver uma verdade, assim se torna necessário criar uma dicotomia, a Retórica fundada na controvérsia, que abarcaria a lei, e a do direito, que incluiria a verdade. No momento em que a querela for superada, a tribuna política se transformará em tribuna científica:

cette querelle, et c'est là tout le phénomène du progrès, tend de plus en plus à décroître. Le jour où elle cessera, la civilisation touchera à son apogée, la jonction sera faite en ce qui doit être et ce qui est, la tribune politique se transformera en tribune scientifique. (HUGO, 2008, p. 66)<sup>9</sup>

Agora, por que científica? Não se pode esquecer que o século XIX foi o berço do positivismo, assim, enquanto a tribuna política seria aquela em que não há a verdade, onde há dois discursos sobre um mesmo fato, a tribuna científica é atrelada à verdade. Como a prática dos homens políticos, perdidos nas pequenas guerras político-partidárias, não permite que seus discursos almejem a verdade, será necessário um orador que a tenha como norte. A passagem desvela que, na percepção de Victor Hugo, há uma verdade e a Eloquência permite que se chegue nela e, principalmente, a transmite para os demais<sup>10</sup>. Hugo, especialmente no exílio – e eis a importância de trabalhar o período do exílio, terá maior autonomia para discursar sobre a verdade, que é o direito e é a liberdade.

A Retórica não é uma doutrina fixa, que foi estabelecida na Antiguidade e que, atualmente, só deve ser mecanicamente aplicada

---

<sup>9</sup> “essa querela, e está nela todo o fenômeno do progresso, tendo a cada vez mais diminuir. No dia em que ela acabar, a civilização atingirá seu apogeu. Será feita a junção entre aquilo que é e aquilo que deveria ser. A tribuna política se transformará em tribuna científica.”

<sup>10</sup> “Nous plongeons au fond des choses, nous tâchons de toucher Dieu, et nous rapportons une poignée de vérités” Aux Habitants de Guernesey, 2008, p. 449. “Nós mergulhamos no fundo das coisas, nós tentamos tocar Deus, e trazemos conosco um punhado de verdades.”

(FIORIN, 2014, p. 23). Tanto a Retórica quanto a intertextualidade são instrumentos a ser utilizados em uma análise crítica do discurso. Relaciona-se o texto com os demais textos com que ele dialoga, perscrutam-se os meios de persuasão utilizados, enquadra-se o discurso em algum gênero textual, e estuda-se o tempo, o local e por quem foi produzido o discurso. Nesse contexto, objetiva-se “reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89). Além disso, a análise do discurso não é um método, mas sim um campo do conhecimento e que possui uma variedade de instrumentos, esses sim os métodos utilizáveis em uma análise discursiva. A Retórica é a ferramenta fundamental para, por exemplo, analisar como um discurso persuade utilizando figuras de linguagem ou entimemas; como o discurso suscita determinada relação entre o orador e sua audiência; ou como o discurso constrói a percepção do real e, concomitantemente, é determinado por ela. Hugo não rejeitará essa concepção da Retórica, Stein afirma que

précisons donc les choses : Hugo rejette explicitement l`enseignement rhétorique des ‘pédants’, mais avoue son estime pour une éloquence antique dont les préceptes sont souvent suivis. Comme plusieurs de ses contemporains, et davantage même, Hugo retient donc les leçons des anciens et applique les grandes règles de construction du discours durant toute sa carrière d`orateur. (STEIN, 2007, p. 394)<sup>11</sup>

Hugo, quando afirma tratar da eloquência, não da Retórica, não está negando o arcabouço da Retórica clássica. Aquilo que ele nega é o modo como essa Retórica vinha sendo transmitida. Uma Retórica prescritiva, que pode as possibilidades de escolha do orador. Hugo distancia-se dessa Retórica engessada e, por isso, utiliza o termo eloquência. Apesar disso, como argumentado no decorrer do trabalho, Hugo mantém seus

---

<sup>11</sup> “precisemos, então, as coisas: Hugo rejeita explicitamente o ensino retórico dos “pedantes”, mas admite sua estima por uma eloquência antiga cujos preceitos constantemente segue. Como muitos de seus contemporâneos, e ainda mais que eles, Hugo retêm as lições dos antigos e aplica as grandes regras de construção do discurso durante toda sua carreira de orador”

discursos de acordo com diversos paradigmas elencados na Retórica clássica.

“A Retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular” (ARISTÓTELES, 2012, p. 5). É com essa definição que Aristóteles inicia seu texto acerca da Retórica. Do trecho são extraídos alguns pontos essenciais: I. A Retórica é a contraparte da dialética, isto é, elas são visceralmente interligadas, porém são métodos distintos. A dialética é o método da investigação filosófica, enquanto a Retórica concerne a investigação linguística; então, assim como linguagem e filosofia são indissociáveis, Retórica e dialética são cara e coroa de uma mesma moeda. O reconhecimento da Retórica como método de investigação linguística é fundamental; II. A Retórica está ligada ao conhecimento comum, isto significa que não há um objeto de estudo específico à Retórica. Essa não especificidade do objeto permite que a Retórica trate de qualquer tema. Assim, a Retórica é um método de investigação linguística que pode ser utilizado em indefinidos objetos de estudo. Pensando nos termos expostos na *Retórica*, tanto o discurso que fala sobre a paz e a guerra, quanto os discursos sobre as finanças da *polis* podem ser analisados pela Retórica; III. A Retórica não está ligada a nenhuma ciência particular, pois não tem objeto de estudo específico a ela. Desse modo, ela não é uma ciência, mas ela é um método, assim como a dialética. Aqui, é necessário problematizar o que Aristóteles indica entender como ciência. *Epistémé* é o termo grego que, dentre outras alternativas, é traduzido como ciência.

Na filosofia da Antiguidade clássica, havia a contraposição entre o conhecimento científico e o conhecimento dogmático. Aquele seria verdadeiro, válido em todas as circunstâncias e irrefutável; enquanto esse poderia variar<sup>12</sup>, e, por isso, deveria ser desconsiderado. Quem lhe

---

<sup>12</sup> Por conseguinte, o objeto de conhecimento científico existe necessariamente; donde se segue que é eterno, pois todas as coisas que existem por necessidade no sentido absoluto do termo são eternas, e as coisas eternas são ingênitais e imperecíveis (*Ética a Nicômaco VI, 3, 1239b 23-24*).

possibilitava o conhecimento verdadeiro era a Filosofia, enquanto a Sofística trabalhava com conhecimentos mutáveis, logo falsos. Partindo desse paradigma, o estudo da linguagem torna-se, aprioristicamente, a-científico. A linguagem humana é mutável por natureza, pois varia de acordo com o tempo, o local, o falante e sua posição social. Assim, nesse embate, a Retórica parece ser uma das primeiras vítimas. Platão irá associar a Retórica à Sofística, contrapondo-as ao par Filosofia e Dialética. O verdadeiro conhecimento era a Filosofia, e o método de alcançá-lo era a Dialética. Aristóteles irá repensar o lugar da Retórica, pois, apesar de todo discurso possuir um contra discurso, fundamento da Sofística de Górgias, o estudo do funcionamento do discurso impunha-se como uma necessidade.

Continuando sua exposição sobre o que é a Retórica, Aristóteles afirma que devemos entender “por Retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2012, p. 12). Com isso, é definido o objetivo da Retórica: persuadir. A Retórica é, então, o método cuja função é alcançar o discurso persuasivo, sabendo que há uma variedade de modos de persuadir distintos. Como conhecimento teleológico, a Retórica pode basear-se em três domínios: o πάθος (*páthos*), o ἔθος (*éthos*) e o λόγος (*lógos*). Pode-se persuadir apoiando-se no histórico do orador, as ações que ele praticou podem ser utilizadas como argumento para a persuasão, a sua experiência, o *páthos*; pode-se persuadir baseando-se nos costumes observados pelo narrador, em sua conduta ética, o *éthos*; ou pode-se persuadir por intermédio da razão, utilizando construtos lógicos, utilizando uma argumentação dialética, o *lógos*.

Para a composição de um discurso persuasivo é necessária a utilização de diferentes tipos de argumentos. Por exemplo, pode-se utilizar uma série de antíteses, exemplos, silogismos, amplificar ou diminuir um fato, entre outros. No *Le Droit et la Loi*, Hugo irá utilizar uma série de dicotomias e contraposições para elaborar seu discurso. Inicialmente, ele apresenta uma antítese, que consiste em criar uma contradição no interior de seu argumento ao opor dois polos distintos.

Olivier Reboul irá definir a antítese como “*une opposition philosophique de thèses*”<sup>13</sup> (REBOUL, 2014, p.134) A primeira antítese, e fundadora do discurso, é aquela que opõe direito a lei, anunciada logo no início do texto.

Toute l'éloquence humaine dans toutes les assemblées de tous les peuples et de tous les temps peut se résumer en ceci: la querelle du droit contre la loi. (HUGO, 2008, p. 65)<sup>14</sup>

O próprio vocabulário utilizado por Victor Hugo deixa bem claro que ele está opondo conceitos, afinal ele está discorrendo sobre “*la querelle du droit contre la loi*”. Assim, continuando seu argumento antitético, Hugo irá afirmar que o Direito está relacionado com a verdade, o justo, o divino, a liberdade, o imutável e a serenidade; enquanto a lei se relaciona com a realidade, o possível, o terrestre, a sociedade, o mutável e a paixão. Em seguida, para dotar seu pensamento de mais peso e força, Hugo traz uma série de exemplos

L`inviolabilité de la vie humaine, la liberté, la paix; rien d`indissoluble, rien d`irrévocable, rien d`irréparable; tel est le droit.

L`échafaud, le glaive et le sceptre, la guerre, toutes les variétés de joug, depuis le mariage sans le divorce dans la famille jusqu`à l`état de siège dans la cité, telle est la loi.

Le droit: aller et venir, acheter, vendre, échanger.

La loi: douane, octroi, frontière.

Le droit: l`instruction gratuite et obligatoire, sans empiètement sur la conscience de l`homme, embryonnaire dans l`enfant, c`est-à-dire l`instruction laïque.

La loi: les ignorantins.

Le droit: la croyance libre.

La loi: les religions d`État. (HUGO, 2008, p. 67)<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> “Uma oposição filosófica de teses.”

<sup>14</sup> “Toda a eloquência humana, em todas as assembleias de todos os povos de todos os tempos pode se resumir nisso: a querela do direito com a lei.”

<sup>15</sup> “A inviolabilidade da vida humana, a liberdade, a paz, nada indissolúvel, nada irrevogável, nada irreparável. Este é o direito

O cadafalso, a espada e o cetro, a guerra, todas as variedades do jugo, desde, no âmbito familiar, o casamento sem divórcio, até, no âmbito da cidade, o estado de sítio. Esta é a lei.

O direito: ir e vir, comprar, vender, trocar.

A lei: imposto, fronteira.

Victor Hugo não se limitou a estabelecer a antítese entre lei e direito, ele fornece uma série de exemplos para elucidar as duas teses que contrapõe. Assim, é enumerado que à lei pertencem o cadafalso, o gládio, as guerras, as fronteiras, etc., enquanto ao direito pertencem a inviolabilidade da vida humana, o ir e vir, comprar, vender, entre outros. Fiorin argumenta que esse método consiste na “figura Retórica denominada conglocação, enumeração ou epimerismo, [...] que consiste em enumerar os diversos aspectos de um objeto (por exemplo, seus constituintes) ou de um evento (por exemplo, suas consequências). Expande-se o texto e, com isso, intensifica-se o sentido” (FIORIN, 2014, p. 141).

A estratégia utilizada por Hugo é de grande eficiência, pois, após a leitura da enumeração, na qual fornece diversos exemplos, a hipótese de que o direito é hierarquicamente superior à lei se torna cada vez mais palatável, logo persuasiva. Um ponto que deve ser esclarecido é a polissemia do vocábulo exemplo na língua portuguesa. Há duas acepções possíveis, que, apesar de terem uma origem comum, são distintas. O exemplo pode ser a figura da enumeração, o entendimento mais recorrente do vocábulo, em que se monta uma lista de fatos/características de determinada coisa, e também o exemplo pode ser entendido como a figura Retórica do paradigma, um dos argumentos lógicos. O exemplo, entendido como um instrumento lógico de persuasão, é um raciocínio indutivo. A indução consiste em partir do particular para se chegar ao geral, do fato à regra. Assim, ao enumerar as características de um animal, exemplifico: é bípede e come vegetais. Uma possibilidade de respostas é o homem, pois ele possui duas pernas e, dentre outras coisas, alimenta-se de vegetais. Partiu-se do particular, a quantidade de patas e a dieta, para chegar ao geral, a espécie. Deve-se notar, contudo, que, quando utiliza induções, saltando entre o particular e o geral, o orador habilidoso pode levar sua audiência a chegar a

---

O direito: a instrução gratuita e obrigatória, sem invadir a consciência do homem, que é embrionária na criança; quer dizer: a instrução laica.

A lei: os pequenos ignorantes.

O direito: a liberdade de crença.

A lei: as religiões de Estado.”

conclusões equivocadas. Assim, dependendo dos objetivos do autor, o bípede que se alimenta de vegetais pode ser o homem, ou o macaco. Um exemplo clássico de argumentação indutiva é aquele presente em Aristóteles (Retórica, I, 2, 1357 b): Dionísio, um político de Siracusa, demandou uma guarda pessoal – fato particular –; sabe-se que todo tirano começa sua ascensão demandando uma guarda particular – regra geral –, logo Dionísio tornar-se-á tirano – conclusão indutiva.

A indução é o caminho feito a partir do fato particular em direção ao universal, ela, contudo, não é o único argumento lógico, pois, além da indução, há seu caminho inverso, a dedução. Do mesmo modo que o exemplo é um tipo de argumento indutivo, o entimema, o silogismo retórico, é um raciocínio dedutivo. Deduzir consiste em partir do universal para chegar ao particular. Nesse contexto, Reboul afirma que

les prémisses de l'enthymème, en effet, ne sont pas des propositions évidentes, sans être pour autant arbitraires; elles sont des *endoxa*, des propositions généralement admises, donc vraisemblables (REBOUL, 2014, p. 161)<sup>16</sup>

O entimema, então, é o silogismo em que uma das premissas não está explícita. Assim, tomemos o mais famoso dos silogismos como fundamento:

Premissa Maior  
    Todo homem é mortal  
Premissa Menor  
    Sócrates é homem  
Conclusão  
    Sócrates é mortal

Partindo desse silogismo, é possível elaborar o entimema “por ser homem, Sócrates é mortal”, em que a premissa maior – “todo homem é mortal” – não está explícita. A utilização de entimemas é persuasiva, pois induz a audiência, que acaba aceitando premissas que não necessariamente aceitaria de bom grado. Por exemplo, o epíteto que

---

<sup>16</sup> “as premissas do entimema, com efeito, não são proposições evidentes, sem serem, para tanto, arbitrarias. Elas são *endoxa*, proposições geralmente admitidas, logo verossímeis.”

Hugo dá a Napoléon III é, em si, um entimema, pois sua premissa maior está implícita. Tornando-o um silogismo temos

Premissa Maior

Napoléon foi grande

Premissa Menor

Louis Napoléon é um usurpador, um político  
pequeno

Conclusão

Napoléon, le Petit

Hugo, no codinome escrachado que dá a Napoléon III, deixa implícita sua admiração pelo general corso. Não que essa admiração fosse um segredo, porém, sempre que se utiliza a alcunha criada por Hugo, além de se diminuir Louis Napoléon, glorifica-se Napoléon. O orador alcança um de seus objetivos, que é conduzir, implícita ou explicitamente, sua plateia até onde ele deseja.

## 1.2 Crítica à Retórica e Gêneros Textuais

O impacto do paradigma teórico exposto por Aristóteles será imenso, porém, como tudo aquilo que impressiona, traz armadilhas em seu bojo. Por ser fruto de um trabalho minucioso e consistente, o tratado do filósofo macedônico é demasiadamente persuasivo e coerente. Sendo assim, tornou-se cânone. O maior risco que existe para aquilo que é definido como canônico é começar a ser considerado como uma verdade imutável e inequívoca. Acontecendo isso, o conhecimento alçado ao cânone assemelha-se a um animal empalhado, pois, apesar de continuar existindo, não há mais vida ali. Assim, a teoria tornada canônica pretende-se incontestável, fixa e universal. Não mais a teoria precisa adequar-se para destrinchar o real, mas sim é esse próprio real que precisa ser selecionado para validar a teoria. A Retórica aristotélica torna-se cânone e, assim, alguns teóricos tentam engessar e restringir a Retórica àquilo que Aristóteles escreveu no século V a.C. Começam a aparecer textos afirmando trabalhar com “a verdadeira Retórica, a Retórica grega e latina documentada pelas obras de Aristóteles, Cícero, Quintiliano” (TRINGALI, 1988, p. 9). Essa perspectiva, além de não se enquadrar com a nossa pesquisa, precisa ser desconstruída. Em 1875, quando publica o *Actes et Paroles*, volume escolhido para publicar os seus discursos políticos, Hugo junta textos pronunciados nas tribunas das Câmaras dos Pares, na Assembleia francesa, cartas e discursos fúnebres. A “verdadeira Retórica” não abarcaria tamanha diversidade em seu *corpus*.

As opções diante de uma teoria que se tornou canônica são três: aceitá-la integralmente, problematizar a teoria, negá-la completamente. Excluindo a hipótese de negação completa da Retórica aristotélica, é essencial o desenvolvimento dos argumentos das outras duas hipóteses. Victor Hugo irá afirmar, em *Contemplations*, de 1856, que “Guerre à la rhétorique et paix à la syntaxe”. Apesar da força da sentença, Victor Hugo não irá negar a Retórica aristotélica completamente, seu problema é com aquilo que era entendido como Retórica no período, e não com a

disciplina em si. O cerne da questão foi a Retórica começar a ser entendida, em determinado momento, como prescritiva, não descritiva. Assim, elabora-se uma miríade de regras que, supostamente, não devem ser contrariadas. Nesse sentido, há, hodiernamente, concepções acerca da Retórica semelhantes às quais Hugo se opunha. Cientes disso, selecionamos para nossa análise estudos sobre a Retórica feitos por dois linguistas brasileiros do século XX, Dante Tringali e José Luiz Fiorin, para serem cotejados com a perspectiva Retórica hugoana.

Dante Tringali sustenta um posicionamento mais conservador acerca da Retórica e da teoria linguística, desvelado já por sua definição de discurso. Segundo Tringali, “o discurso é um texto que um orador pronuncia diante de um auditório, para persuadi-lo a respeito de uma questão provável” (TRINGALI, 1988, p. 30). Depreende-se dessa definição que, necessariamente, todas as cinco partes listadas por Aristóteles – invenção, pronúncia, disposição, elocução e memória – devem estar presentes<sup>17</sup>. Essa aceção de discurso é demasiadamente restritiva, não englobando, por exemplo, qualquer espécie de texto que seja impresso que não tenha a finalidade de ser pronunciado, como artigos de jornais ou revistas. Divide-se a Retórica em diferentes subcategorias, como antiga, clássica, das figuras, nova e semiótica. Grande parte dos discursos do exílio de Victor Hugo, por exemplo, não se encaixam na definição de Tringali, pois são textos que não foram pronunciados diante de uma audiência – nulificando a parte pronúncia. Assim, o texto *Aux habitants de Guernesey*, por exemplo, não seria um discurso político e, por isso, incapaz de ser objeto de estudos da Retórica. Além disso, há outros elementos que engessam a teoria Retórica de Tringali. Desse modo,

---

<sup>17</sup> Aristóteles divide o discurso em 5 partes: εὐρεσις (*héuresis*), a *inventio* da tradição latina, e doravante invenção; τάξις (*táxis*), *dispositio*, a disposição; λέξις (*léxis*), *elocutio*, elocução, e a μνήμη (*mnéme*), *memoria*, a memória; ὑπόκρισις (*hypókrisis*), *pronuntiatio*, a pronúncia. A invenção é a busca por argumentos, provas e materiais para compor um texto que se pretende persuasivo. A disposição remete a questões sintáticas-morfológicas, a ordenação das orações e os meios de persuasão utilizados - (πίστεων ἀρξάμενος, *písteon arxámenos*). A elocução é a ordenação do discurso, é a transformação de um punhado de argumentos e orações em um discurso uno e coeso. A pronúncia é a ação de pronunciar o discurso, de entrega-lo a sua audiência.

a primeira Retórica, a Retórica por excelência, a Retórica integral, nascida na Grécia e chamada por convenção, Retórica Antiga, sofreu, no decorrer do tempo, mutilações sucessivas [...] qualificá-la de Antiga não implica refutá-la como velharia superada, pelo contrário, nunca foi mais atual do que hoje”. (TRINGALI, 1988, p. 9)

O excerto afirma que a Retórica, apesar das muitas “mutilações” que sofreu, continua sendo válida na contemporaneidade. Como argumentado anteriormente, aceitar o cânone não é problema algum. Problemático é colocá-lo em uma redoma e afirmar que, quando a teoria é problematizada, ela sofre mutilações. Nesse sentido, é necessário continuar destrinchando o que é a Retórica para Tringali.

Em um paradigma teórico em que a disciplina é dividida em diferentes subcategorias, é necessário reconhecer cada uma dessas para, então, ser possível vislumbrar aquela. Assim, para compreender a Retórica segundo Tringali, é preciso definir as espécies de Retórica que ele enumera. Como exposto anteriormente, a Retórica por excelência é a Antiga, por isso a deixaremos para o final. Assim, temos as seguintes denominações a percorrer: clássica, das figuras, nova e semiótica. A chamada Retórica clássica reduz a Retórica à enunciação (TRINGALI, 1988, p. 105). É a teoria do discurso belo e agradável. Nesse paradigma, Retórica é a arte de bem escrever. Essa concepção foi bastante fecunda, tendo em vista os diversos manuais, do passado ou do presente, que pretendem ensinar a ter um determinado estilo de escrita. Esse foi um dos paradigmas predominantes no século XIX, e, dessa forma, foi um dos alvos de Victor Hugo, pois as regras impostas pelos professores são as mesmas sobre as quais se apoiam os censores, que são os críticos. Considerando que o romantismo defendia a liberdade do gênio, um conjunto de regras que cerceava a escrita dos autores não será tolerado. Se, em 1830, no Prefácio de Cromwell, Hugo defendia a liberdade no drama, não serão os críticos que lhe imporão um estilo de escrita.

A Retórica das figuras, como o nome já indica, irá tratar das figuras de linguagem. Nessa concepção, o campo de estudo retórico limita-se às metáforas, metonímias, oximoros, paradoxos, e às demais

figuras. Nessa perspectiva teórica, é privilegiado o *logos* em detrimento do *éthos* e do *páthos*. A Retórica nova está mais preocupada com a maneira pela qual são construídos os argumentos do texto, é a Retórica da invenção, pois se confinaria à busca de provas. Nesse sentido, essa concepção aproxima-se da lógica. A semiótica é o estudo dos signos, e a reflexão da Retórica semiótica concentra-se nas etapas de elaboração do discurso, a saber: invenção, disposição e a elocução. Percebe-se que cada uma das categorias elencadas por Tringali possui alguma redução em relação à Retórica antiga. Desse modo, depreende-se que um dos fundamentos da Retórica antiga, nesse paradigma, é a presença de todas as 5 partes do discurso. Além disso,

a Retórica é uma teoria e prática, uma metalinguagem do discurso (retórico) e que o discurso (retórico) inclui na sua compreensão os seguintes elementos: um orador, uma audiência, uma questão provável, dialética, discursos orais em debate, cada qual objetivando persuadir o próprio ponto de vista. (TRINGALI, 1988, p. 19)

Na definição proposta, há uma clara tautologia. A Retórica é a metalinguagem do discurso retórico – aquele que, como anteriormente definido, é pronunciado por um orador diante de uma audiência. Ser o discurso retórico, que possui uma definição restrita, o fiel da balança da Retórica é, claramente, uma justificação da teoria por ela mesma. Desse modo, a teoria já não mais está tratando de seu real, mas sim está se perpetuando como cânone. E para ser cânone, ela tem que ser válida, e, para tanto, o objeto de estudo tem que ser compatível com aquilo que lhe foi prescrito. Dessa maneira, o editorial de um jornal – texto cuja finalidade é persuadir o leitor – torna-se um não-objeto da Retórica, pois não será apresentado oralmente. Some-se a isso que a exigência do discurso ser pronunciado e, também, haver um auditório<sup>18</sup> demonstram a literalidade da interpretação de Tringali do texto aristotélico. Além disso, há um anacronismo nessa postura.

---

<sup>18</sup> Sobre o auditório, Tringali afirma que: “Auditório, no sentido restrito e padrão, se realiza ao vivo, com presença dos ouvintes. Mas num sentido amplo inclui os leitores. À proporção que nos afastamos da situação ideal, a perspectiva Retórica vai se debilitando, desaparecendo.” (TRINGALI, 1988, p. 31).

No século V a.C., quando Aristóteles sistematiza o seu conhecimento acerca do discurso, a circulação de textos escritos era, em comparação com a atualidade, ínfima. Inexistiam os livros, criados somente em 1492 com Gutenberg e sua imprensa, e poucos eram os papiros, pergaminhos e rolos de texto. Acrescente-se a isso o fato de grande parte da população não ser alfabetizada. Nesse contexto, a oralidade será mais importante do que a escrita. Assim, mesmo que houvesse versões escritas dos discursos, a apresentação oral do texto era essencial. Como pensar uma análise do discurso na Atenas clássica que não considerasse a palavra falada e, principalmente, pronunciada publicamente, tornada, conseqüentemente, em palavra política. Desse modo, no século V a.C., eram necessários ao discurso retórico a invenção, a pronúncia, a disposição, a elocução e a memória. Entretanto, hoje, um discurso que não for pronunciado, ou que não teve que ser memorizado, por exemplo, não pode ser sujeito a uma análise Retórica, ou até mesmo ser persuasivo? Pensar nesses termos é uma forma de problematizar a teoria Retórica de Aristóteles. Reconhecendo a monumentalidade da *Retórica*, pretende-se utilizar aquilo que for possível dos conceitos aristotélicos. O objetivo é demonstrar que a Retórica é instrumento para se analisar um discurso.

José Luiz Fiorin em seu estudo sobre as figuras de Retórica argumenta que a Retórica faz parte da linguística e dos estudos sobre o discurso. Nesse sentido, ele afirma que “a Retórica é, sem dúvida nenhuma, a disciplina que, na História do Ocidente, deu início aos estudos do discurso” (FIORIN, 2014, p. 9). Importante ressaltar que, quando é afirmado que a Retórica dá início aos estudos do discurso, pressupõe-se que esses estudos são contínuos, isto é, permanecem nos dias atuais. Desse modo, já no prefácio de seu livro, Fiorin desvela seu posicionamento de que a Retórica não é fechada em si mesma, ela é o início de uma cadeia de pensamentos que, com o passar do tempo, cresceu e se ramificou. Assim, o arcabouço teórico herdado de Aristóteles é válido, porém a ele devem ser acrescentados, por exemplo, a teoria dos gêneros textuais e a discussão sobre a relação entre

discurso e poder feita no século XX e XXI. Nesse sentido, Fiorin afirma que

essa Retórica incorporada à linguística parte de um pressuposto radicalmente diferente do das Retóricas tradicionais, que se pretendiam artes (ou conjuntos de procedimentos disponíveis para o orador e o escritor). O que se faz agora é descrever o que ocorre no discurso oral ou escrito e que escapa à intenção consciente do enunciador. (FIORIN, 2014, p. 16)

A Retórica, nesse paradigma, é descritiva, não prescritiva. Desse modo, em vez de restringir as possíveis manifestações do discurso retórico – como foi feito no modelo proposto por Tringali –, o estudioso deve observar como o discurso está se manifestando e, então, examinar o funcionamento dos processos persuasivos presentes em seu objeto de estudo. O discurso não pode ser analisado apenas como uma ação “verbal” independente da prática social, pois ele está inserido em um espaço, tempo e cultura (DIJK, 2015, p. 12). Existem tantos modelos de discurso quantas situações em que eles são exigidos. O paradigma utilizado para compor uma peça judiciária, por exemplo, é diferente daquele utilizado em um panfleto político ou uma propaganda televisiva. Mesmo assim, todas essas manifestações discursivas são passíveis de serem analisadas utilizando a Retórica. Assim, a Retórica é uma ferramenta que pode ser utilizada em discursos dos mais diversos gêneros textuais.

O discurso não está isolado do mundo, pois, como anteriormente explicitado, ele é socialmente composto, porém, além da relação existente entre o texto e a sociedade, ele relaciona-se, também, com outros textos. Dessa forma, é possível fazer uma analogia entre o discurso e um Lego. Quando o brinquedo está montado ele tem sua forma integral e individual, porém, após analisar o brinquedo, isto é, desmontá-lo, percebe-se que ele é formado por diversas peças menores que se encaixam para constituir a figura maior. No discurso, inicialmente há uma unidade que parece ser indivisível, porém ele é atravessado por diversos outros textos com os quais está dialogando.

Esse diálogo pode ocorrer de diversas formas, ele pode ser consciente, inconsciente, explícito ou implícito, e esse diálogo é abarcado pelo conceito de intertextualidade. Segundo Ingedore Koch, “a intertextualidade ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva dos interlocutores” (KOCH, 2007, p. 17). Dessa maneira, o discurso é perpassado por outros discursos.

O estudo dos discursos do exílio de Victor Hugo, assim como o de qualquer discurso, enseja a estruturação de um arcabouço teórico capaz de permitir a análise desses textos. É necessário estabelecer um conceito-base a partir do qual se erguerá sua análise, e o conceito de gênero textual será o nível de análise fundamental. Assim,

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnica. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

O gênero é a base da análise aqui utilizada por, fundamentalmente, dois motivos: I. Todo texto está incluso em um gênero textual. Não há produção linguística que escape ao gênero, pois todo e qualquer enunciado é delimitado pela prática social; II. O gênero impõe-se sobre outros padrões, sejam regularidades dialetais ou estilísticas. Assim, ao se estudar os discursos legislativos de Victor Hugo, apesar da singularidade criadora do poeta, há um padrão que guia o autor, o gênero textual. Desse modo, por mais que, constantemente, haja partes narrativas demasiadamente grandes – características nos romances hugoanos – nos discursos, Hugo não deixará de adequar-se ao gênero discursivo adequado. Assim, por exemplo, seus discursos, geralmente, possuem exórdio, narração dos fatos, desenvolvimento dos argumentos e a peroração. Acerca da apropriação de Hugo das partes do discurso, Stein afirma que

Comme il soigne les exordes, Hugo travaille les péroraisons, autre moment du discours classique qu'il exploite bien plus que ses contemporains, chez qui elle est le plus souvent réduite à une simple réaffirmation concise de leur position. Chez Hugo, au contraire, la péroraison est un moment essentiel du discours, qui répond encore une fois aux fonctions que lui assignaient les rhéteurs (récapituler les conclusions du discours, "marquer" l'auditoire, soulever en lui une émotion poétique ou esthétique qui, dans un grand mouvement d'allégresse, pourra déterminer la décision consécutive). (STEIN, 2007, p. 382)<sup>19</sup>

Hugo prepara seus discursos de acordo com as partes do discurso provenientes da Retórica clássica, desse modo a progressão de seu discurso será distinta daquela de seus contemporâneos. Enquanto o orador padrão no século XIX usualmente seguiria uma lógica linear na apresentação dos fatos e argumentos, Hugo irá utilizar a estrutura proposição/divisão, em seguida narração, depois a confirmação/refutação. No início o exórdio, e ao final a peroração. Hugo segue aquilo indicado pelo gênero em que está escrevendo, porém, como todo autor excepcional, acrescenta algo de particular a seu texto. A peroração, que os manuais de Retórica vão prescrever como um momento de recapitulação dos argumentos do texto, vai se tornar, nos discursos hugoanos, uma parte fundamental. Há a consciência da existência do gênero, porém esse é adequado às necessidades de Hugo.

O gênero textual é um paradigma de enunciação utilizado recorrentemente que é determinado por critérios sócio-discursivos e históricos. Partindo dessa definição, o discurso parlamentar é um gênero textual, pois é um modelo de utilização da língua que possui suas especificidades, que são definidas coletivamente. Similarmente, a sentença judicial, o elogio ou a oração fúnebre também são gêneros textuais. Fulcral para a compreensão de um gênero textual é não

---

<sup>19</sup> "Como ele se preocupa com os exórdios, Hugo trabalha as perorações, um outro momento do discurso clássico que ele explora bem mais do que seus contemporâneos, para quem ela se reduz a uma simples reafirmação concisa de sua posição. Para Hugo, ao contrário, a peroração é um momento essencial do discurso, que responde ainda uma vez às funções que lhe atribuem os rhetores (recapitular as conclusões do discurso, "marcar" o auditório, despertar uma emoção poética ou estética que, em um grande movimento de alegria, poderá determinar a decisão consecutiva)."

esquecer que ele é um constructo social, assim “a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua” (MARCUSCHI, 2008, p. 149).

Uma vez que o gênero é socialmente determinado, ele se constitui em um duplo mediador, pois fará a ligação entre o texto e o domínio discursivo e entre o texto e a prática social. Ao se utilizar o conceito de domínio discursivo, o discurso não deve ser entendido como a materialização do pensamento de um orador, a acepção micro do vocábulo. A definição que se está utilizando é a do discurso como um tipo de uso linguístico codificado que possui seu domínio próprio, assim se distingue o discurso político, o discurso científico, o discurso artístico, etc. O gênero, então, é a ponte que liga, por exemplo, o texto *Hennett de Kesler*, uma oração fúnebre, ao discurso político, seu domínio discursivo. Além disso, o gênero é responsável pela conexão entre a ação e o texto escrito ou oral que a acompanha. Continuando a utilizar o exemplo anterior, a ação de pronunciar um discurso em um funeral é correlacionada com o *Hennet de Kesler* por intermédio do gênero oração fúnebre. Não houvesse a prática social determinando, o texto poderia ser, por exemplo, um elogio a alguém já falecido. Porém, ao ser pronunciado “le 7 avril [...] sur la fosse de Kesler” (HUGO, 2008, p. 649) e por contar com elementos particulares do gênero, o discurso desvela-se como uma oração fúnebre.

Atualmente, compreende-se a existência de um número indeterminado de gêneros, pois sua quantidade é determinada pelas práticas sociais, que são incontáveis. Aristóteles, entretanto, entendia haver apenas três gêneros textuais no domínio do discurso político, pois, ao considerar o discurso literário, o macedônico lista outros gêneros, tais como a comédia, a tragédia e a epopeia. Assim, os discursos políticos dividiam-se em: demagórico ou deliberativo, judiciário e epidítico. O discurso demagórico é representado, segundo Aristóteles, pelos discursos de aconselhamento e de “desaconselhamento”; o gênero judiciário, pelos discursos de acusação e

defesa; o gênero epidítico ou demonstrativo, o mais controverso dos três, é um gênero composto com o objetivo de demonstrar um argumento. Ainda assim, haver Aristóteles previsto apenas três paradigmas discursivos não significa que todo discurso deve, necessariamente, se enquadrar em um dos três modelos. Os gêneros textuais não se resumem aos três apresentados por Aristóteles, pois existirão tantos gêneros textuais quanto as situações sociais. O discurso é tripartite, pois abarca o texto, a prática discursiva e a social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Desse modo, ao analisar o gênero textual, além do texto propriamente dito, é necessário considerar que ele pressupõe relações interpessoais entre os participantes do discurso e, também, um processo dialético de representação do mundo.

Aristóteles irá distinguir os três gêneros que aponta em sua obra baseado em suas finalidades,

cada um desses gêneros tem um fim diferente, e, como são três os gêneros, são três os fins. Para o que delibera, o fim é o conveniente ou o prejudicial [...], para os que falam em tribunal, o fim é o justo e o injusto [...], para os que elogiam e censuram, o fim é o belo e o feio”, e em seu aspecto temporal, “há um tempo para cada gênero: para o conselheiro, o porvir [...] para o defensor, o passado [...] ao gênero epidítico pertence principalmente o presente (ARISTÓTELES, 2012, p. 22).

Assim, da mesma forma que, segundo o filósofo macedônico, cada gênero tem seu tempo e seu fim, ele tem seu público. O auditório para o discurso judicial são os juízes, réus, etc.; para o deliberativo, a assembleia; e para o epidítico, o espectador, quem quer que ele seja<sup>20</sup>. A

<sup>20</sup> Sintetizando a teoria aristotélica sobre gêneros textuais, Olivier Reboul traz um quadro bastante ilustrativo (REBOUL, 2014, p. 59)

	<b>Auditório</b>	<b>Tempo</b>	<b>Ato</b>	<b>Valor</b>	<b>Tipo de Argumento</b>
Judiciário	Juízes	Passado	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Inútil	Exemplo (indutivo)

existência de um público tradicional reforça o fato de o gênero ser socialmente delimitado.

Considerando um gênero não listado por Aristóteles, como, por exemplo, um manual de instruções, é reafirmada a existência de um público alvo para cada gênero textual, pois um manual de instruções é destinado aos consumidores de um determinado produto. Assim, o manual deverá ser feito segundo os limites estabelecidos por seu público consumidor, que irá ler e, obviamente, deve compreender o que leu. Desse modo, em um manual de instruções não aparecerão grandes inversões sintáticas, tampouco um léxico rebuscado e de difícil compreensão. No texto *Le Droit et la Loi*, Hugo afirma que, em 1851, quando discursava na Assembleia contrariamente a Louis-Napoléon, parte de sua audiência gritava

Vous ne parlez pas français ! – Portez cela à la Porte-Saint-Martin ! – Imposteur ! – Corrupteur ! – Apostat ! – Renégat ! – Buveur de sang ! – Bête féroce ! Poète ! (HUGO, 2008, p. 81)<sup>21</sup>

Claramente, havia a percepção de que haveria uma linguagem própria para a assembleia, e os opositores a Hugo o acusavam de não a possuir. É dito que o lugar de Victor Hugo seria o teatro, não a tribuna. Essa percepção, de que Victor Hugo não possui a linguagem adequada para a tribuna, sustenta a tese dos gêneros textuais. Para os adversários de Hugo, a linguagem do teatro é distinta daquela da tribuna. Há, entretanto, desde a Grécia clássica, uma aproximação entre o teatro e a tribuna. O orador, de certa forma, é, também, uma espécie de ator. Hugo, distintamente de seus oponentes, irá aproximar o teatro da tribuna. Há uma linguagem para a tribuna, porém ela é símile àquela dos palcos.

---

Epidítico	Espectador	Presente	Elogiar Acusar	Belo Feio	Amplificação
-----------	------------	----------	-------------------	--------------	--------------

<sup>21</sup> “Você não fala francês ! Leve tudo isso para a Porte-Saint-Martin ! Impostor ! Corruptor ! Apostata ! Renegado ! Bebedor de Sangue ! Besta feroz ! Poeta !”

### 1.3 - Hugo orador

Para que haja um discurso, são necessários o texto propriamente dito, um ouvinte, um canal de comunicação e, também, o produtor do discurso, isto é o orador. Hugo não deixará de discorrer sobre a figura do orador. Nesse sentido, no texto *Inauguration du Tombeau de Ledru-Rollin*, Hugo irá fazer a distinção entre o orador e o tribuno, o orador-político<sup>22</sup>. Nas palavras de Hugo,

il y a deux sortes d'orateur, l'orateur philosophe et l'orateur tribun; l'antiquité nous a laissé ces deux types; Cicéron est l'un, Démosthènes est l'autre. Ces deux types de l'orateur, le philosophe et le tribun, l'un majestueux et paisible, l'autre fougueux, s'entr'aident plus qu'ils ne croient. (HUGO, 2008, p. 981)<sup>23</sup>

Demóstenes, em sua carreira como político ateniense, é reconhecido como o grande adversário de Filipe da Macedônia. Entre seus discursos que nos restaram, os mais famosos são aqueles – como, por exemplo, as *Filípicas* e o *Contra a Falsa Embaixada* - que combatem Filipe e seus admiradores e apoiadores em Atenas. Ao se opor a Filipe, Demóstenes está lutando pela democracia ateniense, seu combate visa defender a liberdade de sua cidade. A Macedônia, eventualmente, consegue dominar Atenas. Demóstenes, exilado, suicida-se em um templo de Poseidon na Argólida. Atenas, e a Grécia como um todo, tendo caído diante do império macedônico, somente se tornará politicamente autônoma novamente em 1829. Cícero fora um senador e advogado da República romana na Antiguidade Clássica. Mesmo que o político romano tenha sido autor das ilustres *Catilinárias*, textos seus de diversos temas nos chegaram. Assim, Cícero, ao contrário de

---

<sup>22</sup> “Trois illustres esprits résumant et représentent cette époque mémorable; Louis Blanc est l'apôtre, Lamartine en est l'orateur, Ledru-Rollin en est le tribun.” “Três espíritos ilustres resumem e representam essa época memorável. Louis Blanc é o apóstolo, Lamartine é o orador, Ledru-Rollin é o tribuno.”

<sup>23</sup> “Existem dois tipos de oradores, o orador-filósofo e o orador-tribuno. A Antiguidade nos relegou esses dois tipos: Cícero é um, Demóstenes é o outro. Esses dois tipos de orador, o filósofo e o tribuno, um majestoso e pacífico, o outro fioso, se entre ajudam mais do que creem.”

Demóstenes, é um autor de, além de discursos políticos, tratados filosóficos também. Cícero, mesmo que participasse ativamente da vida política de Roma, não foi contrário ao *establishment*, como fora Demóstenes. Nesse sentido, esse será um orador mais afeito à ação, enquanto aquele à reflexão. Ledru-Rollin é, então, no esquema montado por Hugo, o paradigma de orador com atuação política.

O discurso *Inauguration du Tombeau de Ledru-Rollin*, de 1878, é fulcral nessa discussão, pois Hugo concentrará sua argumentação na definição do bom tribuno, para, então, enquadrar Ledru-Rolin nela. Alexandre Ledru-Rollin foi um político francês do século XIX. Em 1848, no momento do ocaso do governo de Louis-Philippe, ele era um dos líderes da Campanha dos Banquetes, que foi fundamental para a queda da Monarquia de Julho. Durante o governo provisório, Ledru-Rollin foi o Ministro do Interior responsável pela instituição do sufrágio universal masculino. Nas eleições presidenciais da II República, Ledru-Rollin lançou-se candidato, ficando em terceiro lugar, atrás de, respectivamente, Louis-Napoléon e Eugène Cavaignac. Durante o governo de Louis-Napoléon, Ledru-Rollin será exilado. Sobre esse personagem, Hugo afirmará que

personne plus que Ledru-Rollin n'a eu les dons souverains de la parole humaine. Il avait l'accent, le geste, la hauteur, la probité ferme et fière, l'impétuosité convaincue, l'affirmation tonnante et superbe. [...] De même qu'il a eu toutes les formes de l'éloquence, Ledru-Rollin a eu toutes les formes du courage, depuis la bravoure qui soutient la lutte jusqu'à la patience qui subit l'exil. (HUGO, 2008, p. 981)<sup>24</sup>

As características enumeradas por Hugo são paradigmáticas. O orador descrito por Hugo possui as principais qualidades aventadas pela Retórica clássica. É um orador que controla sua gesticulação e entoação,

---

<sup>24</sup>“Ninguém tinha mais do que Ledru-Rollin os dons soberanos da palavra humana. Ele tinha o acento, o gesto, a altura e a probidade firme e orgulhosa, a impetuosidade convencida, a afirmação soante e soberba. [...] Do mesmo modo que ele teve todos os tipos de eloquência, Ledru-Rollin teve todas as formas de coragem, da bravura que sustenta a luta até a paciência de quem passa pelo exílio.”

a *hypocrisis* aristotélica, ao mesmo tempo tem uma postura, seu *éthos*, marcada por sua probidade e bravura, que o distingue dos demais. O *ethos* que VH construía para si, no período anterior ao exílio, não era distinto daquele que os demais oradores do período faziam. Após o exílio, contudo, o *ethos* hugoano se enriquece e cria volume, pois o passado político do autor lhe permite evidenciar aspectos mais originais de sua trajetória. A idade, a sabedoria, a experiência adquirida pelo exílio, assim como o sucesso que fazem suas obras lhe permitem modificar, sensivelmente, sua Retórica e a construção de seu *ethos*.

O exílio, característica comum entre Ledru-Rollin e Victor Hugo, e, tão importante quanto, sua aceitação, é um traço distintivo no caráter do tribuno Ledru-Rollin, uma vez que “l’amour de la patrie s’affirme par l’acceptation du banissement, la conviction se manifeste par la persévérance” (HUGO, 2008, p. 981)<sup>25</sup>. Rollin era um homem de convicções, afinal ele só retornará, assim como Hugo, para França em 1871, no momento em que o II Império chega a seu fim. Ter sido exilado não era o único fato a ser exaltado, pois

deux actes mémorables dominant la vie de Ledru-Rollin ; ce sont deux actes de haute politique ; la liberté romaine défendue, le suffrage universel proclamé. (HUGO, 2008, p. 982)

Defender a liberdade de Roma consistiu em se posicionar contrariamente ao envio de tropas, em 1849, para acabar com a República Romana<sup>26</sup> e reestabelecer o governo autocrático de Pio IX. Uma República enviar tropas para acabar com outra República causa enorme estranhamento e Ledru-Rollin não deixa de manifestar sua contrariedade a esse fato. Além disso, o posicionamento favorável do

---

<sup>25</sup> “o amor pela pátria se afirma pela aceitação do banimento, a convicção se manifesta pela esperança.”

<sup>26</sup> A República Romana, 9 de fevereiro de 1849 a 4 de julho de 1849, foi instaurada após a fuga do papa Pio IX de Roma. A República constitua em um triunvirato liderado por Carlos Armellini, Giuseppe Mazzini e Aurelio Saffi. A Assembleia francesa, com o apoio do então presidente Louis-Napoléon, envia tropas para acabar com a República Romana e reestabelecer o poder temporal do papa.

presidente Louis-Napoléon à intervenção francesa em Roma, *La Expédition de Rome*, já dá sinais de sua verve autocrática.

O sufrágio universal masculino será reestabelecido por intermédio de uma legislação aprovada, no governo provisório logo após o fim da Monarquia de Julho, pelo Ministro do Interior Ledru-Rollin. Hugo, como defensor da autonomia popular, é favorável ao sufrágio universal, e a aprovação da extensão do direito de votar a todos os cidadãos franceses, e não mais apenas àqueles que possuíam determinada renda, como no regime de Louis-Philippe, não pode passar em branco. Assim, Hugo afirma que

1792 a créé le règne du peuple, c'est-à-dire la République; 1848 a créé l'instrument du règne, c'est-à-dire le suffrage universel. De cette façon l'œuvre est indestructible, une révolution couronne l'autre, et le Droit de l'homme a pour point d'appui le Vote du peuple. (HUGO, 2008, p. 982)<sup>27</sup>

Ledru-Rollin foi diretamente responsável pelo reestabelecimento<sup>28</sup> do sufrágio universal masculino, aproximando-se, assim, dos ideais da Revolução Francesa de 1789. Elogiando a atitude de Ledru-Rollin, Hugo define o sufrágio universal como

l'évidence faite sur la volonté nationale, c'est la loi seule souveraine, c'est l'impulsion à la marche en avant, c'est le frein à la marche en arrière, c'est la solution cordiale et simple des contradictions et des problèmes, c'est la fin à l'amiable des révolutions et des haines." (HUGO, 2008, p. 982)<sup>29</sup>

O sufrágio é o progresso e a paz. Combinado com a República, está criada a situação ideal, pois “la République vivra parce qu'elle est le

---

<sup>27</sup> “1792 criou o reino o povo, quer dizer a República; 1848 criou o instrumento do reino, quer dizer o sufrágio universal. Desse modo a obra torna-se indestrutível, uma revolução coroa a outra, e o Direito do homem tem como ponto de apoio o Voto do povo.”

<sup>28</sup> A I República, estabelecida em 1792, já havia adotado o sufrágio universal. O Diretório, entretanto, irá abolir.”

<sup>29</sup> “O que é, em efeito, o sufrágio universal? É a evidência da vontade nacional, é o impulso para caminhar para frente, é o freio ao retrocesso, é a solução cordial e simples das contradições e dos problemas, é o fim amigável das revoluções e dos ódios.”

droit, et parce qu'elle sera la concorde. La République vivra parce que nous serons cléments, pacifiques et fraternels”<sup>30</sup> (HUGO, 2008, p. 983). Assim, podendo todo cidadão votar, a República torna-se mais democrática, e esse é, também, um dos objetivos de Hugo, sintetizado em sua paradigmática frase: “*tout à tous*”<sup>31</sup>.

Hugo, em seu discurso fúnebre em homenagem a Ledru-Rollin, enumera os traços que considera ser fundamentais em um tribuno, isto é, o orador político. Ao orador é necessário um *éthos* adequado, e a experiência do exílio o proverá, uma vez que “la souffrance de l'orateur légitime sa fonction de porte-parole du peuple” (STEIN, 2007, p. 52)<sup>32</sup>; o tribuno é aquele que irá se posicionar e atuar politicamente visando o progresso. Ledru-Rollin opôs-se ao reestabelecimento do autocrático governo papal em Roma, assim como instituiu o sufrágio universal masculino. Victor Hugo partilha da mesma convicção, uma vez que o tema central de sua produção discursiva pode ser resumida ao conceito de liberdade. Stein, discorrendo sobre a produção de Hugo durante o exílio, afirma que

le projet oratoire de Hugo, fondamentalement, reste le même durant tout l'exil, même lorsque les circonstances politiques, sociales, géographiques, semblent l'anéantir : il consiste toujours à parler au peuple, peuple français puis, par extension, peuple universel, somme et produit de tous les peuples (STEIN, 2007, p. 269)<sup>33</sup>

O orador-político modelo, na concepção de Hugo, é aquele que representa os anseios do povo e é progressista, pois sua luta é a defesa das liberdades. Essas, contudo, não são as únicas características elencadas como essenciais ao orador por Hugo, uma vez que, no romance *L'Homme qui rit*, Hugo constrói o personagem Gwynplaine.

---

<sup>30</sup> “A República viverá porque ela é o direito e porque ela é a concórdia. A República viverá porque nós seremos clementes, pacíficos e fraternos.”

<sup>31</sup> “Tudo para todos.”

<sup>32</sup> “O sofrimento do orador legitima sua função de porta-voz do povo.”

<sup>33</sup> “O projeto oratório de Hugo, fundamentalmente, permanece o mesmo durante todo o exílio, mesmo quando as circunstâncias políticas, sociais e geográficas parecem o apagar: ele consiste em falar sempre ao povo, povo francês e, por extensão, povo universal, soma e produto de todos os povos.”

O romance *L'Homme qui Rit*, publicado em 1869, foi escrito durante o período de exílio de Victor Hugo em Guernesey. O romance desenvolve-se na Inglaterra, no final do século XVII, início do XVIII. Dentre os personagens do romance, destaca-se Gwynplaine, filho legítimo do Lorde Clancharlie, um entusiasta de Cromwell e, portanto, um republicano, que, quando bebê, é vendido, pelo rei inglês Charles II, aos *Comprachicos*, grupo errante que sobrevive traficando crianças, e, devido à tortura que foi submetido, a *Bucca fissa usque ad aures*<sup>34</sup>, porta, eternamente, seu sorriso grotesco. Gwynplaine é multifacetado, é filho de um Lorde Par da Inglaterra, porém foi criado como um artista errante, que vai de cidade em cidade fazendo apresentações. Devido a sua aparência e história, Gwynplaine é, em si, dicotômico. Ele é filho da aristocracia, porém vive como um bufão errante; sua face aparenta estar sempre rindo, mesmo que sua alma esteja sofrendo ou chorando. A condição peculiar de Gwynplaine possibilita vislumbrar a dialética presente na obra; ele personifica o conflito entre duas forças presentes no romance, a aristocracia e o povo; ele demonstra a contradição inerente ao progresso, pois, ao mesmo tempo que as forças produtivas avançam, a humanidade continua capaz de barbáries como traficar uma criança e deformá-la, objetivando criar um ser feito para divertir os outros.

O orador hugoano traz em sua *práxis* o traço do comediante. Aristóteles, quando duvide as partes da Retórica, define a *hypokrisis* como a atuação do orador diante de seu público. O substantivo *hypokrites* significa o ator de teatro. Desse modo, a oratória requer a performance, e ambas são indissociáveis. Assim, “dans tout orateur il y a deux choses : un penseur et un comédien” (STEIN, p. 55)<sup>35</sup>. Há um excerto paradigmático no romance *L'Homme qui rit*:

L`homme a une pensée, se venger du plaisir qu`on lui fait. De là le mépris pour le comédien.  
Cet être me charme, me divertit, me distrait, m`enseigne, m`enchante, me console, me verse

<sup>34</sup> “boca rasgada até as orelhas.”

<sup>35</sup> “no orador há duas coisas: o pensador e o comediante.”

l`idéal, m`est agréable et utile, quel mal puis-je lui rendre ? L`humiliation. Le dédain, c`est le soufflet à distance. Souffletons-le. Il me plaît, donc il est vil. Il me serte, donc je le hais. Où y a-t-il une pierre que je la lui jette ? Prêtre, donne la tienne. Philosophe, donne la tienne. Bossuet, excommunie-le, Rousseau, insulte-le. Orateur, crache-lui les cailloux de ta bouche. Ours, lance-lui ton pavé. Lapidons l`arbre, meurtrissons le fruit, et mangeons-le. Bravo ! et A bas ! Dire les vers des poètes, c`est être pestiféré. Histrion, va ! mettons-le au carcan dans son succès. Achevons-lui son triomphe en huée. Qu`il amasse la foule et qu`il crée la solitude. Et c`est ainsi que les classes riches, dites hautes classes, ont inventé pour le comédien cette forme d`isolement, l`applaudissement. (HUGO, 2002, p. 555)<sup>36</sup>

A comédia ensina, encanta, é agradável e útil, o orador também, porém o prêmio a ser ganho é um só: o desprezo e humilhação. O extrato permite uma eventual leitura autobiográfica, pois é possível afirmar que Hugo aproxima seu lugar de orador exilado ao de orador comediante. O comediante é desprezado por seu público, o exilado foi expulso de seu país por seus concidadãos; o comediante vive em isolamento, o exílio é o derradeiro isolamento; o orador objetiva servir ao povo e trazer-lhe conhecimento, o comediante também. No romance *L'Homme qui rit* é dito que

la vérité est que cette populace, attentive à ce loup, à cet ours, à cet homme, puis à cette musique, à ces hurlements domptés par l`harmonie, à cette nuit dissipée par l`aube, à ce chant dégageant la lumière, acceptait avec une sympathie confuse et profonde, et même avec un certain respect attendri, ce drame-poème de *Chaos vaincu*, cette victoire de l`esprit sur

---

<sup>36</sup> “O homem tem um pensamento: vingar-se do prazer que lhe dão. Daí o desdém pelo comediante.

Este ser me atrai, me diverte, me distrai, me ensina, me encanta, me consola, me proporciona o ideal, me é agradável e útil. Que mal posso lhe fazer? A humilhação. O desprezo é um tapa à distância. Que o estapeemos. Ele me agrada, logo é vil. Ele me serve, logo eu o odeio. Onde há uma pedra para que eu a atire? Padre, dê a sua. Filósofo, dê a sua. Bossuet, excomungue-o. Rousseau insulte-o. Orador, cuspa nele os calhaus de sua boca. Urso, lance nele sua pedra. Apedrejemos a árvore, derrubemos o fruto e o comamos. Bravo! E fora! Dizer os versos dos poetas é ser pestífero. Histrião, vai! Que o joguemos no tronco, preso em seu sucesso. Consumemos seu triunfo com vaías. Que ele reúna a multidão e que ele crie a solidão. Foi assim que as classes ricas, chamadas as classes altas, inventaram para o comediante esta forma de isolamento, o aplauso.”

la matière, aboutissant à la joie de l`homme. (HUGO, 2002, p. 555)<sup>37</sup>

A comédia, e a oratória, permitem que sua audiência aceite algum conhecimento. Elas são instrumentos capazes de educar o povo. Nesse contexto, o personagem Gwynplaine é único, pois é um comediante, mas ao mesmo tempo é um dos mais paradigmáticos oradores políticos presentes na obra de Victor Hugo. O discurso do bufão na Câmara dos Lordes é fulcral para a compreensão do lugar do orador.

O capítulo *Les tempêtes d`hommes pires que les tempêtes d`océans* é um dos capítulos fulcrais para a compreensão do *L`Homme qui rit*, pois é nele que Gwynplaine recebe a alcunha de “Homem que Ri”, que nomeará o romance, e, principalmente, faz seu magistral discurso na Câmara dos Lordes em que desvela a situação social contraditória da Inglaterra do século XVII. Antes de analisar o discurso de Gwynplaine, é preciso situá-lo dentro da obra. Gwynplaine, após a resolução da peripécia do romance, a descoberta de que ele era filho do Lorde Clancharlie e, conseqüentemente, um Lorde Par da Inglaterra, comparece à Câmara dos Lordes do Parlamento inglês na sessão em que estava sendo votada uma lei para conceder uma nova pensão para o príncipe George da Dinamarca, esposo da Rainha Anne. Cada Lorde Par da Inglaterra, quando questionado, deveria responder *content* ou *non content*. Os Lordes vão todos respondendo *content*, chegando a Charles Montangue, Barão de Halifax, que assim argumenta

le prince Georges a une dotation comme mari de sa majesté ; il en a une comme prince de Danemark, une autre comme duc de Cumberland, et une autre comme lord haut-amiral d`Angleterre et d`Irlande, mais il n`en a point comme généralissime. C`est là

---

<sup>37</sup> “A verdade é que essa rale, atenta a esse lobo, a esse urso, a esse homem, depois a essa música, a esses urros domados pela harmonia, a essa noite dissipada pela aurora, a esse canto que libera a luz, aceitava com uma simpatia confusa e profunda, e mesmo com certo respeito abrandado, esse drama-poema *Caos vencido*, essa vitória do espírito sobre a matéria, resultando na alegria do homem.”

une injustice. Il faut faire cesser ce désordre, dans l'intérêt du peuple anglais. (HUGO, 2002, p. 737)<sup>38</sup>

A fala do Barão de Halifax demonstra quão alienados da realidade social do país estão os Lordes da Inglaterra. Eles argumentam estar falando “no interesse do povo inglês” e que é necessário corrigir a injustiça de Georges não receber uma dotação como generalíssimo, pois, como recebe dotações por ser almirante e, até mesmo, por ser esposo da rainha, deveria, por analogia, receber uma também como generalíssimo. A noção de o que são a injustiça e a desordem social é enviesada. O Barão de Halifax não consegue romper os limites de sua posição social. Argumenta ser injusta uma questão pecuniária que é relevante, principalmente, para os príncipes, lordes e barões. Ele não consegue ser o representante do povo, como diz ser. Ele representa somente os interesses da aristocracia, ignorando o resto da população. O Barão de Halifax é a antítese do tribuno descrita por Hugo. O orador-político deve ser capaz de falar pelo povo, deve representar seus interesses e, sobretudo, defender o progresso, não o aumento das desigualdades sociais.

Logo após o voto do Barão de Halifax, é chamado para votar o Lorde Fermain Clacharlie, Barão de Clancharlie e Hunkerville, o Gwynplaine, que diz *non content*. Surpresa e indignação geral. É questionado quem é aquela criatura medonha, cuja face, após um enorme esforço da vontade de Gwynplaine, tornou-se apenas assustadora, e não mais risonha.<sup>39</sup> Antes mesmo de iniciar seu discurso, Gwynplaine, por intermédio do *pathós*, já inicia a persuasão.

---

<sup>38</sup> O príncipe Georges tem uma dotação como marido de sua majestade; ele tem outra como príncipe da Dinamarca; uma outra como duque de Cumberland; e uma outra como Alto Almirante da Inglaterra e da Irlanda; mas ele não possui nenhuma como generalíssimo. Isso é uma injustiça. É necessário fazer cessar essa desordem, pois isso é do interesse do povo inglês. (*L'Homme qui Rit*, II, VIII, 7)

<sup>39</sup> « Par une prodigieuse intensité de volonté, mais pas pour beaucoup plus de temps qu'un éclair, il avait jeté sur son front le sombre voile de son âme ; il tenait en suspens son incurable rire ; de cette face qu'on lui avait sculptée, il avait retiré la joie. Il n'était plus que effrayant. » (HUGO, 2002, p. 737) « Por um prodigioso esforço de vontade, mas não mais longo do que um relâmpago, ele coloca em sua face o véu escuro de sua alma. Ele coloca em suspenso seu incurável sorriso. Dessa face que lhe esculpíram, ele tinha retirado sua alegria. Ele não estava nada além de assustador »

Respondendo quem é, diz: “Qui je suis ? Je suis la misère.”<sup>40</sup> ; quando questionado de onde vem, afirma que vem “do abismo”<sup>41</sup>. A imagem que Gwynplaine constrói para si, diante dessa plateia formada apenas pelos nobres ingleses, é impactante. Iniciando seu discurso, Gwynplaine traz aos Lordes uma novidade, a existência do “gênero humano.”<sup>42</sup> Ciente do efeito de sua aparência que, quando contrastada com a de seus ouvintes, causa espanto, Gwynplaine, objetivando defender sua tese da existência do gênero humano, começa a argumentar utilizando os contrários. Há o alto, os Lordes, e o baixo, Gwynplaine, assim como há a noite e a aurora. Apesar dessa dicotomia, há o gênero humano, de quem Gwynplaine é a voz, é o grito.<sup>43</sup> Desse modo, aqui, o discurso de Gwynplaine, quando contrastado com o do Barão de Halifax, demonstra sua universalidade. Mesmo que Charles Montague diga representar o “interesse do povo inglês”, sua afirmação não se sustenta, pois ele é um Lorde defendendo privilégios para lordes. Gwynplaine, que naquele ambiente era chamado de Lorde Fermain Clancharlie, apesar deste não ser, em sua concepção, seu verdadeiro nome<sup>44</sup>, encarna a voz do universal. Assim, os ouvintes do discurso, e, conseqüentemente, os leitores do romance, extravasam sua subjetividade particular e compreendem que pertencem ao gênero humano, que, apesar das diferenças, pertencem a mesma espécie.

Na sequência do discurso, a argumentação de Gwynplaine tenta construir seu *pathós*, aumentando a capacidade persuasiva do discurso, por intermédio da experiência. A passagem :

J'ai éprouvé. J'ai vu. La souffrance, non, ce n'est pas un mot, messieurs les heureux. La pauvreté, j'y

---

<sup>40</sup> Qui je suis ? Je suis la misère. (HUGO, 2002, p. 738) « Quem sou eu? Eu sou a miséria »

<sup>41</sup> - D`où sortez- vous ?

Gwynplaine répondit:

- Du gouffre (HUGO, 2002, p. 738)

<sup>42</sup> Mylords, je viens vous apprendre une nouvelle. Le genre humain existe. (HUGO, 2002, p. 738) « Senhores, eu venho vos ensinar uma novidade: o gênero humano existe »

<sup>43</sup> Moi, je ne suis rien, qu`une voix. Le genre humain est une bouche, et j`en suis le cri. (HUGO, 2002, p. 739) « Eu não sou nada além de uma voz. O gênero humano é uma boca, e eu sou seu grito »

<sup>44</sup> Parmi vous je m`appelle lord Fermain Clancharlie, mais mon vrai nom est un nom de pauvre, Gwynplaine. (HUGO, 2002, p. 739) « Entre vocês eu me chamo lorde Fermain Clancharlie, mas meu verdadeiro nome é um nome de pobre: Gwynplaine »

grandi ; l'hiver, j'y ai grelotté; la famine, j'en ai goûté; le mépris, je l'ai subi; la peste, je l'ai eue; la honte, je l'ai bue. (HUGO, 2002, p. 739)<sup>45</sup>

É paradigmática nesse sentido. Gwynplaine passou fome e frio, cresceu na pobreza e foi submetido a todo tipo de privação, porém é essa sua experiência que torna seu discurso mais persuasivo. Desvelar o sofrimento é interessante, mostrar a dor e afirmar que passou por ela é ainda mais efetivo. Como afirmou Stein, o sofrimento justifica a presença do orador e reforça sua fala. Desse modo, o discurso de Gwynplaine cumpre uma função que lhe é proposta, a de memória dos homens, que auxilia na superação do sofrimento. Gwynplaine recorda aos seus abastados ouvintes que a fome, o frio e as dores existem; que, apesar deles não haverem passado por isso, há indivíduos que, cotidianamente, tem que enfrentar essas experiências<sup>46</sup>.

Após a utilização do *pathós*, Gwynplaine começa a utilizar instrumentos persuasivo <sup>47</sup> ligados ao *logos*. O paradoxo, etimologicamente, é aquilo que é contrário a *dóxa*, a opinião comum; ele, conseqüentemente, é uma construção silogística onde a tese e a antítese resultam, aparentemente, em conclusão contrária à esperada. Nesse sentido, argumentar que quem merece piedade são os Lordes e que quem está em perigo também são eles, é contrário à expectativa. Imagina-se que quem está em uma situação digna de pena sejam os miseráveis, não os ricos, e que quem corram mais riscos também sejam os pobres. A solução para o aparente paradoxo é que os ricos, por desconhecerem a real situação do homem, são aqueles que estão em perigo, pois, como todos os homens são iguais, a situação há de mudar sem que eles percebam. Sendo todos os homens iguais, tese defendida por Gwynplaine em seu discurso, aquilo que diferencia o oprimido do

---

<sup>45</sup> “Eu provei, eu vi. O sofrimento, não, isso não é uma palavra, senhores, os felizes. A pobreza, eu cresci nela; no inverno, eu tremi; a fome, eu a provei; o desprezo, eu fui submetido a ele; a peste, eu a tive; a vergonha, eu a bebi”

<sup>46</sup> Oh ! Ayez pitié! Oh ! Ce fatal monde dont vous croyez être, vous ne le connaissez point; si haut, vous êtes dehors; je vous dirai moi, ce que c'est. De l'expérience, j'en ai. “Oh ! Tenham piedade ! Oh ! Esse fatal mundo onde vocês acreditam estar ,vocês não o conhecem nem um pouco. De tão alto, vocês estão fora. Eu direi, eu-mesmo, aqui que é. Pois experiência, eu a tenho.”

<sup>47</sup> *Pisteis arxámenos*, na terminologia presente na Retórica de Aristóteles.

opressor é o lugar em que estão socialmente posicionados<sup>48</sup>. A responsabilidade é da “Babel social”, a diferenciação deve-se à contradição inerente ao progresso das forças produtivas. Os lordes não podem ser os responsáveis diretos pela opressão aos que estão em classes sociais abaixo da sua, porque essa é a regra implícita. Ser o momento em que é desvelado esse caminhar da história iniciado com um paradoxo como instrumento persuasivo é significativo. É possível que isso seja uma indicação de uma percepção, por parte de Victor Hugo, de que o caminhar das forças produtivas é, em si mesmo, paradoxal, pois permite a existência de lordes ao e de bufões e párias como Gwynplaine.

Continuando sua defesa da existência de grande desigualdade na Inglaterra, Gwynplaine começa a argumentar utilizando a exemplificação. Diz que “Il y a des petites filles qui commencent à huit ans par la prostitution et qui finissent à vingt ans par la vieillesse” (HUGO, 2002, p. 741)<sup>49</sup>; que “il y a des hommes qui mâchent du charbon pour s’emplir l’estomac et tromper la faim” (Idem)<sup>50</sup>; e que “Les fabriques de draperie sont fermées dans tout le Lancashire. Chômage partout” (HUGO, 2002, p. 741)<sup>51</sup>. Com esses exemplos explica o *non content* que pronunciara. O príncipe Georges não precisa de mais uma dotação enquanto há indivíduos passando por tais situações, não há necessidade de aumentar, ainda mais, a desigualdade. Não é aceitável aumentar as riquezas dos ricos, enquanto os pobres somente se tornam mais pobres. A injustiça não é, como argumentava Halifax, deixar o príncipe Georges sem mais uma dotação; injusto é perpetuar a desigualdade social. Posteriormente, Gwynplaine, utilizando sua própria

---

<sup>48</sup> L’humanité n’est pas autre chose qu’un cœur. Entre ceux qui oppriment et ceux qui sont opprimés, il n’y a de différence que l’endroit où ils sont situés. Vos pieds marchent sur des têtes, ce n’est pas votre faute C’est la faute de la Babel sociale. “A humanidade não é nada além que um coração. Entre aqueles que oprimem e aqueles que são oprimidos, não há outra diferença além do local em que estão situados. Os pés de vocês caminham sobre cabeças, e isso não é culpa de vocês. A culpa é da Babel social.”

<sup>49</sup> “Há meninas que, aos oito anos, começam a se prostituir e tornam-se velhas aos vinte anos”

<sup>50</sup> “Há homens que mastigam carvão para encher o estômago e saciar a fome.”

<sup>51</sup> “As fábricas de tecidos estão fechadas em toda Lancashire. Desemprego em todos os lugares”

história, faz uma amálgama dos dois instrumentos persuasivos que acabara de utilizar quando diz

Ah! Je suis un des leurs. Je suis aussi un des vôtres, ô vous les pauvres ! Un roi m`a vendu, un pauvre m`a recueilli. Qui m`a mutilé ? un prince. Qui m`a guéri et nourri ? un meurt-de-faim. Je suis lord Clancharlie, mais je reste Gwynplaine. (HUGO, 2002, p. 742)<sup>52</sup>

O exemplo que Gwynplaine dá é sua própria história, que é paradoxal pois um rei, Charles II, que o vende para os *Comprachicos*, e foi um morto de fome, Ursus, que o recolhe e lhe dá abrigo. A expectativa era que aquele que possui mais recursos materiais, o rei, não teria necessidade de vender uma criança, enquanto o morto de fome dificilmente dividiria seus poucos recursos. Essa inversão nas expectativas é persuasiva; quando somada a uma narrativa construída utilizando o argumento da experiência, persuade ainda mais.

Encerrando seu discurso, Gwynplaine explicita a passagem do individual para o universal e a contradição do progresso que ele representa. Sua história e a aparência permitem-no encarnar o universal; seu riso forçado, produto de torturas, quer dizer ódio, raiva, silêncio e desespero, é a expressão da desolação universal. Antecipando o argumento de seus ouvintes, que podem julgar que Gwynplaine seja uma exceção, ele diz:

Je suis un symbole. O tout-puissants imbéciles que vous êtes, ouvrez les yeux. J`incarne tout. Je représente l`humanité telle que ses maîtres l`ont faite. L`homme est un motile. Ce qu`on m`a fait, on l`a fait au genre humain. On lui a déformé le droit, la justice, la vérité, la raison, l`intelligence, comme à moi les yeux, les narines, et les oreilles; comme à moi, on lui a mis au cœur un cloaque de colère et de

---

<sup>52</sup> “Eu sou um deles. Eu sou, também, um dos seus, pobres homens. Um rei me vendeu, um pobre me recolheu. Quem me mutilou ? Um príncipe. Quem me acolheu e alimentou ? Um morto de fome. Eu sou lorde Clancharlie, porém permaneço Gwynplaine.”

douleur, et sur la face un masque de contentement.  
(HUGO, 2002, p. 745)<sup>53</sup>

Gwynplaine, em seu momento de reconhecimento de seu papel<sup>54</sup>, provoca a catarse em seu ouvinte. Ele suscita emoções, como o terror provocado por sua aparência e a piedade que pede para si. No momento em que se reconhece como encarnação do universal e vítima paradigmática das contradições do progresso, Gwynplaine alcança a universalidade que almeja; seu ouvinte, também, ao perceber que Gwynplaine não é uma exceção, mas um produto social que é comum, consegue romper as barreiras de sua individualidade particular para compreender que pertence ao gênero humano, que é uno, porém com múltiplas representações. Gwynplaine é um tribuno, porém, concomitantemente, devido a suas feições, jamais deixa de ser o comediante. As palavras do tribuno-comediante são suasórias, pois são provenientes de sua experiência; seu *éthos* é reforçado, uma vez que ele viveu, e sofreu, o pior que a humanidade tinha a lhe oferecer; o bufão fala de todos em seu discurso, não apenas sobre os miseráveis ingleses. Hugo, no discurso *Inauguration du tombeau de Ledru-Rollin* assim como no *L'Homme qui rit*, elabora um modelo de orador ideal. O orador é o indivíduo cujas vivências embasam seu argumento e que se associa às causas progressistas. A trajetória política de Victor Hugo, que irá culminar em seu exílio, e sua constante defesa pela liberdade, em suas distintas formas, enquadram Hugo como um postulante ao posto de tribuno.

---

<sup>53</sup> Eu sou um símbolo. O, todos poderosos imbecis que vocês são, abram os olhos. Eu encarno tudo. Eu represento a humanidade da forma que seus mestres a fizeram. O homem está mutilado. Isso que me fizeram, fizeram ao gênero humano. Deformaram nele o direito, a justiça, a verdade, a razão e a inteligência, como em mim [deformaram] os olhos, as narinas e as orelhas; como em mim, colocaram nele, no lugar do coração, uma cloaca de cólera e dor, e sobre a face uma máscara de contentamento.

<sup>54</sup> *Anagnóresis*, na terminologia de Aristóteles presente na *Poética*.

## Capítulo II - A História

*Voici les phases successives que ma conscience a traversées en s`avançant sans cesse et sans reculer un jour, - je me rends cette justice, vers la lumière:*

*1818: Royaliste;*

*1824: Royaliste libéral;*

*1827: Libéral;*

*1828: Libéral - socialiste;*

*1830: Libéral-socialiste-démocrate;*

*1849: Libéral-socialiste-democrate-républicain.*

Victor Hugo<sup>55</sup>

Victor Hugo foi um autor que, desde o início de sua produção, destacou-se, dentre outros inúmeros motivos, por seu engajamento nas querelas literárias, e também nas políticas de seu tempo. Hugo nasceu em 1802 e faleceu em 1885, percorrendo o século XIX quase que integralmente. Desse modo, Hugo será testemunha de um século em que diferentes tendências literárias despontam - entre elas o Romantismo, que terá Victor Hugo como um de seus defensores - e diversas mudanças de regimes se operam - em 1800, a França era um Consulado; em 1899, era uma República. Nesse contexto, pode-se argumentar que os diversos combates de Victor Hugo têm um ponto em comum: a busca pela liberdade.

---

<sup>55</sup> Note de Victor Hugo, datée de l`époque de l`exil à Jersey, 1853-1855, *Apud* LASTER, 1981, p. 136

*“Eis as fases sucessivas que minha consciência atravessou sem cessar e sem recuar um dia - submeto-me a essa justiça, rumo à luz:*

*1818: Realista;*

*1824: Realista liberal;*

*1827: Liberal;*

*1828: Liberal - socialista;*

*1839: Liberal-socialista-democrata;*

*1849: Liberal-socialista-democrata-republicano. “*

Arnaud Laster, analisando a relação entre política e as obras hugoanas, afirma que

une lecture de l'œuvre de Hugo qui ne serait pas politique et, d'un point de vue plus large encore, idéologique, méconnaître une de ses dimensions les plus importantes. Elle ne doit pas se limiter aux textes spécifiquement politique, mais s'entendre à toute sa production. (LASTER, 1981, p. 136)<sup>56</sup>

Atentando-se às palavras de Laster, não seria recomendável fazer uma leitura ingênua das obras do autor, como se elas estivessem descoladas da realidade objetiva e não mantivessem um permanente diálogo com ela. Hugo, em 1827, publica a peça *Cromwell*, cujo prefácio se tornará um marco na luta em prol da defesa da liberdade criativa sem se prender a um conjunto de modelos. Da mesma forma, em 1851, quando Louis Napoléon dá um golpe de Estado e encerra a II República, Hugo irá se manifestar em prol da liberdade e contra a autocracia. Assim, pode-se postular que a liberdade, em seus diversos aspectos, é um conceito caro a Victor Hugo ao longo de sua trajetória, mesmo durante o período que antecede o exílio do poeta. Para que haja a liberdade, é necessário que o homem seja livre, assim

la nature de l'homme est la liberté sous un double aspect, liberté personnelle, liberté en société. 'Être libre, c'est n'être soumis au pouvoir d'aucun autre homme', ce qui renvoie à une théorie des pouvoirs oppressifs. Étant donné l'universalité du genre humain, cette définition se complète par la réciprocité de la liberté: 'et soumettre aucun autre homme à son pouvoir', c'est alors l'égalité. (VOVELLE, 1988, p. 417)<sup>57</sup>

A liberdade em seu aspecto político, então, é indissociável da democracia. Em uma monarquia, o súdito é submisso ao rei, assim como

---

<sup>56</sup> “uma leitura da obra de Hugo que não será política e, de um ponto de vista ainda mais amplo, ideológica, desconhece uma de suas dimensões mais importantes. Ela não deve se limitar aos textos especificamente políticos, mas se estender a toda a sua produção.”

<sup>57</sup> “a natureza do homem é a liberdade sob um duplo aspecto, liberdade pessoal, liberdade em sociedade. ‘Ser livre é não estar submetido ao poder de nenhum outro homem’, o que remete a uma teoria dos poderes opressivos. Considerando a universalidade da espécie humana, essa definição se completa pela reciprocidade da liberdade: ‘e não submeter nenhum outro homem ao seu poder’ é então a igualdade.”

em uma tirania o indivíduo está sujeito a todos os caprichos do tirano. Na democracia, o cidadão está sujeito somente à lei, de cuja criação ele participa. Desse modo, no caminho através da história da liberdade, ela esteve sempre de mãos dadas com a democracia.

## 2.1 - Sobre a Democracia

A democracia é uma forma de governo surgida na cidade de Atenas durante os séculos VI e V a.C., e que, no decorrer do tempo, será apropriada de diferentes formas nos mais distintos lugares. Uma República pode ser democrática, como foi a II República Francesa; uma monarquia também pode ser democrática, como os longevos Parlamento e Monarquia ingleses; a democracia pode ser representativa, como acontece em nossa República; a democracia, também, pode ser direta, como era na Atenas clássica. Percebe-se a polissemia que o conceito apresenta. Assim, torna-se necessário, ao estudar a posição política de Victor Hugo em relação ao II Império, esboçar aquilo que o autor compreendia como e associava à democracia. Na construção desse raciocínio, parece-nos pertinente, inicialmente, discorrer sobre a democracia na Antiguidade Clássica, fulcro do conceito, e constante referencial de Hugo. Em seguida, a relação entre a Revolução Francesa - evento histórico fulcral para o entendimento da França no século XIX e, conseqüentemente, de Victor Hugo, e a democracia deve ser estudada. Finalmente, passa-se à discussão sobre a possibilidade de o II Império pode ou não ser considerado um regime democrático.

A democracia na Antiguidade Clássica não foi um fenômeno monofacetado, que teve apenas uma única e imutável forma durante toda sua existência. Diversas *póleis*<sup>58</sup> tiveram suas assembleias e conselhos; não havia uma forma única de participação política dos membros dessas *póleis*, uma vez que havia tanto a monarquia dual de Esparta, quanto as oligarquias de Corinto ou Atenas. Assim, em seu sentido mais amplo - aquele que vincula democracia ao conceito de cidadania - todas as cidades gregas possuíam traços democráticos. Nesse contexto em que é importante delimitar o paradigma que está sendo utilizado, Atenas é, essencialmente, o modelo de democracia grega. Para entender a democracia ateniense, é preciso, inicialmente,

---

<sup>58</sup> A *polis* era a cidade-Estado grega. A cidade era autônoma, gerida por seus próprios cidadãos e sujeitas às suas próprias regras.

discorrer sobre suas principais instituições: a Assembleia, o Conselho e os tribunais. Assim,

a assembleia popular - *Eclésia* - elegia os magistrados e adotava as leis. Sua composição inicial era aristocrática, compondo-se dos cidadãos das classes superiores, que integravam as forças armadas. Um conselho de anciãos - *Aeropagus* - formado por representantes das famílias mais nobres e, provavelmente, pelos ex-arcontes, era o principal corpo deliberativo do Estado, propondo a adoção de leis e regulando os assuntos religiosos e judiciais, de conformidade com o severo código de Dracon. (JAGUARIBE, 1981, p. 33)

Além das instituições democráticas do século V a.C., há um alcmeniônida a ser considerado no processo de desenvolvimento da democracia ateniense: Péricles. Ao estabelecer o *misthos* - um pagamento dado aos cidadãos de baixa renda para cada dia que participassem da Assembleia, Conselho ou Tribunal -, Péricles está incentivando a participação popular nos órgãos de poder da *pólis*. O cidadão não poderia argumentar que, ao participar das decisões da *pólis*, ele estaria perdendo um dia de seu trabalho, pois a participação se tornou remunerada. Péricles aprofunda a democracia ateniense, uma vez que tanto o cidadão com posses, quanto aquele sem nenhuma tinha a liberdade, traduzida pela possibilidade real, de passar dias refletindo, pensando e deliberando sobre o destino da *pólis*. Enquanto o cidadão tivesse que se preocupar com sua subsistência diária, ele não era realmente livre para participar do jogo democrático. Péricles garante a participação de todo e qualquer cidadão nessa democracia. Assim,

el funcionamiento de la democracia ateniense se hallaba articulado sobre un andamiaje institucional en cuyo marco los ciudadanos participaban, desempeñaban los cargos, ejercían el poder, debatían los asuntos públicos y tomaban las decisiones. (GALLEGO, 2007, p.95)<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> “O funcionamento da democracia ateniense estava articulado sobre um andaime institucional, de cujo marco os cidadãos participavam, desempenhavam cargos, exerciam o poder, debatiam os assuntos públicos e tomavam as decisões”

Na Assembleia, os cidadãos poderiam se sentar onde bem entendessem, permitindo a criação de diversos, e por vezes efêmeros, agrupamentos políticos, e a palavra era livre, pois qualquer cidadão, desde que se inscrevesse, poderia falar; nos Tribunais, eram os próprios cidadãos que exerciam os papéis de advogado, promotor e juiz. A principal forma para a tomada de decisões na *pólis* é, então, o debate, o confronto de ideais e perspectivas. O cidadão, que na guerra defendia, com seu corpo, a *pólis*, nas assembleias irá defender, por intermédio de suas ideias, aquilo que acredita ser o melhor para a cidade. Disso resulta que a guerra se tornaria

una operación homóloga a la confrontación de los argumentos, pues el encuentro de las fuerzas en pugna en el campo de batalla implica una potencia del mismo carácter que los enfrentamientos retóricos en la asamblea ateniense” (GALLEGO, 2007, p.101).

Desse modo, o ambiente da assembleia ateniense será, fundamentalmente, agonístico, pois se trata de um combate entre oradores. Para tanto, há duas características fulcrais a serem consideradas: o tratamento igualitário dispensado a todos os oradores – *isegoría* – e, como consequência, a possibilidade de qualquer cidadão poder opinar sobre o tema sendo discutido – *parresía*. A igualdade da palavra implica, ao cidadão, que a ação política deve ser responsável, pois, caso a cidade passe por dificuldades, será o próprio cidadão que enfrentará esses percalços.

As características basilares da democracia ateniense, que também estão presentes no ideário democrático hugoano, são a liberdade de expressão e de participação do cidadão nos distintos locais de poder e a relação entre a democracia e as formas de filiação do corpo de cidadãos. Nesse contexto, por mais que a democracia do século V a.C. seja distinta daquela do século IV a.C., ou mesmo daquela do período pré-Reformas, a participação popular, a liberdade de ação e os diferentes espaços de decisões coletivas que se inter cruzam se mantêm

como fundamentos do ideário de democracia hugoano. Para discorrer sobre aquilo que Hugo afirma ser a democracia, é preciso, primeiramente, delimitar os contornos do conceito durante um período que foi marcante para a formação política de Victor Hugo: a Revolução Francesa.

## 2.2 - Revolução Francesa e Democracia

Os séculos XVIII e XIX assistem ao ressurgimento da democracia como forma de governo, e não apenas uma relíquia da Antiguidade Clássica. Nesse contexto, a Revolução Francesa será o marco fundamental, pois será ela que, pragmaticamente, recolocará a democracia no centro da discussão política do período. Após a queda do Antigo Regime, a questão mais importante a ser discutida é a nova forma de governo a ser adotada: democrática ou autocrática, e República ou monarquia? Assim, a questão basilar a ser respondida é quais são os pontos de tangência entre a Revolução Francesa e a democracia, para, em seguida, analisar a relação do II Império com a democracia e o que o próprio Hugo entende como democracia.

A Revolução Francesa será o paradigma para toda a discussão política na França do século XIX. Seja confirmando ou negando a Revolução, ela esteve no centro da discussão política do período. François Furet afirma que

the French from 1815 to 1880 were perpetually enacting the same historical drama, the elements of which had been given once and for all between 1789 and 1799. First of all, they 'restored' their former kings, but not the former kingship, in order to re-enact them in 1830 what they imagined to be an English 1668, that is, a successful 1789, with a new monarchy linked to a new political and social order. [...] The year 1848 saw a constituent assembly, a legislative assembly, a Bonaparte. The second Republic found actors for all the roles in the great revolutionary repertory, Lamartine as Brissot, Ledru-Rollin as Robespierre, the nephew Bonaparte as his uncle. The same combination of parliamentary impotence and Jacobin nostalgia which had led to 18 Brumaire brought a second Bonaparte to power under the aegis of memory. The Second Empire collapsed like the first because it was defeated in war, but only to open the way first to the new Jacobin resurrection, which was the Paris Commune, and afterwards to the final attempt to restore the former monarchy in the guise of the 'moral order'. Then began, almost one hundred years after the explosion which we call the French Revolution, the

apparently terminal struggle which was to found the Third Republic on the victory of the principles of 1789. (FURET, 2006, p. 54-55)<sup>60</sup>

Assim, para analisar o desenvolvimento do conceito de democracia no século XIX é preciso, inicialmente, discorrer sobre a Revolução de 1789.

A França, no final do século XVIII, era a maior monarquia absolutista europeia. O rei Louis XVI reinava sobre um Estado que, entre outras questões, enfrentava graves problemas econômicos e constantes convulsões sociais, pois o contrato social vigente no período estava se desgastando em rápida velocidade, e o Antigo Regime entrava em seu ocaso. Nos termos de Michel Vovelle, seria possível definir o Antigo Regime a partir de três fundamentos: o feudalismo – o modo de produção; a sociedade de ordens – a estrutura social; e o absolutismo – o sistema político e o modo de governo (VOVELLE, 2012, p, 24). O feudalismo é o sistema de produção baseado na economia rural em que o senhor das terras – seja a aristocracia ou o clero – domina o campesinato. A justiça era responsabilidade do senhor de terras, o lucro proveniente do trabalho ficava nos cofres dos castelos, e a terra era onerada com uma miríade de impostos, rememorando, sempre, que a propriedade da terra não era do camponês. Além disso, moinhos, fornos e prensas eram monopolizados pelo senhorio. A liberdade não era assegurada no campo econômico, o camponês não podia produzir aquilo que julgasse ser mais interessante, devendo produzir aquilo que o

---

<sup>60</sup> “os franceses de 1815 até 1880 estiveram, perpetuamente, encenando o mesmo drama histórico, cujos os elementos foram dados de uma vez por todas entre 1789 e 1799. Em primeiro lugar, eles 'restauraram' seus antigos reis, mas não o reinado anterior, a fim de reencenar em 1830 o que eles imaginavam ser o 1668 inglês, ou seja um 1789 bem-sucedido, com uma nova monarquia ligada a uma nova ordem política e social. [...] O ano de 1848 viu uma assembleia constituinte, uma assembleia legislativa, e um Bonaparte. A segunda República encontrou atores para todas as funções no grande repertório revolucionário, Lamartine como Brissot, Ledru-Rollin como Robespierre, o sobrinho Bonaparte como seu tio. A mesma combinação de impotência parlamentar e nostalgia jacobina que tinha conduzido ao 18 Brumário trouxe o segundo Bonaparte ao poder sob a égide da memória. O Segundo Império ruiu como o primeiro porque ele foi derrotado na guerra, mas apenas, inicialmente, para abrir o caminho para uma nova ressurreição jacobina, que foi a Comuna de Paris, e depois para a tentativa final para restaurar a antiga monarquia sob o disfarce da " ordem moral "Em seguida, começou, quase cem anos depois da explosão que chamamos de Revolução Francesa, a luta aparentemente terminal que foi fundar a Terceira República com princípios vitoriosos de 1789.”

senhor das terras determinasse. Nessa conjuntura, a França estava economicamente imobilizada, pois não havia espaço para o progresso. Assim, no momento em que a Revolução inicia seu percurso, uma das primeiras atitudes a ser tomada é desmontar o regime feudal que imobilizava a economia do país.

A sociedade francesa durante o Antigo Regime era dividida em três ordens sociais: o clero, a nobreza e o terceiro estado. A nobreza era composta pela aristocracia e a família real, enquanto o clero era composto pelos funcionários da Igreja, tanto o baixo clero, quanto o alto clero. O terceiro estado, a mais heterogênea das ordens, era composta desde os trabalhadores rurais, até os profissionais liberais urbanos. Todos aqueles que não fossem nobres ou padres eram do terceiro estado. As duas primeiras ordens, clero e nobreza, possuíam diversos privilégios, enquanto ao terceiro estado cabiam os ônus da manutenção do regime. Vovelle afirma que

para fazer uma evocação simbólica da sociedade francesa, é fácil lembrar da procissão de representantes das três ordens na cerimônia de abertura dos Estados-gerais, em maio de 1789: em primeiro lugar, o clero, como primeira ordem privilegiada, mas, em si mesmo, uma fusão heterogênea de um alto clero aristocrático e um baixo clero plebeu; depois, a nobreza; e então o terceiro estado. Essa hierarquia não é simples ilusão; os “privilegiados” têm um estatuto particular. O clero e a nobreza têm privilégios fiscais que os protegem amplamente do imposto real. Mas existem também privilégios honoríficos ou de acesso a cargos, como, por exemplo, a rígida exclusão do terceiro estado das patentes de oficial militar no fim do Antigo Regime (VOVELLE, 2012, p. 8)

Nessa estrutura social composta por ordens não é possível se falar em democracia, uma vez que um dos fundamentos dessa é a isonomia entre os cidadãos. O burguês francês do fim do século XVIII não só era socialmente distinto do nobre, como também o era juridicamente. Além disso, a mobilidade social era quase nula, pois, tendo nascido plebeu, o indivíduo morreria plebeu.

O absolutismo é o sistema político em que o rei possui poder absoluto, isto é não há contrapeso à sua autoridade. Nesse modelo, não há uma constituição ou outra espécie de legislação à qual o rei estaria submetido. A vontade real é a lei. Claro que havia códigos para reger a vida cotidiana dos súditos da coroa, esses códigos, entretanto, não se aplicavam ao rei. Além disso, no absolutismo francês, as prerrogativas reais tinham origem divina. A coroa é justificada pela mitra, uma vez que a autoridade real é proveniente da celeste, já que teria sido deus que teria escolhido determinada família para reinar. No absolutismo, não há como questionar o rei, pois ele é o escolhido de deus. Assim, em um Estado absolutista, não há igualdade, tampouco liberdade, os fundamentos da democracia segundo Kelsen (KELSEN, 2000, p. 27). A Revolução Francesa aboliu um regime que, essencialmente, era autocrático e fundado na desigualdade. Tendo sido um movimento liderado pelo terceiro estado, essencialmente heterogêneo em sua composição e objetivos, a Revolução traz em seu bojo a diversidade, que, em última instância, pressupõe a democracia. Nesse contexto, deve-se à Revolução a reintrodução dos conceitos de liberdade e igualdade no cenário político francês.

A Revolução Francesa não foi um fato histórico unívoco, pois, iniciada em 1789, passou por diferentes fases - Monarquia Constitucional e Assembleia Constituinte de 1789 até 1792, a Convenção de 1792 até 1795 e o Diretório de 1795 até o golpe de 18 de Brumário, em 1799 - culminando no I Império. Apesar dos progressos e regressos no percurso revolucionário, a Revolução reintroduz, definitivamente, a democracia no espectro político do Ocidente. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Constituição do Ano I, e a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã são exemplos de documentos que comprovam a verve democrática da Revolução, mesmo que nem todos esses textos, provenientes do período da Assembleia Constituinte, tenham tido, a exemplo da Constituição, vigência durante os demais períodos da Revolução. Sobre consolidação do ideal democrático durante a Revolução, Vovelle afirma que

la dangereuse et presque fatale levée d'oppositions à partir du printemps 1793 ainsi que la première coalition imposèrent au mouvement démocratique un sens bien précis : défendre les conquêtes politiques et sociales de 1789 -1792 et les entendre en donnant aux citoyens les moyens économiques et culturels de les intégrer à leur vie personnelle. (VOVELLE, 1988, p. 471)<sup>61</sup>

Nesse sentido, as Declarações dos Anos de 1789 e 1791 são paradigmáticas, porém a Constituição do Ano I é o texto constitucional do regime que assegura as conquistas decorrentes dos anos anteriores da Revolução.

Esses três documentos são fulcrais para o entendimento do pensamento político do período. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um texto que, atualmente, tem status constitucional na França. Sua importância para a consolidação dos Direitos Humanos em nível global é unívoca. Mesmo sendo um documento de grandíssima importância, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não é totalmente abrangente. Tendo percebido isso, Olympe de Gouges escreve, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Essa Declaração é modelar, pois foi um dos primeiros textos a clamar pelos direitos femininos. A Constituição de 1793, também chamada de Constituição do Ano I, foi a primeira constituição republicana da França. Nesse sentido, afirma Vovelle sobre a Constituição do Ano I que

esse texto [Constituição do Ano I], que dá forma à expressão mais avançada do ideal democrático da Revolução Francesa, é extremamente importante, mas nunca foi aplicado, porque a Convenção decretou 'o governo da França revolucionária até a paz'. (VOVELLE, 2012, p. 44)

Os três documentos selecionados justificam-se como fundamentais para a pesquisa, pois tratam dos Direitos do Cidadão, da República e dos

---

<sup>61</sup> “a perigosa e quase fatal levantada de oposições a partir da primavera de 1793, assim como a primeira coalisão, impôs ao movimento democrático um sentido bem preciso; defender as conquistas políticas e sociais de 1789 - 1792 e compreendê-las dando aos cidadãos os meios econômicos e culturais de integrá-las em sua vida pessoal.”

Direitos das Mulheres, temas que estarão presentes nos discursos de Victor Hugo durante o exílio.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento paradigmático do período revolucionário, traz o conceito de que a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade são direitos inalienáveis do homem<sup>62</sup>. Além de serem direitos naturais, a causa de todos os malefícios do mundo tem seu cerne no não cumprimento desses direitos. A Declaração, promulgada em 1789, afirma, em seu preâmbulo, que o governo deve prestar contas ao cidadão, que o combate à opressão e à tirania é necessário e que a liberdade e a felicidade são imprescindíveis<sup>63</sup>. A Declaração pretende inaugurar uma nova era nas relações entre os indivíduos. Uma era em que os homens são livres, iguais e fraternos entre si. Nesse novo período, a lei deve ser expressão da vontade geral, e todos estão igualmente submetidos à ela<sup>64</sup>. A

---

<sup>62</sup> Déclaration des Droits de L'Homme et du Cityen, Article 2. - Ces droits sont l'égalité, la liberté, la sûreté, la propriété. Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-du-24-juin-1793.5084.html>

<sup>63</sup> “Le peuple français, convaincu que l'oubli et le mépris des droits naturels de l'homme, sont les seules causes des malheurs du monde, a résolu d'exposer dans une déclaration solennelle, ces droits sacrés et inaliénables, afin que tous les citoyens pouvant comparer sans cesse les actes du gouvernement avec le but de toute institution sociale, ne se laissent jamais opprimer, avilir par la tyrannie ; afin que le peuple ait toujours devant les yeux les bases de sa liberté et de son bonheur ; le magistrat la règle de ses devoirs ; le législateur l'objet de sa mission. - En conséquence, il proclame, en présence de l'Etre suprême, la déclaration suivante des droits de l'homme et du citoyen”. Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-du-24-juin-1793.5084.html> - “O povo francês, convencido de que o esquecimento e o desprezo pelos direitos naturais do homem são as únicas causas das mazelas do mundo, resolveu expor em uma declaração solene, esses direitos sagrados e inalienáveis, a fim de que todos os cidadãos possam comparar sem cessar os atos do governo com o objetivo de toda a instituição social jamais se deixe oprimir, aviltar pela tirania; a fim de que o povo sempre tenha diante dos olhos as bases de sua liberdade e de sua felicidade; o magistrado, a regra de seus deveres; o legislador, o objeto de sua missão. - Consequentemente, ele proclama, na presença do Ser supremo, a seguinte declaração dos direitos do homem e do cidadão”.

<sup>64</sup> Déclaration des Droit de l'homme et du Citoyen, Art. 6. « La Loi est l'expression de la volonté générale. Tous les Citoyens ont droit de concourir personnellement, ou par leurs Représentants, à sa formation. Elle doit être la même pour tous, soit qu'elle protège, soit qu'elle punisse. Tous les Citoyens étant égaux à ses yeux sont également admissibles à toutes dignités, places et emplois publics, selon leur capacité, et sans autre distinction que celle de leurs vertus et de leurs talents. » - “A Lei é a expressão da vontade geral. Todos os Cidadãos têm direito de concorrer pessoalmente, ou por seus Representantes, à sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos sendo iguais aos seus olhos são igualmente

Declaração estabelece que a relação entre o homem e o Estado deve seguir um paradigma pré-determinado, que o Estado não tem direitos absolutos sobre o homem, pois este é livre e, por conseguinte, responsável por seus atos. A liberdade pode ser definida como algo natural ao homem.

A contraposição com o período do Antigo Regime é evidente, uma vez que, baseado em um sistema de ordens, aqui, os homens eram, desde de seu nascimento, distintos uns dos outros. Furet, tratando do tema, postula que

in fact, the society of the Ancien Régime neglected the individual; it recognized only the *corps*, such as the orders, the corporations, the associations around the possession of a profession or an office, the communities of people, etc. (FURET, 2006, p.61)<sup>65</sup>

Dessa dicotomia, depreende-se que, enquanto o Antigo Regime era absolutista e autocrático, o regime a ser instaurado deveria ser baseado na liberdade e na igualdade individuais. A passagem do direito de ordens para o direito individual é essencial no estabelecimento de um regime democrático. Quando o indivíduo tem seus direitos assegurados e não apenas as coletividades os têm, pode-se falar em igualdade. Todos são portadores de direitos e esses direitos são iguais para todos. Não há mais a distinção entre os direitos dos nobres dos do burguês e os do padre. Todos os homens, independentemente de sua origem, têm os mesmos direitos fundamentais.

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã é um documento que foi escrito por Olympe de Gouges em 1791, e apresentado à Convenção no mesmo ano. A autora, motivada pelo fato de a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não citar as mulheres, decide escrever uma nova declaração nos moldes daquela de 1789, porém,

---

admissíveis para todas as dignidades, locais e empregos públicos, segundo sua capacidade, e sem outra distinção senão aquela de suas virtudes e de seus talentos.”

<sup>65</sup> “Factualmente, a sociedade do Antigo Regime negligenciava o indivíduo, ela reconhecia apenas o *corps*, como as ordens, as corporações, as associações de profissionais ou um escritório, as comunidades populares, etc.”

dessa vez, incluindo a mulher como indivíduo que tem direitos e responsabilidades, assim como o homem. Enquanto na Declaração de 89 consta, em seu preâmbulo, que a não observância dos direitos naturais do homem – igualdade, liberdade, propriedade e segurança – é a causa de todos os males, na Declaração de 91 consta: “Considérant que l'ignorance, l'oubli ou le mépris des droits de la femme, sont les seules causes des malheurs publics et de la corruption des gouvernements”<sup>66,67</sup>. Enquanto ignorar os direitos dos cidadãos gera todos os males do mundo, ignorar os direitos das mulheres é a fonte da corrupção governamental e dos demais problemas públicos, Gouges evidencia, já no preâmbulo, que a participação feminina nos órgãos de poder é essencial para o bom funcionamento de qualquer governo. Desse modo, o texto de 1791 pretende alargar o corpo de cidadãos e, concomitantemente, os direitos que lhe são garantidos. Nesse sentido, no final do preâmbulo da Declaração é dito que:

en conséquence, le sexe supérieur en beauté comme en courage, dans les souffrances maternelles, reconnaît et déclare, en présence et sous les auspices de l'Être suprême, les Droits suivants de la Femme et de la Citoyenne.<sup>68,69</sup>

O primeiro artigo<sup>70</sup> da Declaração de 1791 afirma que a mulher nasce livre e é igual ao homem em direitos, assim como o terceiro artigo<sup>71</sup> elenca que a Nação é formada pela união dos homens e das

---

<sup>66</sup> Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, 1791. Disponível em [http://www.philo5.com/Mes%20lectures/GougesOlympeDe-DeclarationDroitsFemme.htm#\\_Article\\_X](http://www.philo5.com/Mes%20lectures/GougesOlympeDe-DeclarationDroitsFemme.htm#_Article_X)

<sup>67</sup> “Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das mazelas públicas e da corrupção dos governos.”

<sup>68</sup> Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, 1791. Disponível em [http://www.philo5.com/Mes%20lectures/GougesOlympeDe-DeclarationDroitsFemme.htm#\\_Article\\_X](http://www.philo5.com/Mes%20lectures/GougesOlympeDe-DeclarationDroitsFemme.htm#_Article_X).

<sup>69</sup> “consequentemente, o sexo superior em beleza assim como em coragem, nos sofrimentos maternos, reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser supremo, os seguintes Direitos da Mulher e da Cidadã.”

<sup>70</sup> “La Femme naît libre et demeure égale à l'homme en droits. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l'utilité commune. »

<sup>71</sup> “Le principe de toute souveraineté réside essentiellement dans la Nation, qui n'est que la réunion de la Femme et de l'Homme : nul corps, nul individu, ne peut exercer d'autorité qui n'en émane expressément » - “O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação, que é nada mais do que a reunião da Mulher e do Homem:

mulheres, e é nesse grupo que reside a soberania do país. O artigo 10, o mais paradigmático deles, irá defender que a mulher tem direitos políticos e, conseqüentemente, responsabilidades.

Article X

Nul ne doit être inquiété pour ses opinions mêmes fondamentales, la femme a le droit de monter sur l'échafaud; elle doit avoir également celui de monter à la Tribune; pourvu que ses manifestations ne troublent pas l'ordre public établi par la Loi.<sup>72</sup>

Quando Gouges afirma que a mulher tem o direito de subir no cadafalso, o estranhamento é imediato, afinal não é recorrente associar a execução da pena capital a um direito. Poder ser condenada à morte indica que a mulher é, assim como o homem, cidadã, pois ela, também, participa da vida política. Ela pode ser condenada à morte, mas tem também o direito inalienável de subir à tribuna para expressar suas posições políticas. Assim, a Declaração de 1791, quando comparada àquela de 1789 e à Constituição do Ano I, verticaliza o conceito de democracia do período revolucionário, porque determina que a mulher é isonômica em relação ao homem, que ambos os sexos são portadores de direitos e deveres, e, em última instância, pretende retirar o jugo masculino das mulheres. Assim, a Declaração de 1791 demonstra a necessidade de liberdade e igualdade para as mulheres. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, quando foi posta para apreciação pela Assembleia Nacional em 28 de outubro de 1791 como um projeto de lei, não foi aprovada. Condizente com sua postura política em prol dos direitos femininos Olympe de Gouges, em 3 de novembro de 1793, condenada pelo Tribunal Revolucionário, é guilhotinada. Gouges, que almejava franquear o acesso feminino à tribuna, acabou subindo no cadafalso.

A Constituição do Ano I, em seu artigo 122, diz que

---

nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente”.

<sup>72</sup> “Artigo X

Ninguém deve incomodar-se por suas opiniões fundamentais, a mulher tem o direito de subir no cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir na Tribuna; tendo em vista que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela Lei.”

la Constitution garantit à tous les Français l'égalité, la liberté, la sûreté, la propriété, la dette publique, le libre exercice des cultes, une instruction commune, des secours publics, la liberté indéfinie de la presse, le droit de pétition, le droit de se réunir en sociétés populaires, la jouissance de tous les Droits de l'homme.<sup>73,74</sup>

Do artigo retira-se que a República se pretendia democrática, uma vez que eram garantidas a liberdade e a igualdade a todos os cidadãos. A diferença com a sociedade de ordens do Antigo Regime é evidente, uma vez que os privilégios jurídicos do clero e da nobreza haviam sido abolidos. Além disso, o decreto da Convenção de 21-22 de setembro de 1792 afirma que: “La Convention nationale décrète à l'unanimité que la royauté est abolie en France”<sup>75</sup>. Junto com a abolição dos privilégios e o fim da sociedade de ordens, é abolida a Monarquia francesa. Sobre esse momento da Revolução, Vovelle afirma que

a Assembleia vota a suspensão do rei de suas funções e manda confinar a família real na prisão do Templo. Decide convocar uma Convenção Nacional, eleita por sufrágio universal, para governar o país, que se torna uma República em 21 de setembro, e dotá-lo de uma nova Constituição (VOVELLE, 2012, p. 36).

Ter se tornado República não é o que assegura a característica democrática desse período da Revolução, mas sim a Constituinte ter sido eleita por sufrágio universal masculino.

A Constituição do Ano I, em seu artigo 2<sup>o</sup><sup>76</sup>, afirma que a soberania do povo francês deve ser exercida por intermédio de assembleias regionais presentes em cada Cantão do país. Desse modo, é estabelecida

---

<sup>73</sup> Acte Constitutionnel, 1793, disponível em <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-du-24-juin-1793.5084.html>

<sup>74</sup> A Constituição garante a todos os franceses a igualdade, a liberdade, a segurança, a propriedade, a dívida pública, o livre exercício dos cultos, uma instrução comum, saúde pública, a liberdade indefinida da imprensa, o direito de petição, o direito de se reunir em sociedades populares, o gozo de todos os Direitos do homem.

<sup>75</sup> “A Convenção Nacional decreta, unanimemente, que a realeza está abolida da França.”

<sup>76</sup> “Article 2. - Le peuple français est distribué, pour l'exercice de sa souveraineté, en Assemblées primaires de canton.» Disponível em <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-du-24-juin-1793.5084.html> “O povo francês está distribuído, para o exercício de sua soberania, em Assembleias primárias de Cantão”

uma democracia representativa na França. O cidadão, em cujo agrupamento reside a soberania francesa<sup>77</sup>, vota em seu eleitor, e esse vota no deputado<sup>78</sup>. Apesar de seu progresso em relação às instituições políticas do Antigo Regime, a Constituição de 1793 ainda apresentava pontos discutíveis. O artigo 4, que define quem é cidadão francês, tem a seguinte redação:

Article 4. - Tout homme né et domicilié en France, âgé de vingt et un ans accomplis ; - Tout étranger âgé de vingt et un ans accomplis, qui, domicilié en France depuis une année - Y vit de son travail - Ou acquiert une propriété - Ou épouse une Française - Ou adopte un enfant - Ou nourrit un vieillard ; - Tout étranger enfin, qui sera jugé par le Corps législatif avoir bien mérité de l'humanité - Est admis à l'exercice des Droits de citoyen français.<sup>79</sup>

Eram cidadãos todo homem nascido na França com 21 anos completos; todo estrangeiro com a mesma idade que vivesse na França às custas de seu próprio trabalho, ou que tivesse uma propriedade na França, ou que sustentasse um idoso, adotasse uma criança, ou casasse com uma mulher francesa. Importante perceber que, no artigo tratando da cidadania francesa, o único momento em que a mulher é citada é como hipótese de, por intermédio do casamento, dotar um estrangeiro dos direitos de cidadão francês. A mulher, de acordo com o artigo, não é cidadã, ela não tem direitos políticos. A defesa de Gouges da participação feminina na vida política, que Victor Hugo,

---

<sup>77</sup> Article 7. - Le peuple souverain est l'universalité des citoyens français. "O povo soberano é a universalidade dos cidadãos franceses."

<sup>78</sup> Article 37. - Les citoyens réunis en Assemblées primaires nomment un électeur à raison de 200 citoyens, présents ou non ; deux depuis 301 jusqu'à 400 ; trois depuis 501 jusqu'à 600. "Os cidadãos reunidos em Assembleias primárias nomeiam um eleitor na razão de 200 cidadãos, presentes ou não; dois depois dos 301 até 400; três depois dos 501 até os 600"

<sup>79</sup> "Artigo 4 - Todo homem nascido e domiciliado na França, com vinte e um anos completos; - Todo estrangeiro com vinte e um anos completos, que, domiciliado na França há um ano - viva de seu trabalho; - ou adquira uma propriedade, - ou se case com um francesa; ou adote uma criança; - ou esteja alimentando um idoso; - enfim, todo estrangeiro que for julgado pelo Corpo legislativo e tiver merecido humanidade está admitido no exercício dos Direitos de cidadão francês."

aproximadamente meio século depois, também irá fazer, demonstrava-se necessária.

A Constituição de 1793, em seu desmonte do Antigo Regime, irá tornar os cidadãos iguais em dois campos relevantes: no pagamento de impostos e no serviço ao exército. Enquanto a França vivia seu período de monarquia absoluta, a carga tributária era concentrada no terceiro estado – cabendo a este a maior parte do ônus de sustentar o Estado. O artigo 101<sup>80</sup> da Constituição estabelece que nenhum cidadão está dispensado de contribuir financeiramente com os gastos públicos. Desde o nobre até o mais pobre dos artesãos deveria pagar sua quota de impostos para a manutenção da República. Além disso, distintamente do período anterior a 1789, a Constituição estabelece mudanças no exército. São 8 artigos tratando das forças armadas da República:

Article 107. - La force générale de la République est composée du peuple entier.

Article 108. - La République entretient à sa solde, même en temps de paix, une force armée de terre et de mer.

Article 109. - Tous les Français sont soldats ; ils sont tous exercés au maniement des armes.

Article 110. - Il n'y a point de généralissime.

Article 111. - La différence des grades, leurs marques distinctives et la subordination ne subsistent que relativement au service et pendant sa durée.

Article 112. - La force publique employée pour maintenir l'ordre et la paix dans l'intérieur, n'agit que sur la réquisition par écrit des autorités constituées.

Article 113. - La force publique employée contre les ennemis du dehors, agit sous les ordres du Conseil exécutif.

Article 114. - Nul corps armé ne peut délibérer.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> Article 101. - Nul citoyen n'est dispensé de l'honorable obligation de contribuer aux charges publiques. « Nenhum cidadão está dispensado da honorável obrigação de contribuir com as despesas públicas »

<sup>81</sup> “Artigo 107 – A força geral da República é composta por todo o povo.

Artigo 108 – A República mantém com seu orçamento, mesmo em tempos de paz, uma força armada de terra e de mar.

Artigo 109 – Todos os Franceses são soldados; todos são treinados no manuseio das armas.

Artigo 110 – Não há generalíssimo.

Artigo 111 – A diferença dos níveis, suas marcas distintivas e a subordinação, subsistem apenas relativamente ao serviço e durante sua duração.

Os artigos 107 e 109 evidenciam o extremo igualitarismo presente no texto constitucional. A força geral da República é composta pelo povo inteiro. Necessário é notar que se fala, aqui, em povo, não em cidadão. Isso significa que as mulheres e os menores de 21 anos também estão inclusos nas forças armadas gerais da República. Em caso de uma guerra, todo o povo é responsável por defender o país, não apenas os homens com mais de 21 anos – os cidadãos, segundo o artigo 4 da Constituição. Além disso, o artigo 109 preconiza que todos os franceses, sem exceções, são soldados, e o artigo 110 especifica que o cargo de generalíssimo – chefe supremo dos exércitos em tempo de guerra, general que comanda os demais generais – não existirá na República.

A Revolução Francesa é a base a partir da qual o conceito de democracia irá se desenvolver novamente no Ocidente. A miríade de acontecimentos, regimes e líderes durante a Revolução não anula sua importância como a maior referência para toda a discussão política que acontecerá no século XIX. Tendo desmontado o Antigo Regime, os conceitos de liberdade e igualdade figuram como grandes heranças da Revolução. Assim, enquanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão exige o respeito aos direitos individuais e a limitação do poder do Estado frente ao cidadão, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã é um clamor para se refletir sobre o lugar da mulher na vida política. Nesse mesmo contexto de afirmação das liberdades individuais, a Constituição do Ano I irá conceber a I República francesa, em que todos os cidadãos eram iguais perante a lei e livres para agir dentro dos limites legais estabelecidos.

---

Artigo 112 – A força pública empregada para manter a ordem e a paz no interior age apenas na requisição por escrito das autoridades constituídas.

Artigo 113 – A força pública empregada contra os inimigos externos age sob as ordens do Conselho executivo.

Artigo 114 – Nenhum corpo armado pode deliberar.”

## **2.3 - Hugo e a Democracia**

Em 1848, Louis Napoléon Bonaparte é eleito Presidente da II República Francesa em uma eleição em que tinha como concorrentes o general Louis-Eugène Cavaignac, que acabou em segundo lugar, e o orador Alexandre Ledru-Rollin, que ficou em terceiro lugar. No mês de dezembro de 1851, o Presidente, após contínuos desentendimentos, situa a Assembleia Nacional, iniciando o golpe que transformará a II República em II Império e Louis Napoléon em Napoléon III, Imperador dos franceses. Victor Hugo, deputado eleito em 1848, posiciona-se contrariamente ao golpe desde o início e, como consequência de seu posicionamento político, acabará sendo exilado, inicialmente em Bruxelas, depois Jersey e Guernesey. Para compreender o porquê do exílio hugoano, é necessário traçar seu percurso político até então. Ademais, é importante, também, atentar-se ao desenvolvimento histórico da França após a Revolução. Assim, devem ser estudados os períodos do I Império, da Restauração Monárquica, da Monarquia de Julho, da II República e do II Império. Em seguida, passa-se à conceituação de exílio, uma vez que Hugo torna-se um exilado no final do ano de 1851.

### **2.3.1 - Império**

No dia 9 de novembro (18 de Brumário segundo o calendário estabelecido durante a Revolução) do ano de 1799, Emmanuel Joseph Sieyès e Napoléon Bonaparte sitiam a cidade de Paris e derrubam o Diretório, encerrando, desse modo, a Revolução Francesa. O golpe, que entrará na história como Golpe de 18 de Brumário, iniciará o período napoleônico, cuja primeira parte será o Consulado. O Consulado - 1799 a 1804 - foi um regime autoritário que era dirigido por três cônsules: Napoléon Bonaparte - Primeiro Cônsul, Jacques-Régis de Cambacérès -

Segundo Cônsul - e Charles-François Lebrun - Terceiro Cônsul. O Primeiro Cônsul era, pragmaticamente, o chefe do poder Executivo, tendo os dois demais cônsules apenas funções consultivas. Nesse período, mais precisamente em 1802, do casamento, realizado em 1797, entre o militar Léopold Hugo e Sophie Trébuchet, nasce Victor Marie Hugo. Neste mesmo ano, por questões relacionadas ao trabalho de Léopold, Sophie deixa de morar com seu esposo e vai viver em Paris. Os três filhos do casal acompanham a mãe.

O Consulado foi o regime que permite a consolidação do Estado francês após o conturbado período revolucionário. O Banco da França é criado em 1800; e, seguindo uma política de desconcentração estatal, é instituído o cargo de “*préfet de département*”; além disso, são criados os Liceus em 1802 e, em 1804, é promulgado o Código Civil. Napoléon, entretanto, não se contentou em ser Primeiro Cônsul e, em 1804, o Consulado torna-se Império, e Bonaparte será consagrado Imperador pelo Papa Pio VII. Assim como o fato de o Império ter nascido de um golpe contra o Consulado não o torna essencialmente autocrático, haver Napoléon assumido o cargo de Imperador não o torna rei. Marcel Gauchet afirma que

non que Bonaparte soit quelque chose comme un roi ;  
il est en profondeur le contraire. C`est le vœu de la  
nation qu`il incarne, non ce qui la tient du dehors et  
de plus haut qu`elle-même ; c`est l`extériorité de  
l`État qu`il matérialise, non l`unité du corps  
politique avec lui-même en la personne du souverain.  
Si la forme est monarchique, la substance est  
démocratique. (GAUCHET, 2007, p. 120)<sup>82</sup>

Napoléon, por mais que tenha se tornado Imperador, jamais pertenceu à aristocracia francesa. Ele nasceu na Córsega, sem berço de ouro e sua família não tivera, até então, uma única cabeça coroada. O Consulado, mesmo que fosse um regime autoritário, possuía uma constituição -

---

<sup>82</sup> “não que Bonaparte seja algo como um rei; ele é, em essência, o contrário. É a resolução da nação que ele incarna, não aquilo que sustenta essa nação externamente e que é mais elevado do que ela própria, é a exterioridade do Estado que ele materializa, não a unidade do corpo político consigo próprio na pessoa do soberano. Se a forma é monárquica, a substância é democrática.”

Constituição do Ano VIII, de 1799 – e utilizava plebiscitos como forma de consulta à população. Napoléon tornar-se-á Cônsul Vitalício, configurando então o início do golpe que encerrará o Império. Após um plebiscito, a população aquiesce com a vitaliciedade do consulado napoleônico. O Império também possuía uma constituição – Constituição do Ano XII – que dotava o regime de um Senado e de um Conselho de Estado. Além disso, a instituição dos plebiscitos permanecia funcionando com o sufrágio universal masculino.

Durante o período do Consulado, a França irá encerrar as guerras que se iniciaram com a Revolução. A Vendeia<sup>83</sup> é finalmente pacificada, assim como as hostilidades anglo-francesas diminuem temporariamente. Apesar disso, a situação política da França não agrada muito seus vizinhos. Tendo o general Bonaparte como Imperador, a França inicia uma série de guerras expansionistas em direção aos países que lhe são fronteiriços. Assim, a França irá guerrear contra o Império Austríaco, o Sacro-Império Romano Germânico – que será desmontado por Napoléon, Holanda e Nápoles – que, em 1806, terão irmãos de Napoléon como reis, Portugal – acarretando a fuga do rei Dom João VI e da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, Espanha – que terá, também, um Bonaparte como rei, Roma, Inglaterra – contra quem instaurará o Bloqueio Continental – e a Rússia – cujo “general Inverno” será essencial na derrota de Napoléon. Nesse contexto de guerras constantes, Léopold Hugo, pai de Victor Hugo, tornar-se-á um general do Império. Enquanto a carreira militar de Léopold progride com celeridade, a vida conjugal com a esposa Sophie fica cada vez mais conturbada. Sobre esse período e a presença paterna, Hugo diz:

L'enfant voyait aller et venir, entre deux guerres dont il entendait le bruit, revenant de l'armée et repartant pour l'armée, un jeune général qui était son père et un jeune colonel qui était son oncle; ce charmant fracas paternel l'éblouissait un moment; puis, à un coup de clairon, ces visions de plumets et de sabres s'évanouissaient, et tout redevenait paix

---

<sup>83</sup> A Vendeia foi uma revolta de caráter monarquista que estourou na França no ano de 1793

et silence dans cette ruine où il y avait une aurore.  
(*Le Droit et la Loi*, p. 71)<sup>84</sup>

Léopold atuará em Nápoles, Espanha e na própria França. Sophie durante esse período passará, nos anos de 1807 e 1808, uma temporada em Nápoles e, em 1811 e 1812, em Madrid com Léopold. Porém são curtos períodos de vida conjugal e que, em última instância, não reaproximam o casal, pois ambos mantinham seus amantes. Léopold tinha como amante Catherine Thomas, que mais tarde se tornará sua esposa, e Sophie se relacionava com Victor Fanneau de Lahorie, padrinho de Victor Hugo.

A campanha contra a Rússia, iniciada em 1812, será um marco na história do Império, pois, mesmo tendo colocado em fuga grande parte do exército do Czar e alcançado Moscou, “La Grande Armée” voltará das terras de Alexandre I completamente combalida. No ano seguinte, Napoléon sofrerá uma grande derrota na Batalha de Leipzig frente aos exércitos coligados da Rússia, Império Austríaco, Prússia, Suécia e Saxônia. No ano de 1814, as tropas russas invadem Paris e, como consequência, Napoléon abdica ao trono e embarca para a ilha de Elba. Entretanto, esse não foi o fim do período napoleônico, pois, em 1815, Napoléon retornará à França e voltará a governar, período que foi chamado Governo dos Cem Dias. Somente após a Batalha de Waterloo, em 1815, que Napoléon, deportado para a ilha de Santa Helena, não mais influirá, diretamente, na política francesa. Após a derrocada do Império, a França voltará a ser uma monarquia, comandada, dessa vez, por um Bourbon.

Findo o Império, as potências europeias precisam lidar com a reorganização do continente. Nesse sentido, no biênio 1814 - 1815, é convocado o Congresso de Viena, que objetivava, entre outras coisas, desfazer aquilo que Napoléon havia feito no mapa político da Europa. A

---

<sup>84</sup> “A criança via ir e vir, entre duas guerras de que se ouvia o baralho, voltando do exército e partindo novamente para o exército, um jovem general que era seu pai e um jovem coronel que era seu tio; esse charmoso estrondo paterno o encantava por um momento; depois, em um clarão, essas visões de plumas e sabres se esvaíam, e tudo voltava à paz e ao silêncio nessa ruína em que havia uma aurore.”

Confederação do Reno desaparece e surge a Confederação Alemã, da qual Áustria e Prússia também irão fazer parte. A Inglaterra acrescenta Malta, Ceilão e a Ilha do Cabo ao seu império marítimo; a Rússia anexa a Finlândia, parte da Polônia e a Bessarábia; a Prússia anexa parte da Saxônia, da Westfália e das províncias do Reno; e a Áustria fica com os Balcãs. Suécia e Noruega se unem, formando um único país, assim como a Bélgica é obrigada a unir-se aos Países Baixos, formando o Reino dos Países Baixos. Os Estados Pontifícios são criados. Os irmãos de Napoleón que ora reinavam são depostos, e as antigas dinastias regentes são recolocadas em seus tronos. D. João VI volta a Lisboa, Fernando VII é restituído ao trono espanhol e Louis XVIII, irmão do decapitado Louis XVI, é alçado ao trono francês, restaurando, desse modo, a dinastia dos Bourbon franceses.

### **2.3.2 - Monarquia**

O reino de Louis XVIII durará de 1814, excluído o breve momento do Governo dos Cem Dias, até a data de sua morte, em 1824. Em um primeiro momento, antes da malfadada tentativa de retorno de Napoleón ao poder, o rei demonstra que seu reinado retomará algum dos parâmetros do Antigo Regime. Uma de suas primeiras ações será outorgar uma Carta Constitucional. Importante salientar que a Carta foi outorgada, e não promulgada. A diferença consiste no fato de que a Carta outorgada não foi votada por nenhum parlamento. O rei apenas redige o documento e o torna válido. Um texto promulgado é aquele que foi discutido e aprovado por um parlamento que representa a coletividade dos cidadãos de um país. Quando Louis XVIII outorga sua Carta, ele demonstra que não concorda com o princípio revolucionário de que a soberania do país é proveniente da nação ou do povo. Louis XVIII considera que é rei por direito divino, assim como o considerava seu irmão Louis XVI. Apesar desse caráter conservador da Carta, ela tentava conciliar alguns aspectos do Antigo Regime com outros da

Revolução e do Império. O próprio nome Carta Constitucional demonstra essa síntese. Carta é um documento legal típico do Antigo Regime, enquanto constituição é uma noção cara aos revolucionários. Além disso, a Carta estabelece uma estrutura legislativa bicameral, formada pela Câmara dos Pares e a Câmara dos Deputados dos Departamentos. O rei irá, então, reestabelecer os títulos de nobreza anteriores à Revolução, assim como irá manter os títulos provenientes do Império. Contudo, ser nobre já não mais garante privilégio nos impostos ou nos deveres do cidadão. O sufrágio universal fora estabelecido e para votar era preciso ter determinada quantidade de dinheiro. Assim, o reinado de Louis XVIII será conservador, porém, mesmo que de modo enviesado, adota elementos de caráter democrático.

Victor Hugo, durante os anos do governo do rei Louis XVIII, estará, politicamente, alinhado com a monarquia. Como evidenciado pela nota que abre este capítulo, até o ano de 1818, Hugo se classificava como um realista, e de 1818 até 1824 seria o período em que ele, continuando a ser realista, torna-se um liberal. Segundo Laster,

l'enfant et l'adolescente furent "de l'opinion de la mère" ayant d'être "de l'opinion du père". Le modèle de Chateaubriand vint s'ajouter au royalisme de la mère pour déterminer les orientations politiques du jeune Hugo. (LASTER, 1981, p. 136)<sup>85</sup>

Nesse contexto, o embate conjugal entre a mãe e o pai de Victor Hugo parece ter influenciado decisivamente em sua trajetória política. Em 1818, mesmo ano que Hugo marca como o início de sua adesão ao liberalismo, Léopold e Sophie se divorciam. Hugo e seu irmão Eugène vão morar com a mãe. Em 1822, o jovem Hugo publica o volume *Odes et Poésies diverses*, que irá lhe render uma pensão do rei Louis XVIII. Nesse período, Hugo é um poeta que flerta com a monarquia e que recebe uma pensão do Estado, porém seu pai fora um general do exército napoleônico. A dicotomia é evidente. Enquanto o pai é um

---

<sup>85</sup> "A criança e o adolescente foram "da opinião da mãe" tendo de ser "da opinião do pai". O modelo de Chateaubriand juntou-se ao realismo da mãe para determinar as orientações políticas do jovem Hugo."

soldado de Napoléon, a mãe é monarquista. O jovem Victor Hugo, tendo testemunhado o conturbado relacionamento entre seus pais, irá posicionar-se, inicialmente, junto ao espectro político de sua mãe. Assim, como o próprio Hugo afirma no prefácio da peça *Marion de Lorme*, “ses premières opinions, c`est-à-dire ses premières illusions, avaient été royalistes et vendéennes<sup>86</sup>” (*Marion de Lorme*, apud, LASTER, 1981, p. 136). Em 1821, Sophie Hugo falece, e Hugo começa uma intensa correspondência epistolar com seu pai. A passagem de realista para realista-liberal começa a delinear-se.

No ano de 1824, o rei morre e deixa o trono francês vago, e, como Louis XVIII não tinha filhos, quem assume o trono é o caçula dos três irmãos. Charles X, o Conde de Artois, é sagrado rei no dia 29 de maio de 1825. A subida de Charles X ao trono é emblemática, pois, após a decapitação de seu irmão, ele será o primeiro rei francês a ter a cerimônia da sagração. A sagração é uma cerimônia que remonta ao ano de 752, quando Pepino, o Breve foi sagrado rei dos Francos. Durante a cerimônia, o arcebispo da igreja Notre-Dame de Reims coloca a coroa no rei, que faz uma série de juramentos, e é, então, estabelecido o vínculo entre deus e o rei. A sagração é uma instituição característica do Antigo Regime, assim como ela é fulcral na justificação do direito divino do rei. Hugo, em 1863, irá afirmar que

la monarchie, nous venons de le dire, tient à l'idolâtrie par le droit divin. Le droit divin, c'est la déification de l'homme. Peu de chose. Lisez l'*Eikon Basilikè*, écrit par le docteur Gauden et signé par Charles I. Dieu sur la terre, telle est la définition du roi. De là le mot si juste : *L'état, c'est moi*. Qui est Dieu peut bien être le Peuple. Qui est Dieu peut bien être tout. (HUGO, 2002, p. 598)<sup>8788</sup>

---

<sup>86</sup> “Suas primeiras opiniões, quer dizer suas primeiras ilusões, foram monarquistas e vendeianas”

<sup>87</sup> *La civilisation*, 1863

<sup>88</sup> “A monarquia, como acabamos de dizer, tem apreço pela idolatria por meio do direito divino. O direito divino é a deificação do homem. Pouca coisa. Leia o *Eikon Basilikè*, escrito pelo doutor Gauden e assinado por Charles I. Deus, na terra, tal como a definição do rei. Daí a frase tão assertiva: *O Estado sou eu*. Quem é Deus pode muito bem ser o Povo. Quem é Deus pode muito bem ser tudo.”

Louis XVIII não foi sagrado rei, ele foi coroado. Charles X será sagrado rei. A sacração é, então, uma forma de evidenciar que o paradigma da monarquia absolutista, mesmo acrescido de algumas características herdadas da Revolução, tornar-se-á, novamente, vigente. Charles X será o último rei da França a realizar esse ritual. Victor Hugo, em 1825, escreve a ode *Sacre de Charles X*, em homenagem à sacração do rei. Charles X, entretanto, demonstra-se um rei autoritário, que, apesar de inicialmente ter promulgado uma lei abolindo a censura, reestabelece, em 1827, uma censura que se demonstrará atroz. Ele então persegue seus opositores e governa com o apoio dos *ultra*, grupo radical de extrema direita que deseja a volta integral do Antigo Regime. Além disso, será durante o reinado de Charles X que o exército francês conquistará Argel, em 6 de julho de 1830, iniciando o império colonial francês. Em 1831, Hugo irá justificar sua ode em homenagem a Charles X afirmando que a tinha composto devido à popularidade do rei.

O reinado de Charles X foi um período decisivo na trajetória política de Victor Hugo, pois é o momento em que, desiludido com os ideais monárquicos, ele irá se aproximar, gradualmente, do liberalismo político. Em 1827, Hugo irá clamar:

jetons bas ce vieux plâtre qui masque la façade de l`art. Il n`y a ni règles ni modèles; ou plutôt il n`y a d`autres règles que les lois générales de la nature, qui planent sur l`art tout entier, et les lois spéciales qui, pour chaque composition, résultent des conditions d`existence propres à chaque sujet. (Préface de Cromwell, Hugo, p. 23)<sup>89</sup>

Vivendo em um regime que se demonstra cada vez mais autoritário e cujo cânone literário não demonstra aceitar mudanças, Hugo irá afirmar que na arte não há regras, nem modelos. O primeiro alvo de sua pena libertária será, então, o paradigma literário do período, que ele julga ser limitador. Mesmo submetido ao regime censor, Hugo irá

---

<sup>89</sup> “ponhamos abaixo esse velho reboco que mascara a fachada da arte. Não há nem regras, nem modelos; ou melhor, não há outras regras senão as leis gerais da natureza que pairam sobre a arte inteira e as leis especiais que, para cada composição, resultam condições de existência próprias a cada indivíduo.”

produzir. Em 1827, publica a peça *Cromwell*; em 1829, publica *Les Orientales* e *Le dernier jour d'un condamné*; em 1830, *Hernani* estreia na sala do Théâtre Français. Em *Le Dernier jour d'un condamné*, Hugo inicia uma das lutas pela qual se empenhará durante toda sua vida: o combate contra a pena de morte. Com *Hernani*, Hugo transforma-se em general de “l`armée romantique”, uma trupe de literatos que defendem o Romantismo, a libertária tendência literária em ascensão.

Charles X, no ano de 1830, enfrenta crescente descontentamento em relação ao seu governo e, também, perde parte de seu apoio parlamentar com as eleições, pois haviam sido eleitos mais deputados liberais do que na legislatura anterior. Vendo que, nas eleições, os liberais tiveram melhores resultados do que os ultra, o grupo que apoiava o rei, Charles X baixa, em 25 de julho de 1830, as Ordenanças de Saint-Cloud. Nelas, fica estabelecido o fim da liberdade de imprensa, a dissolução do parlamento que acabava de ser eleito, um novo método do censo eleitoral – que se demonstrava vantajoso para os grupos de apoio do rei - e a convocação de novas eleições. A população parisiense, revoltada com os decretos do rei, inicia uma nova revolução, a chamada Revolução de Julho.

Nos dias 27, 28 e 29 de julho de 1830, o povo, inconformado com as derradeiras ações de Charles X, toma as ruas de Paris, monta barricadas e começa a enfrentar o exército. O levantamento popular será chamado de “Trois Glorieuses”,<sup>90</sup> pois, em três dias, o povo força o rei a abdicar, inicialmente em nome de seu filho mais velho, que irá abdicar da coroa logo após se tornar herdeiro dela, e, em seguida, em nome de seu neto, Henri d`Artois, duque de Bordeaux, que, naquele momento, tinha apenas dez anos completados. Charles X indica, então, seu primo, Louis- Philippe d`Orléans, como regente enquanto o duque de Bordeaux não atingia a maioria. Louis-Philippe, contudo, não irá se contentar com a posição de regente, e, dez dias após a renúncia de

---

<sup>90</sup> O emblemático quadro de Eugène Delacroix – *La Liberté guidant le peuple* – retrata a Revolução de Julho.

Charles X, ele se tornará Louis-Philippe I<sup>er</sup>, rei dos franceses. Inicia assim a Monarquia de Julho.

A coroação do duque d'Orléans representa a definitiva ascensão da burguesia ao poder na França. Louis-Philippe não será sagrado rei, pois seu reinado não seria justificado por deus. Ele se faz proclamar rei dos franceses, não rei da França, pela Câmara dos Deputados, constituindo uma monarquia fundada em um pacto entre o rei e os representantes da nação. O rei era popular e, além disso, demonstrava que não desejava abandonar os avanços provenientes da Revolução e reinstaurar o Antigo Regime. A Monarquia de Julho reinstalou a bandeira tricolor, demonstrando sua simpatia pela Revolução; a Carta Constitucional de 1814 é revisada, suprimindo, por exemplo, o preâmbulo, que rememorava o Antigo Regime; a censura à imprensa é, inicialmente, abrandada, porém em 1835 é aprovada uma lei de censura à imprensa e, também, ao teatro. Do mesmo modo que a lei de censura de 1835, nem todos os atos do governo de Louis-Philippe são progressistas. O regime de Julho, como momento de consolidação da burguesia no governo, irá progredir em pontos que são de seu interesse - como, por exemplo, a ideia de que a soberania nacional se baseia no povo, não na figura do rei; em outros, entretanto, irá manter o *status quo*. A lei eleitoral de 19 de abril de 1831 mantinha o sufrágio censitário e, mesmo tendo abaixado os valores mínimos necessários para se poder votar e ser votado, é um exemplo da manutenção de um sistema, fundamentalmente, desigual. Assim,

le système électoral repose sur le régime censitaire. Le cens électoral, organisé par la loi du 19 avril 1831, est fixé à 200 francs de contributions directes et, pour l'éligibilité, à 500 francs au moins. La bourgeoisie s'approprie ainsi le nouveau régime et monopolise la représentation nationale qui ne compte alors que 168 000 électeurs, soit 5 électeurs pour 1 000 habitants. En fait, ce sont surtout les propriétaires qui sont les bénéficiaires de la monarchie de Juillet, la bourgeoisie d'affaires, bien que détenant une place privilégiée, n'ayant qu'une

représentation parlementaire limitée. (Encyclopédie Larousse)<sup>9192</sup>

A Monarquia de Julho é uma monarquia parlamentarista, logo democrática, mesmo que sejam eleitores somente cinco a cada mil habitantes. Para governar, o rei precisa de apoio parlamentar. Tendo que se equilibrar entre os legitimistas-orleanistas, que acusavam Louis-Philippe de ter usurpado o trono do duque de Bordeaux, e os republicanos, que acusavam o rei de ter subvertido a Revolução de Julho quando subiu ao poder, o rei-burguês realizou uma política conciliatória. Assim, a França expande seu império colonial, e, para tanto, a Legião Estrangeira é criada em 1831. Em 1832, a duquesa de Berry, mãe de Henri d`Artois, pretendente legitimista ao trono, tenta iniciar uma nova rebelião monarquista na região da Vendéia, que será reprimida por Philippe. Desse modo, a Monarquia de Julho, em comparação com as monarquias que lhe são imediatamente anteriores, consolida o ideal democrático, porém, concomitantemente, continua, quando julga ser necessário, agindo com autoritarismo e violência contra seus opositores.

Victor Hugo, em 1830, irá comemorar a queda do regime de Charles X e a ascensão de Louis-Philippe. Inicialmente, Hugo demonstrou-se esperançoso com o novo regime, uma vez que esse garantira algumas liberdades aos seus cidadãos. Hugo irá considerar que os eventos de julho foram, efetivamente, uma revolução. Escrevendo para seu amigo Lamartine, ele afirma que

entre votre lettre et cette réponse, mon cher ami, il y a une révolution. Le 28 juillet, au moment où j'allais vous écrire, la canonnade m'a fait tomber la plume

---

<sup>91</sup> Enciclopédia Larousse Digital, verbete Revolução de Julho. Disponível em : [http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/monarchie\\_de\\_Juillet/126252](http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/monarchie_de_Juillet/126252)

<sup>92</sup> “o sistema eleitoral se baseia no regime censitário. O censo eleitoral, organizado pela lei de 19 de abril de 1831, é fixado em 200 francos de contribuições diretas e, para a elegibilidade, em 500 francos pelo menos. A burguesia se apropria assim do novo regime e monopoliza a representação nacional que conta então apenas 168.000 eleitores, isto é, 5 eleitores por 1.000 habitantes. Com efeito, são sobretudo os proprietários que são os beneficiários da monarquia de Julho, tendo a burguesia de negócios, apesar de ter um lugar privilegiado, somente uma representação parlamentar limitada.”

des mains. Depuis, dans ce tourbillon qui nous enveloppe et nous donne le vertige, il m'a été impossible de rallier trois pensées de poésie et d'amitié. La fièvre prend toutes les têtes et il n'y a pas moyen de se murer contre les impressions du dehors ; la contagion est dans l'atmosphère, elle vous gagne malgré vous : plus d'art, plus de théâtre, plus de poésie en un pareil moment. Les chambres, le pays, la nation, rien que cela. On fait de la politique comme on respire. (HUGO, 1830)<sup>93</sup><sup>94</sup>

Durante o período revolucionário não há espaço para a arte, para o teatro ou para a poesia, pois as pessoas estão “respirando a política”. Desconstruindo o postulado, pode-se chegar à conclusão de que, como a política é preocupação constante na vida das pessoas, ela deverá estar presente, também, na arte, na poesia e no teatro.

No dia 7 de agosto de 1831, Hugo, indo passar uma temporada em Montfort L' Amaury, envia uma carta a seu amigo Adolphe de Saint-Valry, justificando por que não poderia aceitar a oferta de se hospedar na casa da mãe de Adolphe. Segundo o poeta, a monárquica sociedade da cidade não iria aceitar de bom grado que a veneranda senhora hospedasse um homem com uma “double réputation de libéral politique et de libéral littéraire.”<sup>95</sup> Hugo, além de se recusar a se hospedar na casa da mãe de Adolphe, irá dizer:

Paris a jeté bas les faiseurs de coup d'État. Plus de Polignac, plus même de Bourbon ! et ministère et dynastie, l'un coupable, l'autre aveugle, n'ont ce qu'ils méritent ! - c'était tomber au milieu d'eux

---

<sup>93</sup> Carta de Victor Hugo a Alphonse de Lamartine, datada de 7 de setembro de 1830. Disponível em:

[https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance\\_de\\_Victor\\_Hugo/Tome\\_I/16](https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance_de_Victor_Hugo/Tome_I/16)

<sup>94</sup> “entre sua carta e sua resposta, meu caro amigo, há uma revolução. Em 28 de julho, no momento em que eu ia te escrever, o bombardeio fez cair a pena de minhas mãos. Desde então, nesse turbilhão que nos envolve e nos causa vertigem, foi-me impossível reunir três pensamentos de poesia e de amizade. A febre ataca todas as cabeças e não há como se murar contra as impressões de fora; o contágio está na atmosfera, ela ganha de você apesar de você: não há mais arte, teatro, poesia em um momento como esse. As câmaras, o país, a nação: quase nada. Fazemos política como se respira.”

<sup>95</sup> Carta de Victor Hugo a Adolphe de Saint-Valry, datada de 7 de agosto de 1830. Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance\\_de\\_Victor\\_Hugo/Tome\\_I/16](https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance_de_Victor_Hugo/Tome_I/16)

comme une bombe de Paris, comme un drapeau tricolore, comme un bonnet rouge (HUGO, 1830)<sup>96, 97</sup>

Os trechos selecionados evidenciam que, em um primeiro momento, Hugo alegra-se com a Revolução de Julho. Afinal, a França caminhava em direção à democracia. Os Conselhos Municipais voltam a ser escolhidos por intermédio do voto popular<sup>98</sup>, tendo sido mantido, entretanto, o sufrágio censitário; a lei eleitoral é reformulada<sup>99</sup>, abaixando os valores do censo eleitoral necessários para se votar; o Código Penal e o Código de Instrução Criminal são modificados, abrandando as penas, consideradas pelo próprio rei Louis-Philippe demasiadamente rigorosas, como, por exemplo, a extinção dos castigos corporais – mutilação dos dedos e marcações a ferros. Apesar desse primeiro momento de empolgação, a relação entre a Monarquia de Julho e Victor Hugo terá seus percalços.

Durante os anos da Monarquia de Julho, Hugo escreverá, e também publicará, abundantemente. Em 1831, o poeta publica *Notre-Dame de Paris*; em 1832, a primeira versão de *Claude Gueux*, assim como *Lucrece Borgia* e *Le Roi s`amuse*. Essa última peça, entretanto, será censurada logo após sua primeira apresentação. Começam as querelas entre Victor Hugo e o regime de Julho. Discorrendo sobre a interdição de apresentação de *Le Roi s`amuse*, Laster afirma que

la suspension puis l'interdiction du *Roi s`amuse* sous le prétexte officiel d'outrage aux mœurs, en réalité surtout à cause d'une prétendue allusion injurieuse aux nombreux amants de la mère de Louis-Philippe (dans l'apostrophe de Triboulet aux courtisans : vos mères aux laquais s sont prostituées), aboutit à un

---

<sup>96 98</sup> Carta de Victor Hugo a Adolphe de Saint-Valry, datada de 7 de agosto de 1830. Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance\\_de\\_Victor\\_Hugo/Tome\\_I/16](https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance_de_Victor_Hugo/Tome_I/16)

<sup>97</sup> “Paris pôs abaixo os golpistas. Não há mais Polignac, não há mais nem mesmo Bourbon! E o ministério e a dinastia, um, culpado, o outro, cego, têm o que merecem! – Havia caído entre eles como uma bomba de Paris, como uma bandeira tricolor, como um gorro vermelho.”

<sup>98</sup> Lei de 21 de março de 1831

<sup>99</sup> Lei de 19 de abril de 1831

procès intenté au Théâtre Français. (LASTER, 1981, p. 138)<sup>100</sup>

Tendo sua peça proibida de ser apresentada, Hugo moverá um processo contra o Théâtre Français. Além disso, nesse mesmo ano, ele irá renunciar à pensão que ganhara do rei Louis XVIII em 1822. Hugo, ao mesmo tempo em que aplaudiu a Revolução de Julho, irá, progressivamente, afastar-se politicamente do regime de Louis-Philippe.

Em uma carta a Joseph Napoléon, antigo rei da Espanha e irmão de Napoléon Bonaparte, Hugo demonstra sua expectativa em um futuro governo de Napoléon II, filho de Bonaparte. Ele explica:

c'est parce que je suis dévoué à la France, dévoué à la liberté, que j'ai foi en l'avenir de votre royal neveu. Il peut servir grandement la patrie. S'il donnait, comme je n'en doute pas, toutes les garanties nécessaires aux idées d'émancipation, de progrès et de liberté, personne ne se rallierait à cet ordre de choses nouveau plus cordialement et plus ardemment que moi, et, avec moi, sire, j'oserais m'en faire garant en son nom, toute la jeunesse de France, qui vénère le nom de l'empereur et sur laquelle, dans ma position obscure, mais indépendante, j'ai peut-être quelque influence. (HUGO, 1831)<sup>101, 102</sup>

Na carta ao irmão do Imperador, Victor Hugo evidencia que sua antiga aversão à figura de Bonaparte estava se esvaindo. A posição política do poeta aproxima-se cada vez mais daquela do pai Léopold, que é, por ele citado, duas vezes. O poeta parece acreditar que um hipotético futuro

---

<sup>100</sup> “a suspensão, depois a interdição do *Roi s'amuse* [O rei se diverte] sob o pretexto oficial de ultraje aos costumes, na realidade, sobretudo por conta de uma suposta alusão injuriosa aos inúmeros amantes da mãe de Luís Felipe (na interpelação de Triboulet aos cortesãos: suas mães se prostituíram aos lacaios), culminou em um processo contra o Théâtre Français.”

<sup>101</sup> Carta de Victor Hugo a Joseph Bonaparte, datada de 6 de setembro de 1831. Disponível em :

[https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance\\_de\\_Victor\\_Hugo/Tome\\_I/17](https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance_de_Victor_Hugo/Tome_I/17)

<sup>102</sup> “É porque me dedico à França, à liberdade, que tenho fé no futuro de seu real sobrinho. Ele pode servir amplamente à pátria. Se ele desse, como não duvido, todas as garantias necessárias com as ideias de emancipação, de progresso e de liberdade, ninguém se associaria a essa nova ordem de coisas de maneira mais cordial e determinada do que eu, e, comigo, senhor, ousaria fazer-me responsável em seu nome, toda juventude da França, que venera o nome do imperador e sobre a qual, em minha posição obscura, mas independente, tenho talvez alguma influência.”

governo de Napoléon II terá como principais objetivos a emancipação, o progresso e a liberdade.

A família Bonaparte foi exilada da França por intermédio da lei de 1º de janeiro de 1816, durante o governo de Louis XVIII. Em 1847, já como Pair de France, Hugo irá discursar, na Câmara dos Pares, pedindo a revogação da lei que exilou a família imperial<sup>103</sup>. O poeta diz:

Quand j`apporte au roi Jérôme-Napoléon, exilé, mon faible appui, ce ne sont pas seulement toutes les convictions de mon âme, ce sont tous les souvenirs de mon enfance qui me sollicitent. Il y a, pour ainsi dire, de l`hérédité dans ce devoir, et il me semble que c`est mon père, vieux soldat de l`empire, qui m`ordonne de me lever et de parler. (HUGO, 2008, p. 140)<sup>104</sup>

Assim, Hugo abre seu discurso dizendo que “je suis du parti des exilés et des proscrits”<sup>105</sup>, afirma que muitos dos presentes – os demais pares – foram colegas de armas daquele “soldat après le 18 brumaire, général à Waterloo, roi dans l`intervale”<sup>106</sup>, e que Louis-Philippe, “cet auguste professeur est aujourd`hui le plus éminent des rois de l`Europe”, devendo, por questão de justiça, encerrar o exílio dos Bonaparte. O orador, então, em seu discurso, irá aproximar duas coisas que, aparentemente, eram contrárias: o reconhecimento dos méritos da família Bonaparte e o elogio à pessoa do rei Louis-Philippe. Após o discurso de Hugo, a lei de 1º de janeiro de 1816 é revogada. Ironicamente, junto a Jérôme-Bonaparte, volta para a França Louis-Bonaparte, o futuro Napoléon III, que tornará Hugo um proscrito. Desse modo, o discurso hugoano não deixa de, por um instante, ser profético. Hugo foi um dos responsáveis por terminar o exílio daquele que, posteriormente, o exilará.

---

<sup>103</sup> La famille Bonaparte - 14 juin 1847

<sup>104</sup> “quando levo ao rei Jerônimo Napoléon, exilado, meu fraco apoio, não são somente todas as convicções da minha alma, são todas as lembranças da minha infância que me solicitam. Há, para assim dizer, hereditariedade nesse dever e parece-me que é meu pai, velho soldado do Império, que me ordena levantar-me e falar a respeito.”

<sup>105</sup> HUGO, 2008, p. 137

<sup>106</sup> *Idem*

Hugo consolidará a sua vida política durante os anos do regime de Louis-Philippe. Hugo tentará, em um primeiro momento, entrar na Academia Francesa. Sobre o tema, diz Laster :

Lamartine l'avait fait encouragé à se présenter à des élections à la Chambre des députés, Chateaubriand lui aurait conseillé de passer par l'Académie ("elle vous ouvrira la carrière politique"): c'est cette dernière voie que choisit Hugo. [...] Après plusieurs échecs, il est élu le 7 janvier 1841. (LASTER, 1981, p.138)<sup>107</sup>

Hugo é eleito para a Academia em janeiro de 1841, para a cadeira anteriormente ocupada pelo poeta Népomucène Lemercier, um conhecido opositor do general corso. No mês de junho do mesmo ano, ele fará seu *Discours de Réception* e, nele, há um longo elogio a Napoléon, destacando sua origem humilde e seu gênio militar. Em seguida, Hugo afirmará que apenas seis pensadores se mantiveram contrários à Napoléon: Ducis, Delille, Madame de Staël, Benjamin Constant, Chateaubriand e Lemercier. Hugo, mesmo tendo acabado de tecer uma narrativa elogiosa à Napoléon, irá exaltar Lemercier, seu antecessor na Academia

qui signifiait cette résistance ? Au milieu de cette France qui avait la victoire, la force, la puissance, l'empire, la domination, la splendeur; au milieu de cette Europe émerveillée et vaincue qui, devenue presque française, participait elle-même du rayonnement de la France, que représentaient ces six esprits révoltés contre un génie, ces six renommées indignées contre la gloire, ces six poètes irrités contre un héros ? Messieurs, ils représentaient en Europe la seule chose qui manquât alors à l'Europe, l'indépendance; ils représentaient en France la seule chose qui manquât alors à la France, la liberté (HUGO, 2008, p. 91)<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> "Lamartine o havia encorajado a se apresentar nas eleições na Câmara dos Deputados, Chateaubriand lhe teria aconselhado passar pela Academia ("ela te abrirá a carreira política"): é essa última via que Hugo escolheu. [...] Após vários fracassos, ele é eleito em 7 de janeiro de 1841."

<sup>108</sup> "Que significava essa resistência? No meio daquela França, que tinha a vitória, a força, o poder, o Império, a dominação, o esplendor, no meio daquela Europa maravilhada e vencida, que se tornou quase francesa, ela própria participava do raiar

A política permeia a vida social, e todos os lugares são seu lugar. Assim, um discurso em agradecimento por ter entrado na Academia Francesa, instituição patrona das artes e cultura, pode ter um conteúdo altamente político como o elogio do I Império e, também, dos opositores desse mesmo Império. Assumindo uma postura conciliatória, Hugo clama que “soyons justes envers tous, envers ceux qui ont accepté l’empereur pour maître comme envers ceux qui l’ont accepté pour adversaire. Comprendons l’enthousiasme et honorons la résistance. L’un et l’autre ont été légitimes”<sup>109</sup>

Conviver com posicionamentos opostos é uma constante na vida de Victor Hugo. Tendo uma mãe simpatizante da monarquia, Hugo teve seu momento monarquista; sendo filho de um soldado do Império, o período napoleônico não lhe será odioso. Desse modo, mesmo que criticasse o regime de Julho, mesmo que tivesse suas peças proibidas de serem representadas, Hugo aproximou-se, em certos momentos, da família real.

Hugo (devenu vicomte à la mort de son frère Eugène) s’était rapproché du régime depuis 1837, notamment à travers son amitié pour la duchesse d’Orléans, d’origine allemande, rencontrée lors d’une fête à Versailles et qui lui récita de ses vers. On a vu quelquefois en elle le modèle de la Reine de *Ruy Blas*, et dans le personnage de Ruy Blas l’incarnation du rêve par Hugo d’un pouvoir politique au service du peuple souffrant. Mais dans la pièce de 1838, l’expérience avortait, manifestant à la fois l’impossibilité d’une intégration sociale durable (le laquais Ruy Blas, après avoir passé pour gentilhomme, est démasqué) et d’une politique allant à l’encontre des intérêts de classe (LASTER, 1981, p. 139)<sup>110</sup>

---

da França, o que representavam essas seis mentes revoltadas contra um gênio, esses seis renomados indignados contra a glória, esses seis poetas irritados contra um herói? Senhores, eles representavam na Europa a única coisa que faltou à Europa, a independência; eles representavam na França a única coisa que faltou à França, a liberdade.”

<sup>109</sup> HUGO, 2008, p. 92

<sup>110</sup> “Hugo (tendo se tornado visconde com a morte de seu irmão Eugène) havia se aproximado do regime desde 1837, notadamente por meio de sua amizade com a duquesa de Orleans, de origem alemã, tendo a encontrado durante uma festa em Versalhes, recitou-lhe versos seus. Viu-se algumas vezes nelas o modelo da Rainha de

Em 1845, Hugo é nomeado, pelo rei Louis-Philippe, *Pair de France*. A Câmara dos Pares foi criada na Carta Constitucional de 1814 - havia também, durante o Antigo Regime, um conselho real chamado *Pairie de France*, porém, a Câmara instituída em 1814 era distinta desse conselho, primordialmente, por sua composição e maior liberdade de atuação. Ela era composta por nobres - Hugo tornou-se visconde em 1837 com a morte de seu irmão Eugène - e, aqueles que não eram nobres, tornar-se-iam, pois ganhariam algum título nobiliárquico no momento em que entrassem na Câmara. Suas funções eram, basicamente, consultivas, ajudando o rei em suas decisões.

A Monarquia de Julho, que começou com as barricadas de 1830, termina com as barricadas de 1848. Na França os anos de 1840 a 1848 foram, economicamente, conturbados. O preço do trigo sobe, atingindo um pico no ano de 1847, e, com isso, o custo de vida também aumenta. Soma-se, ainda, o fato de que os níveis de desemprego entre os trabalhadores estavam altos, formando-se, assim, um barril de pólvora. O descontentamento era, também, político. Como momento de consolidação da burguesia como classe dominante, a Monarquia de Julho irá garantir liberdade aos cidadãos, porém não conseguiu assegurar a igualdade. Como exemplo paradigmático, há a questão do sufrágio censitário. O governo de Louis-Philippe é legitimado por uma pequena quantidade de cidadãos. A cada 1.000 cidadãos, somente 5 eram eleitores. A baixa representatividade do regime criava grandes lacunas em sua legitimidade. Desse modo, o Estado tinha os pés de barro e, em um momento de grande agitação social, ele ruiria.

O rei Louis-Philippe, em 1848, estava com 76 anos. A oposição ao regime consolidava-se sob diversas formas. Operários reuniam-se em organizações sindicais, assim como a parcela da burguesia opositora - multifacetada, indo desde a oposição dinástica, passando pelos

---

*Ruy Blas*, e, no personagem de Ruy Blas, a encarnação do sonho por Hugo de um poder político a serviço do povo que sofria. Mas na peça de 1838, a experiência falhava, manifestando ao mesmo tempo a impossibilidade de uma integração social durável (o laçao Ruy Blas, depois de ter passado por cavaleiro, foi desmascarado) e de uma política indo ao encontro dos interesses de classe.”

republicanos e os socialistas - ao regime começa a se organizar. Nesse contexto, diversos grupos começaram a oferecer banquetes, cujo objetivo era discutir o futuro do país, a chamada Campanha dos Banquetes. A Revolução eclode e o rei Louis-Philippe tenta amenizar a situação com sua renúncia em nome de seu neto, Philippe d'Orléans. Como Philippe ainda era uma criança, a regência ficaria sob a responsabilidade da duquesa de Orléans, Hélène, mãe do infante real. A solução de continuidade da Monarquia, entretanto, não foi o caminho tomado. Em 24 de fevereiro de 1848, é proclamada a II República francesa. É convocada uma Assembleia Constituinte para dotar o país de uma nova constituição. As novas eleições ocorrerão com o sufrágio universal masculino.

### **2.3.3 - República**

Após a queda da Monarquia de Julho devido à Revolução de 1848, que ficará conhecida como a Primavera dos Povos, há um vácuo de poder na França. Ainda não tendo sido decidido como será o regime vindouro, o general Cavaignac, responsável pela repressão às barricadas que tomavam a cidade, assume a posição de chefe do poder Executivo e o cargo de Presidente do Conselho. O cenário político está em plena ebulição, e o período da II República será de intensa atividade política para Victor Hugo. A Monarquia de Julho, com a qual Hugo, em alguns momentos, concordava e, em outros, discordava, foi derrubada por uma nova revolução. Sobre o período inicial de 1848, Laster afirma que

*lors des journées de février 1848, fidèle à son serment de pair, c'est la régence de la duchesse Hélène que soutient Hugo. Il refuse la mairie et le portefeuille de ministre de l'Instruction publique que lui offre Lamartine. Sans refuser d'avance un mandat éventuel, il ne fait pas acte de candidature à la Constituante ; il ne se présente vraiment qu'aux*

élections complémentaires de juin [...] (LASTER, 1981, p. 140)<sup>111</sup>

Enquanto isso, o povo foi para as ruas, e um novo regime está sendo montado. Para tanto, é necessária uma nova constituição. É feita uma eleição para a Assembleia Constituinte, e Hugo recebe uma carta solicitando que ele se candidatasse a ela. Inicialmente, reticente de participar da Assembleia Constituinte, Hugo responde:

J'appartiens à mon pays, il peut disposer de moi.  
J'ai un respect, exagéré peut-être, pour la liberté du choix ; trouvez bon que je pousse ce respect jusqu'à ne pas m'offrir.  
J'ai écrit trente-deux volumes, j'ai fait jouer huit pièces de théâtre; j'ai parlé six fois à la Chambre des pairs, quatre fois en 1846, le 14 février, le 20 mars, le 1 avril, le 5 juillet ; une fois en 1847, le 14 juin; une fois en 1848, le 13 janvier. Mes discours sont au *Moniteur*. [...]  
Mon nom et mes travaux ne sont peut-être pas absolument inconnus de mes concitoyens. Si mes concitoyens jugent à propos, dans leur liberté et dans leur souveraineté, de m'appeler à siéger, comme leur représentant, dans l'assemblée qui va tenir en ses mains les destinées de la France et de l'Europe, j'accepterai avec recueillement cet austère mandat. Je le remplirai avec tout ce que j'ai en moi de dévouement, de désintéressement et de courage. (HUGO, 2008, p. 145)<sup>112, 113</sup>

Hugo, ao elencar sua produção literária até aquele momento, demonstra que há justificativa para o indicarem para concorrer à Constituinte.

---

<sup>111</sup>“mas durante alguns dias de fevereiro de 1848, fiel ao seu juramento de par, é a regência da duquesa Helena que sustenta Hugo. Ele recusa a prefeitura e a carteira de ministro da Instrução pública que Lamartine lhe oferece. Sem recusar de antemão um mandato eventual, ele não realiza a candidatura na Constituinte; ele se apresenta de fato somente nas eleições complementares de junho”

<sup>112</sup> Lettre aux électeurs, 20 mars 1848.

<sup>113</sup> “Pertengo ao meu país, ele pode dispor de mim.

Tenho um respeito, exagerado talvez, pela liberdade de escolha; considerem positivo que impulsiono esse respeito chegando a ponto de não me oferecer.

Escrevi trinta e dois volumes, fiz oito peças de teatro irem aos palcos; falei seis vezes na Câmara dos Pares, quatro vezes em 1846, em 14 de fevereiro, em 20 de março, em 1º de abril, em 5 de julho; uma vez em 1847, em 14 de junho; uma vez em 1848, em 13 de janeiro. Meus discursos estão no *Moiteur*. [...]

Meu nome e meus trabalhos talvez não sejam absolutamente desconhecidos pelos meus concidadãos. Se meus concidadãos decidem, em sua liberdade e em sua soberania, chamar-me a ocupar um assento, como seu representante, na assembleia que vai carregar em suas mãos os destinos da França e da Europa, aceitarei com comedido esse austero mandato. Eu o preencheri com tudo o que tenho em mim de dedicação, de altruísmo e de coragem.”

Além disso, cita com precisão os discursos que havia feito na Câmara dos Pares, mostrando que possuía experiência na tribuna. Hugo é, então, eleito deputado constituinte, sendo o sétimo deputado mais votado de Paris.<sup>114</sup> Durante os dias de sublevação do povo parisiense, Hugo será um dos 60 comissionários escolhidos pela Constituinte para reestabelecer a ordem nos quarteirões insurgentes.

Retomando o discurso acima citado, Hugo afirma que: “Si mes concitoyens songent à moi et m’imposent ce grand devoir public, à rentrer dans la vie politique; Sinon, à rester dans la vie littéraire” (Lettre aux électeurs)<sup>115</sup>. A dicotomia construída por Hugo entre literatura e política é mais um argumento retórico do que uma oposição verdadeira. Como afirmado anteriormente, não é possível dissociar a obra literária das concepções políticas de Victor Hugo. Assim, pode-se ler *Hernani* como uma peça em defesa da liberdade de composição teatral, assim como *Os Miseráveis* pode ser lido como um grito contra a miséria. Desse modo, Hugo diz que

quiconque sait faire usage de la pensée finit par s’apercevoir qu’il n’y a point de choses indifférentes, et toute méditation dans un esprit sain et droit se termine par un éveil confus de responsabilité. Vivre, c’est être engagé. (HUGO, 2002, p. 586)<sup>116, 117</sup>

Estar vivo, é estar engajado em alguma causa. É possível afirmar que a produção de Hugo é engajada. Apesar de a obra hugoana ser permeada de conteúdos políticos, há, sim, uma distinção entre o momento de autor de literatura e o momento de homem político. Durante os agitados anos da II República, Hugo não irá publicar nenhum romance ou peça teatral. De sua pena, durante o período, sairão somente peças oratórias.

---

<sup>114</sup> Il est par le nombre de voix le 7 élu à Paris (le 8 étant Louis-Napoléon-Bonaparte qui démissionnera, jugeant son entrée en scène prématurée (LASTER, 1981, p. 140)

<sup>115</sup> “Se meus concidadãos sonham comigo e me impõem esse grande dever público, de retornar à vida política, senão permaneço na vida literária”

<sup>116</sup> Les Génies appartenant au peuple

<sup>117</sup> “qualquer um que fizer uso do pensamento acaba por perceber que há coisas indiferentes, e toda meditação em uma mente sã e direita termina em um despertar confuso de responsabilidade. Viver é ser engajado”

A atuação de Victor Hugo durante a Constituinte de 1848 não pode ser enquadrada, mecanicamente, na dicotomia direita-esquerda. Considerando a esquerda como o espectro político em que as questões sociais têm primazia, e a direita como o campo em que questões econômicas são as primordiais, Hugo pode ser considerado um homem de esquerda. Sua atuação na Assembleia Constituinte, entretanto, não se encaixará nesses paradigmas. Laster afirma que

avec une majorité, composée de républicains conservateurs, d'orléanistes et de légitimistes, il maintient le remplacement militaire et se prononce pour l'élection du Président de la République au suffrage universel. Mais il lui arrive de voter avec les seuls radicaux et socialistes pour la liberté de la presse, l'abolition de la peine de mort, la suppression de la contrainte par corps; et même très minoritairement lorsqu'il refuse, avec 33 autres députés seulement (contre 503), de reconnaître que le général Cavaignac, qui a dirigé la répression de juin 1848, a bien mérité de la patrie. (LASTER, 1981, p. 140)<sup>118</sup>

Os grandes temas que motivam Hugo – a liberdade e igualdade – aparecem nos discursos do período da II República, porém Hugo irá, também, defender outras questões na tribuna. Assim, Hugo fará os seguintes discursos na Assembleia Constituinte: *Ateliers nationaux*, em 20 de junho; *Pour la liberté de la presse et contre l'arrestation des écrivains*, em 25 de junho; *L'état de siège*, em 2 de setembro; *La peine de mort*, em 15 de setembro; *Pour la liberté de la presse et contre l'état de siège*, em 11 de outubro; *Budget rectifié*, de 1848; *Question des encouragements aux lettres et aux arts*, em 10 de novembro; *La séparation de l'Assemblée*, em 29 de janeiro de 1849; *La liberté du théâtre*, em 3 de abril 1849.

---

<sup>118</sup> “com uma maioria, composta de republicanos conservadores, orleanistas, legitimistas, ele mantém a substituição militar e se pronuncia a favor da eleição do Presidente da República no sufrágio universal. Mas lhe ocorre votar com os únicos radicais e socialistas pela liberdade de imprensa, a abolição da pena de morte, a supressão da obrigação pelo corpo; e mesmo muito minoritariamente quando ele recusa, com 33 outros deputados somente (contra 503), de reconhecer que o general Cavaignac, que conduziu a repressão de junho de 1848, mereceu a pátria.”

A liberdade de imprensa, o estado de sítio e a discussão sobre como seria a República vindoura são os temas que Hugo irá abordar em seus discursos na Assembleia Constituinte. Como peças oratórias, os discursos estão intrinsecamente ligados ao contexto político. Como a Monarquia de Julho havia se encerrado, as ruas de Paris continuavam agitadas e o novo regime era apenas um interregno. O modo autoritário com que o general Cavaignac conduz a repressão aos protestos e à manutenção da ordem será problematizado por Hugo. A França estava em estado de sítio, justificado pela necessidade de manutenção da ordem, e, nessa situação excepcional, são fechados onze jornais no dia 25 de junho. Hugo irá então argumentar que o Executivo estava confundindo o estado de sítio – previsto na constituição, logo uma ferramenta legal do regime – com a ditadura. Assim,

pour pacifier la rue, vous avez l'état de siège; pour contenir la presse, vous avez les tribunaux. Mais ne vous servez pas de l'état de siège contre la presse; vous vous trompez d'arme, et, en croyant défendre la société, vous blessez la liberté!

Je ne puis admettre que le pouvoir exécutif comprenne ainsi son mandat. Quant à moi, je le déclare, j'ai prétendu lui donner l'état de siège, je l'ai armé de toute la force sociale pour la défense de l'ordre; je lui ai donné toute la somme de pouvoir que mon mandat me permettait de lui conférer; mais je ne lui ai pas donné la dictature, mais je ne lui ai pas livré la liberté de la pensée, mais je n'ai pas prétendu lui attribuer la censure et la confiscation! (HUGO, 2008, p. 179)<sup>119120</sup>

Hugo não argumenta contra a instituição do estado de sítio e não se posiciona contrariamente à ordem. Ele argumenta que o executivo estava cometendo excessos, com o que ele não concordava. Sobre a atuação de Hugo no período, Laster afirma que

---

<sup>119</sup> L'état de siège – 2 septembre 1848

<sup>120</sup> “para pacificar a rua, você tem o cerceamento; para conter a imprensa, você tem os tribunais. Mas você não se utiliza do cerceamento contra a imprensa; você está com a arma errada, e, acreditando defender a sociedade, você fere a liberdade!

Não posso admitir que o poder executivo compreenda assim seu mandato. Quanto a mim, eu declaro, pretendi aplicar-lhe o cerceamento, tenho o exército de toda a força social para a defesa da ordem; dei-lhe toda a soma de poder que meu mandato me permitia conferir-lhe, mas não pretendi lhe atribuir a censura e a confiscação!”

pendant tout le mois de juillet, il interviendra en faveur de nombreux prisonniers politiques menacés d'exécution ou de déportation. A l'Assemblée il s'oppose aux restrictions apportées à la liberté de la presse, ce qui lui vaut des félicitations de journalistes de gauche auxquels il répond: 'hier je vous combattais, aujourd'hui, je vous défends (LASTER, 1981, p. 140)<sup>121</sup>

Durante a Constituinte, Victor Hugo irá defender a democracia, não necessariamente a República. Nesse contexto,

la question, à mon avis, la grande question fondamentale qui saisit la France en ce moment et qui emplira l'avenir, cette question n'est pas dans un mot, elle est dans un fait. On aurait tort de la poser dans le mot *république*, elle est dans le fait *démocratie*; fait considérable, qui doit engendrer l'état définitif des sociétés modernes et dont l'avènement pacifique est, je le déclare, le but de tout esprit sérieux. (HUGO, 2008, p. 170)<sup>122 123</sup>

Ao afirmar que o essencial é a democracia, não a República, não significa que Hugo seja monarquista ou contrário à República. O poeta parece estar ciente de que uma República pode não ser democrática, por isso a necessidade de se defender, primordialmente, a democracia e a liberdade. Assim, no texto *Victor Hugo à ses concitoyens*, ele irá postular que:

Deux républiques sont possibles.

L'un abattra le drapeau tricolore sous le drapeau rouge, fera des gros sous avec la colonne, jettera bas la statue de Napoléon et dressera la statue de Marat, détruira l'Institut, l'École polytechnique et la Légion d'honneur, ajoutera à l'auguste devise: *Liberté, Égalité, Fraternité*, l'option sinistre: *ou la Mort*; fera banqueroute, ruinera les riches sans enrichir les

---

<sup>121</sup> “durante todo o mês de julho, ele intervirá a favor de vários prisioneiros políticos ameaçados de execução ou de deportação. Na Assembleia, ele se opõe às restrições trazidas pela liberdade de imprensa, o que lhe rende cumprimentos de jornalistas de direita aos quais ele responde: “ontem eu combatia vocês, hoje, defendo”.

<sup>122</sup> Ateliers Nationaux – 20 juin 1848

<sup>123</sup> “A questão, ao meu ver, a grande questão fundamental que acomete a França neste momento e que preencherá o futuro, essa questão não está em uma palavra, ela está em um fato. Seria equivocado coloca-la na palavra *República*, ela está no fato *democracia*; fato considerável, que deve engendrar o estado definitivo das sociedades modernas e cujo advento pacífico é, como declaro, o objetivo de toda mente séria.”

pauvres, anéantira le crédit, qui est la fortune de tous, et le travail, qui est le pain de chacun, abolira la propriété et la famille, promènera des têtes sur des piques, remplira les prisons par le soupçon et les videra par le massacre, mettra l'Europe en feu et la civilisation en cendre, fera de la France la patrie des ténèbres, égorgera la liberté, étouffera les arts, décapitera la pensée, niera Dieu; remettra en mouvement ces deux machines fatales qui ne vont pas l'une sans l'autre, la planche aux assignats et la bascule de la guillotine; en un mot, fera froidement ce que les hommes de 93 ont fait ardemment, et, après l'horrible dans le grand que nos pères ont vu, nous montrera le monstrueux dans le petit.

L'autre sera la sainte communion de tous les Français dès à présent, et de tous les peuples un jour, dans le principe démocratique; fondera une liberté sans usurpation et sans violences, une égalité qui admettra la croissance naturelle de chacun, une fraternité, non de moines dans un couvent, mais d'hommes libres [...].

De ces deux républiques, celle-ci s'appelle la civilisation, celle-là s'appelle la terreur. Je suis prêt à dévouer ma vie pour établir l'une et empêcher l'autre. (HUGO, 2008, p. 152 -153)<sup>124</sup>

Uma das Repúblicas possíveis é aquela em que o autoritarismo e a desigualdade estão presentes; a outra possibilidade é a de uma República igualitária e fraterna. Hugo posiciona-se junto desta e contrário àquela.

---

<sup>124</sup> “Duas Repúblicas são possíveis.

Uma derrubará a bandeira tricolor sob a bandeira vermelha, fará dinheiro com a coluna, porá abaixo a estátua de Napoleón e erguerá a estátua de Marat, destruirá o Instituto, a Escola Politécnica e a Legião de Honra, acrescentará à augusta máxima: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*, a opção sinistra: *ou a Morte*; irá à falência, arruinará os ricos sem enriquecer os pobres, eliminará o crédito, que é a fortuna de todos, e o trabalho, que é o pão de cada um, abolirá a propriedade e a família, exporá cabeças em piques, preencherá as prisões pela suspeita e as esvaziará pelo massacre, colocará fogo na Europa e a civilização em cinzas, fará da França a pátria das trevas, degolará a liberdade, sufocará as artes, decapitará o pensamento, negará Deus; colocará novamente em movimento estas duas máquinas fatais que não funcionam uma sem a outra, a prancheta dos assinados<sup>124</sup> e o básculo da guilhotina; em poucas palavras, fará friamente o que os homens de 93 fizeram determinadamente, e, depois o horrível no grande que nossos pais viram, nos mostrará o monstruoso no pequeno.

A outra será a santa comunhão de todos os franceses desde então, e um dia de todos os povos, no princípio democrático; fundará uma liberdade sem usurpação e sem violências, uma igualdade que admitirá o crescimento natural de cada um, uma fraternidade, não de monges em um convento, mas de homens livres [...]

Dessas duas Repúblicas, essa se chama civilização, aquela, terror. Estou pronto a desvelar minha vida para restabelecer uma e impedir a outra.”

O momento da elaboração de uma nova constituição é paradigmático, pois é o momento em que se estabelecem as regras fundamentais que guiarão um país futuramente. Nesse contexto, a luta hugoana será

défendre aujourd’hui la société, demain la liberté, les défendre l’une avec l’autre, les défendre l’une par l’autre, c’est ainsi que je comprends mon mandat comme représentant, mon droit comme citoyen et mon devoir comme écrivain. (HUGO, 2008, p. 175)<sup>125126</sup>

A nova lei fundamental da França deverá então ser um modelo para a Europa, democrática e garantidora de liberdade e igualdade aos cidadãos. Assim, Hugo diz que “une constitution, et surtout une constitution faite par la France et pour la France, est nécessairement un pas dans la civilisation. Si elle n’est point un pas dans la civilisation, elle n’est rien.”<sup>127</sup> (HUGO, 2008, p. 180). No dia 4 de novembro de 1848, a Assembleia Constituinte vota e promulga a Constituição de 1848. Nela, está estabelecido o sufrágio universal masculino; as liberdades individuais – de imprensa, de culto, de associação e da propriedade – são reforçadas; é estabelecido um poder legislativo unicameral e, também, o presidencialismo.

Hugo, ao discursar em prol da revogação da lei que bania a família Bonaparte da França, e efetivamente conseguir que tal lei fosse revogada, permite a eleição do primeiro, e único, presidente da II República, Louis Napoléon. Estando de volta à França, Louis Napoléon candidata-se ao cargo de presidente na recém fundada República. Sobre o início da campanha de Louis Napoléon e a relação com Hugo, Laster diz:

---

<sup>125</sup> Pour la Liberté de presse et contre l’arrestation des écrivains

<sup>126</sup> “Defender hoje a sociedade, amanhã a liberdade, defende-las uma com a outra, defende-las uma pela outra, é assim que compreendo meu mandato como representante, meu direito como cidadão e meu dever como escritor.”

<sup>127</sup> La peine de mort – 15 septembre 1848 – p. 180. “Uma constituição, sobretudo uma constituição feita para a França pela a França, é necessariamente um passo em direção ‘a civilização. Se ela não é um passo para a civilização, ela não é nada.”

Le journal *l'Événement* [...] soutient un moment la candidature de Lamartine à la présidence de la République. Mais Louis-Napoléon Bonaparte ayant sollicité directement l'appui et les conseils de Hugo et celui-ci redoutant surtout une dictature militaire du général Cavaignac, *l'Événement* prend parti pour Louis-Napoléon contre Cavaignac. (LASTER, 1981, p. 140)<sup>128</sup>

O jornal *L'Événement* foi fundado pelos filhos do poeta – Charles Hugo e François Hugo – e por Auguste Vacquerie. Assim, Hugo e seus filhos apoiam a eleição de Napoléon para a presidência. Cavaignac, um dos concorrentes de Napoléon, fora o responsável pela violenta repressão às jornadas de 1848 e, por isso, Hugo fica receoso de que, uma vez eleito, torne a França uma ditadura militar. Nos dias 10 e 11 de dezembro de 1848, Louis Napoléon Bonaparte é eleito, por intermédio do sufrágio universal masculino e com uma maioria esmagadora de 74,33% dos votos, presidente da França.

A Assembleia Constituinte, uma vez que o país já fora dotado de uma constituição, perde seu sentido de ser. Dois caminhos possíveis são vislumbrados: tornar a Assembleia Constituinte em Assembleia legislativa, ou fazer novas eleições para a Assembleia Legislativa. No discurso de 29 de janeiro de 1849 sobre o tema, Hugo afirma que

je suis de ceux qui pensent que l'achèvement de la Constitution épuise le mandat, et que le premier effet de la Constitution votée doit être, dans la logique politique, de dissoudre la Constituante. (HUGO, 2008, p. 192)<sup>129130</sup>

Havendo nova eleição para a Assembleia Legislativa, ela deverá ocorrer por intermédio do sufrágio universal, mas, como afirma Hugo nesse mesmo discurso, “ce qu'il y a au fond de tout cela, de tous ces actes que je rappelle, ce qu'il y a, c'est une crainte secrète du suffrage universel”

---

<sup>128</sup> “O jornal *Évènement* [...] sustenta um momento a candidatura de Lamartine na presidência da República. Mas tendo Luís Napoléon Bonaparte solicitado diretamente o apoio e os conselhos de Hugo e este temendo sobretudo uma ditadura militar do general Cavaignac, o *Évènement* toma o partido de Luís Napoléon contra Cavaignac.”

<sup>129</sup> La séparation de l'Assemblée, 29 janvier 1849.

<sup>130</sup> “Sou daqueles que pensam que o advento da Constituição esgota o mandato, e que o primeiro efeito da Constituição votada deve ser, na lógica política, o de dissolver a Constituinte.”

(HUGO, 2008, p. 195). Hugo deseja verticalizar a democracia da II República. Ele almeja que todo cidadão possa se expressar politicamente, por intermédio do sufrágio, e, nesse sentido, a eleição de uma nova Legislativa é essencial. Essa batalha Hugo ganhará. A Constituinte é dissolvida, e são convocadas novas eleições, para os dias 13 e 14 de maio de 1849, visando compor a Assembleia Legislativa. Hugo será um dos deputados eleitos para a Legislativa.

A II República não foi um momento politicamente tranquilo na França, pois a Assembleia Legislativa era composta, em sua maioria, pela oposição ao presidente Louis-Napoléon<sup>131</sup>. Assim, Executivo e Legislativo estarão em constantes rusgas. Além disso, a República que começa libertária vai, gradualmente, tornando-se autoritária. No dia 19 de junho, as reuniões políticas são interditas por um ano; em 27 de julho, a liberdade de imprensa é, mais uma vez, restrita; no dia 9 de agosto, é aprovada uma lei permitindo o estado de sítio; em 27 de novembro, é cerceado o direito de greve dos trabalhadores<sup>132</sup>; em 31 de maio de 1850, é votada uma lei limitando o sufrágio universal. Nesse contexto agitado, o presidente demonstrou-se desejoso de alongar seu período chefiando o Executivo. A questão é que a Constituição de 1848 determinava a impossibilidade da reeleição presidencial. Assim, Louis-Napoléon tenta, inicialmente, entrar em tratativas com a Assembleia para reformar a Constituição.

A Assembleia rejeita a proposta de reforma constitucional feita pelo presidente. Napoléon, então, começa a fazer uma campanha de petição, acompanhada de várias viagens às províncias francesas,

---

<sup>131</sup> “aux élections législatives (13 mai 1849), les républicains modérés sont écrasés (70 sièges), tandis que le parti de l'Ordre (formé de royalistes, légitimistes et orléanistes, et de quelques bonapartistes) triomphe avec plus de 450 élus et s'installe au pouvoir”.

Disponível em:

[http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/II\\_e\\_R%C3%A9publique/140712#eo5EW8Im5cEmkg8G.99](http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/II_e_R%C3%A9publique/140712#eo5EW8Im5cEmkg8G.99)

<sup>132</sup> le 19 juin, clubs et réunions politiques sont interdits pour un an ; le 27 juillet, la liberté de la presse est restreinte ; le 9 août passe une loi sur l'état de siège. Dans le domaine social, la loi du 27 novembre 1849 interdit le droit de grève.

Disponível em:

[http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/II\\_e\\_R%C3%A9publique/140712#eo5EW8Im5cEmkg8G.99](http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/II_e_R%C3%A9publique/140712#eo5EW8Im5cEmkg8G.99)

visando que o povo se manifestasse a favor de sua reeleição tentando, assim, minar a legitimidade da Assembleia. Nesse cenário de oposição franca entre o presidente e a Assembleia, o único meio de estender o mandato presidencial é por intermédio de um golpe de Estado, o caminho que será tomado por Louis-Napoléon. No dia 2 de dezembro de 1851, Napoléon faz uma dupla declaração aos cidadãos e ao exército, reestabelece o sufrágio universal – ele será necessário para legitimar o plebiscito – e manda tropas fecharem a Assembleia Nacional. O golpe de Estado está, então, em curso. Victor Hugo será um dos 7 deputados do comitê de resistência ao golpe. O comitê, porém, não obtém sucesso e Napoléon segue com sua política visando estender seu poder. Desse modo, nos dias 20 e 21 de dezembro de 1851, o presidente convoca um plebiscito com a seguinte pergunta: “Le Peuple français veut le maintien de l'autorité de Louis-Napoléon Bonaparte, et lui délègue les pouvoirs nécessaires pour établir une constitution sur les bases proposées dans sa proclamation du 2 décembre 1851”. Napoléon consegue uma vitória esmagadora, 92,03% dos franceses votam “oui”, dando-lhe os poderes necessários para a extensão de seu governo. Com a vitória de Louis-Napoléon, Hugo sai da França para o exílio no dia 11 de dezembro, inicialmente, em Bruxelas. Começam os 19 anos de exílio de Victor Hugo.

## 2.4 - Hugo e o exílio

O exílio é uma forma de punição aplicada pelos governos desde tempos imemoriais. A partir do momento em que o homem se organiza politicamente formando um Estado, os líderes da situação acostumaram-se a obrigar os líderes da oposição a se afastarem do convívio social e político de suas famílias e concidadãos. Exilar um indivíduo é uma forma de matá-lo socialmente, sem que seja necessário cometer o homicídio propriamente dito. Em Atenas, no período clássico, os políticos em desgraça e os cidadãos submetidos à punição eram comumente ostracizados, isto é, forçados a abandonar a *pólis* e encerrar todo convívio com seus concidadãos. A pena do exílio era uma maneira de desterrar o indivíduo, torná-lo um vivo-morto sem amigos, família ou pátria, característica que será comum às diferentes formas de exílio da contemporaneidade. Said escreve que

o exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. (SAID, 2003, p. 46)

Partindo desse contexto, podemos pensar que, quando Louis-Napoléon bane Victor Hugo da França, seu objetivo seria impedir que o poeta continuasse influenciando seus concidadãos, seria uma tentativa de o calar e o jogar na vala comum do esquecimento. A manobra de Bonaparte, entretanto, não é uma novidade na política francesa. O regime do rei Louis XVIII irá exilar Napoléon e toda a família Bonaparte da França – Victor Hugo, ironicamente, foi fundamental na revogação da lei de exílio dos Bonaparte-; durante a Monarquia de Julho, Carlos X e sua família são mandados embora da França e impedidos de retornar. Já a II República irá expulsar o rei Louis-Philippe e seus familiares do

país. O regime que está governando expulsa aquele que lhe precedeu, tentando evitar que o mesmo retorne. Tampouco Louis Napoléon será o último a aprovar uma lei de exílio na França. No ano de 1886, durante a III República, portanto, é aprovada uma lei que exilava os chefes das famílias reais - Orléans e Bourbon- e imperial - Bonaparte - que houvessem reinado na França, assim como os seus primogênitos. Vetou-se que qualquer homem dessas famílias servisse no exército francês, uma tentativa da República de impedir qualquer forma de restauração monárquica.

No dia 9 janeiro de 1852, Victor Hugo é oficialmente banido pelo regime francês, e, nessa conjuntura, Bruxelas, a capital belga, parecia um lugar ideal para montar sua resistência a Napoléon III, pois tinha uma boa quantidade de imprensas, onde o poeta poderia imprimir seus textos, e havia, também, a proximidade geográfica. Hugo esperava juntar um grupo de exilados para enviar à França, continuamente, suas publicações republicanas. Assim, em junho, ele redige o panfleto *Napoléon le Petit*, que será publicado somente em agosto. O texto considera o ocorrido em 2 de dezembro como um crime e argumenta que, enquanto Napoléon - apesar da baixa estatura - era grande, Louis Napoléon é pequeno, pois cometeu uma falta cruel, ao destruir a tribuna francesa<sup>133</sup>. Segundo Stein,

o texto [ *Napoleón le Petit*] tem os mesmos objetivos, as mesmas estruturas e os mesmos temas que os discursos dos primeiros anos do exílio, e utiliza recursos polêmicos da mesma ordem: chamada ao combate, condenação ao usurpador e tentativa de acordar um povo adormecido. (STEIN, 2010, p. 71).

O governo belga, sentindo-se incomodado por abrigar, em sua capital, um opositor ao regime francês de tamanho calibre, expulsa Victor Hugo do país. Assim, em julho de 1852, antes mesmo de ter seu panfleto

---

<sup>133</sup> La tribune française ! Il faudrait un livre pour dire ce que contient ce mot. La tribune française, c'est, depuis soixante ans, la bouche ouverte de l'esprit humain. De l'esprit humain disant tout, mêlant tout, combinant tout, fécondant tout, le bien, le mal, le vrai, le faux, le juste, l'injuste, le haut, le bas, l'horrible, le beau, le rêve, le fait, la passion, la raison, l'amour, la haine, la matière, l'idéal (Napoléon le Petit, apud STEIN, 2007, p. 72)

publicado, Hugo parte para a ilha de Jersey, uma região administrativa autônoma da Grã-Bretanha onde se falava francês à época.

Hugo não foi o único político francês que se refugiou fora da França logo após o golpe de Louis-Napoléon. Em uma carta para sua esposa, que ficara em Paris, Hugo escreve:

tu sais en ce moment que je suis banni par le Bonaparte, c'est-à-dire expulsé, c'est le mot dont se sert ce drôle. Hier, j'étais chez Schoelcher, Charras arrive, nous causons tous les trois. Charras était en train de nous raconter son arrestation, sa captivité, son élargissement, et des choses de l'autre monde. Survient Labrousse. Il me dit: – vous êtes banni, avec 66 représentants de la gauche, comme chefs socialistes. (Lettre à Madame Hugo, 11 janvier 1852)<sup>134, 135</sup>

Após a Primavera dos Povos<sup>136</sup>, que se demonstra um fracasso para os revolucionários e uma vitória para os governos autoritários, o número de exilados cresce na Europa. Rosa, discorrendo sobre o exílio hugoano, afirma que

pour beaucoup d'hommes – et pour leurs peuples – la défaite des révolutions de 48 en Europe ouvre le temps de l'exil comme la sanction d'un échec, temps de souffrance, d'épreuve, au meilleur cas de sacrifice. Pour Hugo, l'exil fut un accroissement. (ROSA, 2001, p. 1)<sup>137, 138</sup>

Os “66 chefes socialistas”, entre eles Charras, Schoelcher e Thiers e outros foram capturados, presos e, em seguida, exilados por Louis Napoléon. O exílio de Hugo, ao contrário daquele de grande parte de

---

<sup>134</sup> Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance/Tome\\_II\\_1852](https://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance/Tome_II_1852)

<sup>135</sup> “Você sabe que neste momento estou banido por Bonaparte, isto é, expulso, é a palavra de que esse palerma se utiliza. Ontem, eu estava na casa de Schoelcher, Charras chega, e os três se põem a conversar. Charras estava contando-nos sobre sua prisão, seu encarceramento, sua soltura e coisas do outro mundo. Veio Labrousse. Ele me disse: - você está banido, com 66 representantes da esquerda, como líderes socialistas.”

<sup>136</sup> A série de revoluções que abalou a Europa central e Oriental em 1848 é chamada de Primavera dos Povos.

<sup>137</sup> Disponível em: <http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/01-10-20rosa.htm>

<sup>138</sup> “Para muitos homens – para seus povos – a desfeita das revoluções de 48 na Europa abre o tempo do exílio como a sansão de um fracasso, tempo de sofrimento, de provação, no melhor caso, de sacrifício. Para Hugo, o exílio foi um crescimento.”

seus compatriotas, será um tempo de engrandecimento, pois será o momento em que suas posições políticas se consolidam – completa-se a passagem de monarquista para liberal – socialista – democrata – republicano– também o momento em que comporá, entre outros textos, os romances *Les Misérables* e *L’Homme qui Rit*, além de diversos discursos políticos. Hugo tornar-se-á, durante seu exílio, um “*chef de la résistance*” à Napoléon e, também, um combatente a toda forma de autocracia e despotismo. Enquanto deputado da II República, Hugo era uma figura política de relativo peso na França; enquanto exilado, Hugo será referência global na defesa pela liberdade.

A liberdade não se tornou um conceito caro a Victor Hugo somente após a queda de II República e seu conseqüente exílio. Os combates hugoanos em prol da liberdade remontam do início de sua produção literária. Em 1826, o romance *Bug-Jargal* retrata a condição do negro escravizado; em 1827, o famoso prefácio à peça *Cromwell* é um manifesto pela liberdade na arte, e em 1830, com *Hernani*, Hugo defende a liberdade de composição teatral; em 1833, com a peça *Lucrece Borgia*, Hugo argumenta, entre outros temas, a favor da proeminência e liberdade feminina. Não foi a traumática experiência do exílio que tornou Hugo um progressista, assim é possível pensar que

la poétique de l’exil chez Victor Hugo: traiter un tel sujet revient à étudier la totalité de la production hugolienne, ou peu s’en faut, tant la part de l’exil, vécu ou rêvé, réel ou imaginaire, y occupe de place, tant surtout l’exil apparaît comme l’essence même de cette œuvre. (LAFORGUE, 1991, p. 95)<sup>139</sup>

Mesmo quando o poeta se considerava monarquista, suas obras podem ser consideradas como, politicamente, progressistas. O exílio não operará uma grande mudança na postura de Victor Hugo, ele as consolidará. Discorrendo sobre a sua posição política e a sucessão dos fatos na França, o poeta afirma:

---

<sup>139</sup> “A poética do exílio em Victor Hugo: tratar de um assunto como esse leva a estudar a totalidade da produção hugoana, ou quase, tanto a parte do exílio, vivido ou sonhado, real ou imaginário, ocupa um lugar nela, como sobretudo o exílio aparece como a própria essência dessa obra. ”

Il était encore au nombre de ces hommes qui doutaient de moi [...] croyant que je servais un peu tous les gouvernements, et avec une apparence de raison; me croyant ingrat à l'égard des Orléans [...] et croyant également avec une apparence de raison que je m'étais jeté dans la démocratie par esprit d'ambition et dans le but de devenir président de la République [aux élections de 1852]. Depuis, mon exil a changé tout. Alors cela lui a ouvert les yeux, comme à tous les hommes honnêtes qui [...] se rendent à l'évidence." (*Le Journal d'Adèle Hugo*, procuré par F.V. Guille, Minard, 1984, t. II, p. 210). (HUGO, *apud* ROSA, 2001, p. 1)<sup>140</sup>

A trajetória política de Hugo foi marcada por alguns elementos excepcionais. Um homem que tinha uma mãe monarquista, que recebeu prêmios da monarquia de Louis XVIII, que foi indicado *Pair de France* pelo rei Louis-Philippe I, e que chega a se tornar republicano. Nada mais natural que houvesse aqueles que desconfiassem da trajetória hugoana. O exílio irá dissipar qualquer desconfiança. O combate de Hugo em prol da liberdade e contra Louis Napoléon apenas começava, e, cada vez mais, afastava, geograficamente, o poeta de sua pátria.

Jersey, assim como Guernesey, é uma ilha anglo-normanda situada entre a França e a Inglaterra. Hugo, falando das ilhas, afirma que:

Jersey et Guernesey sont des morceaux de la Gaule, cassée au huitième siècle par la mer. Jersey a eu plus de coquetterie que Guernesey ; elle y a gagné d'être plus jolie et moins belle. À Jersey la forêt s'est faite jardin ; à Guernesey le rocher est resté colosse. Plus de grâce ici, plus de majesté là. À Jersey on est en Normandie, à Guernesey on est en Bretagne (HUGO, 2008, p. 398, *Ce que c'est que l'exil*, 1875)<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> "Ele estava entre aqueles homens que duvidavam de mim [...] acreditando que eu servia um pouco a todos os governos, e com um fundo de razão; considerando-me ingrato quanto a Orleans [...] e acreditando também com um fundo de razão que eu me havia lançado na democracia por ambição e com o objetivo de me tornar presidente da República [nas eleições de 1852]. Desde então, meu exílio mudou tudo. Então isso lhe abriu os olhos, assim como os de todos os homens honestos que [...] se orientam pela evidência. (*Le Journal d'Adèle Hugo* [O Diário de Adele Hugo], fornecido por F. V. Guille, Minard, 1984, t. II, p. 210)."

<sup>141</sup> "Jersey e Guernesey são pedaços da Gália, separadas, no século oitavo, pelo mar. Jersey tem mais sedução do que Guernesey, ela calhou de ser mais alegre e menos bela. Em Jersey a floresta se fez jardim; em Guernesey, o rochedo permanece colossal.

Do trecho, percebe-se que Hugo traça um parentesco entre a França e as ilhas<sup>142</sup>, e, também, a presença do rochedo como marca distintiva. O rochedo, que se torna tribuna, possibilita que a palavra seja escutada de mais longe. A posição insular e isolada das ilhas permite que o discurso de Hugo se torne universal. Todos os temas lhe são permitidos, assim “dessa tribuna no centro do mundo, de onde todos os países parecem ter voz, começa a elevar-se a palavra de Victor Hugo, que leva aos quatro cantos do mundo um chamado pela fraternidade entre os povos e a revolta contra todas as opressões.” (STEIN, 2010, p. 73).

O exílio é um local dicotômico, pois é, concomitantemente, físico e alegórico. É um local físico, uma vez que Hugo será obrigado a passar por Bruxelas, Jersey e Guernesey - espaços geograficamente localizáveis e presentes na realidade objetiva - durante seu exílio. É alegórico, porque o exílio é Bruxelas, Jersey e Guernesey, mas também é Cuba, é a Polônia, é a Criméia e a América. O exílio permite que Hugo esteja em todos os lugares, mas também o obriga a não estar em nenhum deles. Ele está do lado de fora:

Êtes-vous toujours là? Vous êtes mort sans doute,  
Marquis;  
Mais d'où je suis on peut parler aux morts.  
Ah! votre cercueil s'ouvre: — Où donc es-tu? —  
Dehors.  
Comme vous. — Es-tu mort? — Presque. J'habite  
l'ombre.  
Je suis sur un rocher qu'environne l'eau sombre,  
Écueil rongé des flots, de ténèbres chargé,  
Où s'assied ruisselant, le blême naufragé. (HUGO,  
*Écrit en 1855*)<sup>143, 144</sup>

---

Mais graça aqui, mais majestade lá. Em Jersey, estamos na Normandia, em Guernesey, estamos na Bretanha.”

<sup>142</sup> Jersey e Gernesey fazem parte do arquipélago situado no Canal da Mancha, na costa francesa da Normandia. As ilhas são consideradas como remanescentes do Ducado da Normandia.

<sup>143</sup> Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Écrit\\_en\\_1846\\_-\\_Écrit\\_en\\_1855](https://fr.wikisource.org/wiki/Écrit_en_1846_-_Écrit_en_1855)

<sup>144</sup> “O senhor ainda está aí? O senhor provavelmente morreu, Marquês;

Mas de onde estou se pode falar com os mortos.

Ah! Seu caixão se abre: - Onde então você está? - Fora.

Assim como o senhor. - Você está morto? - Quase. Moro na sombra.

Estou sobre um rochedo que rodeia a água sombria,

Recife corroído pelas marés, pelas trevas carregado,

Onde se senta escorrendo o lívido naufrago”

O exilado está do lado de fora, ele está sujeito a tudo, pois não há uma pátria, uma sociedade que o defenda e o acolha. Ele está em um lugar símile ao de um morto. Apesar disso, o proscrito tem seu poder. Assim, no *Ce que c'est que l'exil*, Hugo diz que

la puissance du proscrit se compose de deux éléments ; l'un qui est l'injustice de sa destinée, l'autre qui est la justice de sa cause. Ces deux forces contradictoires s'appuient l'une sur l'autre ; situation formidable et qui peut se résumer en deux mots : Hors la loi, dans le droit. (HUGO, 2008, p. 415)<sup>145</sup>

O exílio, então, é um lugar fora da Lei, porém dentro do Direito. Desse modo, “L'exil est un lieu de châtement. De qui? Du tyran”<sup>146</sup>. A inversão de expectativas é clara, uma vez que, inicialmente, pensa-se que o exílio é um castigo para o exilado. Entretanto, o tirano pode estar dentro da lei, afinal é ele que a faz, porém, o exilado está no Direito, pois sua causa é justa.

Em meados do ano de 1852, Louis-Napoléon convoca um plebiscito, a ocorrer nos dias 21 e 22 de novembro, para consultar os franceses sobre a natureza do regime que desejavam<sup>147</sup>. Bonaparte fora eleito presidente da II República em 1848, porém, em 1851, no momento em que deveria deixar o poder, uma vez que a constituição impedia a reeleição, Louis arquiteta seu golpe de Estado e, desse modo, permanece comandando o Executivo francês. A situação era, entretanto, delicada, uma vez que Napoléon continuava exercendo as funções de presidente, sem, efetivamente, ainda o ser. Assim, ele inicia uma série de viagens pelo interior francês buscando apoio para sua

---

<sup>145</sup> “O poder do proscrito é composto por dois elementos; um, que é a injustiça de seu destino, o outro, que é a justiça de sua causa. Essas duas forças contraditórias se apoiam uma sobre a outra; situação formidável e que pode se resumir nestas palavras: Fora da lei, no direito.”

<sup>146</sup> *Ce que c'est que l'exil*, HUGO, 2008, p. 399 – “O exílio é um lugar de castigo. De quem? Do tirano.”

<sup>147</sup> A pergunta do plebiscito era: “«Le peuple veut le rétablissement de la dignité impériale dans la personne de Louis Napoléon Bonaparte, avec hérédité dans sa descendance directe, légitime ou adoptive, et lui donne le droit de régler l'ordre de succession au trône dans la famille Bonaparte, ainsi qu'il est prévu par le sénatus-consulte du 7 novembre 1852.» Disponível em: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Plébiscites\\_sous\\_Napoléon\\_III](https://fr.wikipedia.org/wiki/Plébiscites_sous_Napoléon_III)

permanência no poder. O *Discours de Bordeaux* insere-se nessa busca de apoio de Louis-Napoléon. Nele, Bonaparte diz que

le but de ce voyage, vous le savez, était de connaître par moi-même nos belles provinces du Midi, d'approfondir leurs besoins. Il a, toutefois, donné lieu à un résultat beaucoup plus important. [...] jamais peuple n'a témoigné d'une manière plus directe, plus spontanée, plus unanime, la volonté de s'affranchir des préoccupations de l'avenir, en consolidant dans la même main un pouvoir qui lui est sympathique. [...] Il [le peuple] sait qu'en 1852 la société courait à sa perte, parce que chaque parti se consolait d'avance du naufrage général par l'espoir de planter son drapeau sur les débris qui pourraient surnager. Il me sait gré d'avoir sauvé le vaisseau en arborant seulement le drapeau de la France. (Louis Napoléon, *Discours de Bordeaux*, 9 octobre 1852)<sup>148 149</sup>

Napoléon, em sua interpretação dos eventos que antecederam o II Império, coloca-se como o salvador do navio, a França, que estava naufragando, pois, todos os demais políticos desejavam que o país naufragasse para, então, recolher os destroços. Napoléon, nesse contexto, apresenta-se como o homem capaz de salvar a nação, o caminho para um governo de união nacional. A união, contudo, não se dará com a República. Assim,

pour faire le bien du pays, il n'est pas besoin d'appliquer de nouveaux systèmes; mais de donner, avant tout, confiance dans le présent, sécurité dans l'avenir. Voilà pourquoi la France semble vouloir revenir à l'Empire. [...] Par esprit de défiance, certaines personnes se disent : l'Empire, c'est la guerre. Moi je dis : l'Empire, c'est la paix. C'est la paix, car la France le désire, et lorsque la France est satisfaite, le monde est tranquille. La

---

<sup>148</sup> Disponível em:

[http://musee.sitemestre.fr/6001/html/histoire/texte\\_discours\\_bordeaux.html](http://musee.sitemestre.fr/6001/html/histoire/texte_discours_bordeaux.html)

<sup>149</sup> “O objetivo dessa viagem, como você sabe, era o de conhecer por mim mesmo nossas belas províncias do Sul, de me aprofundar sobre suas necessidades. Ela deu, contudo, lugar a um resultado muito mais importante, [...] jamais um povo testemunhou de uma maneira mais direta, mais espontânea, mais unânime, a vontade de se libertar das preocupações do futuro, consolidando na mesma mão um poder que lhe é atrativo. [...] Ele [o povo] sabe que em 1852 a sociedade degringolava em sua perda, porque cada partido se consolava de antemão quanto ao naufrágio geral pela esperança de fincar sua bandeira sobre os destroços que poderiam boiar. Tenho reconhecimento de ter salvado o navio içando somente a bandeira da França.”

gloire se lègue bien à titre d'héritage, mais non la guerre.

J'en conviens, cependant, j'ai, comme l'Empereur, bien des conquêtes à faire. Je veux, comme lui, conquérir à la conciliation les partis dissidents et ramener dans le courant du grand fleuve populaire les dérivations hostiles qui vont se perdre sans profit pour personne.

Je veux conquérir à la religion, à la morale, à l'aisance, cette partie encore si nombreuse de la population qui, au milieu d'un pays de foi et de croyance, connaît à peine les préceptes du Christ; qui, au sein de la terre la plus fertile du monde, peut à peine jouir de ses produits de première nécessité. (Louis-Napoléon, Discours de Bordeaux, 9 octobre 1852)<sup>150</sup>

Louis Napoléon, mesmo tendo sido presidente, não acredita que a República seja capaz de resolver os problemas da França. É necessário um outro sistema político para resgatar o país. O sistema, em última instância, não precisa ser inédito. O importante é dotar os franceses de segurança no presente e confiança no futuro, e a formação de um novo Império é a solução apontada. Obviamente, há aqueles que se recordam que, durante o Império, a França viveu constantemente em guerra. Entretanto, não há motivos para se preocupar, uma vez que a guerra não se pode herdar, somente a glória é herdada – e o Império foi um momento glorioso para a França. Assim, o Império é a paz. Além disso, Napoléon, quando se tornar imperador, irá conquistar até a religião e a moral, e, também, espalhar os preceitos do Cristo. Sendo o homem que se diz capaz de unir o país, de retrazer as glórias do passado e de regular as relações com a Igreja, Louis Napoléon é, por intermédio do

---

<sup>150</sup> “Para fazer o bem do país, não é necessário aplicar novos sistemas; mas confiar, antes de tudo, no presente, segurança no futuro. Eis porque a França parece querer voltar ao Império . [...] Por espírito de desafio, algumas pessoas dizem: o Império é a guerra. Quanto a mim, eu digo: o Império é a paz.

É a paz, pois a França o deseja, e quando a França está satisfeita, o mundo está tranquilo. A glória é deixada a título de herança, mas não a guerra.

Reconheço, entretanto, que tenho, como o Imperador, muitas conquistas a fazer. Quero, como ele, conquistar pela conciliação os partidos dissidentes e trazer de volta na corrente do grande movimento popular as derivações hostis que vão se perder sem proveito para ninguém.

Quero conquistar na religião, na moral, na abastança, aquela parte ainda tão numerosa da população que, em meio a um país de fé e de crença, mal conhece os preceitos do Cristo; que, no seio da terra mais fértil do mundo, mal pode usufruir de seus produtos de primeira necessidade.”

plebiscito, indicado Imperador dos Franceses, com a enorme aprovação de 96,86% dos eleitores, com o nome de Napoléon III. O II Império surge das cinzas da República.

A manobra de Napoléon III, obviamente, não foi unânime e, tampouco, passou despercebida de todos. Victor Hugo, em 31 de outubro de 1852 - antes do plebiscito propriamente dito, portanto -, enquanto estava em Jersey, irá redigir uma declaração sobre o futuro império<sup>151</sup>. Assim, a primeira questão que coloca Hugo é “*L’empire va se faire. Faut-il voter ? Faut-il continuer de s’abstenir ?*”(HUGO, 2008, p. 426). Como Napoléon havia reestabelecido o sufrágio universal masculino, o questionamento sobre se o cidadão deveria ou não votar se torna essencial. Votando-se, está se dando legitimidade ao plebiscito napoleônico. Caso todos os opositores ao império se abstenham de votar, Napoléon vencerá com maior facilidade. Nesse contexto,

un certain nombre de républicains [...] sembleraient aujourd’hui ne pas être éloignés de penser qu’à l’occasion de l’empire une manifestation opposante de la ville de Paris, par la voie du scrutin, pourrait être utile, et que le moment serait peut-être venu d’intervenir dans le vote. (HUGO, 2008, p. 426)<sup>152</sup>

A resposta de Hugo demonstra sua descrença nos plebiscitos de Bonaparte:

le scrutin n’y changera rien. Nous ne prendrons pas la peine de vous rappeler ce que c’est que le “suffrage universel” de M. Bonaparte, ce que c’est que les scrutins de M. Bonaparte. Manifestation de la ville de Paris ou de la ville de Lyon, recensement du parti républicain, est-ce cela est possible ? Où sont les garanties du scrutin ? Où est le contrôle ? Où sont les scrutateurs ? Où est la liberté ? Songez à toutes ces dérisions. Qu’est-ce qui sort de l’urne ? La volonté de

---

<sup>151</sup> *Déclaration à propos de l’Empire*. Jersey, 31 octobre 1852 “um certo número de republicanos [...] parece, hoje, não estar distante de pensar que, na ocasião do Império, uma manifestação da cidade de Paris, por intermédio do escrutínio, opondo-se pode ser útil e que o momento de intervir pelo voto talvez tenha chegado. ”

<sup>152</sup> “um certo número de republicanos [...] parece, hoje, não estar distante de pensar que, na ocasião do Império, uma manifestação da cidade de Paris, por intermédio do escrutínio, opondo-se pode ser útil e que o momento de intervir pelo voto talvez tenha chegado. ”

M. Bonaparte. Pas autre chose. (HUGO, 2008, p. 426)<sup>153</sup>

A escolha hugoana é a de tudo questionar, desacreditando os plebiscitos de Napoléon como uma farsa, cujo resultado era conhecido de todos. Desse modo, a solução é, “en présence de M. Bonaparte et de son gouvernement, le citoyen digne de ce nom ne fait qu`une chose et n`a qu`une chose à faire : charger son fusil et attendre l`heure” (HUGO, 2008, p. 427).

Hugo quer falar em nome de todos, porém o exilado não é ninguém. Ele quer estar em todos os lugares, porém não está em lugar algum. Em 1855, Hugo e sua família partem de Jersey para Guernesey. Em Guernesey, Hugo irá comprar uma casa – que nomeará de Hauteville House – na esperança de que, sendo proprietário, uma eventual expulsão da ilha seja mais difícil. Apesar de ter comprado uma propriedade em Guernesey, ao exilado nem mesmo resta a família. Rosa, discorrendo sobre a situação de Madame Hugo durante o exílio, diz que “l`épouse n`attend pas l`amnistie pour des escapades progressivement prolongées, bruxelloises ou parisiennes ; ses fils en profitent pour désertar à sa suite -"ta maison est à toi, on t'y laissera seul"- et l'on sait la fuite affolée d'Adèle H.”<sup>154</sup>(ROSA, 2001, p. 1). Além de Madame Hugo, Charles Hugo, apesar das constantes visitas, não mora com o pai, e passará a maior parte do tempo em Paris. Obviamente, essa situação de desmonte familiar faz parte do esquema arquitetado por Napoléon, uma vez que, oficialmente, exilado era apenas Victor Hugo, não os demais membros de sua família.

---

<sup>153</sup> “O escrutínio não mudará nada quanto a isso. Não nos daremos ao trabalho de lembrar a vocês o que é o “sufrágio universal” do Sr. Bonaparte, o que são os escrutínios do Sr. Bonaparte. Manifestação da cidade de Paris ou da cidade de Lyon, recenseamento do partido republicano, isso será possível? Onde estão as garantias do escrutínio? Onde está o controle? Onde estão os escrutinadores? Onde está a liberdade? Pensem em todas essas derrisões. O que sai da urna? A vontade do Sr. Bonaparte. Não outra coisa.”

<sup>154</sup> “a esposa não esperando pela anistia para escapadas, progressivamente de maior duração, em Bruxelas o Paris. Seus filhos aproveitam para desertar em seguida. Tua casa é tua, e nós te deixaremos sozinho. Sabe-se da fuga desvairada de Adèle H.”

Em 1859, quando o II Império dá anistia a todos os condenados políticos, Hugo responderá que:

Personne n'attendra de moi que j'accorde, en ce qui me concerne, un moment d'attention à la chose appelée amnistie.

Dans la situation où est la France, protestation absolue, inflexible, éternelle, voilà pour moi le devoir. Fidèle à l'engagement que j'ai pris vis-à-vis de ma conscience, je partagerai jusqu'au bout l'exil de la liberté. Quand la liberté rentrera, je rentrerai. (HUGO, 2008, p. 511)<sup>155, 156</sup>

Hugo está disposto a somente voltar para a França quando a liberdade puder retornar juntamente com ele. Somente quando o regime do usurpador Napoléon III cair, Hugo voltará para a França. Em 1860, a esposa de Hugo, Madame Hugo, parte para Paris. Em 1863, a filha de Hugo, Adèle, parte para Halifax, no Canadá, para, segundo ela, casar-se. Ela jamais se casou.

Como Napoléon III cometeu a perfídia de suprimir a tribuna, foi necessário que Hugo criasse um novo púlpito, no qual discursar. Uma vez que o Palácio Bourbon, onde se localiza a Assembleia Nacional francesa, estava indisponível para seus discursos, Victor Hugo precisou criar uma nova tribuna que conseguisse alcançar mais longe do que a antiga. Enquanto parlamentar da II República seus discursos deveriam ser, majoritariamente, sobre temas que afetassem o Estado e o governo francês; como orador representativo dos proscritos e oprimidos, Hugo pode levantar sua voz contra qualquer forma de opressão independentemente de onde quer que ela esteja. Stein afirma que

Victor Hugo qualifiait lui-même ses discours de l'exil de 'rabâchages du sépulcre' (Lettres à Louis Bonaparte), sans lui donner de sens péjoratif. Tous ses textes de l'exil, en effet, ont un seul et même but,

---

<sup>155</sup> *L'amnistie*. Hauteville-House, 18 août, 1859

<sup>156</sup> "Ninguém espera de mim que eu conceda, no que me concerne, um momento de atenção à coisa chamada anistia.

Na situação em que está a França, protesto absoluto, inflexível, eterno, é isso o que é o dever para mim.

Fiel ao engajamento que tomei com relação à minha consciência, compartilharei até o fim o exílio da liberdade. Quando a liberdade voltar, eu voltarei."

aussi constant que le Second Empire et que les despotismes: contester ces despotismes, rappeler l'ignominie du coup d'État, et continuer d'affirmer la république universelle, envers et contre tout. (STEIN, 2007, p. 438)<sup>157</sup>

Seu rochedo é tribuna competente para tratar de todos os temas, desde uma estátua de Beccaria,<sup>158,159</sup> passando pela abolição da pena de morte e a condenação do ilegítimo, na concepção de Victor Hugo, regime francês. A condição de exilado, um local dicotômico que lhe garante um *status* de vivo-morto, de não pertencimento e, ao mesmo tempo, de familiaridade com todos os lugares, fortalece o engrandecimento de Hugo. Sozinho em seu rochedo, sua atual tribuna, fustigado constantemente pelas ondas do mar, a voz hugoana alcança o horizonte.

---

<sup>157</sup> “O próprio Victor Hugo qualificava seus discursos do exílio de “repetições do sepulcro” (Cartas a Luís Bonaparte), sem lhe dar sentido pejorativo. Todos os seus textos do exílio, com efeito, têm um único objetivo, também constando o Segundo Império e os despotismos: contestar esses despotismos, lembrar a ignominia do golpe de Estado e continuar a afirmar a República universal contra tudo.”

<sup>158</sup> La statue de Beccaria - 4 mars 1865. (p. 567)

J'accepte et je remercie

Je serai fier de voir mon nom parmi les noms éminents des membres de la commission du monument à Beccaria.

Le pays où se dressera un tel monument est heureux et béni, car, en présence de la statue de Beccaria, la peine de mort n'est plus possible.

Je félicite l'Italie.

Élever la statue de Beccaria, c'est abolir l'échafaud.

Si, une fois qu'elle sera là, l'échafaud sortait de terre, la statue y rentrerait. -

“Eu aceito e agradeço.

Eu fico orgulhoso de ver meu nome entre os eminentes nomes dos membros da comissão do monumento para Beccaria.

O país em que se erige tal monumento é feliz e benigno, pois, na presença da estátua de Beccaria, a pena de morte já não é mais possível.

Eu felicito a Itália

Levantar a estátua de Beccaria é abolir o cadafalso.

Se, uma vez que ela está ali, o cadafalso sairá da terra, e a estátua ali reentrará”

<sup>159</sup> Cesare Bonesana, marquês de Beccaria, 1738-1794, é tido como o principal representante do Iluminismo na área do Direito Penal. Sua obra, “Dos delitos e das penas”, é tida como uma das primeiras do Direito moderno. Entre suas proposições constam: a abolição da pena de morte, erradicação da tortura como meio de obtenção de provas e a julgamentos céleres e públicos.

### Capítulo III - A Luta

*Toute la liberté qu'on prend à des oiseaux.  
Le destin juste et dur la reprend à des  
hommes.  
Nous avons des tyrans parce que nous en  
sommes.  
Tu veux être libre, homme ? et de quel droit,  
ayant  
Chez toi le détenu, ce témoin effrayant ?  
Ce qu'on croit sans défense est défendu par  
l'ombre.  
Toute l'immensité sur ce pauvre oiseau  
sombre  
Se penche, et te dévoue à l'expiation.  
Je t'admire, oppresseur, criant : oppression  
!  
Le sort te tient pendant que ta démenche  
brave  
Ce forçat qui sur toi jette une ombre  
d'esclave  
Et la cage qui pend au seuil de ta maison  
Vit, chante, et fait sortir de terre la prison.*

Victor Hugo, *Liberté*  
160

O período do exílio de Victor Hugo é fundamental em sua evolução política e literária. Envolvendo-se cada vez mais na política francesa, o deputado Victor Hugo, no momento do golpe de Estado de Louis-Napoléon, posiciona-se contrariamente à permanência do sobrinho do general corso na presidência da II República. Em consequência de seu posicionamento, no dia 11 de dezembro de 1851, Hugo sairá da França para escapar da repressão que Napoléon vinha exercendo sobre seus

---

<sup>160</sup>“ Toda a liberdade que nós tomamos das aves  
o destino justo e duro retoma dos homens.  
Nós temos tiranos porque nós o somos .  
Você quer ser livre , homem ? e com que direito, tendo  
contigo o detido , esta testemunha assustadora ?  
Aquilo que se acredita ser indefeso é defendido pela sombra .  
Toda a imensidão sobre pobre escuro pássaro  
Olha, e se dedique a expiação .  
Eu admiro você , opressor , gritando opressão !  
O destino te segura , enquanto sua valente demência  
Este presidiário que lança sobre você uma sombra de escravo  
E a gaiola pendurada perto de tua casa  
Vive , canta e tira da terra a prisão.”

opositores. No dia 9 de janeiro de 1852, é, então, institucionalizado o banimento de Hugo do solo francês. Louis Napoléon baixa um decreto expulsando da França 66 lideranças opositoras ao seu regime. O nome de Victor Hugo está nessa lista. Assim, em Bruxelas, cidade em que já estava refugiado há, aproximadamente, uma quinzena de dias, inicia-se o exílio de Victor Hugo, que durará 19 anos e vividos em três cidades e em dois países. Durante seu exílio, Hugo produzirá em abundância. Panfletos contra o regime, discursos, romances, gravuras, peças dramáticas e textos filosóficos sairão da pena hugoana. Diante dessa colossal produção e considerando a liberdade como conceito amalgamador, parece necessário examinar, inicialmente, a maneira pela qual Hugo instrumentaliza o exílio em sua produção discursiva. Objetivando empreender uma análise mais precisa, iremos dividir o combate discursivo de Hugo, inspirado pelo lema da Revolução de 1789, em três grandes frentes: a Fraternidade, a Igualdade e a Liberdade. Desse modo, sob a égide da Fraternidade, reunimos os discursos sobre o trabalho na América<sup>161</sup> e os quatro discursos feitos durante o jantar de Natal<sup>162</sup> para as crianças pobres de Guernesey, que Hugo oferecia anualmente. Em torno do tema da Igualdade, identificamos dois grandes baluartes: a defesa dos direitos da mulher e o combate à escravidão e ao racismo. Para abordar a questão da Liberdade, apresentamos três grandes blocos de discursos: aqueles contrários ao governo de Napoléon III, as orações fúnebres feitas em homenagem aos exilados mortos longe da pátria e, por fim, a discussão acerca da pena de morte.

---

<sup>161</sup> Le Travail en Amérique, 1870

<sup>162</sup> Établissement du dîner des enfants pauvres. A l`éditeur Castel - 5 octobre, 1862; Les enfants pauvres - Noël, décembre, 1867; Les enfants pauvres - Noël, 1868; Les enfants pauvres, 1869.

### 3.1 - Fraternidade

O século XIX é revolucionário em vários aspectos. Política e socialmente, ocorreram as Revoluções de 1830 e 1848. Dentre os regimes políticos do século, há o Consulado, o I Império, a Restauração Monárquica, a II República, o III Império e a III República. Além disso, no âmbito econômico, a Revolução Industrial irá mudar o mundo. Com novas máquinas, o modo capitalista de produção irá aprofundar-se, e suas consequências se farão sentir globalmente. Regiões inteiras mudarão suas paisagens para o sombrio e poluído contorno das indústrias, assim como outras regiões torna-se-ão produtoras de matérias primas. Do mesmo modo, grupos sociais ascenderão, acumulando cada vez mais bens materiais e capital, e outros grupos cairão na mais profunda pobreza, tendo que trabalhar exaustivamente para conseguir o seu sustento. O capitalismo será o responsável pelo aprofundamento da dicotomia ricos e pobres, e Hugo, sensível às questões de seu tempo, não se esquivará de discutir o tema. A economia é uma das questões que irão interessar Victor Hugo durante o período de exílio. Obviamente, Hugo não é um teórico de economia, logo não encontraremos em seus textos conceitos como curva de oferta, curva de demanda, *trade-off*, maximização do lucro, e os demais conceitos fulcrais da ciência econômica. Apesar disso, temas como o trabalho e a pobreza estão presentes nos discursos do período, relacionando a questão econômica a seu caráter social, o qual estabelece a fraternidade entre os grupos que convivem em uma comunidade. Assim, as peças oratórias a serem por nós analisadas são os escritos *Établissement du dîner des enfants pauvres - à l'éditeur*, 1862; os discursos *Les enfants pauvres* de 1867, 1868, e 1869 e o *Le travail en Amérique*, 1870.

Em 1862 Victor Hugo inicia uma tradição que perdurará até o final de seu tempo de proscrição: a realização, em Hauteville-House, de um jantar voltado para as crianças pobres da ilha de Guernesey.

Respondendo a uma carta de Castel, o editor de seus textos, que vira alguns de seus desenhos em seus manuscritos, Hugo conta que

le hasard a fait tomber sous vos yeux quelques espèces d'essais de dessins faits par moi, à des heures de rêverie presque inconsciente, avec ce qui restait d'encre dans ma plume, sur des marges ou des couvertures de manuscrits. Ces choses, vous désirez les publier [...] Vous insistez pourtant, et je le consens. [...] Voici mes raisons:

J'ai établi depuis quelque temps dans ma maison, à Guernesey, une petite institution de fraternité pratique que je voudrais accroître et surtout propager. Cela est si peu de chose que je puis en parler. C'est un repas hebdomadaire d'enfants indigents. Toutes les semaines, des mères pauvres me font l'honneur d'amener leurs enfants dîner chez moi. J'en ai eu huit d'abord, puis quinze; j'en ai maintenant vingt-deux. Ces enfants dînent ensemble; ils sont tous confondus, catholiques, protestants, Anglais, Français, Irlandais, sans distinction de religion ni de nation. Je les invite à la joie et au rire, et je leur dis: Soyez libres. (HUGO, 2008, p. 539)<sup>163, 164</sup>

Inicialmente, Hugo evidencia que os desenhos que, por acaso, caíram nas mãos de Castel não possuíam o objetivo de serem publicados. Porém, o interesse, e a insistência do editor fazem com que Hugo ceda e permita a publicação. A renda proveniente da publicação desses desenhos terá uma finalidade bem específica: custear os jantares semanais às crianças pobres. Enquanto poeta, a pobreza e os miseráveis já integravam os temas da pluma de Hugo há algum tempo. Entretanto, como cidadão

---

<sup>163</sup> Établissement du dîner des enfants pauvres - a l'éditeur. Hauteville-House, 5 octobre 1862

<sup>164</sup> O acaso fez cair sob os teus olhos algumas espécies de ensaios de desenhos feitos por mim, em horas de devaneio quase inconsciente, com o que sobrava de tinta na pena, sobre margens ou capas de manuscritos. Essas coisas, vocês desejam publicá-las. [...] Vocês insistem, entretanto, e eu consinto. [...] Eis minhas razões: Estabeleci há algum tempo na minha casa, em Guernesey, uma pequena instituição de fraternidade prática que eu queria fazer crescer e sobretudo propagar. Isso é muito pouco do que posso falar a respeito. É um almoço semanal de crianças indigentes. Todas as semanas, mães pobres me fazem a honra de levar suas crianças para almoçar em minha casa. Tive oito primeiramente, depois, quinze; agora tenho vinte e dois. Essas crianças jantam juntas; ficam todas misturadas, católicas, protestantes, inglesas, francesas, irlandesas, sem distinção de religião nem de nação. Eu as convido à alegria e ao riso, e lhes digo: sejam livres.

prático e um revolucionário<sup>165</sup>, Hugo deve agir. A pobreza infantil atenta contra todos os três fulcros da Revolução – liberdade, igualdade e fraternidade. A criança pobre não é livre para brincar e estudar, tampouco é igual àquela nascida em berço burguês. Nesse sentido, é preciso atuar com fraternidade, auxiliando essa criança a superar seus obstáculos. Não basta escrever sobre os malefícios acarretados pela pobreza, é preciso agir, de alguma forma, para suavizar esses males. Desse modo, oferecer um jantar semanal às crianças pobres é agir. E a ação hugoana deve ser condizente com sua ideologia.

O revolucionário que prega a fraternidade entre os homens, que será um dos primeiros a aventar a possibilidade dos “Estados Unidos da Europa”, não poderia, em seus jantares filantrópicos, segregiar as crianças devido à sua origem ou religião. Logo, em seus jantares estarão presentes católicos, protestantes, ingleses, franceses e qualquer outra criança necessitada que apareça, reforçando, também, o ideal de igualdade. Dessa forma, o ideal hugoano é unir todos os povos, religiões e classes sociais, e « [cette union] fait marcher pour ainsi dire devant nous la sainte formule démocratique : Liberté, Egalité, Fraternité. »<sup>166</sup> (HUGO, 2008. p. 540). Além disso, « des prêtres catholiques, des ministres protestants, mêlés à des libres penseurs et à des démocrates proscrits, viennent quelquefois voir cette humble cène, et il ne me paraît pas qu`aucun soit mécontent »<sup>167</sup> (HUGO, 2008, p. 540). A fraternidade, parte do tripé revolucionário, não pode ser limitada por divisões religiosas ou de origem social. Hugo prega o universalismo da humanidade, e não sua divisão. Uma coisa seria se Hugo apenas pagasse o jantar das crianças, porém, como ele afirma, « ma femme, ma fille, ma belle-sœur, mes fils, mes domestiques et moi, nous les servons. Ils mangent de la viande et boivent du vin, deux

---

<sup>165</sup> “En quoi je diffère de vous, le voici : je suis un révolutionnaire. Pour moi a révolution continue”. *La Liberté*, Hauteville-House, 19 mars 1866.

<sup>166</sup> “Essa união faz funcionar, para assim dizer, diante de nós a sagrada fórmula democrática: Liberdade, Igualdade e Fraternidade”

<sup>167</sup> “Padres católicos, ministros protestantes, juntos a pensadores livres e a democratas proscritos vêm, as vezes, a esta humilde ceia, e me parece que nenhum deles estava desgostoso”

grandes nécessités pour l`enfance »<sup>168</sup> (HUGO, 2008, p. 539). Hugo era ciente de sua condição de homem público, sabia que suas ações, do mesmo modo que seus textos, repercutiriam no mundo. Por isso,

cette idée, l`introduction des familles pauvres dans les familles moins pauvres, introduction à niveau et de plain-pied, fécondée par des hommes meilleurs que moi, par le cœur des femmes surtout, peut n`être pas mauvaise ; je la crois pratique et propre à de bons fruits, et c`est pourquoi j`en parle, afin de ceux qui pourront et voudront l`imitent. (HUGO, 2008, p. 539)<sup>169</sup>

Assim, após clamar os demais homens a imitar sua atitude, Hugo, na peroração de seu discurso, afirma que : « C`est en songeant à cette petite oeuvre, monsieur, que je crois pouvoir faire un sacrifice d`amour-propre et autoriser la publication souhaitée par vous. »<sup>170</sup> (HUGO, 2008, p. 540). Hugo, ao autorizar a publicação de seus desenhos, considera que está fazendo um sacrifício, uma vez que sua intenção inicial não era de que esses desenhos fossem publicados e tornados públicos, porém a causa o justificava.

Nos anos seguintes, Hugo continua servindo seus jantares às crianças pobres de Guernesey, que passarão a acontecer, também, no Natal. Ele diz :

moi, solitaire, une fois par an j`ouvre ma maison. Pourquoi ? Pour montrer à qui veut la voir une humble fête, une heure de joie, donnée, non par moi, mais par Dieu, à quarante enfants pauvres. Toute l`année la misère, un jour la joie. Est-ce trop ? (HUGO, 2008, p. 605)<sup>171, 172</sup>

---

<sup>168</sup> “Minha esposa, minha filha, minha cunhada, meus filhos, minhas empregadas e eu, nós os servimos. Eles comem carne e bebem vinho. Duas grandes necessidades para a infância”

<sup>169</sup> “Essa ideia, a introdução das famílias pobres nas famílias menos pobres, introdução no mesmo nível, fecundada por homens melhores que eu, sobretudo pelo coração das mulheres, pode não ser ruim; eu a considero prática e própria para bons frutos, e é por isso que falo sobre, a fim de que a imitem aqueles que puderem e quiserem. “

<sup>170</sup> “é sonhando com essa pequena obra, senhor, que creio poder fazer um sacrifício em meu amor próprio e autorizar a publicação desejada por você”

<sup>171</sup> Les enfants pauvres. Noël. Décembre 1867

No discurso de 1862, Hugo afirma que os jantares eram hebdomadários, em 1867 dirá que abre sua casa uma vez ao ano. Apesar dessa aparente<sup>173</sup> mudança na periodicidade dos jantares, o ideal hugoano permanece inalterado: suscitar a fraternidade e incentivar que outras pessoas também sejam mais fraternas. Hugo repete, constantemente, que não é ele o responsável pela felicidade daquelas crianças, mas sim Deus, que o número de crianças servidas em Hauteville - House é pequeno, porém é um começo. Hugo, construindo seu *éthos* como exilado, tentaria diminuir sua relevância na organização desses jantares, contudo está ciente do efeito propagandístico que eles têm. Se o exílio é um lugar desimportante, é um local do lado de fora da sociedade, a voz e os atos do exilado podem ser escutados e vistos por aqueles que não compartilham do exílio. Continuando seu discurso, afirmará que

des dîners hebdomadaires pour l'enfance pauvre, fondés sur le modèle de celui-ci, commencent à s'établir un peu partout: en Suisse, en Angleterre, surtout en Amérique. J'ai reçu hier un journal anglais, le *Leith Pilot*, qui en recommande vivement l'établissement. (HUGO, 2008, p. 605-606)<sup>174</sup>

Os jornais recomendam a realização de jantares semelhantes àqueles que acontecem em Hauteville-House. De Londres, uma senhora chamada Thompson escreve para Hugo afirmando que, após ver o exemplo dado pelo poeta, iniciou, também, a oferecer jantares às crianças pobres. Assim, é publicado no jornal *Express*, de 17 de dezembro de 1866:

---

<sup>172</sup> “Uma vez por ano, eu, solitário, abro minha casa. Por quê? Para mostrar a quem quiser ver uma humilde festa, uma hora de alegria dada, não por mim, mas por Deus, a quarenta crianças pobres. Todo o ano, a miséria; um dia, a alegria. É muito?”

<sup>173</sup> A mudança é apenas aparente, uma vez que, no decorrer do discurso, Hugo afirma que: “des dîners hebdomadaires pour l'enfance pauvre, fondés sur le modèle de celui-ci, commencent à s'établir un peu partout” (HUGO, 2008, p. 605)

<sup>174</sup> “Jantares semanais para a criança pobre, fundados no modelo desse jantar, começam a se estabelecer um pouco por toda parte: na Suíça, na Inglaterra, sobretudo na América. Recebi ontem um jornal inglês, o *Leith Pilot*, que recomenda vivamente sua implantação”

Cette fondation des dîners pour les enfants pauvres a ce rare mérite parmi les institutions d'assistance d'être simple, directe, pratique, aisément imitable, sans aucune prétention de secte ni de système. Il ne faut pas oublier l'homme qui le premier a eu l'idée de ces dîners d'enfants indigents. L'Angleterre a dû beaucoup dans les temps passés aux exilés politiques français. Cette 'société des dîners d'enfants pauvres' doit sa création au cœur généreux du plus grand poète de notre temps, à Victor Hugo, qui, depuis des années, donne toutes les semaines à sa maison de Guernesey, à ses propres frais, des dîners pour quarante pauvres enfants, dont il ne considère ni la nationalité, ni la religion, mais seulement la misère (*Express* du 17 décembre 1866, *apud* HUGO, 2008, p. 680)<sup>175</sup>

Os números apresentados são admiráveis: “Aujourd’hui voici une lettre que m’a écrit lady Thompson, trésorière d’un Dîner d’enfants pauvres dans la paroisse de Marylebone, où sont admis 6.000 enfants”<sup>176</sup> (HUGO, 2008, p. 606). O objetivo de Hugo – que seus jantares aos pobres inspirassem outros jantares – é alcançado.

O contexto dos três discursos feitos durante o jantar oferecido às crianças pobres é a comemoração do Natal. Assim, durante a comemoração do Natal, apesar de ser um momento festivo, Hugo não se furtará a politizar o evento. Lembrando sua condição de exilado, afirma:

je trouve l'exil bon. D'abord, il m'a fait connaître cette île hospitalière ; ensuite, il m'a donné le loisir de réaliser cette idée que j'avais depuis longtemps, un essai pratique d'amélioration immédiate du sort des enfants – des pauvres enfants – au point de vue de la double hygiène, c'est-à-dire de la santé

---

<sup>175</sup> “Essa fundação dos jantares para as crianças tem esse raro mérito entre as instituições de assistência de ser simples, direta, prática, facilmente imitável, sem nenhuma pretensão de seita, nem de sistema. Não é preciso esquecer o primeiro homem que teve a ideia desses jantares de crianças indigentes. A Inglaterra deveu muito nos tempos passados aos exilados políticos franceses. Essa ‘sociedade dos jantares de crianças pobres’ deve sua criação ao coração generoso do maior poeta de nosso tempo, Victor Hugo, que, há anos, dá todas as semanas em sua casa de Guernesey, do seu próprio bolso, jantares para quarenta pobres crianças, das quais ele não considera nem a nacionalidade, nem a religião, mas somente a miséria.”

<sup>176</sup> “Agora, eis uma carta que me foi escrita por lady Thompson, tesoureira de um jantar para crianças pobres na paróquia de Marylebone, onde são recebidas 6.000 crianças”

physique et de la santé intellectuelle. L'idée a réussi. C'est pourquoi je remercie l'exil. (HUGO, 2008, p. 616)<sup>177, 178</sup>

Há uma clara inversão de expectativas no excerto, uma vez que ele se inicia com a afirmação de que Hugo acha o exílio bom. Sendo uma forma de punição, o objetivo é que o exilado não goste do exílio, porém, no caso do poeta, será o exílio que o permitirá desenvolver seu ideal de fraternidade. Talvez, caso ainda estivesse na França, não colocasse em prática essa “ideia simples”<sup>179</sup>:

Cette fondation du Dîner des Enfants pauvres n'a qu'une chose pour elle : c'est d'être une idée simple. Aussi a-t-elle été tout de suite comprise, surtout dans les pays de liberté, en Angleterre, en Suisse et en Amérique ; là elle est appliquée sur une grande échelle. – Je note le fait sans y insister, mais je crois qu'il y a une certaine affinité entre les idées simples et les pays libres. (HUGO, 2008, p. 615)<sup>180, 181</sup>

Ao relacionar as ideias simples aos “países livres”, Hugo está, veladamente, rememorando que a França não está entre eles. Cita-se a Inglaterra, a América e a Suíça, porém não a França. Oferecer o jantar aos pobres é incentivar a fraternidade, contudo os dois outros lemas da Revolução também estão presentes nos discursos às crianças pobres. Falando das diversas cartas que recebeu após iniciar sua série de jantares filantrópicos, Hugo diz que:

---

<sup>177</sup> Les enfants pauvres, Noël, 1868

<sup>178</sup> “Acho o exílio bom. Primeiramente, ele me fez conhecer esta ilha hospitaleira; em seguida, ele me deu o lazer de realizar essa ideia que eu tinha há muito tempo, uma tentativa prática de melhoria imediata do destino das crianças – crianças pobres – do ponto de vista da dupla higiene, isto é, saúde física e saúde intelectual. A ideia teve êxito. É por isso que agradeço ao exílio.”

<sup>179</sup> O jornal *La Gazzete de Guernesey*, datado do dia 29 de dezembro de 1866, diz que: “Distrait à Paris par les occupations de la vie publique, il [Victor Hugo] n'a pas eu le temps d'organiser dans sa patrie des dîners d'enfants pauvres. Mais il a, dit-il, profité du loisir que l'empereur des Français lui fait à Guernesey pour mettre son idée à exécution” (*apud* HUGO, 2008, p. 681)

<sup>180</sup> Les enfants pauvres, Noel, 1868

<sup>181</sup> “Essa fundação do Jantar das Crianças pobres tem somente uma única coisa para si: ser uma ideia simples. Além disso, ela foi imediatamente compreendida, sobretudo nos países de liberdade, na Inglaterra, na Suíça e na América; lá, ela é aplicada em uma grande escala. – Destaco o fato sem insistir a respeito, mas acredito que há certa afinidade entre as ideias simples e os países livres.”

Deux de ces lettres m'ont particulièrement ému ; l'une vient d'Haïti, l'autre de Cuba.

Permettez-moi, puisque l'occasion s'en présente, d'envoyer une parole de sympathie à ces nobles terres qui, toutes deux, ont poussé un cri de liberté. Cuba se délivra de l'Espagne comme Haïti s'est délivrée de la France. Haïti, dès 1792, en affranchissant les noirs, a fait triompher ce principe qu'un homme n'a pas le droit de posséder un autre homme ; Cuba fera triompher cet autre principe, non moins grand, qu'un peuple n'a pas le droit de posséder un autre peuple. (HUGO, 2008, p. 637)<sup>182</sup>,  
<sup>183</sup>

Ter recebido cartas de Cuba e do Haiti ensejam a defesa dos princípios da liberdade e da igualdade. Assim, ao oferecer jantar aos pobres, Hugo irá evidenciar sua adesão aos princípios revolucionários e democráticos. A fraternidade, igualdade e liberdade ali estão presentes e, nesse contexto, o jantar das crianças é uma amálgama da tríade revolucionária, uma vez que, suscitando a fraternidade, liberta-se as crianças e lhes permite serem iguais:

Dans l'assainissement et dans l'éducation, il y a de la libération. Fortifions ce pauvre petit corps souffrant ; développons cette douce intelligence naissante ; que faisons-nous ? Nous affranchissons de la maladie le corps et de l'ignorance l'esprit. L'idée du Dîner des enfants pauvres a été partout bien accueillie. L'accord s'est fait tout de suite sur cette institution de fraternité. Pourquoi ? C'est qu'elle est conforme, pour les chrétiens, à l'esprit de l'évangile, et pour les démocrates, à l'esprit de la révolution. (HUGO, 2008, p. 637)<sup>184</sup>, <sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> Les enfants pauvres, 1869

<sup>183</sup> “Duas dessas cartas me comoveram particularmente; uma vem do Haiti, a outra, de Cuba.

Permitam-me, visto que a oportunidade se apresenta, enviar uma palavra de simpatia a esses nobres que, ambos, soltaram um grito de liberdade. Cuba se libertou da Espanha assim como o Haiti se livrou da França. O Haiti, a partir de 1792, alforriando os negros, fez triunfar o princípio de que um ser humano não tem o direito de possuir outro ser humano; Cuba fará triunfar outro princípio, não menor, o de que um povo não tem o direito de possuir outro povo.”

<sup>184</sup> Les enfants pauvres, 1869

<sup>185</sup> “No saneamento e na educação, existe liberação. Fortifiquemos aquele pobre corpinho que sofre; desenvolvamos aquela doce inteligência que nasce; o que fazemos? Livramos da doença o corpo e da ignorância a mente. A ideia do Jantar das crianças pobres foi bem acolhida por toda parte. O acordo foi feito rapidamente sobre essa

A pobreza, especialmente quando relacionada às crianças, é um tema desenvolvido por Hugo durante o exílio, porém também o será o trabalho, uma vez que é esse que fundamentará a separação entre ricos e pobres. O rico é aquele para quem se trabalha, o pobre é aquele que trabalha. É fundamental a organização dos trabalhadores. Assim, no ano de 1870, Hugo escreve uma carta em resposta ao comunicado da eleição de uma nova direção sindical nos Estados Unidos:

Vous m'annoncez, général, une bonne nouvelle, la coalition des Travailleurs en Amérique ; cela fera pendant à la coalition des Rois en France. Les travailleurs sont une armée ; à une armée il faut des chefs ; vous êtes un des hommes désignés comme guides par votre double instinct de révolution et de civilisation. (HUGO, 2008, p. 637)<sup>186</sup>

Os trabalhadores são um exército, e os líderes da coalizão *Travailleurs en Amérique* são os generais. Qual é, entretanto, a razão da guerra em que lutam os trabalhadores? O combate é pela revolução e pela civilização, logo pela liberdade. O trabalho a que se refere Hugo, contudo, não pode ser aquele trabalho cognitivamente limitante e fisicamente desgastante, uma vez que

le travail est aujourd'hui le grand droit comme il est le grand devoir. L'avenir appartient désormais à deux hommes : l'homme qui pense et l'homme qui travaille. A vrai dire, ces deux hommes n'en font qu'un, car penser c'est travailler. (HUGO, 2008, p. 656)<sup>187</sup><sup>188</sup>

---

instituição de fraternidade. Por quê? É que ela está em conformidade, para os cristãos, com o espírito do evangelho e, para os democratas, com o espírito da revolução.”

<sup>186</sup> “O senhor está anunciando-me, general, uma boa notícia, a coalisção dos Trabalhadores na América; isso ocorrerá durante a coalisção dos Reis na França.

Os trabalhadores são um exército; a um exército, são necessários chefes; o senhor é um dos homens designados como guias, por seu duplo instinto de revolução e de civilização.”

<sup>187</sup> Le travail en Amérique. Hauteville House, 22 avril 1870

<sup>188</sup> “O trabalho é hoje o grande direito bem como é o grande dever.

O futuro pertence de agora em diante a dois homens: o homem que pensa e o homem que trabalha.

Para ser exato, esses dois homens são apenas um, pois pensar é trabalhar.”

O trabalho é consequência do pensamento. O trabalhador é um homem que pensa, logo não aceitará o jugo de outro homem. Por pensar, o homem é livre e, assim, desejoso de igualdade.

A América será, no ideário hugoano, um paradigma de República democrática e livre. Enquanto, na França, forma-se a coalizão dos Reis; na América, há a coalizão dos trabalhadores. O pensamento é antitético. A América é a terra da liberdade quando comparada à França, implicitamente, a terra da autocracia. Hugo dirá:

j'aime l'Amérique comme une patrie. La grande république de Washington et de John Brown est une gloire de la civilisation. Qu'elle n'hésite pas à prendre souverainement sa part du gouvernement du monde. Au point de vue social, qu'elle émancipe les travailleurs ; au point de vue politique, qu'elle délivre Cuba. [...] L'Amérique a ce double bonheur d'être libre comme l'Angleterre et logique comme la France. (HUGO, 2008, p. 656 - 657)<sup>189, 190</sup>

Os trabalhadores americanos serão então emancipados, assim como Cuba será libertada<sup>191</sup>, e tudo isso acontecerá quando a América tomar seu devido lugar na governança global. Além disso, a América é livre e lógica, enquanto a França é apenas lógica. O não explicitado é que a França é lógica, porém é também autocrática. Nesse sentido, o contraponto América-Europa é evidente. Hugo, mesmo considerando que, naquele momento, o despotismo reinava na maioria da Europa, e seu país natal estava incluso nessa inoportuna lista, afirma que seu lugar é junto às classes que sofrem, independentemente de sua localidade.

---

<sup>189</sup> Le travail en Amérique. Hauteville House, 22 avril 1870

<sup>190</sup>“Amo a América como uma pátria. A grande República de Washington e de John Brown é uma glória da civilização. Que ela não hesite em tomar soberanamente sua parte do governo do mundo. Do ponto de vista social, que ela emancipe os trabalhadores; do ponto de vista político, que ela liberte Cuba. [...] A América tem esta dupla felicidade de ser livre como a Inglaterra e lógica como a França.”

<sup>191</sup> O processo de independência de Cuba do Império colonial espanhol se deu por intermédio de três guerras: a Guerra dos Dez anos, de 1868 a 1878, a Pequena Guerra, de 1879 a 1880, e a Guerra Hispano-Americana, de 1895 a 1898. Os EUA irão interferir somente na terceira etapa do processo de independência.

Je suis de ceux qui ont fait des classes souffrantes la préoccupation de leur vie. Le sort de l'ouvrier, partout, en Amérique comme en Europe, fixe ma plus profonde attention et m'émeut jusqu'à l'attendrissement. Il faut que les classes souffrantes deviennent les classes heureuses, et que l'homme qui jusqu'à ce jour a travaillé dans les ténèbres travaille désormais dans la lumière. (HUGO, 2008, p. 656)<sup>192</sup>,  
193

A preocupação de Hugo tende ao universalismo, desse modo a sorte do trabalhador, independentemente de seu país, lhe diz respeito. O trabalhar, por implicar, também, pensar, deve ser um modo de libertação do trabalhador. A concepção de Victor Hugo sobre dois dos principais temas da ciência econômica - o trabalho e a acumulação, ou sua falta, de recursos - é, em sua essência, progressista e revolucionária. É revolucionária no sentido em que pretende amalgamar os três princípios da Revolução - Liberdade, Igualdade e Fraternidade - ao trabalho e ao tratamento que é dado àqueles que estão no estado de pobreza. Como consequência, é progressista, uma vez que visa emancipar crianças e trabalhadores de situações que os oprimem. Em um contexto em que os cidadãos são fraternos entre si, é necessário garantir que eles possuam, também, direitos iguais. Desse modo, passo seguinte após o estabelecimento da fraternidade é a conquista da igualdade.

---

<sup>192</sup> Le travail en Amérique. Hauteville House, 22 avril 1870

<sup>193</sup> “Estou entre aqueles que fizeram das classes sofredoras a preocupação de sua vida. O destino do operário, por toda parte, na América como na Europa, fixa minha maior atenção e me comove até o enternecimento. É preciso que as classes que sofrem se tornem as classes felizes, e que o homem que até este dia trabalhou nas trevas trabalhe a partir de agora em sua luz.”

### 3.2 - Igualdade

O romantismo é uma corrente literária que tem como um de seus temas basilares a discussão de questões sociais. Um movimento que tem como origem uma renovada *Querelle des Anciens et des Modernes*<sup>194</sup>. O romantismo desenvolve-se durante a Revolução Francesa e as Revoluções de 1830 e 1848, conseqüentemente não se furta a tratar da temática social. Victor Hugo, que vivencia o século XIX quase que em sua totalidade, foi um dos líderes do romantismo. Em 1830, clamava, no prefácio de sua peça *Cromwell*, que o romantismo era o liberalismo na literatura. Assim, o autor romântico tem a liberdade de escrever sobre o que melhor lhe aprouver. A frágil posição da mulher na sociedade, o tratamento despótico que é dado aos negros, a infame condição de vida de presos e de condenados pela justiça, o submundo das grandes cidades, gerado pelas desigualdades sociais, tudo isso é passível de ser abordado. Hugo, tendo o exílio acrescido seus posicionamentos libertários, irá refletir e abordar em seus discursos cada uma dessas questões. Quando trata da misoginia, nos discursos *Aux femmes de Cuba*, de 1870 e em *La guerre en Europe. Aux femmes de Guernesey*, também de 1870, a posição hugoana se revela progressista, defendendo uma maior participação da mulher na vida pública e também o devido reconhecimento de sua importância na sociedade. Além do par de discursos de 1870, há ainda os discursos intitulados *Emily de Putron* e *Sur la tombe de Louise Julien* que irão tratar a maneira pela qual a mulher pode se colocar como um agente político. Ao discorrer sobre a situação dos negros, Hugo, como determina o *éthos* revolucionário que construiu para si, será contra o racismo e a escravidão, como evidenciado nos discursos *John Brown*, de 1859, e *Les noirs et John*

---

<sup>194</sup> Houve, no século XVII, uma *Querelle des Anciens et des Modernes* opondo a classe intelectual, que, entre outras coisas, defendia uma maior liberdade no teatro. No lado dos “anciens”, era defendido que a literatura deveria se basear no modelo clássico, assim as obras literárias a serem escritas deveriam copiar os clássicos. Os “modernes” argumentavam que o gênio criativo não deveria ser restringido por modelos, a literatura deveria inovar. O século XIX assistirá a uma nova *Querelle*, que argumentava que os modelos do Classicismo não deveriam ser a todos impostos. O gênio criativo deveria poder se manifestar de todas as maneiras.

*Brown*, de 1860. Nesse contexto, iremos dividir esta seção em duas partes distintas, a saber: “A condição feminina” e “A condição negra”.

### 3.2.1 A condição feminina

A relação de Victor Hugo com as mulheres sempre foi complexa. Sua mãe, a primeira mulher com quem se relaciona, será seu primeiro norte político. Hugo irá, até determinado momento de sua trajetória, seguir as tendências políticas de sua mãe. Assim, será monarquista no começo de sua vida. Em 1820, quando o poeta tinha 18 anos de idade, ele tentaria se casar com Adèle Foucher, uma amiga de infância. A mãe de Hugo será contra o relacionamento. Em 1821, Sophie falece, e Hugo, com a aprovação de seu pai, irá, finalmente, casar-se com Adèle. O casamento de Hugo e Adèle durará até o falecimento desta, em 1868, porém o poeta não se manterá monogâmico, bem como Adèle, que terá diferentes amantes ao longo dos anos. Hugo tivera várias mulheres, sendo que Juliette Drouet, uma atriz que Hugo conhecera em meados dos anos 1830, será a mais importante delas, tornando-se sua grande companheira, e com quem Hugo terá a relação mais longeva, especificamente até a morte desta, em 1883. A própria Juliette irá se incomodar com as inúmeras amantes de Victor Hugo. Por exemplo, em 1872, Hugo começa a se relacionar com Blanche Lanvin, *femme de chambre* de Juliette. Mesmo após tentativa de Juliette de expulsar Blanche do convívio com o poeta, esta continuará sendo serviçal na residência de Hugo. Tendo em vista que Hugo irá se relacionar com mulheres de forte caráter e que muito o influenciaram, e que esses relacionamentos foram cheios de atribulações e ousadia, não é de se estranhar que Hugo nutra uma grande admiração pela figura feminina, e que a miríade de personagens femininas em suas obras serve para atestar.

As peças de teatro e os romances hugoanos estão repletos de personagens femininas ativas e de forte personalidade. Doña Sol, da peça *Hernani*, por exemplo irá se opor a um casamento imposto, com o tio, para ficar com o nobre bandido e proscrito Hernani; a ingênua Fantine, após ter sido ludibriada por Tholomyès, gerará sua filha Cosette, a quem sustentará sozinha, mesmo necessitando recorrer a

todos os meios possíveis, inclusive a prostituição. A jovem e bela cigana Esmeralda, objeto da paixão de três homens completamente distintos – o poeta Frollo, o capitão Phoebus e o sineiro corcunda Quasimodo –, será condenada, injustamente, de bruxaria; ou ainda Lucreçe Borgia, a afamada e infame filha do Papa Alexandre VI, que, na peça homônima, além de ser violentada por seu pai e irmão irá articular a política da época usando dos meios mais escusos e cruéis, porém sem negligenciar a maternidade proveniente de seu estupro ou o amor a seu filho. Em 1870, a romancista George Sand, e uma das precursoras do feminismo, escreve a Victor Hugo felicitando-o, uma vez que, em Paris, sua peça *Lucreçe Borgia* voltava a ser encenada. Assim, ela afirma que:

vous avez exprimé avec votre incomparable magie le sentiment qui nous prend le plus aux entrailles ; vous avez incarné et réalisé “la mère”. C’est éternel comme le cœur.

*Lucreçe Borgia* est peut-être, dans tout votre théâtre, l’œuvre la plus puissante et la plus haute. Si *Ruy-Blas* est par excellence le drame heureux et brillant, l’idée de *Lucreçe Borgia* est plus pathétique, plus saisissante et plus profondément humaine. [...]

Trois actes, trois scènes, suffisent à poser, à nouer et à dénouer cette étonnante action:

La mère insultée en présence du fils;

Le fils empoisonné par la mère;

La mère punie et tuée par le fils (George Sand, 1870 *apud* HUGO, 2008, p. 644)<sup>195</sup>

Hugo, em sua resposta, afirmará sobre George Sand: “vous êtes la grande femme de ce siècle, une âme noble entre toutes, une sorte de postérité vivante, et vous avez le droit de parler haut.”<sup>196</sup> (HUGO, 2008, p. 647) O poeta é reconhecido, por aquela que terá importância basilar

---

<sup>195</sup> “O senhor se expressou com sua incomparável magia e o sentimento que nos toma pelas entranhas; o senhor encarnou e realizou “a mãe”. Isso é eterno como o coração.

*Lucreçe Borgia* talvez seja, de todo o seu teatro, a obra mais poderosa e a mais elevada. Se *Ruy-Blas* é por excelência o drama feliz e brilhante, a ideia de *Lucreçe Borgia* é mais patética, mais impressionante e profundamente mais humana. [...]

Três atos, três cenas bastam para estabelecer, complicar e resolver essa surpreendente ação:

A mãe insultada na presença do filho;

O filho envenenado pela mãe;

A mãe punida e assassinada pelo filho.”

<sup>196</sup> “Você é a grande mulher desse século, uma alma nobre entre todas, uma espécie de posteridade viva, e você tem o direito de falar alto”

para o pensamento feminista da época, como tendo uma obra dramática que toca em um dos pontos mais sensíveis da condição feminina, a maternidade, associada a monstrosidade moral de Lucrecia. Diante da força e da metamorfose do monstro que é Lucrecia, a maternidade a humanizará. Escrevendo em homenagem ao falecimento de Georges Sand, Hugo irá defender a igualdade dos sexos dizendo que

dans ce siècle qui a pour loi d'achever la révolution française et de commencer la révolution humaine, l'égalité des sexes faisant partie de l'égalité des hommes, une grande femme était nécessaire. Il fallait que la femme prouvât qu'elle peut avoir tous nos dons virils sans rien perdre de ses dons angéliques ; être forte sans cesser d'être douce. George Sand est cette preuve. (HUGO, 2008, p. 915)<sup>197</sup>

Do trecho é possível constatar que Hugo afirma ser a mulher forte – suposta característica masculina – e, concomitantemente, doce. Nesse sentido, ela é possuidora da força necessária, assim como o homem, para participar da vida política de uma nação. O discurso sobre Emily de Putron, então, traz a doçura como elemento característico feminino, enquanto o discurso sobre Louise Julien desvela a força da mulher e sua atuação política.

Emily de Putron era a noiva de François-Victor Hugo, filho de Victor Hugo. Emily, uma jovem que “était comme une fleur de joie épanouie dans la maison” (HUGO, 2008, p. 565), falece. Essa morte é contrária às expectativas, pois se espera que os mais velhos morram antes dos jovens, e uma irá suscitar a utilização de oximoros como argumento. Assim,

Elle vient de s'en aller !  
Où s'en est-elle allée ? Dans l'ombre ? Non.  
C'est nous qui sommes dans l'ombre. Elle, elle est  
dans l'aurore. (HUGO, 2008, p. 565)

---

<sup>197</sup>“Neste século que tem como lei realizar a revolução francesa e começar a revolução humana, a igualdade dos sexos, que faz parte da igualdade dos homens, era necessária uma grande mulher. Era preciso que a mulher provasse que ela pode ter todos os nossos dons viris sem nada perder de seus dons angelicais; ser forte sem deixar de ser doce. George Sand é essa prova”

Emily, ao falecer, não foi parar nas sombras, ela foi para a aurora. Quem ficou nas sombras foram os vivos, que não mais compartilharão da presença de Emily. Ter seu filho perdido sua noiva certamente foi um momento trágico para Victor Hugo, que já havia perdido seus pais, sua filha Léopoldine, e seu irmão Eugène. Dentre as orações fúnebres que proclama, a de Putron é aquela com maior carga emocional. O amor torna-se tema do discurso: “Aimer, qui est le but de l`homme, serait son supplice; ce paradis serait l`enfer”<sup>198</sup> (HUGO, 2008, p. 565). A morte torna-se aurora; o amor, suplício; o paraíso, inferno, e é a tumba a peça fundamental nessa série de inversões, pois “c`est une erreur de croire qu`ici, dans cette obscurité de la fosse ouverte, tout se perd. Ici tout se retrouve. La tombe est un lieu de restitution.”<sup>199</sup> (HUGO, 2008, p. 566). Distintamente do discurso em honra ao funeral de Louise Julien, Putron não é lembrada como uma revolucionária, ou como uma mulher que lutasse nas arenas públicas. As características de Emily que são lembradas são sua beleza, juventude e amor. Apesar disso, na peroração do discurso, Hugo irá problematizar o exílio e a condição do exilado.

Et maintenant, moi qui parle, pourquoi suis-je ici ?  
Qu`est-ce que j`apporte à cette fosse ? De quel droit  
viens-je adresser la parole à la mort ? Qui suis-je ?  
Rien. Je me trompe, je suis quelque chose. Je suis un  
proscrit. Exilé de force hier, exilé volontaire  
aujourd`hui. Un proscrit est un vaincu, un calomnié,  
un persécuté, un blessé de la destinée, un déshérité  
de la patrie ; un proscrit est un innocent sous le poids  
d`une malédiction. Sa bénédiction doit être bonne. Je  
bénis ce tombeau.

Je bénis l`être noble et gracieux qui est dans cette  
fosse. Dans le désert on rencontre des oasis, dans  
l`exil on rencontre des âmes. Emily de Putron a été  
une des charmantes âmes rencontrées. Je viens lui  
payer la dette de l`exil consolé. (HUGO, 2008, p.  
566)<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> “Amar, que era o objetivo do homem, seria seu suplício; esse paraíso seria seu inferno”

<sup>199</sup> “é um erro acreditar que aqui, nessa escuridão da foça aberta, tudo se perca. Aqui tudo se reencontra. A tumba é um lugar de restituição”

<sup>200</sup> “e agora, eu que falo, porque estou aqui? O que trago a esse fosso? Com que direito venho dirigir a palavra à morte? Que sou eu? Nada. Estou enganado, sou alguma coisa. Sou um proscrito. Exilado forçadamente ontem, exilado voluntariamente hoje. Um proscrito é um vencido, um caluniado, um perseguido, um ferido pelo destino, um

Hugo, desde 1859, estava no exílio voluntariamente<sup>201</sup>, uma vez que Napoleón III já havia anistiado os exilados franceses. Nesse exílio já não mais cogente, porém ideológico, Emily de Putron adentra o convívio familiar de Victor Hugo como futura nora. Assim, mesmo nesse suposto local de punição – o exílio –, haverá momentos de felicidade, e Emily fora responsável por parte desses momentos. Quando ela falece de tuberculose, o exilado irá prestar suas homenagens àquela que foi uma das responsáveis por tornar o exílio menos doloroso.

No dia 26 de julho de 1853, é enterrada, em Jersey, a exilada francesa Louise Julien. Revolucionária contrária ao regime de Louis-Napoléon, Louise foi, durante 21 dias, torturada<sup>202</sup> pelos agentes do regime e, então, liberada da prisão e exilada da França. Os acontecimentos decorrentes do período em que esteve presa, entretanto, trarão sérias consequências para Louise, uma vez que “la proscrire sortait du cachot d`essai avec les germes de la phthisie”,

---

deserdado da pátria; um proscrito é um inocente sob o peso de uma maldição. Sua benção deve ser boa. Abençoo este túmulo.

Abençoo o ser nobre e gracioso que está nesse fosso. No deserto encontram-se oásis, no exílio encontram-se almas. Emily de Putron foi uma das encantadoras almas encontradas. Venho pagar-lhe a dívida do exílio consolado.”

<sup>201</sup> Sobre o tema, há um texto de 1859, que transcrevemos integralmente:

“*Personne n`attendra de moi que j`accorde, en ce qui me concerne, un moment d`attention à la chose appelée amnistie.*

*Dans la situation où est la France, protestation absolue, inflexible, éternelle, voilà pour moi le devoir.*

*Fidèle à l`engagement que j`ai pris vis-à-vis de ma conscience, je partagerai jusqu`au bout l`exil de la liberté. Quand la liberté rentrera, je rentrerai”* (HUGO, 2008, p. 511) -

“Ninguém espera de mim que eu conceda, naquilo que me diz respeito, um momento de atenção da coisa chamada anistia.

Na situação em que está a França, protesto absoluto, inflexível, eterna, eis, para mim, meu dever.

Fiel ao engajamento que tomei de acordo com minha consciência, eu compartilharei, até o fim, com o exílio da liberdade. Quando a liberdade retornar, eu retornarei.”

<sup>202</sup> Cette femme, jeune encore, elle avait trente-cinq ans, mais estropiée et infirme, fut envoyée à la préfecture et enfermée dans la cellule n 1, dite cellule d`essai. Cette cellule, sorte de cage de sept à huit pieds carrés à peu près, sans air et sans jour, la malheureuse prisonnière l`a peinte d`un mot; elle l`appelle: cellule-tombeau; elle dit, je cite ses propres paroles: «c`est dans cette cellule-tombeau, qu`estropiée, malade, j`ai passé vingt et un jours, collant mes lèvres d`heure en heure contre le treillage pour aspirer un peu d`air vital et ne pas mourir (HUGO, 2008, p. 438) - “Essa mulher, ainda jovem, tinha trinta e cinco anos, mas estropiada e enferma, foi enviada à prefeitura e enclausurada na cela número 1, chamada cela de teste. Essa cela, tipo de jaula de sete a oito pés quadrados aproximadamente, sem ar e sem dia, foi pintada pela infeliz prisioneira com uma palavra; ela a chama: cela-túmulo; ela diz, cito suas próprias palavras: “é nessa cela-túmulo que, estropiada, doente, passei vinte e um dias, colando meus lábios de hora em hora contra as grades para aspirar um pouco de ar vital e não morrer”.

(HUGO, 2008, p. 438). A revolucionária, então, morrerá devido à tuberculose que adquirira no cárcere. Antes de ser proscrita, Louise já era uma cidadã conhecida em Paris, conforme afirma Hugo,

cette femme, par des chansons patriotiques, par de sympathiques et cordiales paroles, par de bonnes et civiques actions, avait rendu célèbre, dans les faubourgs de Paris, le nom de Louise Julien sous lequel le peuple connaissait et la saluait. Ouvrière, elle avait nourri sa mère malade ; elle l'a soignée et soutenue dix ans. Dans les jours de lutte civile, elle faisait de la charpie ; et, boiteuse et se traînant, elle allait dans les ambulances, et secourait les blessés de tous les partis. Cette femme du peuple était un poète, cette femme du peuple était un esprit ; elle chantait la République, elle aimait la liberté, elle appelait ardemment l'avenir fraternel de toutes les nations et de tous les hommes ; elle croyait à Dieu, au peuple, au progrès, à la France ; elle versait autour d'elle, comme un vase, dans les esprits des prolétaires, son grand cœur plein d'amour et de foi. Voilà ce que faisait cette femme. M. Bonaparte l'a tuée. (HUGO, 2008, p. 439)<sup>203</sup>

A força suasória do trecho é impressionante. A personagem descrita por Hugo desvela, em suma, como o paradigma da revolucionária republicana. Após a elogiosa descrição de Louise feita pelo poeta, Hugo quebra completamente o clímax do discurso, quando afirma que “M. Bonaparte l’a tuée”. Há, implicitamente, uma assimilação entre Louise e a República, uma vez que Napoléon III foi o responsável pelo fim de Louise e, também, pelo término da II República.

O discurso fúnebre em honra à Luise Julien é paradigmático, pois quem está sendo enterrada é uma mulher, comprovando a universalidade do vocativo “citoyens” que abre o discurso. Hugo,

---

<sup>203</sup> “Essa mulher, por canções patrióticas, por simpáticas e cordiais palavras, por boas e cívicas ações, havia tornado célebre, nos subúrbios de Paris, o nome de Louise Julien, pelo qual o povo a conhecia e a cumprimentava. Operária, ela havia alimentado sua mãe doente; ela a cuidou e a sustentou por dez anos. Nos dias de luta civil, ela fazia retalhos; e, manca e arrastando-se, ia nas ambulâncias [hospitais militares móveis] e socorria os feridos de todos os partidos. Essa mulher do povo era uma poetisa, essa mulher do povo era um espírito; cantava a República, amava a liberdade, clamava determinadamente pelo futuro fraterno de todas as nações e de todos os homens; acreditava em Deus, no povo, no progresso, na França; derramava ao redor de si, como um vaso, nos espíritos dos proletários, seu grande coração cheio de amor e de fé. Eis o que fazia essa mulher. O Sr. Bonaparte a matou”

contrariando a então organização política da França<sup>204</sup>, estava defendendo o direito de cidadania plena às mulheres, demonstrando que elas tinham participação política e deveriam ser reconhecidas por isso. Assim, o orador irá afirmar que “ce n`est pas une femme que je vénère dans Louise Julien, c`est la femme; la femme de nos jours, la femme digne de devenir citoyenne; la femme telle que nous la voyons autour de nous”<sup>205</sup>. Hugo continua utilizando o recurso retórico de, por intermédio do particular, falar do universal. Ao exaltar o *éthos* de Louise, Hugo está exaltando todo o gênero feminino, pois “elles qui, par moment, sont l`image de la patrie vivante, elles qui pouvaient être l`âme de la cité, elles ont été simplement l`âme de la famille”<sup>206</sup>(HUGO, 2002, p. 440). Assim, ele reconhece que a mulher tem capacidade para ser fulcral na política, não restringindo sua atuação ao âmbito familiar. Continuando com sua defesa dos direitos das cidadãs, o orador constrói um paralelo entre o século XVIII, que proclamou o direito dos homens, com o século XIX, que deveria proclamar o direitos das mulheres<sup>207</sup>. Hugo, porém, está ciente de que há aqueles que, mesmo entre os republicanos e democratas mais ardentes, não desejam a igualdade de direitos entre homens e mulheres<sup>208</sup>. Mesmo que haja aqueles que negam à mulher a igualdade de direitos, Hugo não é o único a defender a causa feminina. Joseph Déjacque, autor anarquista que, assim como Hugo e Louise, fora exilado por Louis-Napoléon após o Golpe de 2 de dezembro, afirma, em um discurso feito logo após o de Hugo, no funeral de Louise:

---

<sup>204</sup> O direito ao voto só foi dado às mulheres francesas em 29 de abril de 1945, data em que votaram pela primeira vez. Nesse contexto, a luta de Victor Hugo pelo direito feminino à cidadania estava na vanguarda do período.

<sup>205</sup> *Sur la tombe de Louise Julien*, (HUGO, 2002, p. 440)

<sup>206</sup> “Elas que, por um momento, são a imagem da pátria viva; elas que poderiam ser a alma da cidade, elas simplesmente têm sido a alma da família”

<sup>207</sup> *Le XVIII siècle a proclamé le droit de l`homme; le XIX proclamera le droit de la femme*; (HUGO, 2008, p. 440) – “O século XVIII proclamou o direito do homem; o XIX proclamará o direito da mulher”

<sup>208</sup> *Et à l`instant où je parle, au point même où le progrès est parvenu, parmi les meilleurs républicains, parmi les démocrates les plus vrais et les plus purs, bien des esprits excellents hésitent encore à admettre dans l`homme et dans la femme l`égalité de l`âme humaine, et, par conséquent, l`assimilation, sinon l`identité complète, des droits civiques* (HUGO, 2008, p. 440) – “E no instante em que falo, até o ponto exato em que o progresso chegou, entre os melhores republicanos, entre os democratas mais verdadeiros e mais puros, quantos espíritos excelentes ainda hesitam em admitir no homem e na mulher a igualdade da alma humana e, conseqüentemente, a assimilação, senão a identidade completa, dos direitos cívicos”

Il fallait, hélas! Que des femmes, elles aussi, subissent les tortures de la prison et de l'exil, qu'elles fussent crucifiées par les réactions dictatoriales pour racheter par la souffrance et la mort, - par la lutte, - leurs sœurs de la soumission à l'homme, du péché d'esclavage.

Oh ! Vienne la République, et qui donc maintenant oserait contester des droits égaux à celles qui ont scellée de leur liberté et de leur sang la confession de leur foi révolutionnaire. (Joseph Déjacque, Discours prononcé le 26 juillet 1853 sur la tombe de Louise Julien, proscrire)<sup>209</sup><sup>210</sup>

A mulher, do mesmo modo que o homem, pode verter seu sangue em prol da causa revolucionária, logo ela deve ter os mesmos direitos civis que os homens. Os discursos dos proscritos franceses presentes em Jersey, Hugo e Déjacque, defendem a igualdade entre homens e mulheres. Desse modo,

partager vos souffrances, vos accablements, vos dénouements, vos détresses, vos renoncements, vos exils, votre abandon si vous êtes sans asile, votre faim si vous êtes sans pain, c'est là le droit de la femme, et nous le réclamons. - O mes frères ! et voilà qui nous suivent dans le combat, qui nous accompagnent dans la proscription, et qui nous devancent dans le tombeau. (HUGO, 2008, p. 441)<sup>211</sup>

Finalizando o discurso, Hugo irá reafirmar a importância da voz dos proscritos, afinal são eles que emitem as críticas que a humanidade necessita ouvir. Além disso, é reafirmada a condição de vivo-morto do

---

<sup>209</sup> Disponível em:

[https://fr.wikisource.org/wiki/Discours\\_prononcé\\_le\\_26\\_juillet\\_1853\\_sur\\_la\\_tombe\\_d\\_e\\_Louise\\_Julien,\\_proscrite](https://fr.wikisource.org/wiki/Discours_prononcé_le_26_juillet_1853_sur_la_tombe_d_e_Louise_Julien,_proscrite)

<sup>210</sup> Era necessário, infelizmente, que mulheres, inclusive elas, sofressem as torturas da prisão e do exílio, que elas fossem crucificadas pelas reações ditatoriais, para resgatarem pelo sofrimento e pela morte - pela luta - suas irmãs da submissão ao homem, do pecado da escravidão.

Ó! Que venha a República, e quem então agora ousaria contestar os direitos iguais àquelas que selaram com sua liberdade e seu sangue a confissão de sua fé revolucionária?

<sup>211</sup> “Compartilhar seus sofrimentos, seus abatimentos, suas penúrias, suas desgraças, suas renúncias, seus exílios, seu abandono se estiver sem asilo, sua fome se estiver sem fome, aí está o direito da mulher, e nós o reclamamos. - Ó, meus irmãos, e eis quem nos segue no combate, quem nos acompanha na proscrição, e quem nos antecipa no túmulo.”

exilado<sup>212</sup>, condição esta que permite a execração do nome de Napoléon. A existência do proscrito é a comprovação da tirania<sup>213</sup>, como a de Napoléon III. Assim, o discurso sobre Louise Julien é completo, pois trata da cidadã, da pátria e da República.

Hugo, durante seu exílio, torna-se um bastião da defesa dos direitos humanos. Assim, muitos são aqueles que lhe enviam cartas buscando seu apoio. No ano de 1868, a guerra de independência de Cuba se reinicia. A Espanha irá reprimir essa nova revolta do povo cubano com extrema brutalidade, havendo distritos inteiros sido bombardeados pela artilharia espanhola. Nessa situação, várias cubanas fogem de seus país natal e vão se refugiar nos países vizinhos. Algumas mulheres cubanas então se unem e enviam uma carta a Victor Hugo pedindo apoio à sua causa. Hugo responde:

femmes de Cuba, j`entends votre plainte. O désespérées, vous vous adressez à moi. Fugitives, martyres, veuves, orphelines, vous demandez secours à un vaincu. Proscrites, vous vous tournez vers un proscrit; celles qui n`ont plus de foyer appellent à leur aide celui qui n`a plus de patrie. (HUGO, 2008, p. 639)<sup>214</sup>

Hugo coloca-se em lugar semelhante àquele das mulheres cubanas. O poeta não tenta diminuir a dor e o sofrimento dessas mulheres, muito pelo contrário, ele os reconhece e os acha dignos. Tanto Hugo, quanto as cubanas são proscritos, e esse reconhecimento é a comprovação de que, na concepção hugoana, homens e mulheres estão em um pé de igualdade quantos aos direitos políticos. Dessa forma, Hugo irá escrever, no momento em que estoura a guerra Franco-Prussiana, em 1870, às mulheres de Guernesey – o texto será publicado na Inglaterra como *Aux*

---

<sup>212</sup> *O morts qui m`entourez et qui m`écoutez, malédiction à Louis Bonaparte ! O morts, exécution à cet homme !* (HUGO, 2008, p. 441) – Mortos que me cercam e que me escutam, maldição a Louis Bonaparte ! O mortos, execração a esse homem!”

<sup>213</sup> *Le genre humain a besoin de ces cris terribles; la conscience universelle a besoin de ces saintes indignations de la pitié. Exécuter les bourreaux, c`est consoler les victimes. Maudire les tyrans, c`est bénir les nations.* (HUGO, 2008, p. 441)

<sup>214</sup> “mulheres de Cuba, ouço seu lamento. Ó, desesperadas, vocês se dirigem a mim. Fugitivas, mártires, viúvas, órfãs, vocês pedem socorro a um vencido. Proscritas, vocês se voltam a um proscrito; aquelas que não têm mais lar pedem ajuda àquele que não tem mais pátria.”

*femmes de l`Angleterre* - pedindo que elas fabriquem bandagens para os feridos na guerra. As mulheres, então, serão o exemplo positivo, pois os homens, que estão ocupados guerreando, não o podem ser. Assim,

toutes les femmes de ce pays s'employant à cette œuvre fraternelle, ce sera beau; ce sera un grand exemple et un grand bienfait. Les hommes font le mal, vous femmes, faites le remède; et puisque sur cette terre il y a des mauvais anges, soyez les bons. (HUGO, 2008, p. 662)<sup>215</sup>

Hugo, ao discutir a condição feminina, irá dotar a mulher de duas características que, a princípio, parecem ser antagônicas: a doçura e a atuação política. A mulher, no paradigma hugoano, é de tamanha grandeza e importância, que ela consegue juntar aquilo que o homem percebe como separado, as esferas da vida doméstica e da pública. Do mesmo modo que Emily de Putron, a mulher é doce e leve; porém, assim como Louise Julien, a mulher é completamente capacitada para atuar na esfera política. Sua atuação é tão ou mais pertinente à política do que a da figura masculina, uma vez que, no lugar em que havia a truculência, a mulher acrescenta a ternura.

Além de defender a igualdade dos gêneros, Hugo irá, também, argumentar pela igualdade entre brancos e negros. Nesse contexto, em paralelo à discussão acerca da condição feminina, há uma série de textos que discutem a condição dos negros.

---

<sup>215</sup> “todas as mulheres desse país dedicando-se a essa obra fraterna, isso será belo; será um grande exemplo e uma grande benfeitoria. Os homens fazem o mal, vocês, mulheres, fazem o remédio; e uma vez que nessa terra há anjos maus, sejam os bons”

### 3.2.2 - A condição negra

O século XIX é o período em que a bárbara instituição da escravidão começará, efetivamente, a ser desmontada no Ocidente. A Dinamarca, ainda em 1792, será o primeiro Estado a abolir a escravidão; a Suécia, em 1824, segue os passos abolicionistas dinamarqueses. Em 1833, a Inglaterra abole a escravidão no Império Britânico, influenciando, desse modo, uma série de países a tomarem a mesma medida - o Brasil, inclusive, está nesta lista, porém, por motivos econômicos e de política interna, o país não libertará seus escravos até 1888. Na França continental, a escravidão não é permitida desde o século XIV, porém, tendo conquistado uma série de colônias nas Américas, a escravidão torna-se permitida no ultramar francês. A colonização da América, aparentemente, exigiu o trabalho escravo - africano ou indígena -, uma vez que todas as metrópoles europeias o utilizaram. A Revolução francesa faz o desmonte do Antigo Regime, e, como tantos outros pontos, a relação entre a metrópole e as colônias irá passar por mudanças. Nesse sentido, a Convenção, no ano de 1794, aprova o Decreto 2262, que contém os seguintes termos:

La Convention Nationale déclare que l'esclavage des Nègres dans toutes les Colonies est aboli; en conséquence elle décrète que les hommes, sans distinction de couleur, domiciliés dans les colonies, sont citoyens Français, & jouiront de tous les droits assurés par la constitution. (Decreto 2262, 4 de fevereiro de 1794, Convenção Nacional)<sup>216217</sup>

A Revolução Francesa irá, então, abolir a escravidão nas colônias, porém, o Haiti, peça basilar no modelo colonial francês, passava por uma revolta de escravos generalizada<sup>218</sup>. Assim, a abolição realizada pela Convenção visava, entre outras coisas, acalmar a situação na

---

<sup>216</sup> Disponível em: [http://haiti.upmf-grenoble.fr/?page\\_id=2598](http://haiti.upmf-grenoble.fr/?page_id=2598)

<sup>217</sup> “A Convenção Nacional declara que a escravidão dos negros em todas as Colônias está abolida; conseqüentemente, ela decreta que os homens, sem distinção de cor, domiciliados nas colônias, são cidadãos franceses, e gozarão de todos os direitos assegurados pela constituição.”

<sup>218</sup> A Guerra de Independência do Haiti durará de 1791 até 1804.

principal colônia francesa. Finda a Revolução, Napoléon Bonaparte, em 1802, desembarca tropas na ilha de Santo-Domingo, objetivando sufocar a Revolução Haitiana que estava em curso. No esforço para voltar a ter maior controle sobre as colônias, a lei de 20 de maio de 1802 irá reestabelecer a escravidão nas colônias francesas. A expedição napoleônica à América não se revela um sucesso militar, uma vez que, em 1804, o Haiti torna-se um país independente. A escravidão, entretanto, continuará legal na América ultramarina francesa até 1848. Como afirma Barreto, no período de composição e publicação de *Bug-Jargal*, em meados da década de 1820,

la France vit encore sous l'esclavage, dont l'abolition, votée par la convention en 1794, fut rétablie par Napoléon en 1802. L'abolition définitive de l'esclavage n'arrivera qu'en 1848. Hugo fait de son texte un véritable outil de critique des institutions, des préjugés et de l'appareil de la terreur. (BARRETO, 2002<sup>b</sup>, p. 2)<sup>219</sup>

Victor Hugo, desde o início de sua carreira literária, abordará a questão da escravidão e da condição de vida dos negros nas colônias francesas. Em 1826 é publicada a primeira versão do romance *Bug-Jargal*, que se desenrola na ilha de Santo Domingo. O romance tem como personagem principal Bug-Jargal, um negro umbilicalmente envolvido nas revoltas escravas que ocorriam na ilha. O romance receberá críticas que o consideram um panfleto em prol da dignidade dos negros, ao mesmo tempo que outras o consideram uma proclamação de uma eventual inferioridade congênita da raça negra (HOFFMAN, 1996)<sup>220</sup>. É

---

<sup>219</sup> “no momento em que Hugo escreve seu texto - tanto a primeira, quanto a segunda versão - a França convivia ainda com a escravidão, cuja abolição, aprovada pela Convenção em 1794, foi reestabelecida por Napoléon em 1802. A abolição definitiva da escravidão não chegará até 1848. Hugo faz de seu texto um verdadeiro instrumento de crítica às instituições, aos preconceitos e ao aparelho do terror.”

<sup>220</sup> Sobre a polêmica acerca da recepção do romance, Hoffman enumera dois jornais com opiniões contrárias sobre o texto. O jornal *Le Drapeau Blanc*, de 20 de março de 1826, afirma que : “Le principal personnage de Bug-Jargal émeut et intéresse. Pourtant on ne peut guère se familiariser avec un nègre de Congo, représenté comme un modèle de grandeur, d'héroïsme, de sensibilité et revêtu d'un caractère pour ainsi dire chevaleresque. C'est reconnaître à la race africaine une capacité de haute civilisation qu'elle ne possède en aucune manière” (HOFFMAN, 1996, p. 2); enquanto o jornal *L'Étoile* diz que: “si l'auteur a exagéré les qualités qu'il donne à son héros, il a,

notório que a personagem de Bug-Jargal quebra os paradigmas literários da época, uma vez que,

inspiré du chef de la révolte des Noirs en Haïti, Toussaint Louverture, il est considéré comme le premier héros noir de la littérature française moderne à contrarier le personnage stéréotypé du bon nègre ou du héros révolté. (BARRETO, 2002<sup>b</sup>, p. 1)<sup>221</sup>

A evolução do pensamento hugoano, ainda que não o torne um fervoroso defensor dos negros e da negritude, implica, fundamentalmente, na defesa da igualdade entre brancos e negros. Um homem que defende a autodeterminação dos povos não pode ser favorável à escravidão, pois isso seria, no mínimo, contraditório. Hoffman, entretanto, afirma :

Admettons que Hugo n'avait aucune sympathie particulière pour les Noirs et même qu'il partageait le préjugé largement répandu selon lequel ils représentaient la partie la plus arriérée de l'humanité. À ses yeux, les descendants de Cham méritaient-ils pour autant la condition imposée à la grande majorité d'entre eux dans le Nouveau Monde ? Que pensait-il de l'esclavage des Noirs ?

La question semble absurde, posée à propos de Hugo, l'un des pères fondateurs de l'idéologie progressiste républicaine, et hâtons-nous de confirmer qu'on ne trouve nulle part dans ses écrits la moindre approbation de l'esclavage, des Noirs ou de quiconque. Y trouve-t-on alors sa condamnation ? Certes, mais la chose mérite d'être examinée de plus près. (HOFFMAN, 1996, p. 14)<sup>222</sup>

---

en revanche, peint le reste des nègres sous des couleurs dont nos philanthropes seront probablement fort scandalisés ; car il n'a rien dissimulé de leur cruauté stupide et de leur brutalité féroce.” (HOFFMAN, 1996, p. 2)

<sup>221</sup> “Inspirado no chefe da revolta dos negros no Haiti, Toussaint Louverture, ele é considerado como o primeiro herói negro da literatura francesa moderna a contrariar o personagem estereotipado do bom negro ou do herói revoltado.”

<sup>222</sup> “Admitamos que Hugo não tinha nenhuma simpatia particular pelos negros e até mesmo que ele compartilhava do preconceito amplamente disseminado segundo o qual eles representavam a parte mais atrasada da humanidade. Aos seus olhos, será que os descendentes de Cham mereciam para tanto a condição imposta à grande maioria dentre eles no Novo Mundo? O que ele pensava sobre a escravidão dos negros?

A questão parece absurda, feita em relação a Hugo, um dos pais fundadores da ideologia progressista republicana, e apressemo-nos a confirmar que não se encontra em parte alguma nos seus escritos a menor aprovação da escravidão, dos negros ou de quem quer que fosse. Então, encontramos neles sua condenação? Certamente, mas a coisa merece ser examinada mais de perto.”

Hugo poderia não ter a escravidão e a condição negra como sua principal pauta de discussão, porém isso não significa que ele fosse escravocrata. O poeta é um defensor da liberdade humana e, assim, contrário à escravidão. O exílio irá acelerar o pensamento político e social de Hugo. Enquanto proscrito, Hugo irá, em diferentes ocasiões, manifestar-se contra a escravidão e a favor da liberdade e igualdade dos povos negros. Os dois discursos sobre John Brown – um de 1859 e o outro de 1860 – inserem-se nesse contexto.

John Brown, 1800-1859, foi um abolicionista norte americano do século XIX. Figura controversa, ele é considerado, por alguns, um herói devido a suas ações em prol do abolicionismo; porém é também tido como o primeiro terrorista doméstico dos Estados Unidos da América. Desde meados dos anos 1850, Brown envolveu-se em diversos episódios em prol da abolição, porém, em alguns deles, houve mortes. Em 1859, Brown e seus correligionários atacam um depósito do governo federal, que guardava armas, em Harpers Ferry. Seu objetivo era tomar as armas que pertenciam ao governo e entregá-las a escravos insurretos. Brown não consegue concretizar seu plano, é capturado pelas forças governamentais e será julgado e condenado à morte por enforcamento. Hugo, de sua casa em Guernesey, irá reagir à condenação de Brown. O poeta enviará cartas a diversos jornais europeus e manterá uma relação epistolar significativa com M. Heurtelou, editor do jornal *Progrès*, de Porto Príncipe. O proscrito, do alto de seu rochedo cercado pelo mar, por manter contato com Heurtelou, fica a par das novidades que ocorrem na ilha caribenha. Além disso, quando o jornalista envia uma missiva a Hugo, pedindo seu apoio para a causa negra, fica demonstrada a importância e consideração que Hugo possuía nos círculos progressistas em todo o globo. Assim, no texto de 1859, cujo destinatário são os Estados Unidos da América,<sup>223</sup> escrito antes de Brown cumprir sua

---

<sup>223</sup> « Le 2 décembre 1859, à l`heure même de cet anniversaire qui lui rappelait toutes les formes et toutes les nécessités du devoir, il adressa, par l`intermédiaire de tous les journaux libres de l`Europe, la lettre qu`on va lire à l`Amérique: Aux États-Unis d`Amérique » (HUGO, 2008, p. 512) – “O 2 de dezembro 1859, nessa mesma hora desse aniversário que lembrava todas as formas e todas as necessidades

pena, a interpretação hugoana sobre os eventos envolvendo Brown será de que

il y a des esclaves dans les états du Sud, ce qui indigne, comme le plus monstrueux des contre-sens, la conscience logique et pure des états du Nord. Ces esclaves, ces nègres, un homme blanc, un homme libre, John Brown, a voulu les délivrer. John Brown a voulu commencer l'œuvre de salut par la délivrance des esclaves de la Virginie. Puritain, religieux, austère, plein de l'Évangile, *Christus nos liberavit*, il a jeté à ces hommes, à ces frères, le cri d'affranchissement. Les esclaves, énervés par la servitude, n'ont pas répondu à l'appel. L'esclavage produit la surdité de l'âme. John Brown, abandonné, a combattu ; avec une poignée d'hommes héroïques, il a lutté; il a été criblé de balles, ses deux jeunes fils, saints martyrs, sont tombés morts à ses côtés, il a été pris. C'est ce qu'on nomme l'affaire de Harper's Ferry. (HUGO, 2008, p. 512)<sup>224</sup>

O exórdio do texto é o momento em que Hugo apresenta aquilo que motivou seu discurso: a prisão de John Brown devido a sua atuação abolicionista. Assim, é preciso falar do escravo. No trecho, Hugo utiliza os termos 'escravos' três vezes, e 'escravidão', 'negros' e 'servidão' uma vez. A expectativa é que, no desenrolar do texto, seja tratado da escravidão e do escravo, porém Hugo não mais focará nisso<sup>225</sup>. O discurso revela-se, além de um protesto contra a escravidão, um panfleto contra a pena de morte atribuída a Brown.

A cena construída por Hugo é digna de um de seus romances. O heroico Brown é capturado somente após muita luta, na qual, inclusive,

---

do dever, ele endereça, por intermédio de todos os jornais livres da Europa, a seguinte carta, que leremos, à América: Aos Estados Unidos da América”

<sup>224</sup> “Há escravos nos estados do Sul, o que indigna, como o mais monstruoso dos contrassensos, a consciência lógica e pura dos estados do Norte. Esses escravos, esses negros, um homem branco, um homem livre, John Brown, quis libertá-los. John Brown quis começar a obra de salvação pela libertação dos escravos da Virgínia. Puritano, religioso, austero, tomado pelo Evangelho, *Christus nos liberavit*, lançou àqueles homens, àqueles irmãos, o grito de alforria. Os escravos, furiosos com a servidão, não responderam ao chamado. A escravidão produz a surdez da alma. John Brown, abandonado, combateu; com um punhado de homens heroicos, ele lutou; foi perfurado por balas, seus dois jovens filhos, santos mártires, caíram mortos ao seu lado, ele foi capturado. Esse episódio é chamado de o caso de Harper's Ferry.”

<sup>225</sup> Ao longo do discurso, o vocábulo escravo aparecerá somente mais uma vez, sendo utilizado como complemento nominal na expressão “*possesseurs d'esclaves*”

são mortos seus dois filhos. Além disso, o judiciário não teria tratado o caso de Brown com a atenção devida,

John Brown, sur un lit de sangle, avec six blessures mal fermées, un coup de feu au bras, un aux reins, deux à la poitrine, deux à la tête, entendant à peine, saignant à travers son matelas, les ombres de ses deux fils morts près de lui; ses quatre co-accusés, blessés, se traînant à ses côtés, Stephens avec quatre coups de sabre; la 'justice' pressée et passant outre; un attorney Hunter qui veut aller vite, un juge Parker qui y consente, les débats tronqués, presque tous délais refusés, production de pièces fausses ou mutilées, les témoins à décharge écartés, la défense entravée, deux canons chargés à mitraille dans la cour du tribunal, ordre aux geôliers de fusiller les accusés si l'on tente les enlever, quarante minutes de délibération, trois condamnations à mort. (HUGO, 2008, p. 513)<sup>226</sup>

Toda a cena indica um julgamento de exceção, feito às pressas e cujo resultado já estava determinado antes mesmo do começo do julgamento. Foram necessários apenas quarenta minutos para condenar três homens à morte. Homens que, mesmo antes da condenação, já não mantinham sua integridade física, uma vez que todos estavam seriamente machucados. O advogado de defesa somente deseja acabar com tudo aquilo o mais rápido possível, e o juiz consente. Importante nessa descrição é o fato de que Hugo jamais esteve na América no Norte, tornando impossível que ele tivesse presenciado o estado de saúde de Brown ou de seus companheiros, ou até mesmo o julgamento em si. A descrição, conseqüentemente, está funcionando como um elemento persuasivo do texto.

---

<sup>226</sup> “John Brown, sobre uma cama de tiras de lona, com seis ferimentos mal cicatrizados, um tiro no braço, um no rim, dois no peito, dois na cabeça, ouvindo fracamente, sangrando em seu colchão, as sombras de seus dois filhos mortos perto dele; seus quatro coacusados, feridos, arrastando-se ao seu lado, Stephens com quatro golpes de sabre; a ‘justiça’ apressada e desprezando; um homem de lei, Hunter, querendo ir rápido, um juiz, Parker, consentindo, os debates truncados, quase todas as postergações recusadas, produção de evidências falsas ou mutiladas, as testemunhas de defesa dispensadas, a defesa entravada, dois canhões carregados na corte, com ordem aos guardas de fuzilar os acusados se alguém tentar leva-los, quarenta minutos de deliberação, três condenações à morte.”

Hugo descreve uma cena terrível, muito pouco condizente daquilo que se espera da justiça de uma República democrática. Logo após a descrição, o poeta irá acrescentar que

[il] affirme sur l'honneur que cela ne s'est point passé en Turquie, mais en Amérique. On ne fait point de ces choses-là impunément en face du monde civilisé. La conscience universelle est un œil ouvert. (HUGO, 2008, p. 513)<sup>227</sup>

É construída, no excerto, uma clara dicotomia entre civilização e barbárie. Caso a cena ocorresse na Turquia, não haveria estranhamento, porém, por acontecer nos EUA, uma nação dita civilizada<sup>228</sup>, não é aceitável. Além disso, a dicotomia é polissêmica, uma vez que não fica explicitado o que é bárbaro. A barbárie está em condenar três homens à morte em quarenta minutos, ou a barbárie consiste na escravidão em si? A questão não é respondida diretamente, deixando a entender que ambas as situações são bárbaras. Entretanto, na peroração do discurso, Hugo irá elogiar a República americana, relembrar a insignificância do lugar do exilado, suplicar pela clemência a Brown, e também sugerir uma possibilidade de resposta:

quant à moi, qui ne suis qu'un atome, mais qui, comme tous les hommes, ai en moi toute la conscience, je m'agenouille avec larmes devant le grand drapeau étoilé du nouveau monde, et je supplie à mains jointes, avec un respect profond et filial, cette illustre République Américaine d'aviser au salut de la loi morale universelle, de sauver John Brown, de jeter bas le menaçant échafaud du 16 Décembre, et de ne pas permettre que, sous ses yeux, et, j'ajoute en frémissant, presque par sa faute, le premier fratricide soit dépassé. Oui, que l'Amérique le sache et y songe, il y a quelque chose de plus effrayant que Caïn tuant Abel, c'est

---

<sup>227</sup> “Afirmo pela minha honra que isso não aconteceu de forma alguma na Turquia, mas na América.

Não se faz essa sorte de coisas impunemente diante do mundo civilizado. A consciência universal é um olho aberto.”

<sup>228</sup> Hugo afirma que: « cette nation [Etats-Unis] est une gloire du genre humain, que, comme la France, comme l'Angleterre, comme l'Allemagne, elle est un des organes de la civilisation, que souvent même elle dépasse l'Europe dans de certaines audaces sublimes du progrès. » (HUGO, 2008, p. 514)

Washington tuant Spartacus. (HUGO, 2008, p. 514)<sup>229</sup>

Para Hugo, a possibilidade mais assustadora não seria a de Cain matando Abel, mas sim a de Washington – a República americana – matando Espártaco – o escravo.

O posicionamento de Victor Hugo no caso de John Brown irá repercutir na história haitiana. Sendo o Haiti um jovem país independente e francófono – sua independência fora conquistada em 1804, formado, em sua maioria, por ex-escravos e situado na América Central, era forte o interesse no julgamento de John Brown. Assim, M. Heurtelou envia uma carta, que reproduzimos abaixo, apesar de sua extensão, felicitando Hugo e sua atitude no caso de Brown.

A M. Victor Hugo, à Hauteville, Guernesey.  
Concitoyen et frère,

Un nègre qui n'a jamais traversé l'océan, qui est resté constamment confiné dans l'île où il a plu à la Providence de le faire naître et n'a vu les grands foyers de la civilisation, ces centres étincelants de lumières, qu'à travers le prisme de l'imagination; ce nègre ému jusqu'aux larmes de vos saintes et sublimes paroles en faveur de John Brown, martyr de la délivrance de la race africaine, vient de prosterner devant vous, et, pressant dans ses deux mains noires vos deux mains blanches, vous dire, au nom de sa race : Merci frère, honneur et gloire à vous ! Il appartenait au plus grand génie du dix-neuvième siècle, à l'âme la plus élevée de l'humanité, d'agir comme vous l'avez fait, de prononcer les paroles que vous avez dites.

L'esclavage ne résistera pas à cette rude secousse que lui a faite votre verbe si puissant. Il a chancelé sur sa base. Il faut qu'il croule et disparaisse.

Grâce à vous, la conscience humaine n'aura plus sur sa poitrine ce lourd fardeau. Le beau ciel chrétien sera entièrement lavé de cette tâche qui lui fait une si dégoûtante souillure. La race humaine, grande et vaste famille, dont l'arbre généalogique présente à son sommet une communauté d'origine que l'on ne peut révoquer en doute, entendra enfin ce cri du sang qui se révolte contre des frères

---

<sup>229</sup> “quanto a mim, que sou apenas um átomo, mas que, como todos os homens, tenho em mim toda a consciência, ajoelho-me com lágrimas diante da grande bandeira estrelada do novo mundo, e suplico de mãos juntas, com um respeito profundo e filial, a essa ilustre República Americana refletir sobre a salvação da lei moral universal, de salvar John Brown, pôr abaixo o ameaçador cadafalso de 16 de dezembro, e não permitir que, sob seus olhos, e, acrecento tremendo, quase por sua culpa, o primeiro fratricida seja esquecido.

Sim, que a América o saiba e pense a respeito, há algo de mais assustador do que Cain matando Abel, é Washington matando Espártaco.”

issus d'un même père, abusant d'une force momentanée dont ils sont pourvus, pour subjuguier inhumainement leurs frères.

Quand une voix aussi éloquente, aussi inspirée que la vôtre lance l'anathème contre l'esclavage; quand l'Antée de la raison, de la pensée le tient enserré, est-ce que tous ceux qui souffrent, gémissent de ses tortures, ne doivent plus tressaillir de joie ? L'agonie du monstre a commencé.

Esclavage servage, privilège de toutes les espèces, il y a contre eux une répulsion invincible de la part des nations.

L'idée qui distingue spécialement notre siècle, c'est l'Unité. Le monde dans toutes ses parties y tend avec une force, une résolution que rien ne saurait entraver. La fusion des peuples et des races par la fraternité ; leur réunion pour arriver par l'ensemble de leurs forces à l'obtention assurée des grandes réformes que réclame notre société encore païenne sous bien des rapports, n'est-ce pas là le mot d'ordre, le cri de ralliement que se communiquent entr'eux l'esprit de leur pays ? L'humanité entière, le flambeau du Christianisme à la main, se presse compacte, serrée dans la grande voie de la Liberté ; elle accélère et précipite ses pas ; elle a hâte d'arriver à la dernière borne de la route pour se reposer de ses fatigues dans cette grande félicité qu'au lointain elle entrevoit et dont le mirage l'éblouit à l'avance et l'énivre de joie. Qui pourrait la contrarier dans cette marche qu'elle accomplit avec une ardeur aussi grande et aussi soutenue ?

Du haut de cet îlot où votre esquif, ballotté par la tempête révolutionnaire, est venu s'ancrer et s'abriter contre les vagues déchaînées, quand vous jetez, avec cette vigueur de conviction qui vous caractérise, un mot de liberté ; quand, contre une grande injustice, une grande souffrance, vous laissez tomber de vos lèvres un mot qui fait espérer, une forte et vaste commotion se produit à l'instant dans le monde.

La grande idée que, depuis dix-huit cents ans, les siècles se transmettent et que le nôtre semble destiné à en marquer la réalisation, s'est incarnée dans vous. Vous étiez à l'endroit, distrait dans cette France si peuplée et d'une si remuante activité. Il vous fallait, pour l'accomplissement d'un si grand apostolat, la solitude dans l'immensité de l'infini. Au milieu de ce bourdonnement de la multitude, se croisant et s'entrecroisant à vos côtés, l'écho de votre voix pouvait être alourdi et affaibli dans son expansion. Aujourd'hui, quand de votre chaire de Guernesey vous prononcez une parole, les vagues et les vents la transportent à l'instant aux quatre coins du monde. Rien ne peut arrêter dans sa course électrique l'idée que vous émettez.

Ce que vous avez dit contre l'esclavage a remué l'Amérique entière ; le vieil édifice colonial craque partout en ce moment. Il nous semble déjà entendre le bruit des chaînes qui se brisent avec fracas. Malheureux colons ! si vous ne vous hâtez pas de rendre la Liberté aux fils de l'Afrique, par quelles terribles catastrophes vous allez passer, vous, vos femmes, vos enfants ! Mon cœur se déchire de douleur à la vue du drame sanglant dont mon âme a soulevé un coin du rideau qui en cache encore les horreurs au monde. Comment ! pour épargner à l'Amérique cette grande et effroyable inondation de sang humain, les colons ne reconnaîtront-ils pas et ne feront-ils point cesser d'eux-mêmes cette révoltante iniquité qu'ils font subir aux fils

de l'Afrique ? Faudra-t-il qu'une affreuse mêlée s'engage entre les esclaves et leurs prétendus maîtres, et que, comme à Saint-Domingue, les nègres, ivres de la victoire, entassent les cadavres de leurs oppresseurs sur les ruines fumantes de leurs propriétés ?

Recevez, illustre concitoyen, mes salutations les plus respectueuses et les plus empressées. "E. Heurtelou" (HOFFMAN, 1987, p. 2-3)<sup>230</sup>

---

<sup>230</sup> "Ao Sr. Victor Hugo, em Hauteville, Guernesey.

Concidadão e irmão,

Um negro que jamais atravessou o oceano, que ficou constantemente confinado na ilha onde seu nascimento agradou à Providência e que só viu os grandes lares da civilização, aqueles centros reluzentes, por meio do prisma da imaginação; esse negro, comovido até as lágrimas com suas santas e sublimes palavras a favor de John Brown, mártir da libertação da raça africana, vem prosternar diante do senhor, e, apertando com suas duas mãos negras as duas mãos brancas do senhor, dizer-lhe, em nome de sua raça: Obrigado, irmão, honra e glória ao senhor! Ele pertencia ao maior gênio do século dezenove, à alma mais elevada da humanidade, por agir como o senhor o fez, por pronunciar as palavras que o senhor disse.

A escravidão não resistirá a essa rude sacudida que seu verbo tão poderoso lhe fez. Ela vacila em suas bases. É preciso que ela desabe e desapareça.

Graças ao senhor, a consciência humana não terá mais sobre o peito esse pesado fardo. O belo céu cristão será inteiramente lavado dessa tarefa que uma sujidade tão asquerosa lhe fez. A raça humana, grande e vasta família, cuja árvore genealógica apresenta em seu topo uma comunidade de origem que não se pode contestar, ouvirá enfim esse grito do sangue que se revolta contra irmãos provindos de um mesmo pai, abusando de uma força momentânea de que são providos, para subjugar desumanamente seus irmãos.

Quando uma voz tão eloquente, tão inspirada quanto a sua lança o anátema contra a escravidão; quando a Anteia da razão, do pensamento o mantém fechado, será que todos aqueles que sofrem, gemem com suas torturas, não devem mais tremer de alegria? A agonia do monstro começou.

Escravidão servil, privilégio de todas as espécies, há contra eles uma repulsa invencível por parte das nações.

A ideia que distingue especialmente nosso século é a Unidade. O mundo tende a isso com uma força, uma resolução que nada saberá entrar. A fusão dos povos e das raças pela fraternidade; sua reunião para chegar pelo conjunto de suas forças à obtenção assegurada das grandes reformas que reclama nossa sociedade ainda pagã sob vários aspectos, não seria essa a palavra de ordem, o grito de união que eles comunicam o espírito de seus países entre si? A humanidade inteira, com a flama do Cristianismo na mão, se imprensada, compacta, fechada na grande via da Liberdade; ela acelera e precipita seus passos; ela tem pressa em chegar ao último limite da estrada para se repousar de seus cansaços nessa grande felicidade que, no longínquo, ela entrevê e cuja miragem logo a deslumbra e a inebria de felicidade. Quem poderia contrariá-la nessa caminhada que ela realiza com um ardor tão grande e tão sustentado.

Do alto dessa ilhota, onde seu esquife, agitado pela tempestade revolucionária, veio ancorar-se e abrigar-se contra as ondas desencadeadas, quando o senhor lançar, com esse vigor de convicção que o caracteriza, uma palavra de liberdade; quando, contra uma grande injustiça, um grande sofrimento, o senhor deixar cair de seus lábios uma palavra que faz ter esperança, nesse instante, uma forte e vasta comoção se produz no mundo.

A grande ideia de que, há mil e oitocentos anos, os séculos se transmitem e que o nosso parece destinado a marcar sua realização se encarnou no senhor. O senhor estava no local, distraído naquela França tão povoada e com uma tão turbulenta atividade. Seria preciso ao senhor, para a realização de um apostolado tão imenso, a solidão na imensidade do infinito. No meio desse zumbido da multidão, passando ao seu lado, o eco de sua voz podia ser sobrecarregado e enfraquecido em sua expansão. Hoje, quando de seu assento o senhor pronuncia uma palavra, as ondas e os ventos a

Heurtelou irá agradecer e elogiar Hugo por ter se posicionado a favor do abolicionista. O editor haitiano colocará, em seu texto, pontos que Hugo irá replicar. Assim, a carta de Heurtelou irá suscitar um novo texto de Hugo.

Em sua resposta a Heurtelou,<sup>231</sup> Hugo irá retomar os argumentos do editor haitiano. Assim,

d'un bout à autre de la terre, la même flamme est dans l'homme ; et les noirs comme vous le prouvent. Y a-t-il eu plusieurs Adam ? Les naturalistes peuvent discuter la question ; mais ce qui est certain, c'est qu'il n'y a qu'un Dieu. Puisqu'il n'y a qu'un père, nous sommes frères. C'est pour cette vérité que John Brown est mort ; c'est pour cette vérité que je lutte. Vous m'en remerciez, et je ne saurais vous dire combien vos belles paroles me touchent. (HUGO, 2008, p. 525)<sup>232</sup>

Heurtelou logo no começo de seu texto clama ser irmão de Hugo, que irá aceitar essa colocação e responder confirmando. Como só há um deus, e os homens são filhos de deus, negros e brancos são irmãos. Continuando sua defesa da igualdade entre os homens, Hugo afirma que: “Il n'y a sur la terre ni blancs ni noirs, il y a des esprits; vous en êtes un. Devant

---

transportam no mesmo instante aos quatro cantos do mundo. Nada pode parar em sua corrida elétrica a ideia que o senhor emite.

O que o senhor disse contra a escravidão balançou a América inteira; o velho edifício colonial racha por toda parte neste momento. Parece que já ouvimos o barulho das correntes que se rompem com estrondo. Infelizes colonos! Se vocês não se apressarem para conceder a Liberdade aos filhos da África, por quais terríveis catástrofes vocês irão passar, vocês, suas mulheres, suas crianças? Meu coração se rasga de dor ao ver o drama sangrento do qual minha alma levantou um canto de sua cortina, cortina esta que ainda esconde os horrores ao mundo. Como! Para poupar a América dessa grande e assustadora inundação de sangue humano, os colonos não reconhecerão e não farão acabar por si próprios essa revoltante iniquidade que eles fazem os filhos da África sofrerem? Será preciso que um hediondo conflito se instaure entre os escravos e seus supostos mestres, e que, como em São Domingos, os negros, inebriados com a vitória, amontoem os cadáveres de seus opressores sobre as ruínas fumegantes de suas propriedades?

Queira receber, ilustre concidadão, minhas saudações mais respeitadas e zelosas. “E. Heurtelou”

<sup>231</sup> *Les noirs et John Brown*, Hauteville-House, 31 mars 1860.

<sup>232</sup> “De uma ponta à outra na terra, a mesma chama está no homem; e os negros, assim como o senhor, provam isso. Houve vários Adãos? Os naturalistas podem discutir a questão; mas o que é certo é que há somente um Deus.

Uma vez que há apenas um pai, nós somos irmãos.

É por essa verdade que John Brown morreu; é por essa verdade que luto. Tendo seu agradecimento, não saberia dizer ao senhor o quanto suas belas palavras me tocam.”

Dieu, toutes les âmes sont blanches” (HUGO, 2008, p. 525). O trecho suscita uma maior problematização. Inicialmente, Hugo afirma que não há brancos ou negros, somente espíritos, porém afirma também, e aqui está o ‘nó’ a ser desatado, que, diante de deus, todas as almas são brancas. Na terra não há distinção de cor, porém, no paraíso, todos tornam-se brancos. Dessa afirmação percebe-se que, mesmo que defendesse a igualdade entre todos os homens, Hugo tinha o branco em maior conceito do que o negro. Continuando seu discurso - e contrariando a hipótese de Hoffman de que Hugo não elogia em texto algum a Revolução no Haiti - Hugo, na peroração do discurso, afirma que

J'aime votre pays, votre race, votre liberté, votre révolution, votre république. Votre île magnifique et douce plaît à cette heure aux âmes libres; elle vient de donner un grand exemple; elle a brisé le despotisme.

Elle nous aidera à briser l'esclavage [...]

Haïti est maintenant une lumière. Il est beau que parmi les flambeaux du progrès, éclairant la route des hommes, on en voit un tenu par la main d'un nègre. (HUGO, 2008, p. 525)<sup>233</sup>

Mesmo que Hugo tivesse mais estima pelo homem branco do que pelo negro - não se pode esquecer que, no século XIX, o preconceito racial permeava toda a sociedade, o poeta irá defender a igualdade entre os homens, independentemente de raça ou da cor da pele. Assim, como Hugo afirma que é necessária a fraternidade entre os homens, a igualdade também é fundamental. E a igualdade se traduz em defender que homens - sejam eles brancos ou negros - e mulheres são iguais. Todos são concidadãos da grande República universal com a qual sonha Hugo. Nesse contexto, sendo a República fraterna e igualitária, é necessário garantir que os cidadãos sejam livres. A liberdade desvela-se

---

<sup>233</sup> “Eu amo vosso país, vossa raça, vossa liberdade, vossa revolução, vossa República. Vossa ilha magnífica e doce agrada, nesse momento, almas livres. Ela acaba de dar um grande exemplo, ela quebrou o despotismo.

Ela nos ajudará a quebrar a escravidão.

O Haiti é hoje uma luz. É belo que entre as chamas do progresso, iluminando a rota dos homens, seja a mão de um negro que a esteja carregando.”

de diferentes modos, tais como na relação entre indivíduo e Estado, que não pode ser despótico, até, em última instância, a liberdade de poder ser enterrado em seu próprio país.

### **3.3 - Liberdade**

A Revolução Francesa foi o acontecimento que moldou todo o século XIX. Contrárias ou favoráveis, as ideologias do período reverberam as ideias da Revolução. Assim como a Fraternidade e a Igualdade, a Liberdade é um dos fulcros do ideal revolucionário. Victor Hugo, mesmo que, no decorrer de sua trajetória política, tenha perpassado por diferentes posicionamentos, principalmente após o exílio, consolida suas posições e afirma-se como um revolucionário. Nesse contexto, irá argumentar contra o II Império, pois este é, em sua concepção, um regime ilegítimo e que chegou ao poder de forma obtusa. A abolição da pena de morte, uma velha luta de Victor Hugo, também se insere no combate pela liberdade. Hugo não defende a inexistência de penalidades e legislação, apenas argumenta que executar o indivíduo é um atentado contra sua liberdade e, em última instância, à liberdade de se arrepender. Os funerais dos exilados mortos longe da pátria reafirmam sua escolha de combater pela liberdade. São cidadãs e cidadãos franceses que escolheram defender uma pátria livre, e, por isso, serão expulsos dela. Nesse tipo de discurso, o objetivo de Hugo é bem claro: reafirmar a liberdade de escolha, de vida e de opção política do cidadão.

### 3.3.1 – Contra a autocracia napoleônica

O acontecimento do II Império, e o conseqüente exílio de seus opositores, é um fato determinante na vida e carreira política de Victor Hugo. Se, quando discursava como *Pair de France* ou deputado constituinte, Hugo era contra a autocracia, após ter sido exilado e ser forçado a vivenciar os caprichos de um governo autoritário, as posições hugoanas contrárias à opressão conduzida por regimes despóticos irão se consolidar. Hugo irá constantemente criticar os Estados que julga serem tirânicos. Nos discursos contrários à pena de morte estabelece a dicotomia civilização-barbárie, na qual a Rússia, um exemplo recorrente de governo autocrático para Hugo, será associada à barbárie; nos discursos fúnebres, a França e a Prússia são citados como países em que a liberdade é cerceada. A crítica à autocracia perpassa toda a produção do período do exílio do poeta, entretanto a instituição que Hugo mais combaterá será o, em sua concepção, ilegítimo II Império. O ano de 1852, desse modo, demonstra-se de grande importância, pois, sendo o primeiro ano de exílio, é o momento de constantes e contundentes ataques a Napoléon III. Os discursos a serem estudados, então, serão *En quittant la Belgique*, de 1 de agosto; *En arrivant a Jersey*, de 5 de agosto; e *Déclaration a propos de l'Empire*, de 31 de outubro.

O discurso *En quittant la Belgique* ganha sua razão de ser quando Hugo é expulso da Bélgica, devido à pressão do regime de Louis-Napoléon, pelo poeta ter escrito os textos *Histoire d'un crime* et *Napoléon le Petit*. Discorrendo sobre o ocorrido, Hugo afirma:

J'ai été exilé de France pour avoir combattu le guet-apens de décembre et m'être colleté avec la trahison; je suis exilé de Belgique pour avoir fait Napoléon le Petit. Eh bien ! je suis banni deux fois, voilà tout. (HUGO, 2008, p. 419)<sup>234</sup>

---

<sup>234</sup> “Fui exilado da França por ter combatido a armadilha de dezembro e por ter lutado contra a traição; fui exilado da Bélgica por ter feito *Napoléon le Petit* [Napoléon, o Pequeno]. Pois bem! Fui banido duas vezes. E foi isso.”

Na explicação de Hugo, ele explicita que seus dois banimentos estão diretamente relacionados com sua oposição ao regime francês. Ele fora contrário ao golpe de 2 de dezembro e acusado, em seguida, de traição; escrevera, então, um panfleto denunciando o golpe, sendo, por isso, convidado a se retirar da Bélgica. O orador está, logo no início de seu discurso, construindo seu *éthos* de proscrito. Hugo, logo após se apresentar como um sacrificado, irá agradecer uma série de pessoas. São elas: Noel Madier de Montjau, partícipe da Revolução de 1848, que fora eleito deputado pela extrema esquerda e exilado em 1851 e retornará à França somente após a derrota francesa em Sedan; Émile Deschanel, exilado devido a sua produção acadêmica - *Catholicisme et Socialisme* (1850), ao retornar à França se torna professor do Collège de France. É o pai do ex-presidente francês Paul Deschanel; Jean Baptiste Adolphe Charras, renomado militar e republicano, tendo sido eleito deputado em 1848 foi exilado em 1851 por Napoléon III. Em 1859, em uma atitude conjunta a de Victor Hugo, não aceita a Anistia proposta por Napoléon III. Não retorna do exílio, pois falece em Bâle, na Suíça, em 1865; Agricol Perdiguier, literato e republicano, participou das Revoluções de 1830 e 1848, foi deputado durante a II República e exilado durante o Império. Retorna à França quando do advento da III República.; e Dussoubs, que participou da Revolução de 1848, foi morto em uma barricada. A enumeração de nomes significativos na política interna da França demonstra que Hugo não estava sozinho em seu combate. Além disso, reforçam o argumento hugoano da ilegitimidade do regime.

Hugo afirma que há aqueles que dizem estar morta a República. Inicialmente, Hugo parece concordar com eles, porém, em seguida, proclama: “Mais non, la République n`est pas morte !” (HUGO, 2008,p. 420). Desenvolvendo seu raciocínio antitético, o orador traz um oximoro a seu texto:

Citoyens, je le déclare, elle n'a jamais été plus vivante. Elle est dans les catacombes, ce qui est bon.

Ceux-là seuls la croient morte qui prennent les catacombes pour tombeau. (HUGO, 2008, p. 420)<sup>235</sup>

A condição dos exilados é essencialmente contraditória, pois lutaram pela pátria e dela foram expulsos. O argumento utilizado está cheio de teses contraditórias entre si: a República, que está nas catacumbas, está viva; os exilados sofrem, porém estão contentes. Após a exposição do ethos do exilado, há uma suposta interrupção no discurso. Uma voz pergunta se Hugo não falará dos belgas. Era a deixa que o poeta queria para começar a elogiar os belgas. O fulcro de seu argumento é que os belgas são uma “petite nation, ils se sont conduits comme un grand peuple” (p. 421). O argumento de nação territorialmente pequena, mas grande povo é recorrente nos discursos de Hugo. Do mesmo modo que o português, no discurso acerca da abolição da pena de morte em Portugal, que será aclamado como um grande povo, também o serão os belgas.

O discurso *En arrivant a Jersey* é uma continuação dos argumentos do texto *En quittant la Belgique*. Hugo, logo após sair de Bruxelas, irá para a ilha anglo-normanda de Jersey. Assim, a conexão entre os dois textos, além de temática, é temporal. A tese defendida por Hugo será a de que a França é o lugar onde os exilados e proscritos estão, e não o país comandado por Napoléon III. Além disso, a situação em que viviam os republicanos exilados fez com que eles superassem as diferenças entre si. Assim, “chacun cherchant son adversaire pour en faire son ami, et son ennemi pour en faire son frère”<sup>236</sup> (HUGO, 2008, p. 423). Nesse contexto de união entre os exilados, Hugo defende:

Nous sommes, je le sais et j’y insiste, les ouvriers de la dernière heure; mais on peut s’en vanter, quand cette dernière heure a été l’heure de la persécution,

---

<sup>235</sup> “Cidadãos, eu declaro, ela jamais esteve mais viva. Ela está nas catacumbas, o que é bom. Somente aqueles lá a creem morta, os que tomam as catacumbas por túmulo.”

<sup>236</sup> “Cada um procurando seu adversário para fazê-lo seu amigo, e seu inimigo para o tornar em seu irmão”

l'heure des larmes, l'heure du sang, l'heure du combat, l'heure de l'exil (HUGO, 2008, p. 424)<sup>237</sup>

A metáfora consiste na comparação entre o revolucionário e o trabalhador. Assim como o operário, o revolucionário assiste a uma progressão em seu labor. Interessante notar como há um crescendo nessa metáfora. Começa com a perseguição, depois as lágrimas, o sangue, o combate e, então, o exílio. O processo persuasivo de Hugo é, então, construído no âmbito do *pathos*, uma vez que o orador irá recorrer às emoções que desperta em sua audiência, e, concomitantemente, no do *logos*, pois a metáfora é um instrumento suasório lógico, e, também, do *ethos*, pois Hugo constrói uma imagem para si e os demais proscritos. Assim,

laissez-moi glorifier ces bannis, ces chassés, ces persécutés, et, au milieu de tous, ces représentants du peuple qui, après avoir lutté trois ans à la tribune contre une coalition de réactions, de trahisons et de haines, ont lutté quatre jours dans la rue contre une armée. (HUGO, 2008, p. 424)<sup>238</sup>

Hugo irá, logo após o extrato destacado, continuar a glorificação daqueles deputados que, inicialmente, combateram Louis Napoléon nas tribunas e, em seguida, combatem Napoléon III nas barricadas. Interessante notar que esse é o caso de Hugo. Então, enquanto elogia outras pessoas, o orador está, concomitantemente, constituindo um *éthos* que lhe seja favorável. O exilado, segundo a construção de Hugo, é aquele que foi expulso de sua pátria por combater pela liberdade. O combate pode ter ocorrido no parlamento ou nas ruas, a reação do autocrático regime napoleônico será a mesma: prisão e, em seguida, deportação de seus opositores. Assim, nesse contexto em que todos os

---

<sup>237</sup> “Somos, como sei e insisto nisso, os operários da última hora; mas podemos nos vangloriar com isso, quando essa última hora foi a hora da perseguição, a hora das lágrimas, a hora do sangue, a hora do combate, a hora do exílio.”

<sup>238</sup> “Deixem-me glorificar esses banidos, esses caçados, esses perseguidos, e, em meio a todos esses representantes do povo que, depois de ter lutado três anos na tribuna contra uma coalisão de reações, de traições e de ódios, lutaram quatro dias na rua contra um exército.”

opositores, indistintamente, são inimigos do regime, a eles nada cabe além de se unir. Na peroração de seu discurso, Hugo clama:

Aimons-nous pour la patrie absente ! aimons-nous pour la République égorgée! Aimons-nous contre l'ennemi commun !<sup>239</sup>

Notre but, c'est un seul peuple; notre point de départ, ce doit être une seule âme. Ébauchons l'unité par l'union. (HUGO, 2008, p. 425)<sup>240</sup>

Logo após o golpe de 2 de dezembro, a França passa por um período de incertezas acerca do Estado que a governava. A II República, criteriosamente, não havia sido abolida com o golpe, porém tampouco a Constituição de 1848 permitia a reeleição presidencial e, por isso, Louis-Napoléon chama a Assembleia e estende, tiranicamente, seu governo. Para resolver essa situação, é convocado um plebiscito, a ocorrer nos dias 21 e 22 de novembro de 1852, perguntando se a população francesa, que, anteriormente, havia votado a favor da permanência de Napoléon no poder, desejava reestabelecer o Império e que Louis-Napoléon se tornasse o Imperador. Hugo, obviamente, não deixará de se manifestar sobre tão decisivo tema:

nous ne nous arrêtons point à faire remarquer que M. Bonaparte ne s'est pas décidé à se déclarer empereur sans avoir au préalable arrêté avec ses complices le nombre de voix dont il lui convient de dépasser les 7.500,000 de son 20 décembre. [...] Le scrutin n'y changera rien. Nous ne prendrons pas la peine de vous rappeler ce que c'est que le "suffrage universel" de M. Bonaparte, ce que c'est les scrutins de M. Bonaparte. [...]. Qu'est-ce qui sort de l'urne ? la volonté de M. Bonaparte. Pas autre chose. [...] "M. Bonaparte trouve que l'instant est venu de s'appeler Majesté. Il n'a pas restauré un pape pour le laisser à rien faire ; il entend être sacré et couronné. Depuis le 2 décembre, il a le fait, le despotisme ; maintenant il

---

<sup>239</sup> "Amemo-nos pela pátria ausente! Amemo-nos pela República degolada ! Amemo-nos contra um inimigo em comum.

Nosso objetivo é ser um só povo; nosso ponto de partida deve ser uma única alma. Esboçemos a unidade pela união."

<sup>240</sup> "Amemo-nos pela pátria ausente! Amemo-nos pela República degolada! Amemo-nos contra o inimigo comum!

Nosso objetivo é um único povo, nosso ponto de partida deve ser uma única alma. Esboçemos a unidade pela união."

veut le mot, l`empire. Soit. (HUGO, 2008, p. 426-427)<sup>241</sup>

Hugo não confia nos resultados dos plebiscitos do II Império. Mesmo que o sufrágio seja o universal masculino – um dos combates de Hugo durante a II República, a defesa do sufrágio universal – o exilado não acredita na imparcialidade do sistema. Nessa situação em que um regime chegou ao poder ilegitimamente, assim como não há confiabilidade nos resultados das eleições convocadas pelo governo, só resta uma saída: pegar em armas; e Hugo não a descartará. Assim, a peroração do discurso é bem clara: “En présence de M. Bonaparte et de son gouvernement, le citoyen digne de ce nom ne fait qu`une chose et n`a qu`une chose à faire: charger son fusil et attendre l`heure”<sup>242</sup> (HUGO, 2008, p. 427). Além de apontar a ilegitimidade do III Império, Hugo irá manter seu posicionamento contrário à pena capital. A abolição do direito do Estado de matar seus cidadãos é uma luta antiga de Victor Hugo e, quando o próprio poeta se torna um dos adversários do Estado francês, esse combate se aprofundará.

---

<sup>241</sup> “Não pararemos de ressaltar que o Sr. Bonaparte não decidiu declarar-se imperador sem ter previamente parado, com seus cúmplices, o número de vozes com os quais lhe convém ultrapassar os 7.500.000 em seu 20 de dezembro. [...] O escrutínio não mudará nada quanto a isso. Não nos daremos ao trabalho de lembrar a vocês o que é o “sufrágio universal” do Sr. Bonaparte, o que são os escrutínios do Sr. Bonaparte. [...] O que sai da urna? A vontade do Sr. Bonaparte. Não outra coisa. [...] O Sr. Bonaparte acha que chegou o momento de ser chamado Majestade. Ele não restaurou um papa para deixa-lo sem nada a fazer; ele pretende ser sacralizado e coroado. Desde 2 de dezembro, ele tem o fato, o despotismo; agora ele quer a palavra, o Império . Que seja.”

<sup>242</sup> “Na presença do senhor Bonaparte e de seu governo, o cidadão digno desse nome não faz nada além de uma coisa e só há uma coisa a se fazer: carregar seu fuzil e esperar a hora”

### 3.2 – Contra a pena de morte

A luta pela abolição da pena de morte é um dos mais longevos combates mantidos por Victor Hugo. Nos meados das décadas de 1820 e 1830, período de fértil produção literária de Hugo, os romances *Le dernier jour d'un condamné*, de 1829, *Claude Gueux*, de 1834, têm a discussão acerca da pena capital como tema principal, assim como em *Notre-Dame de Paris*, Esmeralda é condenada a enfrentar a forca devido ao crime de bruxaria. No momento em que se torna deputado constituinte, em 1848, Hugo irá pronunciar um discurso contrário à pena de morte<sup>243</sup>. Não é de se estranhar que, durante seu exílio, Hugo vá continuar sua luta contra as guilhotinas, forcas e cadafalsos espalhados ao redor do mundo. Os seis discursos em que a pena de morte é o tema principal foram divididos em dois grupos. O critério utilizado para tal divisão é pragmático. Os discursos *Aux habitants de Guernesey* e *A lord Palmerston* tratam do mesmo caso, um homem é condenado à morte em Guernesey, acusado pelo assassinato de uma senhora de 74 anos. Hugo escreve, inicialmente, um discurso posicionando-se contrariamente à execução desse homem, John Tapner. Mesmo que, em um primeiro momento, pareceu que o homem teria sua pena comutada, ele será executado. Hugo escreve, então, uma nova carta, dessa vez destinada ao então Ministro do Interior inglês, lorde Palmerston. Eis *Affaire Tapner*. Além desses dois textos, há os discursos *Les condamnés de Charleroi e Genève et la peine de mort*, ambos de 1862, *Le condamné à mort Bradley*, de 1866, e *La peine de mort abolie en Portugal*, de 1867. Esse grupo de quatro discursos demonstram a universalidade pretendida por Hugo. Mesmo estando exilado no Canal da Mancha, Victor Hugo atacará a pena capital onde achar necessário.

---

<sup>243</sup> *La peine de mort*, 15 septembre 1848

### 3.3.2.1 L`affaire Tapner

O texto *Aux habitants de Guernesey*, escrito em 10 de janeiro de 1854, enquanto Hugo ainda habitava Jersey, é uma reação à condenação de John Tapner à pena de morte, a ser executada no dia 27 de janeiro de 1854. O fato de o discurso dirigir-se aos habitantes de Guernesey, local onde Hugo passará grande parte de seu período exilado, e ter sido produzido em Jersey é paradigmático. Esse detalhe, aparentemente menor, reforça a universalidade que Victor Hugo almeja atingir. Estando em uma pequena ilha do Canal da Mancha, escreve sobre um fato que ocorreu em outra ilhota do Canal; em seguida, enviando e publicando seu texto nas revistas *La Nation* e *L`Homme*. Não há fato que escape à pena de Hugo. O combate contra a pena de morte deveria acontecer em Paris, “la ville souveraine, la ville centrale du genre humain”(HUGO, 2008, p. 451), mas, também, nas ilhas do Canal. O discurso hugoano pretende evitar a execução de Tapner e, também, defender a abolição da pena de morte. Para lograr sua meta, o poeta irá utilizar duas estratégias persuasivas. Ele trabalhará no âmbito do *éthos* e do *páthos*, ao estabelecer laços entre ele e os habitantes da ilha, ele e o condenado e os habitantes da ilha e o condenado; utilizará, também, o *logos* ao associar a pena capital à barbárie.

No período entre a condenação e a execução de John Tapner, Victor Hugo inicia sua campanha pela comutação da pena. Hugo não desejava que o criminoso saísse impune, tampouco levantava dúvidas sobre a culpabilidade de Tapner, porém argumenta que a pena capital é injustificável. Hugo, no decorrer de seu texto, afirma que

l`aveuglement de la créature humaine qui proscrit et juge est si profond, la nuit est telle sur la terre, que nous sommes frappés, nous les bannis de France, pour avoir fait notre devoir comme cet homme est frappé pour avoir commis un crime. La justice et

l'iniquité se donnent la main dans les ténèbres.  
(HUGO, 2008, p. 453)<sup>244</sup>

Quando Hugo afirma que sua proscricção por, segundo seu entendimento, ter cumprido seu dever é símile à condenação de Tapner à morte, há implicitamente um questionamento sobre a eficácia da justiça. Afinal, do mesmo modo que o exílio lhe foi injustamente imposto, a pena capital foi atribuída a Tapner. Obviamente, Hugo está ciente de que a pena atribuída a Tapner é legal e, com um toque de ironia, afirma que

Guernesiais. Tapner est condamné à mort; en présence du texte des codes, votre magistrature a fait son devoir; elle a rempli, pour me servir des propres termes du Chef-Magistrat, "son obligation"; mais prenez garde. Ceci est le talion. Tu as tué, tu seras tué. Devant la loi humaine, c'est juste; devant la loi divine, c'est redoutable (HUGO, 2008, p. 448)<sup>245</sup>

A teia de inter-relações presente no discurso é socialmente construída. Não é apenas Victor Hugo, o indivíduo, que é contrário à pena morte, é a própria modernidade, a melhor época da humanidade,<sup>246</sup> que exige o fim da pena capital. O cadafalso é uma máquina que deveria ser abandonada nesse novo período da humanidade. A Rússia, que é bárbara, e o Taiti, que é selvagem, aboliram a pena de morte<sup>247</sup>, entretanto, em Guernesey, parte do moderno Reino Unido, há um cadafalso. Não é Hugo que está gritando contra a força, é a própria civilização. Hugo afirma: "il semble que les

---

<sup>244</sup> "A cegueira da criatura humana que proscreeve e que julga é tão profunda, a noite é tamanha sobre a terra, que nós apanhamos, nós somos banidos da França por ter cumprido nosso dever do mesmo modo que esse homem apanhou por ter cometido um crime. A justiça e a iniquidade dão as mãos nas trevas"

<sup>245</sup> "Guernesenses. Tapner foi condenado a morte. Diante da presença do texto dos códigos, vossa magistratura fez seu dever; ela cumpriu, para me server dos próprios termos do Magistrado-Chefe, 'sua obrigação', mas fiquem atentos. Isso é a lei de talião. Você matou, você será morto. Diante da lei humana, é justo; diante da lei divina, é questionável"

<sup>246</sup> *Oh! Nous sommes le dix-neuvième siècle; nous sommes le peuple nouveau; nous sommes le peuple pensif, sérieux, libre, intelligent, travailleur, souverain; nous sommes le meilleur âge de l'humanité.* (HUGO, 2008, pág. 451) «Oh! Nós somos o século dezanove; nós somos o povo novo; nós somos o povo pensativo, sério, livre, trabalhador, soberano; nós somos a melhor idade da humanidade»

<sup>247</sup> *La Russie, qui est barbare, l`a abolie; Otaïiti, qui est sauvage, l`abolie* (HUGO, 2008, pág 449) «A Rússia que é bárbara, a aboliu; o Taiti, que é selvagem, a aboliu»

ténèbres elles-mêmes n`en [la peine de mort] veulent plus” (HUGO, 2008, p. 449)<sup>248</sup>. Em sua Retórica, é construída uma oposição entre luz e trevas, na qual no âmbito da luz é colocada a civilização e a religião, enquanto às trevas são associados a barbárie e o paganismo. A pena capital, “espectro” e “coisa da noite”, está sendo rejeitada inclusive em nações bárbaras e pagãs. Como ela poderia continuar acontecendo em Guernesey, uma ilha cristã e civilizada da Inglaterra? O argumento de Hugo causa estranhamento em sua audiência, faz com que o habitante das ilhas associe o discurso com seus dogmas religiosos<sup>249</sup>. Em uma religião em que o arrependimento é um dos caminhos para a salvação, matar quem comete um crime é impedir que ele se arrependa, é condená-lo eternamente. Hugo afirmará que “plus le crime est grand, plus le temps doit être mesuré long au repentir”(HUGO, 2008, p. 450)<sup>250</sup>. Para que o indivíduo se arrependa, ele precisa estar vivo. Afinal, “le crime se rachète par le remords et non par un coup de hache ou un nœud collant ; le sang se lave avec les larmes et non avec le sang” (HUGO, 2008, p. 452)<sup>251</sup>. Continuando sua argumentação, Hugo precisa mostrar um Tapner ideal em seu discurso para que ele atinja seu objetivo suasório. Para tanto, utilizará elementos característicos da composição literária.

John Tapner é um homem que está no sepulcro; ele, na calada da noite, entrou na casa da senhora Saujon para roubá-la e, em seguida, matou-a e incendiou a casa na tentativa de ocultar seus atos. Ocasionalmente, John não conseguiu eliminar as provas de seus crimes e acaba sendo preso. Após sua prisão, no decorrer de seu processo, são atribuídos a ele vários outros crimes semelhantes ao que ele cometera. Por que lhe atribuíram tais crimes? Porque parecia verossímil que ele os

---

<sup>248</sup> “parece que as próprias trevas não a [pena de morte] querem mais”

<sup>249</sup> Elle réclame de vous, de vous qui avez lu l`Évangile, de vous qui avez l`oeil fixé sur le Calvaire, elle réclame un sacrifice humain ! lui obéirez-vous ? (HUGO, 2008, pág. 451) « Ela exige de vocês, de vocês que leram o Evangelho, de vocês que têm os olhos fixados sobre o Calvário, ela exige de vocês um sacrifício humano ! Vocês a obedecerão ? »

<sup>250</sup> “Quanto maior o crime, maior deve ser o tempo para se arrepender”

<sup>251</sup> “o crime se redime pelo remorso e não por um machado ou um laço; o sangue se lava com lágrimas, e não com mais sangue”

tivesse cometido<sup>252</sup>. Esse ponto é fulcral para a compreensão da construção do elemento literário no discurso político de Victor Hugo. O conceito de *eikós*, traduzido, canonicamente, como verossímil, é um dos pilares da teoria literária. Ao argumentar, quando está construindo seu personagem, que algo é verossímil, ou que possui grande probabilidade de ser real, Hugo insere elementos da composição literária em sua estratégia persuasiva. Ele irá construir o personagem de Tapner de acordo com as necessidades de seu discurso. Hugo não menciona, como os jornais fazem<sup>253</sup>, que Tapner, quando comete seu crime, está matando a dona da casa em que morava sua segunda família. Tapner era casado e tinha três filhos, e, além disso, mantinha um relacionamento com a irmã de sua esposa, com quem tinha um filho. A seleção de dados sobre a vida de Tapner é essencial na construção do personagem. Hugo não deseja que Tapner seja julgado por sua audiência devido ao seu caso extraconjugal, diminuindo, desse modo, as possibilidades que a empatia dos leitores recaísse sobre ele.

Hugo diz que após 13 audiências judiciais, o representante do rei anuncia, tremendo de emoção, que John foi condenado à morte e será enforcado no lugar onde cometeu seu crime<sup>254</sup>. Assim, o orador está construindo, na elaboração do personagem, uma imagem repleta de detalhes e de vida. A quantidade exata de audiências, a emoção com que o representante do rei anuncia a sentença de John e a rigorosa aplicação da Lei de Talião, ao executá-lo no local onde cometeu seu crime, são indícios dessa ficcionalidade presente no discurso. O ápice da narração acerca de John é, também, seu final: “*Guernesiais. Tapner est*

---

<sup>252</sup> Les présomptions se sont fixes sur Tapner, et il a paru vraisemblable que tous les précédents incendies dissent se résumer dans le sanglant incendiaire du 18 octobre (HUGO, 2008, p. 447) « As pressuposições são fixadas em Tapner, e pareceu verossímil que todos os incêndios precedentes deviam se resumir ao sangrento incendiário do 18 de outubro »

<sup>253</sup> <http://guernseypress.com/news/2005/11/26/setting-the-scene-for-murder/>

<sup>254</sup> Treize audiences ont été employées à l'examen des faits et à la formation lente de la conviction des juges. [...] votre honorable Chef-Magistrat, le bailli de Guernesey, d'une voix brisée et éteinte, tremblant d'une émotion dont je le glorifie, a déclaré à l'accusé que “la loi punissant de mort le meurtre” (HUGO, 2008) Treze audiências foram empregadas no exame dos fatos e na lenta formação da convicção dos juízes [...] vosso honorável Magistrado-Chefe, o prefeito de Guernesey, com uma voz trêmula e apagada, tremendo de emoção, pela qual eu o glorifico, declarou ao acusado que “a lei pune com a morte o assassinato”

*condamné à mort*<sup>255</sup>. Será a última vez que ele será, nominalmente, citado. Ao longo do discurso, ele se tornará “cet homme”, “un misérable”, “le meurtrier”.

Para persuadir o povo de Guernesey a não deixar Tapner ser executado, Victor Hugo precisa construir um *éthos* para si que seja condizente com seu discurso e, desse modo, atingir seu objetivo suasório. Após a evocação do destinatário do discurso – o povo de Guernesey, as primeiras palavras do orador são: “C`est un proscrit qui vient à vous”<sup>256</sup>. É um proscrito que irá falar em nome de um condenado<sup>257</sup>. Ser um exilado permite que Victor Hugo fale em nome de um condenado. A constituição de um *éthos* que seja persuasivo é uma estratégia Retórica já categorizada por Aristóteles. Segundo o peripatético, “persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (ARISTÓTELES, 2012, pág. 13). Hugo torna-se digno de fé quando evidencia sua condição de exilado, quando afirma não ser nada, porém, concomitantemente, ser irmão do povo de Guernesey.<sup>258</sup> Ao discursar, sua condição de grande homem de letras francês e de parlamentar exilado da Segunda República francesa não são relevantes. Aquilo que tocará a audiência não será saber que o orador é um laureado poeta, mas sim percebê-lo como um homem comum, um nada idêntico aos outros que habitam a ilha, um homem que padece de sofrimentos como os demais, um cidadão que está proibido de entrar em sua pátria e, por isso, sofre. O homem que discursa é um irmão daqueles que o estão escutando. A relação de parentesco, se não é persuasiva, ao menos garante que o discurso seja ouvido, uma vez que um estrangeiro não

---

<sup>255</sup> Guernenses, Tapner foi condenado à morte”

<sup>256</sup> “ É um proscrito que vem até vocês”

<sup>257</sup> *C`est in proscrit qui vient vous parler pour un condamné* (ibidem) « É um proscrito que vem até vocês para falar de um condenado »

<sup>258</sup> *Qui suis-je? Rien. Mais a-t-on besoin d`être quelque chose pour supplier? [...] Hommes des îles de la Manche, nous proscrits de France, nous vivons au milieu de vous, nous vous aimons. [...] Nous sommes vos frères* (HUGO, 2008, pág 448) “Quem eu sou? Nada. Mas se precisa ser alguma coisa para suplicar ? [...] Homens da ilha da Mancha, nós proscritos da França, nós vivemos no meio de vocês, nos lhes amamos. [...] nos/nós somos seus irmãos”

precisa ser escutado, recusar-se a ouvir um parente, por outro lado, não é algo recomendado.

Hugo, além de construir um *éthos* para si, utiliza a empatia para persuadir sua audiência. Afinal,

ainsi, à ce moment où nous sommes, il y a, au milieu de vous, au milieu de nous, habitants de cet archipel, un homme qui, dans cet avenir plein d`heures obscures pour tous les autres hommes, voit distinctement sa dernière heure; en cet instant, dans cette minute où nous respirons librement, où nous allons et venons, où nous parlons et sourions, il y a dans une geôle, sur grabat de prison, un homme, un misérable homme frissonnant, qui vit l`œil fixé sur un jour de ce mois, sur le 27 janvier, spectre qui grandit et qui approche.” (HUGO, 2008, p. 448)<sup>259</sup>

A estratégia persuasiva de Hugo consiste em criar laços entre os envolvidos no discurso – o orador, o condenado e os habitantes da ilha. Inicialmente, Hugo se inclui no mesmo grupo que os habitantes de Guernesey; eles são todos habitantes do mesmo arquipélago. Em seguida, Hugo lembra sua audiência de que Tapner é também um homem, um miserável que tem um destino fatídico a enfrentar, que, enquanto os habitantes levam suas vidas cotidianas – eles falam e sorriem, vão e veem, há um homem que vai morrer sofrendo em uma prisão.

O discurso endereçado aos habitantes de Guernesey deseja ensinar que a pena de morte não é aceitável, e que as ilhas da Mancha devem tornar-se um exemplo para o mundo. Seja por motivos religiosos, seja por filantropia e empatia, o homem do civilizado século XIX não deveria conviver com cadafalsos, forcas ou guilhotinas. Assim, “que le peuple de Guernesey, de son rocher, entoure des calamités du monde et

---

<sup>259</sup> “Assim, nesse momento em que estamos, há, no meio de nós, habitantes desse arquipélago, um homem que, desse futuro cheio de horas escuras para todos os outros homens, vê distintamente sua última hora; nesse instante, nesse minuto em que respiramos livremente, em que imos e vimos, que falamos e sorrimos, há, a alguns passos de distância, e o coração treme quando sonha com isso, há, dentro de uma cadeia, sobre uma dura cama, um homem, um miserável homem tremendo que, com o olhar fixo sobre uma data desse mês, o 27 de janeiro, vê um espectro se aproximar”

des tempêtes du ciel, fasse un piédestal et un autel ; un piédestal à l'Humanité, un autel à Dieu" (HUGO, 2008, pág. 454)<sup>260</sup>. O texto de Hugo é publicado nos jornais ingleses, causando certa comoção. O governo inglês concede três recursos sucessivos a Tapner, começa-se a acreditar que a intervenção hugoana ajudaria em uma cada vez mais provável comutação da pena de morte. O II Império, entretanto, não aceitaria de bom grado que Hugo ganhasse tanto prestígio, não apreciando ver concretizada a influência da pena de Hugo. Tãmanha a capacidade persuasiva de *Aux Habitants de Guernesey* que, quando o texto foi publicado no Canadá, irá influenciar a justiça local a parar de utilizar a pena de morte como sentença.

Dans les premier jours de février dernier, un nommé Julien fut condamné à mort à Québec (Canada), pour assassinat sur la personne d'un nommé Pierre Dion, son beau-père. C'est en ce moment-là précisément que les journaux d'Europe apportèrent au Canada la lettre adressée au peuple de Guernesey, par Victor Hugo, pour demander la grâce de Tapner. [...] La sentence de mort prononcée contre Julien pour le meurtre de son beau-père, à Québec, a été commuée en une détention perpétuelle dans le pénitenciaire provincial. [...] Victor Hugo avait élevé sa voix éloquent, juste au moment où la vie et la mort de Julien étaient dans la balance (Nation, 12 avril 1854, citando o Le Pays, de Montreal, *apud* HUGO, 2008, p. 666)<sup>261</sup>

Assim, o embaixador francês em Londres, M. Walewski, faz uma visita ao Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, Lorde Palmerston. O Império não desejava que Hugo ganhasse popularidade, tampouco que fosse exitoso em seu combate contra a pena capital. Após dois dias, em

---

<sup>260</sup> "Que o povo de Guernesey, de seu rochedo, cercado das calamidades do mundo e das tempestades do céu, faça um pedestal e um altar; um pedestal para a Humanidade, um altar para Deus"

<sup>261</sup> "Nos primeiros dias do último fevereiro, um homem chamado Julien foi condenado à morte no Quebec (Canada) pelo assassinato de um homem chamado Pierre Dion, seu padrasto. Foi precisamente nesse momento que os jornais da Europa trazem ao Canadá a carta endereçada ao povo de Guernesey, escrita por Victor Hugo, para demandar graça a Tapner. [...] A sentença de morte pronunciada contra Julien pelo assassinato de seu padrasto, em Quebec, foi comutada em uma detenção perpétua na penitenciária provincial. [...] Victor Hugo levantou sua voz eloquente justamente no momento em que a vida e a morte de Julien estavam na balança"

10 de fevereiro de 1854, Tapner é executado. No dia 11, Hugo escreve uma carta ao Lorde Palmerston.

Hugo talvez se considerasse parcialmente responsável pela execução de Tapner. A intervenção hugoana, e a consequente resposta do II Império, podem ter selado o destino do condenado. Na carta em resposta à execução de Tapner, Hugo narra:

Je mets sous vos yeux une série de faits qui se sont accomplis à Jersey dans ces dernières années.

Il y a quinze ans, Caliot, assassin, fut condamné à mort et gracié. Il y a huit ans, Thomas Nicolle, assassin, fut condamné à mort et gracié. Il y a trois ans, en 1851, Jacques Fouquet, assassin, fut condamné à mort et gracié. Pour tous ces criminels la mort fut commuée en déportation. Pour obtenir ces grâces, à ces diverses époques, il a suffi d'une petition des habitants de l'île. [...]

Maintenant quittons Jersey et venons à Guernesey.

Tapner, assassin, incendiaire et voleur, est condamné à mort. A l'heure qu'il est, monsieur, et au besoin les faits que je viens de vous citer suffiraient à le prouver, dans toutes les consciences saines et droites la peine de mort est abolie ; Tapner condamné, un cri s'élève, les pétitions se multiplient ; une, qui s'appuie énergiquement sur le principe de l'inviolabilité de la vie humaine, est signée par six cents habitants les plus éclairés de l'île. [...] Les pétitions vous sont remises, monsieur. Vous accordez un sursis. En pareil cas, sursis signifie commutation. L'île respire; le gibet ne sera point dressé. Point. Le gibet se dresse. Tapner est pendu.

Après réflexion.

Pourquoi ? (HUGO, 2008, p. 456)<sup>262</sup>

---

<sup>262</sup> “Eu coloco sob vossos olhos uma série de fatos que ocorreram em Jersey nesses últimos anos.

Há quinze anos, Caliot, assassino, foi condenado à morte e, depois, agraciado. Há oito anos, Thomas Nicolle, assassino, foi condenado à morte e, depois, agraciado. Há três anos, em 1851, Jacques Fouquet, assassino, foi condenado à morte e, depois, agraciado. Para todos esses criminosos a morte foi comutada em deportação. Para obter essas graças, nessas diversas épocas, foi suficiente uma petição dos habitantes da ilha.

Agora, saíamos de Jersey e vamos a Guernesey.

Tapner, assassino, incendiário e ladrão, é condenado à morte. Nessa situação em que ele está, senhor, e sendo os fatos que acabo de lhe citar o suficiente para lhe provar, em todas as consciências sanas e direitas a pena de morte está abolida. Tapner condenado, um grito surge, as petições se multiplicam; uma, que se apoia energeticamente no princípio da inviolabilidade da vida humana, está assinada por mais de seiscentos dos mais esclarecidos habitantes da ilha. [...] As petições são enviadas, senhor. Você concorda com um recurso. Em casos semelhantes, recurso significa comutação. A ilha respira. A forca não será montada. A forca é montada. Tapner é pendurado.

Após reflexão.

A resposta à pergunta de Hugo é simples. Tapner foi executado porque Napoléon III pediu para que assim acontecesse. Caliot, Thomas Nicolle e Jacques Fouquet não tiveram como defensor um prestigiado – logo, temido – exilado francês. Mesmo que, comumente, as penas capitais sejam, nas ilhas, comutadas em deportação, a pena de Tapner não será. Hugo estava consciente da situação, afirmando, não sem ironia, que

voici, monsieur, le bulletin de la journée. Vous pourriez, dans ce cas, le transmettre aux Tuileries. Ces détails n`ont rien qui répugne à l`empire du Deux Décembre; il planera avec joie sur cette victoire. C`est un aigle à gibets (HUGO, 2008, p. 457)<sup>263</sup>

Hugo, então, utilizará o caso Tapner para atacar a França de Napoléon III, pois “M. Bonaparte qui a la guillotine de Belley, la guillotine de Draguignan et la guillotine de Montpellier, n`en aurait pas assez, et aurait l`appétit d`une potence à Guernesey” (HUGO, 2008, p. 456)<sup>264</sup>. O II Império, não contente em manter sua guilhotina- uma situação que, como descrito em *Aux Habitants de Guernesey* mais se assemelha com a barbárie do que a civilização – na França, precisou conquistar uma força em Guernesey. O orador que é contrário à pena de morte na França e nas ilhas anglo-normandas não se exime de exaltar qualquer país que abolir a pena de morte. Assim, Hugo escreverá discursos felicitando os países que aboliram a pena de morte, mas também irá denunciar aqueles países que continuam matando seus cidadãos.

---

Por que ?”

<sup>263</sup> “Eis, senhor, o boletim da jornada. Você poderia, nesse caso, transmiti-lo para as Tulherias. Esses detalhes não repugnam em nada o Império do Dois de Dezembro. Ele receberá com alegria essa vitória. É uma águia de forcas”

<sup>264</sup> “M. Bonaparte, que tem a guilhotina de Belley, a guilhotina de Draguignan e a guilhotina de Montpellier, não tem o suficiente, e teve o apetite por uma força em Guernesey”

### 3.3.3.2 – O combate à pena de morte no mundo

Victor Hugo, de sua casa em Guernesey, a Hauteville-House, responderá a diversas provocações para que se manifeste em prol de diferentes temas. Assim como Hugo recebeu cartas das mulheres cubanas pedindo apoio, mesmo que apenas moral, pela independência de Cuba da Espanha, em diferentes ocasiões o poeta será incentivado a se manifestar contra a pena de morte no mundo. Nesse contexto, ele se manifestará em quatro momentos distintos: quando uma gangue de marginais belgas é condenada; quando, em Genebra, é discutida se na Constituição deveria constar a pena capital; no momento em que “*un ami*” lhe remete uma carta perguntando-lhe sobre um condenado à morte; e, finalmente, no momento em que um nobre português lhe envia uma carta comemorando a abolição da pena de morte em Portugal.

Em 1862, a notória gangue *La Bande Noire*, assim chamada porque seus integrantes pintavam seus rostos com carvão antes de cometer seus crimes, que atuava na região de *Charleroi*, na Bélgica, é capturada. A lista de crimes é extensa, uma vez que já fazia alguns anos que eles ali atuavam. Inicialmente, os nove homens capturados pela polícia são condenados à morte. São publicados alguns versos, em diferentes jornais belgas, que levam a assinatura de Victor Hugo. O poeta, ao saber da existência desses versos e do caso da *Bande Noire*, irá responder, em um texto datado de 21 de janeiro de 1862, afirmando que

Je vis dans la solitude, et, depuis deux mois  
particulièrement, le travail, - un travail pressant, -  
m'absorbe à ce point que je ne sais plus rien de ce qui  
se passe au dehors.

Aujourd'hui, un ami m'apporte plusieurs journaux  
contenant de fort beau vers où est demandée la grâce  
de neuf condamnés à mort. Au bas de ces vers, je lis  
ma signature.

Ces vers ne sont pas de moi.

Quel que soit l'auteur de ces vers, je le remercie

Quand il s'agit de sauver des têtes, je trouve bon qu'on use de mon nom, et même qu'on en abuse. (HUGO, 2008, p. 529)<sup>265</sup>

Hugo nega a autoria dos versos em questão, porém, devido à nobreza da causa, ele irá aceitar tal abuso na utilização de seu nome. Esse ponto é significativo, uma vez que Hugo vivia de seus escritos, e sua renda provinha daquilo que ele escrevia. O respeito ao direito autoral, para quem vive de seus textos, é fulcral. Mesmo assim, na luta contra a pena de morte, Hugo não apenas aceitou que utilizassem seu nome indevidamente, como irá felicitar o real autor dos versos – provavelmente o mesmo quem também assinou Victor Hugo indevidamente.

Uma vez chamado à discussão ao ter seu nome indevidamente relacionado a um poema, Hugo irá tratar a pena de morte como usualmente o faz: como uma coisa bárbara e avessa à civilização. Ciente de que os governos, muito devido à pressão do regime de Napoléon III, costumam não atender suas recomendações, Hugo dirige-se ao povo belga:

Je supplie la nation belge d'être grande. Il dépend d'elle évidemment que cette hideuse guillotine à neuf colliers ne fonctionne point sur la place publique. Aucun gouvernement ne résiste à ces saintes pressions de l'opinion vers la douceur. Ne point vouloir de l'échafaud, ce doit être la première volonté d'un peuple. On dit: Ce que veut le peuple, Dieu le veut. Il dépend de vous, Belges, de faire dire: Ce que Dieu veut, le peuple le veut. (HUGO, 2008, p. 530)<sup>266</sup>

---

<sup>265</sup> “Vivo na solidão, e, há dois meses particularmente, o trabalho – um trabalho que pressiona – me absorve a ponto de eu não saber mais nada do que ocorre fora. Hoje, um amigo me traz vários jornais contendo belíssimos versos em que é pedida a graça de nove condenados à morte. Abaixo desses versos, leio minha assinatura. Esses versos não são meus.

Quem quer que seja o autor desses versos, eu lhe agradeço.

Quando se trata de salvar cabeças, acho bom que usem meu nome e que abusem dele.”

<sup>266</sup> “Suplico à nação belga por ser grande. Depende dela, evidentemente, que essa hedionda guilhotina com nove colares não funcione na praça pública. Nenhum governo resiste a essas santas pressões da opinião rumo à doçura. Não querer o cadafalso, eis o que deve ser a primeira vontade de um povo. Diz-se: o que quer o povo, Deus o quer. Depende de vocês, belgas, fazerem com que digam: o que Deus quer, o povo quer.”

Além de governos, como ocorreu com lorde Palmerston no caso envolvendo Tapner, não lhe darem ouvidos, a filosofia política de Hugo baseia-se na ideia da soberania popular<sup>267</sup>. É o povo que deve decidir quais os rumos a serem tomados pela nação. Assim, nada mais natural do que Hugo se dirigir ao povo belga, pois, tendo seu apoio, o governo seria forçado a rever sua decisão. Na peroração de seu texto, Hugo, então, reafirmará sua convicção de que a pena de morte é bárbara, de que o povo belga, ao evitar executar os condenados, estará sendo um guia da Europa em direção à civilização.

Il serait beau que le petit peuple [Belges] fût la leçon aux grands, et, par ce seul fait [l'abolition de la peine de mort], fût plus grand qu'eux ; il serait beau [...] que la Belgique, prenant le rôle de grande puissance en civilisation, donnât tout à coup au genre humain l'éblouissement de la vraie lumière, en proclamant, dans les conditions où éclate le mieux la majesté du principe, non à propos d'un dissident révolutionnaire ou religieux, non à propos d'un ennemi politique, mais à propos de neuf misérables indignes de tout autre pitié que la philosophique, l'inviolabilité de la vie humaine, et en refoulant définitivement vers la nuit cette monstrueuse peine de mort.  
[...] c'est à elle, Belgique, que l'échafaud de Charleroi ferait dommage. Quand la philosophie et l'histoire mettent en balance une civilisation, les têtes coupées pèsent contre. (HUGO, 2008, p. 530 -531)<sup>268</sup>

Efetuando as execuções, a Bélgica que será a responsável por isso, o povo belga que precisará carregar a pecha de um povo não civilizado, que executa seus prisioneiros. Para Victor Hugo, seu dever já foi

---

<sup>267</sup> Reforçando seu argumento que os governos, não o povo, são os responsáveis por atos de barbárie, Hugo diz que: “*le gouvernement espagnol fusille les républicains, et le gouvernement italien fusille les royalistes. Rome exécute un innocent*» (HUGO, 2008, p. 530)

<sup>268</sup> “Seria belo que o pequeno povo [belgas] passassem a lição aos grandes, e, por esse único motivo, [a abolição da pena de morte] foi maior que eles; seria belo [...] que a Bélgica, desempenhando o papel de grande potência em civilização, desse de repente à espécie humana o deslumbre da verdadeira luz, proclamando, nas condições em que melhor brilha a majestade do princípio, não com relação a um dissidente revolucionário ou religioso, não com relação a um inimigo político, mas com relação a nove miseráveis indignos de qualquer outra piedade senão a filosófica, a inviolabilidade da vida humana, e, repulsando definitivamente rumo à noite essa monstruosa pena de morte.

[...] seria ela, a Bélgica, que o cadafalso de Charleroi prejudicaria. Quando a filosofia e a história põem em balança uma civilização, as cabeças cortadas pesam contra.”

cumprido<sup>269</sup>, uma vez que seu papel é levantar a voz contra a pena capital onde quer que ela esteja sendo praticada. Caberia aos belgas, então, cumprirem o papel deles e conduzirem sua nação em direção à civilização. Assim, após a publicação do texto de Hugo, dos, inicialmente, nove condenados à morte, sete serão poupados e terão suas penas comutadas em trabalhos forçados perpétuos.

No ano de 1862, Genebra está rediscutindo sua constituição, objetivando identificar quais são seus pontos fortes e, também, quais são suas falhas. A constituição de Genebra prevê, então, a pena capital, porém esse é um dos pontos que estão seriam discutidos, visando uma eventual mudança. O deputado suíço M. Bost escreve uma carta, recebida por Hugo no dia 16 de novembro, pedindo para que o poeta se manifeste e, assim, endosse o agrupamento parlamentar contrário à pena de morte e que desejava retirá-la da constituição. O deputado suíço argumenta:

quel appui ce serait pour nous, quelle force nouvelle, si par quelques mots vous pouviez intervenir ! car ce n'est pas là une question cantonale ou fédérale, mais bien une question sociale et humanitaire, où toutes les interventions sont légitimes. (Trecho final da carta de M. Bost, presente em: HUGO, 2008, p. 541)<sup>270</sup>

Sendo uma questão humanitária e que diz respeito a todo o globo, no dia 17 de novembro Hugo responderá à carta do deputado. Hugo responderá que se “vous avez besoin d`aide, vous vous adressez à moi, je vous remercie; vous m`appelez, j`accours”<sup>271</sup> (HUGO, 2008, p. 541). O exilado concorda em ajudar aqueles que lhe pedem auxílio, porém sua condição de proscrito não deve ser esquecida. Ele irá rememorar seu interlocutor de sua condição:

---

<sup>269</sup> « En écrivant ceci, je remplis un devoir » (HUGO, 2008, p. 531) - “Escrevendo isso, eu cumpro um dever”

<sup>270</sup> Que apoio seria para nós, que força nova, se, com algumas palavras, vocês pudessem intervir! Pois isso não é uma questão regional ou federal, mas uma questão social e humanitária, em que todas as intervenções são legítimas.

<sup>271</sup> “Você tem necessidade de ajuda, você se dirige a mim, eu o agradeço. Você me chama, eu o socorro.”

Qui suis-je? que puis-je? Voilà bien des années déjà, - cela date de 1828 - que je lutte avec les faibles forces d'un homme contre cette chose colossale, contradictoire et monstrueuse, la peine de mort, composée d'assez de justice pour satisfaire la foule et d'assez d'iniquité pour épouvanter le penseur. (HUGO, 2008, p. 542)<sup>272</sup>

Hugo questiona sua própria existência e situação ao tratar de tema de tamanha importância. Ele é um literato, é claro, porém há pouco mais de uma década estava vivendo no exílio. Mesmo que, desde 1828, se manifestasse contrariamente à pena de morte, que poder teria ele para influir na discussão que ocorria em Genebra? Hugo, claramente, está instrumentalizando sua condição de exilado para aumentar a força suasória de seu discurso. Logo após esse questionamento acerca de suas possibilidades de influenciar na comutação das condenações à pena de morte, o poeta irá narrar os casos de Charleroi e o de Tapner. Interessantes são os desfechos de ambos os casos. Na Bélgica, o discurso hugoano será responsável por influenciar os belgas a evitarem a execução de sete dos nove condenados. Em Guernesey, Tapner chegou a ser condenado - em muito devido à pressão feita pelo governo imperial francês, porém o texto *Aux Habitants de Guernesey*, quando publicado no Canadá, irá incentivar a comutação da pena capital de um criminoso chamado Julien em prisão perpétua. Desse modo, a problematização sobre seu poder de influenciar colocada por Hugo seria mais uma forma de tornar o discurso persuasivo.

O parlamento de Genebra não se alonga muito tempo na discussão sobre a constituição e, quando o discurso de Hugo chega à Suíça, o texto constitucional já havia sido aprovado<sup>273</sup>, e a pena de morte fora mantida. Esse percalço não irá desaminar Hugo. Sabendo que, após a

---

<sup>272</sup> “Quem sou eu? O que posso? Já faz vários anos - isso data de 1828 - que luto com as forças fracas de um homem contra essa coisa colossal, contraditória e monstruosa, a pena de morte, composta por justiça o suficiente para satisfazer a multidão e iniquidade o suficiente para aterrorizar o pensador”

<sup>273</sup> “Si rapide qu'eût été la réponse de Victor Hugo, la délibération du comité constituant fut plus hâtive encore, et, quand la lettre arriva, le travail était terminé. Le projet de constitution maintenait la peine de mort.”(HUGO, 2008, p. 549) - “Por mais rápido que tenha sido a resposta de Victor Hugo, a deliberação do comitê constituinte foi mais rápida ainda, e, quando a carta chegou, o trabalho já estava terminado. O projeto de constituição mantém a pena de morte.”

aprovação do parlamento, a constituição deveria passar por um escrutínio popular, Hugo envia uma segunda carta a M. Bost, carta essa que será publicada em diferentes jornais. Desse modo, clama o poeta que

une constitution qui, au dix-neuvième siècle, contient une quantité quelconque de peine de mort, n'est pas digne d'une république; qui dit république, dit expressément civilisation; et le peuple de Genève, en rejetant, comme c'est son droit et son devoir, le projet qu'on tout à lui soumettre, fera un de ces actes doublement grands qui ont tout à la fois l'empreinte de la souveraineté et l'empreinte de la justice. (HUGO, 2008, p. 550)<sup>274</sup>

Uma República, segundo a concepção hugoana, deve, necessariamente, ser civilizada. Isso significa que a República é fraterna e respeita a liberdade e a igualdade de seus cidadãos. Respeitar a liberdade é, entre outras coisas, não executar o cidadão, mesmo que ele tenha cometido crimes. A morte não é a única forma de punição, tampouco é a melhor. O texto de Hugo, dessa vez, chega a tempo, e é publicado antes da apreciação popular da constituição. A população de Genebra rejeita, então, a constituição aprovada pelo parlamento. Victor Hugo, o exilado que se pergunta quem é e qual é seu poder, consegue desmontar mais um cadafalso.

O texto *Le condamné à mort de Jersey Bradley, Lettre à un ami* é bastante emblemático. O texto, teoricamente uma resposta a uma provocação de um amigo para que Hugo se manifestasse, foi publicado no jornal belga *L'Étoile belge*, no dia 8 de agosto de 1866. Hugo começa o texto afirmando que: “vous me demandez d'intervenir; mais je ne sais pas le premier mot de cette lugubre affaire Bradley”<sup>275</sup> (HUGO, 2008, p. 575). Hugo diz não conhecer Bradley, tampouco é identificado quem é o seu interlocutor. O *ami* não identificado de Victor Hugo pode ser

---

<sup>274</sup> “Uma constituição que, no século dezenove, contém uma quantidade qualquer de pena de morte, não é digna de uma República; quem diz República diz expressamente civilização; e o povo de Genebra, rejeitando, como é seu direito e seu dever, o projeto que lhe será submetido, fará um daqueles atos duplamente grandiosos que têm ao mesmo tempo a marca da soberania e a marca da justiça.”

<sup>275</sup> “você demandam minha intervenção, mas eu não sei a primeira palavra desse lúgubre caso Bradley”

qualquer um, inclusive quem está lendo o texto. Essa não-identificação do interlocutor torna o texto universal, pois, ao não ser direcionado a uma pessoa específica, ele dirige-se a todas as pessoas. O desconhecimento de Hugo acerca do caso específico de Bradley também é desimportante, pois

et puis, hélas ! que dire ? Bradley n'est qu'un détail; son supplice se perd dans le grand supplice universel. La civilisation, en ce moment, est sur le chevalet. (HUGO, 2008, p. 575)<sup>276</sup>

O tema do discurso não se refere ao caso particular de Bradley. Na realidade, o suplício individual de Bradley é apenas acessório no discurso, uma vez que o real tema a ser discutido é pena de morte como instituição. Como afirmando em outros discursos, abolir a pena de morte é tornar-se civilizado, porém, em Jersey, onde não se executava há alguns tempos, a situação está retroagindo<sup>277</sup>. A pena de morte é contrária ao progresso, ela cerceia a liberdade humana. O argumento hugoano não é pela impunidade, mas sim pela elaboração de “bonnes lois”, que não incluem, obviamente, a condenação à morte. Como Hugo afirma no discurso sobre a revisão da constituição genebrina,

hélas, le sombre rocher de Sisyphe! Quand donc cessera-t-il de rouler et de retomber sur la société humaine, ce bloc de haine, de tyrannie, d'obscurité, d'ignorance et d'injustice qu'on nomme pénalité? quand donc ce mot Peine substituera-t-on le mot Enseignement? quand donc comprendra-t-on qu'un coupable est un ignorant? Talion, œil pour œil, dent pour dent, mal pour mal, voilà à peu près tout notre code. (HUGO, 2008, p. 542)<sup>278</sup>

---

<sup>276</sup> “e, infelizmente, o que dizer? Bradley é apenas um detalhe; seu suplício se perde no grande suplício universal. A civilização, neste momento, está sobre o cavalete.”

<sup>277</sup> « Jersey, la petite île, était en avant des grands peuples. Elle était libre, honnête, intelligente, humaine. Il paraît que Jersey, voyant que le monde recule, tient à reculer, elle aussi. Paris a décapité Philippe, Jersey va pendre Bradley. Émulation en sens inverse du progrès. » (HUGO, 2008, p. 575)

<sup>278</sup> “Infelizmente, o sombrio rochedo de Sísifo! Quando então ele, esse bloco de ódio, de tirania, de obscuridade, de ignorância e de injustiça que chamamos penalidade, cessará de rolar e voltar a cair sobre a sociedade humana? Quando então essa palavra Pena substituirá a palavra Ensino? Quando então compreenderemos que um culpado é

Boas leis são aquelas que consideram que o culpado é, sobretudo, um ignorante, e que, no lugar de aplicar castigos, irá ensinar e ressocializar o indivíduo. Enquanto as leis forem elaboradas baseadas no ódio, na ignorância e na injustiça, a pena capital continuará existindo.

O texto *La peine de mort abolie en Portugal*, apesar de curto, enfatiza o posicionamento de Hugo acerca da pena de morte. No dia 26 de junho de 1867<sup>279</sup>, as Cortes Gerais portuguesas aprovam uma reforma do sistema penal e das prisões, que, entre outras coisas, inclui a abolição da pena de morte no país. Pedro de Brito Aranha, um nobre e intelectual português, escreve uma carta a Victor Hugo avisando das boas novas. Nela, afirma:

maître! votre voix qui se fait toujours entendre lorsqu'il faut défendre un grand principe, mettre en lumière une grande idée, exalter les plus nobles actions; votre choix qui ne se fatigue jamais de plaider la cause de l'opprimé contre l'opresseur, du faible contre le fort [...] votre voix [...] est arrivée jusqu'ici, a été comprise ici, a parlé aux cœurs, a été traduit en un grand fait ici ... dans ce recoin, quoique béni, presque invisible dans l'Europe, microscopique dans le monde. (HUGO, 2008, p. 591)<sup>280</sup>

A voz hugoana que clamava contra a pena de morte alcança Portugal, na ponta oeste da Europa, país naquele momento considerado “quase invisível na Europa e microscópico no mundo”. Hugo irá responder a carta de seu colega português, afirmando:

Je savais la grande nouvelle; il m'est doux d'en recevoir par vous l'écho sympathique.  
Non, il n'y a pas de petits peuples.  
Il y a de petits hommes, hélas!

---

um ignorante? Talião, olho por olho, dente por dente, mal por mal, eis portanto mais ou menos todo o nosso código.”

<sup>279</sup> <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/carta-de-lei-da-abolicao-da-pena-de-morte-1867-marca-do-patrimonio-europeu/>

<sup>280</sup> “mestre! Sua voz que é sempre ouvida quando é preciso defender um grande princípio, pôr sob a luz uma grande ideia, exaltar as mais nobres ações; sua escolha que jamais se cansa de pleitear a causa do oprimido contra o opressor, do fraco contra o forte [...] sua voz [...] chegou até aqui, foi compreendida aqui, falou aos corações, foi traduzida em um grande feito aqui... neste recanto, ainda que abençoado, quase invisível na Europa, microscópico ao mundo.”

Et quelquefois ce sont ceux qui mènent les grands peuples.

[...]

Le Portugal vient d'abolir la peine de mort.

Accomplir ce progrès, c'est faire le grand pas de la civilisation

[...]

Vous n'avez pas cessé d'être, vous Portugais, des navigateurs intrépides. Vous allez en avant, autrefois dans l'Océan, aujourd'hui dans la vérité. Proclamer des principes, c'est plus beau encore que découvrir des mondes. (HUGO, 2008, p. 592)<sup>281</sup>

Os portugueses, que, anteriormente, foram os primeiros a empreender as grandes navegações adentrando o mar-oceano, são, agora, considerados por Hugo pioneiros no progresso, pois abolir a pena de morte é caminhar rumo à civilização. Ao revolucionário que combateu o ilegítimo governo que se apoderou de seu país, será negado um dos mais básicos direitos: o de ser enterrado em sua pátria e junto aos seus. Uma vez no exílio, o revolucionário não poderá compartilhar do sepulcro de seus antepassados. Hugo, agora na posição de adversário do III Império, irá defender o direito que o cidadão tem de ser enterrado em seu país.

---

<sup>281</sup> “Eu sabia da grande novidade; é agradável a mim receber seu simpático eco por meio de vocês.

Não, não há pequenos povos.

Há pequenos homens, infelizmente!

E algumas vezes são aqueles que conduzem os grandes povos.

[...]

Portugal acaba de abolir a pena de morte.

Realizar esse progresso é dar o grande passo da civilização.

[...]

Vocês não deixaram de ser, portugueses, navegadores intrépidos. Vocês vão adiante, outrora no Oceano, hoje na verdade. Proclamar princípios é mais belo ainda do que descobrir mundos.”

### **3.3.3 – Contra o exílio de corpos**

A morte é uma das únicas certezas do ser humano. O homem nasce, cresce e morre, e esse ciclo, até que se prove o contrário, é inalterável. Cada sociedade tem sua maneira de lidar com a morte. Algumas enterram o morto, outras o cremam; algumas fazem velórios de vários dias em que o morto é rememorado, enquanto outras não velam seus mortos. O momento em que se morre e a formação identitária do falecido são importantes na definição do ritual que será executado. O funeral de um chefe de Estado é distinto do funeral de um trabalhador, assim como o funeral de um militar falecido em tempo de paz, provavelmente, será diferente do funeral que ele receberia se tivesse falecido em tempos de guerra. O estudo dos rituais fúnebres permite compreender algumas nuances da sociedade. Os discursos que Victor Hugo faz durante os funerais de seus companheiros de exílio são exemplares, pois demonstram como Hugo constrói o local do exílio e, também, sua contraparte – a França do II Império. Ao exilado são negados todos os direitos dados ao cidadão, ele é um indivíduo sem lugar no mundo. Quando Napoleón III impede que franceses, mesmo que estejam exilados, sejam enterrados na França, ele está lhes negando o direito de repousar junto dos seus. Exilado em vida, proscrito na morte. Esse é o assustador paradigma que enfrentam os proscritos franceses. O modelo hugoano, de aproveitar o funeral para fazer um discurso político, não é inédito. Péricles, no século V a.C., faz seu mais famoso discurso em um funeral. As similaridades estruturais entre os discursos de Péricles e aqueles de Hugo são essenciais para pensar o Hugo orador. Hugo utiliza um modelo discursivo já consagrado, e isso tornará seu discurso ainda mais persuasivo. Desse modo, inicialmente se fará aqui um breve estudo do discurso de Péricles, para então se passar aos textos de Hugo.

### 3.3.3.1 – Sobre a oração fúnebre

A Oração Fúnebre, como gênero discursivo, é, segundo Nicole Loraux (LORAU, 1986), uma invenção ateniense. Embora não seja unânime, o marco histórico do início do gênero é o final das Guerras Médicas, quando os gregos cessam de lutar contra os *bárbaroi* e começam a lutar entre si. Atenas, *pólis* de um povo autóctone e autônomo, distingue-se das demais cidades gregas, também, no momento de velar seus mortos. Não que os atenienses fossem os únicos, entre os helênicos, que velassem ou chorassem seus mortos. Todos o faziam. Enquanto os elogios em honra dos mortos feitos nas demais cidades gregas não tinham o caráter cívico e político dos funerais públicos atenienses, pois elogiava-se o indivíduo que havia falecido, exaltando suas glórias e peripécias, a oração fúnebre era uma instituição ateniense. Nela, o indivíduo é diminuído em prol do engrandecimento da *pólis*. Desse modo, a oração fúnebre distingue-se do elogio fúnebre devido, fundamentalmente, à sua dimensão política.

Os ritos fúnebres, em Atenas, no período clássico, variavam segundo alguns elementos. Sendo um tempo de paz, os funerais eram individuais e particulares. A família chorava e elogiava o seu morto. Durante as guerras<sup>282</sup>, entretanto, havia, periodicamente, o enterro coletivo de todos aqueles cidadãos que morreram em combate pela defesa da cidade. Os restos mortais eram recolhidos dos campos de batalha e levados para Atenas. Dois dias antes do funeral, segundo a descrição de Tucídides<sup>283</sup>, os ossos ficavam expostos e eram colocados, distribuídos de acordo com a tribo a que pertencia a ossada, em 10 cestos de cipreste. Durante esses dias, a família, amigos e conhecidos levavam oferendas aos mortos. Após esse período, havia o funeral público, no qual, dentre outras coisas, era feito o *epitáphios*<sup>284</sup>, um

---

<sup>282</sup> Thucydide, 2, XXXIV, 6

<sup>283</sup> Thucydide, 2, XXXIV, 2

<sup>284</sup> Os *epitáphioi* fazem parte do gênero oração fúnebre. A distinção entre a oração fúnebre dos *epitáphioi* é necessária, pois nem todos esses discursos contêm todos os elementos caracterizantes da oração fúnebre. Assim, oração fúnebre é o gênero

discurso feito por um orador, escolhido pela *pólis* (Tucídides, 2, XXXIV, 6), para honrar aquele grupo particular de homens. Ter cedido a vida para que a *pólis* viva, ter encarnado e se sacrificado pela *pólis* transformam aqueles homens em uma representação da própria cidade. Uma cidade que teve que ver morrer uma parte dela própria para que continuasse viva. Desse modo, os *epitáphioi* não falavam dos homens especificamente, mas tinham como tema Atenas, glorificavam a cidade, o macro, e não o homem, o micro. As vitórias da cidade eram enumeradas, enquanto as ossadas, em um igualitarismo extremo, eram colocadas todas juntas em uma só cova no *demosíon sema*.<sup>285</sup> No *epitáphios*, o sistema sócio-político ateniense era exaltado e reforçado, criando-se, desse modo, a tríade cidadão - Atenas - democracia.

A oração fúnebre era um discurso oficial da cidade, pois, como anteriormente dito, o orador era selecionado pela *pólis*. Como discurso, a oração fúnebre é *logos*. Considerando o ato político como aquele em se objetiva influenciar a gerência, manutenção ou objetivos da comunidade, a oração é, então, um discurso, e é, concomitantemente, ato, um *érgon*. Assim, a oração fúnebre é *logos* no sentido de que é um discurso, um construto lógico e racional composto pela linguagem; e é *érgon* no âmbito de que a prática de discursar é uma ação social. Todo discurso tem um orador e um ouvinte. O *epitáphios* tem repercussões políticas, tornando-se uma ação, e ser o motivo do discurso honrar homens mortos em batalhas pela pátria evidencia seu caráter de ação política. A oposição *logós* e *érgon*, ao analisar as orações fúnebres, torna-se uma miragem. Contudo, a invalidade dessa dicotomia na oração fúnebre é um dos elementos que a diferencia do elogio, pois, neste, o discurso não se propõe a se tornar ação política. Dessa forma, a oração fúnebre pode ser analisada como um gênero discursivo particular que tem como suas características definitivas estar associada aos tempos de

---

discursivo, enquanto o *epitáphios* é o discurso individual. Os discursos de Péricles são, desse modo, *epitáphioi* pertencentes ao gênero oração fúnebre.

<sup>285</sup> O *demosíon sema* era um dos cemitérios de Atenas. A cova comum em que se colocava os mortos em combate pela cidade se chamava *polyandria*.

guerra, à democracia e ao cívico. Nesse contexto, a oração fúnebre pronunciada por Péricles é modelar.

Tucídides, no *A história da guerra do Peloponeso*, narra a guerra que ocorreu entre atenienses e espartanos e seus respectivos aliados. No primeiro inverno após o início dos conflitos<sup>286</sup>, os atenienses juntam seus combatentes caídos e realizam seu tradicional funeral oficial. O escolhido como orador para esse funeral foi Péricles, filho de Xântipo. O *epitáphios* de Péricles é exemplar, pois, logo no início de seu discurso, anuncia que irá se diferenciar dos oradores que o precederam naquela tribuna<sup>287</sup>, afirmando que o discurso que está pronunciando é um ato - *érgon* - que está a altura de honrar aqueles homens cujo valor se traduziu em atos - *érgoi*. Péricles, continuando a distinguir aquele discurso dos demais, começa a discorrer sobre qual é a audiência ideal. Tal audiência, quando é bem informada demais sobre o assunto do discurso, pode julgar que o discurso não foi digno daquelas pessoas que o inspirou; quando é mal informada, pode ter ciúmes, pois não acredita que tantos feitos e sucessos poderiam ter sido realizados por somente aquele grupo de pessoas. Para o alcmeniônida<sup>288</sup>, sua plateia era a ideal, pois estava bem informada e bem-disposta. O *epithápios* de Péricles, apesar de, inicialmente, afastar-se da oração fúnebre, volta ao cânone do gênero, pois um de seus principais argumentos se baseia nos antepassados<sup>289</sup>.

Atenas, segundo Péricles, é uma *pólis* livre devido aos seus ancestrais. Embora o orador não faça o tradicional levantamento das vitórias da cidade, como o gênero exigiria, ele anuncia a maior de todas as conquistas: a *pólis* é livre devido ao mérito dos homens que ali viveram antes. Se os avós transmitiram uma cidade autônoma, o mérito dos pais é ainda maior, pois receberam uma cidade e a transformaram

---

<sup>286</sup> Os gregos faziam suas guerras no verão. Desse modo, o inverno era uma estação de relativa paz.

<sup>287</sup> Tucídides 2, XXXVI, 1

<sup>288</sup> Os Alcmeônidas foram uma importante e ponderosa família em Atenas no período clássico. Entre seus integrantes ilustres estão Mégacles, Clístenes, Péricles e Alcebiades.

<sup>289</sup> Tucídides, 2, XXXVI

em um império. A responsabilidade cívica dos ouvintes do discurso é lembrada, pois eles têm um dever a cumprir com seus antepassados. A cidade e o império que receberam de seus avós e pais têm que ser mantidos e engrandecidos. Desse modo, Péricles não precisa enumerar as batalhas em que a *pólis* ateniense foi vencedora, pois, quando argumenta utilizando os pais e avós de seus contemporâneos, ele, além de deixar claro que a cidade é vitoriosa, afinal tornou-se um império, adiciona o elemento familiar ao argumento. As vitórias foram conquistadas pelos pais e avós dos ouvintes, foram esses antepassados que construíram a *pólis*, que a defenderam anteriormente, assim como os homens que estão sendo enterrados a defenderam no momento em que isso lhes foi exigido. As vitórias da cidade não estão em um passado remoto e distante dos cidadãos, elas fazem parte da história familiar do indivíduo. Da tríade cidadão – Atenas – democracia, dois polos já foram associados por Péricles, que, obviamente, não deixará de citar o terceiro, a democracia.

“Nosso regime político não segue as leis de outros povos, nós somos mais um paradigma do que imitadores de outrem”<sup>290</sup>. Com essas palavras Péricles inicia o elogio da *politeía* ateniense. O orador irá aumentar as qualidades da democracia, recurso retórico categorizado por Aristóteles<sup>291</sup>, diferenciando-a do sistema dos Lacedemônios<sup>292</sup>. Os fulcros da diferenciação feita por Péricles são a liberdade e o mérito. Esse, ao contrário do que ocorre nas demais cidades, é que possibilita aceder às honrarias públicas. Não são os títulos ou a riqueza que distinguem os atenienses ilustres, mas sim o mérito e a virtude deles. Nesse aspecto, trata-se de uma distinção ancorada no político-social. O cidadão que acumula riqueza ou que é homenageado com alguma honraria tem seu mérito particular, pois conseguiu realizar um feito que nem todos os homens realizam. O mérito a que se refere Péricles, entretanto, não é esse. A virtude elogiada por Péricles é cívica, é o

---

<sup>290</sup> Tucídides, 2, XXXVII, 1 (tradução nossa)

<sup>291</sup> Aristóteles, Retórica 1368a

<sup>292</sup> Tucídides, 2, XXXIX, 2

cidadão saber que é igual perante a lei <sup>293</sup>, porém é, concomitantemente, ter consciência que isso tem seu custo. O cidadão ateniense sabe que “a lei toca a todos, em sua privacidade, em partes iguais, independente de títulos”<sup>294</sup>. Essa certeza de igualdade perante as leis da cidade faz com que o cidadão tenha lhanza no trato com os demais, pois “não temos cólera contra o próximo”<sup>295</sup>. O ambiente de cordialidade e respeito às leis são, segundo o orador, fundamentais para a liberdade dos atenienses. Desse modo, a *pólis* é composta pelos cidadãos e pelas leis, devendo esse conjunto permanecer harmônico, pois “o homem que não toma nenhuma parte como um cidadão não é tranquilo, mas um inútil”<sup>296</sup>, assim como as leis atenienses são justas porque “nós julgamos ou consideramos as coisas como é preciso, pois a palavra não é, em nossos olhos, um obstáculo à ação”<sup>297</sup>.

O *epitáphios* pronunciado por Péricles traz, em seu bojo, os principais elementos caracterizadores da oração fúnebre. O discurso foi pronunciado no funeral coletivo dos primeiros soldados caídos na luta contra Esparta, do mesmo modo que não tem como tema um cidadão particular algum. O tema do discurso de Péricles é a exaltação da cidade de Atenas, de sua organização política e de seu modo de vida. A própria *pólis* tombou em combate junto com aqueles homens que estão sendo enterrados, porém, ao orador, cabe recordar que a cidade é maior do que aqueles homens, que ela é composta por todos: avós, pais e contemporâneos, tendo cada um suas responsabilidades e méritos no desenvolvimento da cidade. O fato de estar em guerra contra os Lacedemônios, outro povo helênico, torna necessária a exaltação da *politéia* ateniense feita por Péricles. Atenas quer se diferenciar de seu inimigo. Assim, a oração fúnebre irá focar naquilo que, fundamentalmente, distingue Atenas das outras cidades gregas: a democracia. O fundamento da oração será, então, a tríade: cidadão – Atenas – democracia. Péricles, resumindo seu discurso, afirma que

---

<sup>293</sup> Tucídides, 2, XXXVII, 1

<sup>294</sup> Tucídides, 2, XXXVII, 1

<sup>295</sup> Tucídides, 2, XXXVII, 2

<sup>296</sup> Tucídides, 2, XL, 2

<sup>297</sup> Tucídides, 2, XL, 3

“nossa cidade [Atenas], em seu conjunto, é uma lição viva para a Grécia, uma vez que, individualmente, nenhum homem entre nós não pode, eu acredito, ter uma personalidade tão completa para satisfazer a tantos papéis”<sup>298</sup>. É o sistema democrático que permite a Atenas assumir tantos papéis quanto cidadãos ela tiver. Hugo, no momento em que escreve suas orações fúnebres, irá retomar parte da estrutura argumentativa do texto de Péricles. Assim, enquanto para Péricles a tríade é cidadão-Atenas- democracia, Hugo irá montar um novo tripé para sustentar suas orações. Estando exilado, o proscrito substituirá o cidadão no tripé, assim como a França entrará no lugar de Atenas.

---

<sup>298</sup> Tucídides, 2, XLI, 1

### 3.3.3.2 Discursos fúnebres de Hugo

Victor Hugo, durante o período em que esteve exilado, pronunciou cinco discursos durante funerais de proscritos franceses, em primeiro, Jersey e, posteriormente, em Guernesey. Em Jersey, discursou nos dias 20 de abril de 1853, no funeral de Jean Bousquet; em 26 de julho de 1853, no de Louise Julien; em 27 de setembro de 1854, no de Félix de Bony. Em Guernesey, discursou nos dias 19 de janeiro de 1865, no enterro de Emily de Putron, e no dia 7 de abril de 1870, no enterro de Hennet de Kesler. Assim, excetuando os discursos sobre Louise Julien e Emily de Putron, que já foram devidamente analisados a partir da condição feminina, há três orações fúnebres a serem estudadas, e, apesar de cada um dos discursos ter suas particularidades, todos têm uma marcante característica comum: todos são peças de oratória política. Assim, afirma Marieke Stein que

les discours funèbres sont pour tout la proscription l`occasion d`envoyer à la France un message politique : les proscrits de Jersey, puis Guernesey, préparent ensemble la cérémonie en tenant compte de sa répercussion possible en France ; ils choisissent en réunion les orateurs et le thème politique du discours. Les discours funèbres devient un texte politique, et l`évocation du défunt, pourtant essentielle dans ce genre, devient secondaire. (STEIN, 2007, pág. 255)<sup>299</sup>

Partindo da afirmação de Stein, dois postulados acerca desses discursos de Victor Hugo são desvelados: I - o tema fundamental dos discursos é a vida cívica e política da França, os exilados estão falando de sua pátria, mesmo estando, forçosamente, afastados dela; II - Sendo discursos políticos, eles posicionam-se contra a tirania, principalmente a de Napoléon III, e a favor da República. Desse modo, a comparação dos

---

<sup>299</sup> “Os discursos fúnebres são, para toda a proscrição, a ocasião de mandar uma mensagem política para a França: os proscritos de Jersey, depois Guernesey, preparam juntos a cerimônia, levando em consideração a possível repercussão na França; reunidos, escolhiam os oradores e o tema político do discurso. Os discursos fúnebres tornam-se um texto político, e a evocação do defunto, uma parte, no entanto, essencial nesse gênero, torna-se secundária”

discursos fúnebres de Victor Hugo com o gênero oração fúnebre demonstra-se uma fecunda possibilidade de análise.

A tríade basilar da oração fúnebre é cidadão – cidade – sistema político. Como esse gênero discursivo é uma elaboração ateniense dos séculos V e VI a.C., ela surge como ateniense – Atenas – democracia. A perspectiva de análise aqui proposta, então, é comparar o paradigma da oração fúnebre com os discursos de Victor Hugo e, desse modo não esquecendo as diferenças cronológicas, sociais e culturais, propor o trio exilado – França – República. Os textos hugoanos não fazem longos elogios sobre a vida e a conduta do falecido, assim como não se delongam em pregações religiosas e metafísicas sobre o destino pós vida. Os discursos em funerais são uma oportunidade para Victor Hugo fazer discursos políticos contra a situação em que se encontrava a França. A ideia é recordar a todos, aproveitando a audiência que o funeral lhe dava, que o falecido havia morrido em uma luta pela França, que aquela pessoa morria no exílio defendendo a pátria que sofreu um golpe do usurpador Napoléon III. A vida privada do morto não é o fundamental no discurso, o importante são as ações que ele tomou em defesa da República, ações essas que o tornaram um exilado. Desse modo, os discursos de Victor Hugo aproximam-se do de Péricles, pois o orador ateniense também relega o micro, o cidadão particular, para tratar do macro, a cidade/Estado. Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro discurso feito é o em homenagem a Jean Bousquet, em 20 de abril de 1853; em segundo lugar o discurso pronunciado no enterro de Félix Bony, em 27 de setembro de 1854; e, então, o texto acerca Henet de Kesler, de abril de 1870.

Após o breve período de exílio na Bélgica, de onde é expulso, Hugo vai para a ilha de Jersey, como evocamos anteriormente. O literato francês chega nessa ilha do Canal da Mancha em 5 de agosto de 1852. Desse modo, quando pronunciou seu discurso fúnebre em honra de Jean Bousquet, Victor Hugo estava em seu primeiro ano de exílio na ilha, em que ficaria até novembro de 1855. O enterro de Bousquet era uma ocasião paradigmática para discursar, pois os textos que produziu na

ilha, até aquele momento, não eram textos para serem ouvidos, mas sim lidos. O funeral foi uma oportunidade de discursar diante de uma plateia, e de, posteriormente, publicar o discurso pronunciado. O enterro do proscrito adquire, desse modo, uma importância política singular. Demonstrando o viés político de seu texto, Hugo inicia seu discurso com o icônico vocativo “Citoyens” e afirma, logo no primeiro período do texto, que “l`homme auquel nous sommes venus dire l`adieu suprême, Jean Bousquet, de Tarn-et-Garonne, fut un énergique soldat de la Démocratie”<sup>300</sup> (HUGO, 2008, p. 433). Desse período inicial, uma distinção e uma semelhança com a oração fúnebre de Péricles são desveladas. Distintamente do orador grego, Hugo cita, nominalmente, quem é que está sendo enterrado, porém, do mesmo modo que na oração de Péricles, o contexto militar e a ligação com a democracia são evidentes. Após a apresentação do nome do defunto, esse nome torna-se sem importância, pois não será mais citado. O nome Jean Bousquet é substituído por “ce républicain” e “ce patriote”. O tema do discurso, desse modo, é exaltar não aquele homem particular que morreu lutando contra o exílio, mas sim exaltar todos os homens que lutam contra o absolutismo, pois, em pleno século XIX,

le principe absolutiste, le vieux principe du passé, triomphe par toute l`Europe ; il triomphe comme il lui convient de triompher, par le glaive, par la hache, par la corde et le billot, par les massacres, par les fusillades, par les tortures, par les supplices. (HUGO, 2008, p. 435)<sup>301</sup>

Assim, o discurso posiciona-se contrariamente ao então *status quo* absolutista, representado, na França, por Napoléon III, e defende a República<sup>302</sup>.

---

<sup>300</sup> “O homem para quem nós viemos dar o adeus supremo, Jean Bousquet, de Tart-et-Garonne, foi um enérgico soldado da Democracia”

<sup>301</sup> “O princípio absolutista, o velho princípio do passado, triunfa sobre toda a Europa; ele triunfa como lhe convém triunfar: pela espada, pelo machado, pela corda e o tronco, pelos massacres, pelos fuzilamentos, pelas torturas, pelos suplícios”

<sup>302</sup>É importante salientar que a República que imaginava Victor Hugo não são as Repúblicas contemporâneas, ou tampouco a *pólis* ateniense. Segundo definição dada no discurso, pg. 436, “*le République, c`est l`union, l`unité, l`harmonie, la lumière, le travail créant le bien-être, la suppression des conflits d`homme à homme et de nation*”

No discurso *Sur la tombe de Félix Bony*, Victor Hugo começa expondo a situação que levou Félix à morte. Segundo Hugo, Félix morreu porque

il était républicain dans une république; il croyait que celui que prête un serment doit le tenir, que, parce qu'on est ou qu'on se croit prince, on n'est pas dispensé d'être honnête homme, que les soldats doivent obéir aux Constitutions, que les magistrats doivent respecter les lois; il avait ces idées étranges. Il a pris les armes pour défendre les lois. (HUGO, 2008, página 468)<sup>303</sup>

O paradoxo inicial da sentença surpreende, pois como é possível ser morto por ser republicano em uma República. O pressuposto lógico seria que, em uma República, os republicanos são bem-vindos, porém, na França, eles são presos e exilados. A conclusão pode ser ou que republicanos e a República são antagônicos, um claro sofisma, ou que a França não é uma República. Considerando a definição de República dada por Hugo no *Sur la tombe de Jean Bousquet*, torna-se clara a ironia construída pelo poeta, pois, em seu entendimento, a França de Napoleón III não é uma República, mas uma tirania. Assim, nessa França, o magistrado não respeita a lei, do mesmo modo que soldados não respeitam a constituição, uma referência ao golpe de 2 de dezembro. Continuando seu argumento a favor do republicanismo, Hugo irá postular que a República permite a união entre os povos<sup>304</sup>, enquanto a

---

*à nation, la fin des exploitations inhumaines, l'abolition de la loi de mort et l'établissement de la loi de vie*". "a República é a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos do homem contra o homem e de nação contra nação, o fim das explorações inumanas, a abolição da lei da morte e o estabelecimento da lei da vida"

<sup>303</sup> "Ele era republicano em uma República, ele acreditava que aquele que faz um juramento o deveria cumprir; que, mesmo que fosse ou se acreditasse ser um príncipe, não está dispensado de ser um homem honesto; que os soldados devem obedecer às Constituições; que os magistrados devem respeitar às leis. Ele tinha essas ideias estranhas. Ele pegou em armas para defender as leis."

<sup>304</sup> *Nous sommes les ennemis de la guerre; nous sommes les souffre-douleurs de la fraternité; nous sommes les agitateurs de la lumière et de la vie [...] Plus que qui ce soit, j'y insiste, nous républicains, nous voulons ces alliances; car, je le répète, l'union parmi les peuples, et, plus encore, l'unité dans l'humanité, c'est là notre symbole.* (HUGO, 2008, p. 471) "Nós somos os inimigos da guerra; nós somos aqueles que sofrem pela fraternidade; nós somos os agitadores da luz e da vida [...] Mais que quem quer que seja, nisso eu insisto, nós republicanos, nós queremos essas alianças; pois, eu repito, a união dos povos, e mais ainda, a união da humanidade, esse é o nosso símbolo."

monarquia<sup>305</sup> permitiu o acontecimento da Guerra da Criméia (1853-1856). Assim, o *Sur la tombe de Félix Bony*, como os outros textos fúnebres de Victor Hugo analisados, configuram discursos de cunho político. O falecimento de um proscrito é a oportunidade para enviar uma mensagem para a França e o mundo, e essa mensagem não é um elogio de um indivíduo particular que faleceu. A mensagem que Hugo envia é o elogio de um grupo de homens que morre por um ideal, é a defesa de um país, é a divulgação de um sistema político.

No ano de 1870, Hennemont de Kesler, companheiro de barricada de Victor Hugo, irá falecer. Em 1854, Kesler, após um período em Londres, vai viver seu exílio nas ilhas anglo-normandas – ali, ele seguirá o mesmo caminho que Hugo, inicialmente Jersey depois Guernesey. Em 1859, quando Napoléon III decide anistiar os exilados franceses, Kesler estará, junto com Hugo, no grupo dos que não aceitam a anistia, considerando que não cometeram crime algum, logo não havia porque serem anistiados. Desde 14 de dezembro de 1866<sup>306</sup>, por estar velho e doente, Kesler habita em *Hauteville-House*. O relacionamento entre Kesler e Hugo era longo, os dois se conheceram em dezembro de 1851, na Barricada Baudin – homenagem feita a Alphonse Baudin, deputado da II República que será o primeiro a ser morto. Hugo, descrevendo o período, afirma que

le lendemain du guet-apens de 1851, le 3 décembre, au point du jour, une barricade se dressa dans le faubourg Saint-Antoine, barricade mémorable où tomba un représentant du peuple. Cette barricade, les soldats crurent la renverser, le coup d'état crut la détruire; le coup d'état et ses soldats se trompaient. Démolie à Paris, elle fut refaite par l'exil. (HUGO, 2008, p. 649)<sup>307</sup>

---

<sup>305</sup> *Nous considérons avec un inexprimable mélange d'espérance et d'angoisse cette dernière aventure des monarchies, ce coup de tête pour une clef qui a déjà coûté des millions d'or et des milliers d'hommes.*(HUGO, 2008, p. 471) “Nós consideramos com uma inexprimável mistura de esperança e angústia essa última aventura das monarquias, esse capricho que já custou milhões em ouro e milhares de homens.”

<sup>306</sup> [http://www.juliettedrouet.org/lettres/spip.php?page=article&id\\_article=555#.Vx5n98e3iOM](http://www.juliettedrouet.org/lettres/spip.php?page=article&id_article=555#.Vx5n98e3iOM)

<sup>307</sup> “No dia seguinte à emboscada de 1851, em 3 de dezembro, no raiar do dia, uma barricada foi erguida no subúrbio Saint-Antoine, barricada memorável onde caiu um

O vocabulário de cunho militar é marcante. Soldados, destruição, demolição e, insistentemente, golpe de Estado. A distância entre 1851 e 1870 é de dezenove anos. Em 1859, Napoleón III oferece anistia aos exilados, o II Império passa por uma fase autoritária e, depois, uma liberal, porém, apesar disso tudo, o acontecimento do dia 2 de dezembro de 1851 continua sendo, na concepção hugoana, um golpe de Estado. A barricada contra Napoleón III jamais deixou de existir. Se os soldados conseguiram desmontar sua versão física, é na barricada moral que estão os revolucionários. Assim,

la barricade Baudin reparut immédiatement, non plus en France, mais hors de France ; elle reparut, bâtie, non plus avec des pavés, mais avec des principes ; de matérielle qu'elle était, elle devient idéale, c'est-à-dire terrible ; les proscrits la construisirent, cette barricade altièrre, avec les débris de la justice et de la liberté. Toute la ruine du droit y fut employée, ce qui la fit superbe et auguste. Depuis, elle est là, en face de l'empire ; elle lui barre l'avenir, elle lui supprime l'horizon. (HUGO, 2008, p. 649)<sup>308</sup>

E a barricada pode ser metafísica, porém isso não significa que ela não faça suas vítimas:

L'on continue d'y mourir. Après Baudin, - car, oui, c'est la même barricade ! - Pauline Roland y est morte, Ribeyrolles y est mort, Charras y est mort, Xavier Durieu y est mort, Kesler vient d'y mourir. (HUGO, 2008, p. 650)<sup>309</sup>

Napoleón III continua fazendo suas vítimas. Pauline, Ribeyrolles, Charras, Durieu e Kesler faleceram enquanto esperavam que a

---

representante do povo. Os soldados acreditaram ter desfeito essa barricada, o golpe de estado acreditou tê-la destruído; o golpe de estado e seus soldados estavam enganados. Demolida em Paris, ela foi refeita pelo exílio.”

<sup>308</sup> “A barricada Baudin reapareceu imediatamente, não mais na França, mas fora dela; ela reapareceu, construída, não mais com tábuas, mas com princípios; de material, como era, tornou-se ideal, ou seja, terrível; os proscritos construíram essa barricada altiva com os destroços da justiça e da liberdade. Toda a ruína do direito foi empregada nela, o que a fez grandiosa e augusta. Desde então, ela está lá, diante do Império ; ela barra seu futuro, ela suprime o horizonte.”

<sup>309</sup> “Continuam a morrer nessa barricada. Depois de Baudin - pois, sim, é a mesma barricada! - Pauline Roland lá morreu, Ribeyrolles lá morreu, Charras lá morreu, Xavier Durieu lá morreu, Kesler acaba de lá morrer.”

liberdade retornasse à França. Hugo, talvez, imagina que poderia ser o próximo dessa lista. Mesmo que morresse longe da pátria, o exilado esperaria o fim do regime napoleônico, uma vez que “l`amoindrissement de la France lui serrait le cœur. Il avait l`œil fixé sur ce mensonge qui est l`empire ; il s`indignait, il frémissait de honte, il souffrait.”<sup>310</sup>(HUGO, 2008, p. 650). O exílio é a derradeira barricada contra o II Império, é a eterna lembrança de que o regime francês havia demolido todo o Direito, devido ao modo pelo qual chegou ao poder e se mantém. Ele é o grito subversivo que o *establishment*, mesmo que não deseje, forçosamente irá ouvir.

Os discursos fúnebres de Victor Hugo têm, então, características comuns com o *epitáphios* de Péricles. Ambos os oradores, em vez de fazer um elogio aos mortos, fazem um discurso político. O objetivo dos discursos é elogiar um sistema político e os homens que o compõem. O lugar e a trajetória política de cada orador irão diferenciar os textos. Enquanto Péricles é o líder da *pólis* ateniense, Victor Hugo é o literato que está exilado no Canal da Mancha. Essa distinção do lugar em que está a tribuna de cada orador é essencial, pois Péricles tem um Estado para defender e elogiar; Victor Hugo tem uma pátria, porém não compactua com o Estado que a governa. Como exilado, o discurso hugoano não irá louvar o Estado francês, sua voz é essencialmente crítica. Para Hugo, a tirania está imperando na França, representada por um imperador aventureiro e usurpador. O discurso hugoano irá, então, clamar pela República, irá exigir mudanças no *status quo*, enquanto Péricles defende a manutenção do equilíbrio de poder em sua cidade.

---

<sup>310</sup> “A diminuição da França lhe doía o coração. Ele tinha o olhar fixo sobre essa vergonha que é o Império . Ele se indignava, ele tremia de vergonha, ele sofria”

## Considerações Finais

*Amis, un dernier mot ! - et je ferme à jamais  
Ce livre, à ma pensée étranger désormais.  
Je n'écouterai pas ce qu'en dira la foule.  
Car, qu'importe à la source où son onde s'écoule ?*

Victor Hugo, *Amis, un dernier mot!*

Diante da extensa produção literária, artística, teórico-crítica de Victor Hugo, escolheu-se concentrar nosso estudo no âmbito dos discursos políticos do autor. Hugo atuou intensamente na política ao longo do século XIX francês. Iniciou sua carreira política propriamente dita quando foi eleito para a Academia Francesa e depois indicado para a *Chambre des Pairs* durante a Monarquia de Julho. Na II República, foi constituinte e, posteriormente, deputado. Apesar de Hugo ter iniciado seu percurso como parlamentar apenas na década de 1840, as obras do autor em sua totalidade, abordam temas políticos e sociais. Assim, mesmo que em seus primeiros anos Hugo não fosse *Pair de France*, membro da academia francesa ou parlamentar, a discussão política sempre esteve presente em seus textos e reflexões. A posição política de Hugo varia no decorrer de sua trajetória, porém suas lutas políticas têm um elemento em comum: o apeço pela liberdade. Assim, nos diversos textos de Hugo, ele defenderá a liberdade, seja a de não seguir parâmetros literários que lhe foram impostos – como o fez em *Cromwell* e *Hernani*, seja a libertação dos negros – como sugere em *Bug-Jargal*, ou seja a defesa dos direitos das mulheres – como pronuncia em *Lucrèce Borgia*. Assim, o combate que perdurou durante toda a vida de Hugo foi o combate pela liberdade sob suas diversas formas.

A atuação política de Victor Hugo o levou a diversos lugares. Como *Pair de France*, Hugo frequentava festas reais no palácio de Versalhes, como deputado discursou na tribuna do palácio Bourbon, local em que está a Assembleia Nacional da França. Apesar de ter possibilitado acesso aos palácios francesas, a política também teve consequências desagradáveis e o exílio de

Hugo é a mais paradigmática delas. Hugo, no momento de ocaso da II República e ascensão do III Império, posicionou-se contrariamente a Louis-Napoléon, e seu posicionamento culminará em seu exílio. Durante dezenove anos, Hugo ficará fora de sua terra natal. De 1851 até 1859, o exílio do poeta é cogente, pois o próprio regime napoleônico o havia expulsado da França; de 1859 até 1871, o exílio de Hugo resulta de um posicionamento pessoal seu. Como opositor ao governo de Napoléon, que julgava ser ilegítimo, Hugo declarou que somente retornaria à França quando a liberdade também houvesse retornado, isto é quando acabasse o III Império. O exílio consolidou, então, o posicionamento político do autor. Se, enquanto jovem, Hugo fora monarquista, após ter sido exilado, o sistema de governo que lhe agrada é somente a república, que, na concepção hugoana, é, necessariamente, progressista. O exílio, também, é o período em que os combates de Hugo em prol das liberdades e minorias se verticalizam. Se, na década de 1830, ele publicou *Le Dernier Jour d'un Condamné* atacando a pena de morte, durante o exílio Hugo irá escrever uma miríade de textos contrários à pena capital; a miséria e as precárias condições de trabalho do proletário francês muito incomodavam o deputado Victor Hugo, o Hugo exilado irá estabelecer um jantar para as crianças pobres de Guernesey e não se furtará a exigir melhores condições de trabalho e vida para os proletários de todo o mundo.

A Retórica é o campo estudos que tem como objeto o discurso político. Da Antiguidade Clássica, vieram os primeiros teóricos da Retórica, sendo Aristóteles o mais destacado deles. O pensador macedônico, ao começar a observar e estudar os discursos proclamados na ágora, assembleias e tribunais atenienses, elabora uma primeira classificação do discurso. Se, em Atenas, havia três possíveis locais – o tribunal, a assembleia e a praça pública – para se discursar, três serão os gêneros do discurso. Assim, Aristóteles dividiu os discursos em três gêneros: judiciário, deliberativo e epidítico, além de perscrutar o modo de funcionamento da persuasão. O filósofo, então, elabora uma teoria descritiva, pois a partir de sua percepção da realidade objetiva monta seu arcabouço teórico. A teórica aristotélica, apesar de sua magnitude, não pode ser aplicada acriticamente, como se fosse um conjunto de regras a serem prescritas e que são válidas universalmente. Victor Hugo não aceitará

que lhe sejam impostas autocraticamente regras e modelos de discursos. Hugo irá problematizar o modo como a Retórica era percebida, como um conjunto de regras prescritivas. Hugo não nega a Retórica, tampouco a julga uma ineficaz antiguidade; seu objetivo é apropriar-se da Retórica, torná-la sua. É pegar um arcabouço teórico elaborado no século V a.C., e, mantendo aquilo que julga continuar sendo válido, adaptar a Retórica a seus propósitos. Na presente pesquisa, procurou-se demonstrar que Hugo se apropria da Retórica aristotélica, retirando aquelas partes que julgava serem intragáveis, e elabora seu próprio arcabouço teórico. Assim, Hugo irá apropriar-se da teoria retórica clássica, porém não a deixará limitar seu gênio.

Hugo viveu durante quase todo o século XIX. Nasceu em 1802 e faleceu em 1885, os principais acontecimentos do XIX lhe foram contemporâneos. Filho de uma monarquista declarada e de um general do I Império, a trajetória política do poeta oscilou entre esses espectros ideológicos, representados, respectivamente, por sua mãe e seu pai, a monarquia e a república. Apesar de ter oscilado entre a monarquia e a república, a defesa de Hugo pela liberdade, representada, no âmbito dos regimes políticos, pela democracia, jamais se alterou. Quando defendeu a monarquia, Hugo vislumbrava um reinado em que o rei não fosse um déspota, desejando uma monarquia que convivesse com um parlamento. Do mesmo modo, a república almejada por Hugo não era uma república cesarista, em que um presidente ou ditador concentrasse todos os poderes. Desse modo, tornou-se necessário definir o conceito de democracia para, posteriormente, contrapô-lo à concepção hugoana. Inicialmente, é estudada a Revolução Francesa e seus elementos democráticos, e, desse modo, a Constituição do Ano I - 1793, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã foram os documentos selecionados. Cada um desses documentos foi fundamental para o estabelecimento de um conjunto de direitos humanos. O homem tornou-se cidadão, a república ascendeu, e a mulher demanda o reconhecimento de sua igualdade. A Revolução teve seus momentos sombrios, como o Terror, porém ela foi um acontecimento marcante e que reinstalou a democracia no Ocidente. Victor Hugo, nesse contexto, após sair do espectro político herdado de sua mãe, tornou-se um ardente defensor

da democracia e, conseqüentemente, da Revolução Francesa. Como defensor da igualdade entre os homens, da liberdade de escolha e ação política e da necessidade da fraternidade, Hugo irá se posicionar contrariamente ao Golpe de 2 de Dezembro, conduzido por Louis-Napoléon. Em consequência de sua postura, Hugo foi exilado. A história da França no século XIX e a biografia de Hugo são, umbilicalmente, interligadas. A França, no final do século XVIII, era uma monarquia e, durante o século XIX, irá alterar entre o regime republicano, o monárquico e o autocrático. Hugo também terá suas mudanças de posicionamento político. No início de sua vida, como ele mesmo afirma, era monarquista; no final, republicano. Nesse trabalho, objetivou-se demonstrar que, apesar da mudança de perspectiva política do poeta, Hugo foi constantemente progressista. Em 1830 clamava pela liberdade no teatro; em 1870, continuará lutando pela liberdade.

O período do exílio foi determinante na evolução do pensamento político de Victor Hugo, uma vez que foi o momento de consolidação de seus posicionamentos. O poeta escreveu abundantemente em sua estada nas ilhas anglo-normandas, e a maioria dos textos saídos de sua pena no período foram discursos. Excetuando *Les Misérables*, de 1862, e *L'Homme qui Rit*, de 1869, Hugo não publicou outros romances; os discursos, entretanto, são inúmeros. Desde seu primeiro momento fora da França, Hugo se manifesta por intermédio de seus discursos. Hugo ataca o governo de Louis-Napoléon, que considerava ilegítimo e despótico, enquanto clama seus concidadãos a defender a liberdade na França. A escolha por dividir o *corpus* de análise de acordo com a tríade da Revolução Francesa - liberdade, igualdade e fraternidade, foi uma escolha natural. Hugo, como um dos herdeiros da Revolução, trabalhou os três elementos da tríade.

Os discursos acerca do estabelecimento do jantar para as crianças pobres de Guernesey, e o apelo para que as demais pessoas fizessem o mesmo, isto é, ajudar seu semelhante que está com dificuldades, inserem-se no âmbito da fraternidade. A defesa de Hugo dos direitos das mulheres e a sua certeza de que a mulher é possuidora dos mesmos direitos e deveres que o homem, assim como o elogio ao abolicionista John Brown e o ataque à escravidão são discursos que defendem a igualdade. Quanto à liberdade, há os discursos

contrários ao regime de 2 de dezembro e as orações fúnebres, o momento ideal de recordar que o autoritário governo de Napoléon III continuava fazendo suas vítimas e que, apesar disso, ainda restavam aqueles que o combatiam. A Fraternidade e a Liberdade foram conceitos caros a Hugo durante toda sua carreira literária e, também, política. O período do exílio, contudo, foi o momento em que esses temas passaram à ordem do dia. Procurou-se argumentar aqui que, estando afastado, contra a sua vontade, de seu país, o poeta, cada vez mais, vê a importância da fraternidade nas relações interpessoais e que a liberdade é um bem inestimável. Assim, quando Hugo defendia a liberdade de atuação política das mulheres e, também, os negros, ele está, em última instância, defendendo sua própria liberdade, que lhe fora tolhida pelo II Império.

A produção discursiva de Victor Hugo continua sendo altamente pertinente hodiernamente. No século XIX, Hugo defendia o direito das minorias – como, por exemplo, os negros, as mulheres e os pobres, porém, no século XXI, ainda há aqueles que acreditam que essas minorias não possuam os mesmos direitos que os demais. Como toda a obra de Hugo é permeada por seu ideário político, desvelar como esse ideário se manifesta em seus discursos nos parece fundamental para a realização de estudos futuros sobre o poeta. Havendo estabelecido o quadro teórico político de Hugo presente em seus discursos do exílio, pode-se examinar como esse quadro se manifesta em seus romances do período de exílio. É possível, também, estudar a formação desse ideário, recorrendo às obras anteriores ao exílio. Nesse trabalho, discorreu-se sobre a formação e a consolidação do republicanismo de Hugo. Como possibilidade de pesquisas abertas aqui, pode-se estudar como, sendo senador da III República, Hugo irá aplicar pragmaticamente seu republicanismo desenvolvido durante o exílio. Além disso, a produção poética, dramática e romanesca do poeta não entraram no *corpus* do trabalho como objeto principal de estudo. Quando se utilizou os romances, peças e poesias de Hugo poeta, foi para compará-las com os discursos do homem político. Assim, uma outra vereda possível é investigar como o posicionamento político de Hugo irá se refletir de fato em sua produção literária.

Hugo levantou sua voz contra governos autocráticos e opressores, que tolhem a liberdade, e ainda hoje os regimes não deixam de afrontar a liberdade de seus cidadãos. Além disso, Hugo já havia apontado os perigos de um governo demagogo, que, inicialmente, parece ser popular, porém, assim que a possibilidade surge, torna-se autocrático e despótico. Louis-Napoléon chegou ao poder como presidente eleito da II República, e perguntou à população, por intermédio de um plebiscito, se ela desejava que ele permanecesse no poder – mesmo com uma expressa vedação constitucional à reeleição presidencial – e ela respondeu que sim. Em seguida, Louis-Napoléon por intermédio de manobras ilegítimas, torna-se Napoléon III e a II República vira o II Império. O povo que, inicialmente, legitima o governo napoleônico será o mesmo que, posteriormente, irá sofrer com seu pesado jugo. A crítica que Hugo faz a Louis-Napoléon poderia ser feita a grande parte das atuais lideranças políticas, cujo único objetivo é o de se manter no poder, independentemente daquilo que é melhor para o país e o conjunto dos cidadãos. Do mesmo modo que Napoléon III tornou-se Imperador por intermédio de artimanhas e, na concepção de Hugo, perfídias, há líderes que hodiernamente se utilizam dos mesmos métodos. A palavra solitária pronunciada pelo poeta de seu rochedo torna-se universal, pois seu alcance não é limitado geograficamente, tampouco temporalmente.

## Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. **Retórica**, prefácio, introdução e tradução de Manuel Alexandre Junior. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. prefácio tradução e notas de Antônio de Castro Caieiro. São Paulo. Atlas Editora, 2009.

ARON, Ramond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

BARRETO, J. R. F. **Representações da monstrosidade em Os Miseráveis**. In: Junia Barreto. (Org.). Victor Hugo: Disseminações. 000ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, p. 65-75.

\_\_\_\_\_. **A Mulher é o monstro: do mito de Lilith ao drama de Victor Hugo e o cinema de Babenco e Piglia**. In: Constância Lima Duarte; Graciela Ravetti; Marcos Antônio Alexandre. (Org.). Gênero e representação em literaturas de línguas românicas - Coleção Mulher & Literatura - 5 vols. 1aed. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Letras, Departamento de Línguas Românicas, 2002<sup>a</sup>, v. V, p. 220-227.

\_\_\_\_\_. **Bug-Jargal: la révolution du monster**. In: Simpósio Internacional Victor Hugo gênio sem fronteiras, Belo Horizonte, 2002<sup>b</sup>.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria**: Literatura e senso comum. Tradução de Cleonide Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2012.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. Judith Hoffnagel, Karina Falcone, organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães organização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FIORIN, José Luiz. **Figuras de Retórica**. São Paulo: Contexto, 2014

GAUCHET, Marcel. **L'avènement de la démocratie**. France: Éditions Gallimard, 2007

HUGO, Victor. <sup>a</sup> **Œuvres complètes de Victor Hugo**. Volume Roman III. Robert Laffont. Bouquins. Paris, 2002

\_\_\_\_\_. <sup>b</sup> **Œuvres complètes de Victor Hugo**. Volume Critique. Robert Laffont. Bouquins. Paris, 2002

\_\_\_\_\_. **Œuvres complètes de Victor Hugo**. Volume Politique. Robert Laffont. Bouquins. Paris, 2008

KATES, Gary (org.). **The French Revolution**: recent debates and new controversies. 2 ed. Routledge Taylor & Francis Group. Londres, 2006

KELSEN, Hans. **A Democracia**. 2 edição. Martins Fontes: São Paulo, 2000

- KOCH, Ingedore G. Villaça et al. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007
- JAGUARIBE, Hélio (org.) **A Democracia Grega**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- LASTER, Arnaud. **Pleins feux sur Victor Hugo**. Comédie-Française. Paris, 1981
- LORAU, Nicole. **The invention of Athens: the funeral oration in the classical city**. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts e Londres, 1986.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual**, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008
- TRINGALI, Dante. **Introdução à Retórica**: a Retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988
- REBOUL, Olivier. **Introduction à la rhétorique**: théorie et pratique. Quadrige Manuels. Paris: Presses Universitaires de France, 2014
- ROHRBASSER, Jean-Marc. Catherine ROLLET. **Les enfants au XIXe siècle**. In: Population, 57e année, n°1, 2002. pp. 213-216. [http://www.persee.fr/doc/pop\\_0032-4663\\_2002\\_num\\_57\\_1\\_7334](http://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_2002_num_57_1_7334)
- STEIN, Marieke. **Un homme parlait au monde**: Victor Hugo orateur politique (1846-1880). Paris: Éditions Champion, 2007
- \_\_\_\_\_. **Victor Hugo. L'universel**. La documentation Française : Paris, 2010.
- SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- THUCYDIDE. **La guerre du péloponnèse**, livre II. Texte établi et traduit par Jacqueline de Romilly. Les Belles Lettres, Paris, 1991.
- UBERSFELD, Anne. **Le Drame romantique**. Paris: Éditions Belin, 1993
- VOVELLE, Michel. **L'état de la France pendant la Révolution, 1789-1799**. Paris: Éditions de la Découverte, 1988
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4 edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012

## Referências Eletrônicas

BARRETO, Junia Regina de Faria. **Bug-Jargal: la révolution du monster**. In: Simpósio Internacional Victor Hugo, gênio sem fronteiras. UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnx2aWNOb3JodWdvZXNlY3VsbzE5fGd4OjU4ZDYzOTM4NzlhYmM5NTM>

CHARLES, David. **Hugo, le travail et la misère**. in *Le Travail et les hommes*, Actes du 127ème Congrès des sociétés historiques et scientifiques. Nancy (2002), CTHS et Université de Nancy 2. Éditions du CTHS, 2005. Disponível em: [http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes\\_et\\_documents/Charles\\_le\\_travail\\_et\\_la\\_misere.doc](http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes_et_documents/Charles_le_travail_et_la_misere.doc)

CONSTITUTION 1793. Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-du-24-juin-1793.5084.html>

DELPHI, Christine. **Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles**. *Nouvelles Questions Féministes*, n° 2. Féminisme: quelles politiques? (OCTOBRE 1981). pp. 58-74. Disponível em : <http://www.jstor.org/stable/40619325>

DÉCLARATION DES DROITS DE L'HOMME ET DU CITOYEN, França, 1789. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>

DUPART, Dominique. **A peuple nouveau, éloquence nouvelle**. Disponível em: [http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes\\_et\\_documents/Dupart\\_%20A%20peuple%20nouveau\\_eloquence%20nouvelle.pdf](http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes_et_documents/Dupart_%20A%20peuple%20nouveau_eloquence%20nouvelle.pdf)

FIZAINÉ, Jean-Claude. **Hugo et le désœuvrement** : l'Histoire, l'exil, le fragment. In: *Romantisme*, 1990, n°67. Avatars de l'artiste. pp. 87-100. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/roman\\_0048-8593\\_1990\\_num\\_20\\_67\\_5653](http://www.persee.fr/doc/roman_0048-8593_1990_num_20_67_5653)

GOUGES, Olympe de. **Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne**. França, 1791. Disponível em: <http://www.ldh-france.org/1791-DECLARATION-DES-DROITS-DE-LA/>

HOFFMANN, Léon- François. **Victor Hugo, John Brown et les Haïtiens**. *Nineteenth-Century French Studies* n°16, 1-2, 1987-1988, p. 47-58. Disponível em: [http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes\\_et\\_documents/Hoffmann\\_John\\_Brown\\_et\\_les\\_haitiens.pdf](http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes_et_documents/Hoffmann_John_Brown_et_les_haitiens.pdf)

\_\_\_\_\_. **Victor Hugo, les noirs et l'esclavage**. *Françofonia* [Univ. Bologna] N°16, 30, 1996, p.47-90. Disponível em:

[http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes\\_et\\_documents/Hoffman\\_n\\_Les\\_Noirs\\_et\\_l'esclavage.pdf](http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Textes_et_documents/Hoffman_n_Les_Noirs_et_l'esclavage.pdf)

LAFORGUE, Pierre. **La poétique de l'exil chez Victor Hugo**. In: Cahiers de l'Association internationale des études françaises, 1991, n. 43, pp. 95-111. Disponible em: [http://www.persee.fr/doc/caief\\_0571-5865\\_1991\\_num\\_43\\_1\\_1755](http://www.persee.fr/doc/caief_0571-5865_1991_num_43_1_1755)

NAPOLÉON, Louis. **Discours de Bordeaux**. In: *Le Moniteur universel*, 12 de outubro, 1852. Disponible em :

[http://musee.sitemestre.fr/6001/html/histoire/texte\\_discours\\_bordeaux.html](http://musee.sitemestre.fr/6001/html/histoire/texte_discours_bordeaux.html) PELLETAN, Camille. **Victor Hugo homme politique**. 3<sup>a</sup> Edição, 1907. Disponible em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2069754.r=.langFR>

ROSA, Guy. **“Ce que c'est que l'exil” de Victor Hugo**, 2001. Disponible em : <http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/01-10-20rosa.htm>

\_\_\_\_\_. **Hugo et la Révolution**. Compte rendu de la communication au Groupe Hugo du 26 juin 2004. Disponible em:

<http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/04-06-26rosa.htm>

SAINT-JACQUES, Diane. **Le langage dramatique: l'objet d'apprentissage en art dramatique**. *Revue des sciences de l'éducation*, vol. 24, n° 3, 1998, p. 567-584. Disponible em:

<http://id.erudit.org/iderudit/031972ar>

SELL, Carlos Eduardo. **Democracia com liderança**. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 5. Brasília. janeiro-julho de 2011. pp. 139 -166. Disponible em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100006)

WARD, Patricia. **L'invective politique de V. Hugo: serment, énoncé performatif, impératif moral**. Le cas de *Napoléon le Petit*. Editions Bréal 2005 et Université Paris-Diderot-Paris 7. Disponible em:

<http://groupugo.div.jussieu.fr/groupugo/Hugo%20et%20la%20langue/Millet.pdf>